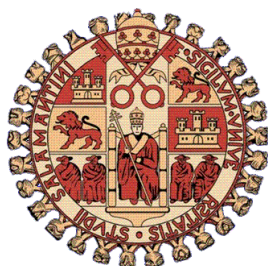


UNIVERSIDAD DE SALAMANCA
FACULTAD DE GEOGRAFÍA E HISTORIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFÍA
PROGRAMA DE DOCTORADO “EL MEDIO AMBIENTE NATURAL Y HUMANO EN
LAS CIENCIAS SOCIALES”



TESIS DOCTORAL

**Composição de renda nas áreas de assentamentos do INCRA no
Estado do Rio Grande do Norte, no município de Mossoró: um
caminho ao desenvolvimento includente e sustentável?**

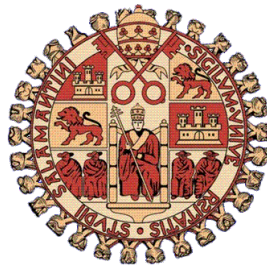
Autor: Leovigildo Cavalcanti de Albuquerque Neto

Diretor: Dr. Valentin Cabero Dieguez

SALAMANCA - ESPANHA

2011

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA
FACULTAD DE GEOGRAFÍA E HISTORIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFÍA
PROGRAMA DE DOCTORADO “EL MEDIO AMBIENTE NATURAL Y HUMANO EN
LAS CIENCIAS SOCIALES”



TESIS DOCTORAL

**Composição de renda nas áreas de assentamentos do INCRA no
Estado do Rio Grande do Norte, no município de Mossoró: um
caminho ao desenvolvimento includente e sustentável?**

Autor: Leovigildo Cavalcanti de Albuquerque Neto

Diretor: Dr. Valentin Cabero Dieguez

SALAMANCA - ESPANHA

2011

Dedico esta tese as mulheres presentes em minha vida.

A minha mãe, que com sua fibra nos ensinou cotidianamente a sempre andarmos erguidos, com seus princípios de honestidade, perseverança e amor ao próximo.

A Patrícia e Maria Clara, que diante de minha ausência, como esposo e pai, souberam fortalecer nossos laços e continuarmos a ser uma família, e voltarmos a construirmos sonhos.

A minha irmã Anne Jussara pelo apoio, pela união, pelo carinho, pela dor compartilhada dos que nos deixaram.

“Posso ter cometido enganos, desenganos, mas nunca, deixei de amá-las (até mais do que pude)”.

Dr. D. VALENTIN CABERO DIÉGUES, catedrático de Análisis Geográfico Regional del departamento de Geografía de la Universidad de Salamanca manifiesta que la presente Tesis Doctoral realizada por D. LEOVIGILDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO, que lleva como título “Composição de renda nas áreas de assentamentos do INCRA no Estado do Rio Grande do Norte, no município de Mossoró: um caminho ao desenvolvimento incluyente e sustentável?” há sido realizado bajo su dirección y reúne todos los requisitos necesarios para su defensa y evaluación.

Y para que así conste, lo firmamos en Salamanca, a 12 de abril de dos mil once.

El director,

El Doctorando

Fdo.Dr. Valentín Cabero Diéguez

D. Leovigildo Cavalcanti de Albuquerque Neto

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, e em especial ao professor Milton Marques, que possibilitou a realização deste doutorado.

Agradeço ao Departamento de Economia e a todos os professores pelo apoio.

Agradeço ao tutor e professor Dr. Valentin Cabero Dieguez, pelas palavras de incentivo e por sua disponibilidade em ajudar sempre que possível.

Ao Amigo Rafael Rodriguez Gonzáles, pelo apoio incondicional a mim prestado, sendo muitas vezes, pai, amigo e irmão.

Aos amigos e colegas do doutorado, em especial a Sabrina Xavier.

Ao Dr. Denílson da Silva Araújo (UFRN) pelas orientações, críticas e apoio, tão fundamental para a finalização do presente trabalho.

Ao amigo e sogro Petronilo Hemetério Filho.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para esta pequena vitória.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o processo de composição de renda (e distribuição) seja por atividades desenvolvidas ou por gestão dos recursos (financeiros, econômicos, ambientais, tecnológicos, humanos) dos assentamentos Mulunguzinho, Lorena, Jurema e Hipólito no município de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte, para tanto, o mesmo foi concebido através de pesquisa quanti-qualitativa realizada com 78 famílias (20% do total) e contextualizadas a renda obtida pelas famílias no ano de 2008. A análise da referida pesquisa, teve-se como parâmetro a pesquisa realizada pela FAO no ano de 1994, incluindo-se novas categorias de renda, quanto ao seu processo de formação. Nossa hipótese foi que amplamente confirmada pela obtenção dos resultados pesquisados em razão da vulnerabilidade econômica extrema dos assentamentos. Esta Insustentabilidade agiganta-se, quando somadas as problemáticas inerente de uma infra estrutura inadequada e insuficiente ao funcionamento do assentamento; a dependência de rendas geradas fora do assentamento e de rendas de origem previdenciária e de programas sociais; a baixa formação do capital social; ao baixo envolvimento dos atores responsável pelo processo de reforma agrária (governo em todas suas esferas); a baixa capacidade de organização produtiva nos assentamentos; a realidade de insustentabilidade ambiental vivenciada nos assentamentos e; ao baixo envolvimento dos assentados no desenvolvimento das atividades agrícolas. No processo de formação de renda nas áreas de assentamentos, os resultados apresentaram uma renda média inferior a dois salários mínimos mensais por família, sendo oriunda basicamente de: rendas previdenciárias (41,52%); renda outros trabalhos (19,14%); renda consumo (17,52%); renda doações/benefícios sociais (7,14%), renda agrícola (6,29%); renda outras receitas (4,40%) e; renda animal (3,98%). A obtenção dos resultados demonstra uma dependência elevada das transferências (rendas previdenciárias e doações) e de trabalhos realizados fora do assentamento (renda outros trabalho), totalizando conjuntamente estas rendas, quase 70% de toda a renda gerada, colocando em discussão, o caráter/papel produtivo destas áreas de assentamentos. As vulnerabilidades ficaram latente quanto ao funcionamento dos assentamentos, levando uma discussão quanto à “viabilidade” do processo de reforma agrária na região semiárida e em especial no Município de Mossoró/RN, quando se observa uma subordinação da atividade agrícola familiar ao capital agrícola e da incorporação das áreas de assentamento a órbita do capital industrial (petróleo) como recrutador de mão de obra na região. Neste sentido, faz-se mister o redimensionamento da política de reforma agrária em áreas que confrontam especialmente com o conceito de agricultura familiar, sustentável e incluyente.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura nº1 – Localização dos Assentamentos nas Macrorregiões Brasileiras.....	52
Figura nº 02 – Localização espacial do Estado do Rio Grande do Norte no Brasil.....	92
Figura nº 03 – áreas sob responsabilidade e Intervenção do INCRA no Estado do RN.....	101
Figura nº 04- Utilização das terras nas áreas de assentamentos do RN.....	102
Figura nº 05 – Relação número de casas/famílias nos assentamentos do RN.....	103
Figura nº 06 – Deficiência hídrica nos assentamentos do RN.....	104
Figura nº 07 – Deficiência de saneamento básico nos assentamentos do RN.....	105
Figura nº 08 – Deficiência no fornecimento de energia elétrica nos assentamentos do RN.....	105
Grafico nº 01 – Pauta dos produtos da renda agrícola - Assentamento Hipólito – 2008.....	145
Gráfico nº 02 - Pauta dos produtos da renda agrícola - Assentamento Jurema – 2008...	147
Gráfico nº 03 – Pauta dos produtos da renda agrícola - Assentamento Mulunguzinho – 2008.....	148
Grafico nº 04 – Pauta dos produtos da renda animal - Assentamento Hipólito – 2008...	152
Gráfico nº 05 – Pauta dos produtos da renda animal - Assentamento Jurema – 2008...	153
Gráfico nº 06 – Pauta dos produtos da renda animal - Assentamento Lorena – 2008...	154
Gráfico nº 07 – Pauta dos produtos da renda animal - Assentamento Mulunguzinho – 2008.....	156
Gráfico nº 08 – Pauta dos produtos da renda consumo - Assentamento Hipólito – 2008.....	159
Gráfico nº 09 – Pauta dos produtos da renda consumo - Assentamento Jurema – 2008.....	161
Gráfico nº 10 – Pauta dos produtos da renda consumo - Assentamento Lorena - 2008.....	162
Gráfico nº 11 – Pauta dos produtos da renda consumo - Assentamento Mulunguzinho – 2008.....	163
Gráfico nº 12 – Renda de outros trabalhos – Regime de trabalho – Assentamento Hipólito – 2008.....	169
Gráfico nº 13 – Renda de outros trabalhos – Setor/ocupação – Assentamento Hipólito –	

2008.....	169
Gráfico nº 14 – Renda de outros trabalhos – Regime de trabalho – Assentamento Jurema – 2008.....	171
Gráfico nº 15 – Renda de outros trabalhos – Setor/Ocupação – Assentamento Jurema - 2008.....	171
Gráfico nº 16 – Renda de outros trabalhos – Regime de trabalho – Assentamento Lorena – 2008.....	172
Gráfico nº 17 – Renda de outros trabalhos – Setor/Ocupação – Assentamento Lorena – 2008.....	172
Gráfico nº 18 – Renda de outros trabalhos – Regime de trabalho – Assentamento Mulunguzinho – 2008.....	173
Gráfico nº 19 – Renda de outros trabalhos – Setor/Ocupação – Assentamento Mulunguzinho – 2008.....	174
Gráfico nº 20 – Renda previdenciária – Tipos de benefícios pagos nos assentamentos pesquisados – 2008.....	178
Gráfico nº 21 – Renda previdenciária – Tipos de benefícios pagos - Assentamento Hipólito -2008.....	179
Gráfico nº 22 – Renda previdenciária – Tipos de benefícios pagos - Assentamento Jurema – 2008.....	180
Gráfico nº 23 – Renda previdenciária – Tipos de benefícios pagos - Assentamento Lorena – 2008.....	181
Gráfico nº 24 – Renda previdenciária – Tipos de benefícios pagos - Assentamento Mulunguzinho – 2008.....	182
Gráfico nº 25 – Renda programas sociais/doações – Tipos de programas sociais – Assentamentos – 2008.....	186

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 01 Distribuição geográfica da realização da pesquisa da FAO.....	50
Tabela nº 02 Representatividade regional da amostra da FAO.....	52
Tabela nº 03 Áreas de assentamentos escolhidos – pesquisa FAO.....	53
Tabela nº 04 Renda média nos assentamentos em salários-mínimos – Pesquisa da FAO.....	56
Tabela nº 05 Renda média familiar por macrorregião brasileira – pesquisa FAO.....	58
Tabela nº 06 Distribuição percentual da renda por atividades dos assentados nas macrorregiões brasileiras – pesquisa FAO.....	61
Tabela nº 07 Elementos de Capitalização dos Assentados – pesquisa FAO.....	65
Tabela nº 08 Número de contratos e recursos ofertados aos produtores rurais e cooperativas no Brasil - 1999 a 2010.....	69
Tabela nº 09 Distribuição dos contratos e dos recursos do crédito rural no Brasil – 2006 a 2009.....	69
Tabela nº 10 Distribuição dos recursos quanto ao tipo de atividades no Rio Grande do Norte – 2006 a 2009.....	70
Tabela nº11 Renda familiar média, em salários mínimos, por macrorregiões brasileiras – pesquisa FAO.....	72
Tabela nº 12 Distribuição per capita da renda familiar, em salários mínimos, por macrorregiões brasileiras.....	73
Tabela nº 13 Índice de Gini da distribuição da posse da terra no Brasil.....	79
Tabela nº 14 Número de ocupações e instalações de Assentamentos no período de 1994 a 2009.....	80
Tabela nº 15 Tamanho dos minifúndios e participação relativa por microrregião e Estado (2006).....	97
Tabela nº 16 Condição do produtor em relação às terras, no Rio Grande do Norte – 2006.....	99
Tabela nº 17 Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização no RN – 2006.....	107
Tabela nº 18 Área e produção dos principais produtos agrícolas (safras 2002/03 e 2003/04) Rio Grande do Norte.....	109
Tabela nº 19 Recursos totais do PRONAF destinados ao Estado do Rio Grande do	

Norte – 2006/2010.....	116
Tabela nº 20 Números de contratos, culturas e valores financiados a produtores e cooperativas no Rio Grande do Norte – 2006 a 2010.....	117
Tabela nº 21 Números de contratos e finalidade dos valores investidos no PRONAF no município de Mossoró no período de 2006 a 2010.....	118
Tabela nº 22 Assentamentos analisados: ano de Criação, área total, fase de desenvolvimento, total de créditos concebidos, nº capacidade de famílias assentadas.....	130
Tabela nº 23 Tipo de moradia e infraestrutura nos assentamentos pesquisados.....	134
Tabela nº 24 Evolução do salário mínimo e relação com cesta básica no Brasil – abril de 2002 a janeiro de 2010.....	139
Tabela nº 25 Renda média dos assentamentos em salário-mínimo/percentual da renda por atividades.....	141
Tabela nº 26 Composição da renda agrícola nos assentamentos no ano de 2008.....	142
Tabela nº 27 Composição da renda animal nos assentamentos no ano de 2008.....	150
Tabela nº 28 Composição da renda autoconsumo nos assentamentos no ano de 2008.....	157
Tabela nº 29 Principais produtos comprados pelos assentados pesquisados em 2008.....	166
Tabela nº 30 Composição da renda outros trabalhos nos assentamentos no ano de 2008.....	167
Tabela nº 31 Composição da renda outras receitas nos assentamentos no ano de 2008.....	175
Tabela nº 32 Composição da renda previdenciária nos assentamentos no ano de 2008.....	176
Tabela nº 33 Concentração de renda por faixa etária nos assentamentos em 2008.....	177
Tabela nº 34 Composição da renda programas sociais e/ou doações nos assentamentos no ano de 2008.....	184

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAI – Complexo Agroindustrial

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MARA – Ministério da Agricultura e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária

SIPRA – Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. ÁREAS DE ASSENTAMENTOS E SUA CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	17
1.1. Aspectos conceituais e estratégias do desenvolvimento rural ao local, na Europa e América Latina.....	17
1.2. Pressupostos teóricos do Desenvolvimento Local.....	29
1.3. Áreas de Assentamentos como estratégia de Desenvolvimento Local..	33
1.4. Elementos para alcance da sustentabilidade em áreas de assentamento: aspectos elementares.....	35
2. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-ECONÔMICA DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL.....	46
2.1. Objetivo da Pesquisa da FAO.....	48
2.2. Critérios para Determinação do Universo e da Amostra da Pesquisa FAO.....	49
2.3. Análise do Processo de Formação/Composição de Rendas nas Áreas de Assentamentos – Relatório FAO.....	54
2.3.1. Metodologia da FAO - componentes e determinantes no processo de geração de renda em áreas de assentamentos.....	54
2.3.1.1. Resultados e análise da pesquisa no processo de geração de renda.....	56
2.3.1.1.1. Distribuição percentual por tipo de renda.....	59
2.3.1.1.2. Capitalização das áreas de assentamentos.....	64
2.3.1.1.3. Distribuição de renda nas áreas de assentamentos.....	71
2.3.1.1.4. Permanência das famílias nos assentamentos.....	74
3. REFORMA AGRÁRIA E OS PLANOS NACIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	78
3.1. Antecedentes.....	82
3.2. Os Planos Nacionais de Reforma Agrária - algumas diretrizes.....	89
3.3. Estado do Rio Grande do Norte e a Reforma Agrária: aspectos sociopolíticos e econômicos.....	91

3.4. Caracterização do rural potiguar e o Plano Regional de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte: alguns pressupostos.....	95
3.4.1. Organização Fundiária.....	95
3.4.2. O Pequeno produtor no Rio Grande do Norte.....	99
3.4.3. Assentamentos no Rio Grande do Norte: algumas características.....	100
3.4.3.1. Infraestrutura.....	100
3.4.3.2. Utilização de terras.....	106
3.4.3.3. Base tecnológica.....	109
3.4.3.4. Crédito rural.....	114
3.5. Conclusão.....	119
4. SUSTENTABILIDADE E RENDA: ANÁLISE DOS ASSENTAMENTOS DO INCRA NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	121
4.1. Antecedentes e processo de formação dos assentamentos: alguns pressupostos.....	121
4.2. Caracterização geral e da infraestrutura dos Assentamentos.....	129
4.3. Composição de renda em áreas de Assentamento no município de Mossoró.....	138
4.4. Pesquisa de campo: dos resultados obtidos.....	140
4.4.1. Formação da Renda Agrícola.....	142
4.4.2. Formação da Renda Animal.....	149
4.4.3. Formação da Renda Consumo.....	156
4.4.4. Formação da Renda Outros trabalhos.....	167
4.4.5. Formação da Renda Outras Receitas.....	174
4.4.6. Formação da Renda Previdenciária.....	176
4.4.7. Formação da Renda Programa Sociais e/ou Doações...	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	196
ANEXOS.....	206

INTRODUÇÃO

A compreensão do quadro de desenvolvimento de uma nação (local e regional) passa, obrigatoriamente, por uma análise histórica da formação deste desenvolvimento, principalmente se levarmos em conta o processo capitalista concentrador e excludente prevalecente no contexto brasileiro. A explicação ou o mapeamento desse desenvolvimento tem por base características endógenas e exógenas quanto às relações produtivas necessárias ao fomento e à acumulação de riquezas, característica do modo de produção capitalista que rege este país desde seus primórdios.

Neste contexto, os elementos que denotaram o processo de concentração fundiária no Brasil datam do século XVI, com a instituição das chamadas Capitânicas Hereditárias, da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, e culminam, no nosso entendimento, com o chamado Estatuto da Terra de 1964, travando-se uma série de discussões acerca da implantação da reforma agrária no país.

Diante das características históricas e de resgates necessários no âmbito social através da implantação da Reforma Agrária, procuraremos discutir elementos que fomentem o desenvolvimento local e sua sustentabilidade, evidenciadas especificamente nas áreas de assentamentos sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado do Rio Grande do Norte/RN, em especial o município de Mossoró/RN.

Desta forma, um estudo que aborde a formação/composição de renda em áreas de assentamentos no município de Mossoró abre uma discussão sobre a reforma agrária em regiões semiáridas e a capacidade de sustentabilidade no que se refere aos seus mais diversos aspectos, ponto central do nosso estudo.

Enfim, buscaremos, diante de um estudo localizado, avaliar as políticas públicas implementadas no processo de reforma agrária e seus efeitos quanto ao desenvolvimento local e sustentável no que tange a implantação de áreas de assentamentos no município de Mossoró/RN.

O objetivo do trabalho é analisar o processo de formação/composição de renda (e distribuição), seja por atividades desenvolvidas ou por gestão dos recursos (financeiros, econômicos, naturais/ambientais, tecnológicos, humanos) dos assentamentos Mulunguzinho, Lorena, Jurema e Hipólito no município de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte/RN, utilizando como parâmetro a metodologia utilizada pela pesquisa da FAO – Food and

Agriculture Organization of the United Nations - (ROMEIRO, 1994) no processo de produção, emprego e renda.

Pontualmente, busca-se identificar novos componentes e sua participação na composição de renda dentro das áreas de assentamentos (Mulunguzinho, Lorena, Jurema e Hipólito) no município de Mossoró/RN e analisar as características de cada um dos assentamentos (Mulunguzinho, Lorena, Jurema e Hipólito) quanto à composição de renda e a sua sustentabilidade para um desenvolvimento incluyente e sustentável.

Parte-se da hipótese que a composição de renda dos assentamentos é constituída principalmente das ajudas e transferências governamentais, assim como, de rendas oriundas da previdência social, através das aposentadorias.

O Presente trabalho está configurado como pesquisa quanti-qualitativa, utilizando o método de abordagem indutivo pautada em fontes primárias e secundárias, de documentos oficiais e estatísticas governamentais, bem como de pesquisa de campo nos assentamentos determinados.

Seguindo os parâmetros base da FAO que nos propomos a analisar, para a sustentabilidade em áreas de assentamentos, a formação/composição de renda se configura como uns dos elementos chaves, necessário para indicar uma possível sustentabilidade do programa instituído pelo Governo Federal, sob a responsabilidade do INCRA.

Como pressuposto base, utilizaremos a metodologia da FAO. A renda, dada sua importância dentro do modelo econométrico utilizado na pesquisa, é concebida segundo Guanzioli (1994) “bom indicador de desempenho econômico, tanto em termos de eficiência como em termos comparativos, isto é, de custos de oportunidade”.

Seguindo a metodologia da FAO, a renda é composta por várias categorias, assim postas e definidas:

a) Renda Agrícola Líquida Monetária: é a renda obtida com a venda dos produtos agrícolas, segundo os preços declarados pelos assentados (indexados pelo IGP/FGV-DI), diminuída dos correspondentes custos de produção, também avaliados pelos valores declarados nas entrevistas;

b) Renda Animal Líquida Monetária: é a renda obtida com a venda dos animais e derivados, diminuída dos seus correspondentes custos de produção (avaliação idem ao ponto anterior);

c) Renda de Autoconsumo: é a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção; as quantidades consumidas (segundo declaração) foram avaliadas de acordo

com os mesmos preços de venda da produção; ou seja, trata-se da renda que o agricultor obteria se vendesse, ao invés de consumir esta parcela da produção;

d) Renda de Outros Trabalhos: incluem-se aqui os salários obtidos como remuneração por empregos temporários ou permanentes dos membros da família;

e) Renda de Outras Receitas: são as vendas ocasionais de produtos não-agrícolas, como por exemplo, madeira, carvão, extrativismo pequeno comércio, artesanato.

No tocante a composição/obtenção desta renda, incluiremos duas outras categorias na composição:

f) Renda Previdenciária: rendas oriundas de aposentadorias e/ou benefícios auferidos pelos membros da família.

g) Renda Programas Sociais/Doações: rendas oriundas de programas sociais e/ou doações auferidas pelos membros da família.

O universo da nossa pesquisa é composto por 33 (trinta e três) assentamentos sob a responsabilidade do INCRA no município de Mossoró, que em sua totalidade perfazem uma área de 68.700,0146 (ha) e nos quais estão assentadas 3.227 famílias.

Após uma série de análises, decidiu-se apenas escolher 04 (quatro) dos 33 assentamentos. Dentre os critérios que determinaram esta escolha, podemos citar: a) antiguidade – pelo menos 5 anos de existência, onde não possa existir uma interferência direta do INCRA quanto à formação/composição de renda daquele assentado; b) Capacidade produtiva instalada – que mediante a emancipação do referido assentamento, os assentamentos teriam a possibilidade de produzir de forma autônoma; c) que segundo uma avaliação do próprio INCRA, o mesmo pudesse apontar 2 assentamentos que estivessem obtendo resultados positivos e negativos no que se refere a uma perspectiva de desenvolvimento, no tocante a sua situação econômica financeira.

Desta maneira, foram escolhidos os seguintes assentamentos para pesquisa de campo: a) Assentamento Jurema, criado em 01 de outubro de 1998, com uma área de 2.014,01 ha e 83 famílias; b) Assentamento Fazenda Hipólito, criado em 09 de julho de 1987, com uma área de 4.865 ha e 137 famílias assentadas; c) Assentamento Fazenda Lorena, criado em 07 de julho de 1992, com uma área de 1.474 ha e 41 famílias assentadas; d) Assentamento Mulunguzinho, criado em 07 de julho de 1992, com uma área de 3.997,39 ha e 122 famílias assentadas.

Foram entrevistadas um total de 20% das famílias assentadas (por assentamento), com questionários contendo perguntas abertas e fechadas, escolhidas de forma aleatórias dentro da distribuição espacial de cada assentamento. Além disto, procedeu-se à aplicação de um questionário fechado (com algumas questões abertas) a uma amostra aleatória estratificada dos assentamentos e a uma amostra aleatória do tipo sistemático das famílias beneficiárias. Para completar as informações institucionais e de ordem qualitativa, foi aplicado um questionário específico para cada assentamento de caráter institucional.

A presente tese está dividida em 4 capítulos, em que serão tratados especificamente nos dois primeiros capítulos as questões teóricas, enquanto nos dois últimos capítulos trataremos de uma forma mais prática, dos elementos que conduzem ao processo de reforma agrária e conseqüentemente do estudo que denotará o processo de formação de renda nas áreas de assentamento no município de Mossoró/RN.

No primeiro capítulo, desenvolvemos os principais conceitos e estratégias que são pertinentes ao desenvolvimento rural local, especificando as diferenças encontradas entre o modelo Europeu e o modelo desenvolvido na América Latina. Para a presente contextualização, foram desenvolvidos alguns pressupostos quanto ao desenvolvimento local e a estratégia de desenvolvimento, utilizando as áreas de assentamento como referencial, apresentando de maneira explícita os aspectos que contribuem no processo de alcance da sustentabilidade nestas áreas.

No segundo capítulo, abordamos todo o estudo da FAO quanto à realização dos indicadores que estabelecem o funcionamento da política de reforma agrária (assentamentos) no Brasil. A análise do estudo da FAO permite estabelecer uma série de conexões acerca da metodologia aplicada identificada na década de 1990 e do funcionamento atual das áreas de assentamento encontradas no município de Mossoró, identificando não apenas as características de sucesso ou fracasso encontradas nas áreas de assentamento, mas também se analisando principalmente os aspectos econômicos que carrearão para o estabelecimento de outras práticas que conformarão o processo de sustentabilidade dos assentamentos.

No terceiro capítulo abordamos os aspectos institucionais que levam o desenvolvimento do processo de reforma agrária no Brasil, especificamente o desenvolvimento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e sua aplicação durante os diversos governos. Neste contexto, analisaremos as principais características do PNRA e do Plano Regional de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte, apontando as diretrizes que determinam a funcionalidade dos planos de reforma agrária (seja em caráter nacional ou

regional). Na análise deste processo de instauração dos Planos, visualizaremos os elementos centrais que permeiam a funcionalidade do processo de reforma agrária, discutindo o viés de eficiência quanto à desconcentração de terra, utilização da terra, base tecnológica utilizada e a utilização do crédito rural como fator para o desenvolvimento das atividades produtivas nas áreas de assentamento.

Por fim, no quarto capítulo, abordaremos o processo de composição de renda das áreas de assentamentos pesquisados (Jurema, Hipólito, Lorena e Mulunguzinho). Para tanto faremos uma análise dos antecedentes que levaram ao processo de formação das áreas de assentamento, caracterizando os assentamentos localizados no estado do Rio Grande do Norte quanto à infraestrutura dotada e as problemáticas que derivadas do funcionamento dos mesmos. Esta análise será fundamental para discutirmos os elementos que conduzem ao processo de composição de renda das áreas de assentamento no município de Mossoró e consequentemente das vulnerabilidades a qual estão expostas os assentados.

1. ÁREAS DE ASSENTAMENTOS E SUA CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O presente capítulo tem por objetivo tratar da temática do desenvolvimento rural, abordando seu caráter localizado e institucionalizado - o desenvolvimento territorial - em todas as suas perspectivas, evidenciando como elemento de discussão a sustentabilidade do mesmo em áreas de assentamentos rurais. Deste modo, aportar-se-á um sucinto histórico do surgimento dos conceitos de desenvolvimento rural e local, apontando os marcos teóricos da questão na Europa e na América Latina, tendo como elemento principal o modelo de desenvolvimento rural através do desenvolvimento local, vislumbrando a estratégia de dinamização de áreas rurais a partir de assentamentos rurais, por meio do Programa de Reforma Agrária no Brasil.

1.1. Aspectos conceituais e estratégias do desenvolvimento rural ao local na Europa e América Latina

A adoção de conceitos elaborados a partir de muitos paradigmas de cunho científico pressupõe *constantemente* uma mudança de referencial teórico acerca do desenvolvimento rural e, conseqüentemente, uma análise diferenciada das questões que o envolvem (políticas, econômicas, sociais, ambientais etc.), apoiados evidentemente em novas linhas, métodos e instrumentos de pesquisas de caráter teórico ou empírico, que evidenciem suas hipóteses ou não. Tais conceitos direcionam a um processo de substituição de caráter temporal de modelos teóricos, e mesmo nas práticas de desenvolvimento de forma distinta. É o que se processa em relação às concepções de desenvolvimento rural e local nos últimos anos ao vinculá-los à ideia de sustentabilidade, consolidando-se em arcabouços teóricos e práticas socioespaciais distintas (PÉREZ CORREA, 2004)¹.

No processo de formação econômica de todos os países, se constatam geralmente diferentes níveis de desenvolvimento de certas regiões ou localidades, determinadas por aspectos temporais e combinações de fatores de produção. Tal processo de formação

¹ PÉREZ CORREA, E.. Lo rural y el desarrollo en América latina. In: RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. y PÉREZ CORREA, E. (coord.): *Espacios y desarrollo rurales una visión múltiple desde Europa y Latinoamérica*. Gijon: Ediciones Trea, 2004. pp 49-66.

econômica indicará a existência de ciclos, subciclos e atividades econômicas que foram desenvolvidas em espaços estratégicos e ocupam ou ocuparam parte do território².

Esse processo de conformação territorial acaba por gerar distinções paisagísticas, mas que estão extremamente articuladas, ainda que conceitualmente de forma diferente. Trata-se do rural e do urbano, elementos espaciais que apresentam características diferenciadas no que tange as relações sociais de produção, as formas de apropriação espacial, as formas de realização imaterial da vida, ainda que constantemente este limite tenha se demonstrado tênue em face às dinâmicas de produção e, sobretudo, de consumo do mundo contemporâneo.

Por sua vez, ainda há distinções pontuais entre as espacialidades rurais e urbanas. A área urbana, cujo núcleo de centralidade material e imaterial é a cidade, é vista como um centro de atração de capital, de trabalho, de poder político e decisório, ao passo, que a área rural (campo), é posta como um centro de produção agrícola. Ainda que esta singularidade produtiva apresente dimensões territoriais amplas, é visível que sua espacialidade se restringe³ diante de um intensivo processo de integração e de ampliação de suas relações intersetoriais. Um processo que aos poucos faz com que o rural se aproxime de um modo de vida e de uma espacialidade urbana⁴ (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2004).

Neste sentido, a existência de *espaços* distintos, quando se trata da aplicabilidade de categorias de desenvolvimento, induzia a gênese do desenvolvimento rural, especialmente no segundo quartel do século 20, ao estabelecimento de políticas periféricas e setoriais elaboradas na tentativa de contribuir para diminuir os problemas de ordem estrutural (infraestrutura) e de ordem econômica (pobreza).

Evidentemente, estas ações reuniam um caráter produtivista (agrícola) no que tange o avanço das estruturas de produção, do aumento da produtividade do trabalho e um incremento na geração da renda agrícola que pudessem contribuir para melhoria das condições de vida da população. Todo este conjunto de pressupostos era explícito pelo advento da *Revolução Verde*⁵, configurando e direcionando um largo processo de estruturação tecnológica e

² Ver FURTADO e o processo de desenvolvimento periférico.

³ Entende-se que a definição de *espaço*, na concepção inicial de Desenvolvimento Rural, tomava em síntese o aspecto locacional em que acontecia a produção agrícola. No entanto, compreende-se que diante das novas abordagens, este *espaço* assume uma maior amplitude, direcionando-se a um conjunto de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, que são fundamentais à criação de uma territorialidade funcional produtiva e plenamente diversificada quanto as atividades ali desenvolvidas

⁴ RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. El desarrollo rural como paradigma teórico. In: RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. y PÉREZ CORREA, E.. (coord.): *Espacios y desarrollo rurales una visión múltiple desde Europa y Latinoamérica*. Gijón: Ediciones Trea, 2004. p 09-22.

⁵ Não obstante, este ideário significava um aumento do custo de produção e uma contundente reestruturação. Em primeiro lugar, a revolução verde abarca a periferia capitalista apenas em suas áreas mais dinâmicas; segundo porque aprofundou os desequilíbrios produtivos em diferentes regiões do Brasil.

produtiva, em que o espaço agrícola era dimensionado como mero local de produção de gêneros alimentícios e matéria prima barata (com mais contundência na América Latina).

A aplicação desse modelo de desenvolvimento rural não contribuiu para uma mudança significativa das condições de vida da população rural, levando em muitos casos a uma concentração dos fatores de produção no espaço rural, bem como uma exposição efetiva das diferentes condições e oportunidades de acesso à tecnologia e insumos que pudessem levar a promoção do ideário produtivista até então posto. A exacerbação das diferenças sociais dentro do meio rural evidenciou que o modelo simplista de aumento da produção agrícola não produzia efeitos positivos substanciais, seja de caráter social, econômico ou de infraestrutura que pudessem atingir equitativamente a população rural.

A detecção deste *gap* induziu no último quartel do século XX uma reformulação dos paradigmas de desenvolvimento rural, voltando-os para um modelo focado na promoção social e em um novo ordenamento e funcionalidade do espaço rural. Com a busca da reformulação deste modelo são significativas as mudanças adotadas mediante tais demandas. No caso da Europa, promoveu-se uma incorporação de novas atividades econômicas não-agrícolas no espaço rural, numa perspectiva de reconfigurar os agentes (sociais, econômicos, culturais, etc..) por meio dos financiamentos de programas que aportavam como objetivo principal, a diminuição da dependência das atividades tradicionalmente agrícolas.

Segundo comenta Maya Frades (2004, p.24):

Proyectar el desarrollo del mundo rural solamente en función de la agricultura conduce a numerosos estancamientos, con lo cual se trata de lograr la convergencia entre el desarrollo agrícola y el desarrollo rural, apostando firmemente por la transformación y mejora de las condiciones de vida y aplicando criterios de preservación y uso racional y sostenible de los recursos naturales⁶.

Para tanto, a adoção de políticas voltadas ao desenvolvimento local deveria tomar novos rumos (excluindo-se o delimitado caráter produtivista e de órbita ao processo urbano-industrial). Conforme, afirma Cáceres Mora (2009, p.56)⁷:

Las políticas de desarrollo local han de estar basadas en una visión del desarrollo económico de carácter global e integral. Esta característica de globalidad se fundamenta en la necesidad de que el incremento de la

⁶ MAYA FRADES, A.. La Unión Europea como promotora del desarrollo rural. In: RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Ro. y PÉREZ CORREA, E.. (coord.): *Espacios y desarrollo rurales una visión múltiple desde Europa y Latinoamérica*. Gijón: Ediciones Trea, 2004.

⁷ CÁCERES MORA, A. Desarrollo económico local en Europa. In: DOMÍNGUEZ MÁRQUEZ, J.A. (Editor). *Aportaciones internacionales para el desarrollo local*. Huelva: Universidad de Huelva, 2009.

productividad ha de tener repercusión en todos los sectores productivos de la economía de un territorio, por ende, no sólo no ha de repercutir en algunos de aquéllos, de ahí, que se rompa con la concepción de desarrollo del modelo concentración-difusión, urbano-industrial, que basaba el crecimiento de una región o territorio en el efecto locomotora y posterior difusión, que se producía como consecuencia de la expansión de las magnas empresas industriales ubicadas en sus ciudades medianas y grandes.

Não obstante, a incorporação do fator territorial tem por objetivo, segundo Rodríguez González (2004, p.11), “el estímulo de la diversificación económica del rural, buscando nuevas fuentes de empleo que permitan mantener la población en el territorio, pero fuera de una actividad agropecuaria que cada vez utiliza menos recursos humanos”.

Percebe-se que para que esta nova nuance de desenvolvimento (territorial) possa ser capaz de responder atualmente as demandas da sociedade, deve ter como aspectos principais: a melhoria da qualidade do capital humano⁸ instalado, a capacidade de empreendedorismo, a flexibilidade e reestruturação do sistema produtivo regional e local (buscando tornar mais eficiente a sua cadeia). Esta maior dinamização produtiva tem em seu âmago a potencialização do desenvolvimento existente no território, ampliando suas redes socioespaciais por meio do melhoramento dos recursos humanos, induzindo a uma maior capacidade empreendedora e estimulando uma cultura que utilize instrumentos tecnológicos que permitam alçar uma maior produtividade dos recursos empregados. Tais pressupostos indicam que a teoria do desenvolvimento local⁹ considera que cada um dos territórios possui uma dinâmica distinta, e que são dependentes de diversas forças (econômicas, sociais e estruturais), bem como, do aproveitamento dos recursos endógenos e como se comportam mediante as forças externas.

⁸ Sem esta melhoria, é impossibilitada qualquer política concebida pelos organismos públicos ou privados para desenvolvimento territorial (com ênfase no local).

⁹ A teoria do desenvolvimento local não apresenta características únicas, ao contrário, existem uma série de interrelações com outras teorias, segundo García Docampo (2007, p.07): “Vázquez Barquero señala las conexiones de la teoría del desarrollo local con otras teorías del desarrollo, en las cuales está profundamente enraizada, pero con las que muestra claros elementos diferenciadores. En concreto, repasa las comunalidades y diferencias con las Teorías del Gran Desarrollo y del Crecimiento Dual, de las que rescata los mecanismos que permiten el funcionamiento de los procesos de acumulación del capital y el crecimiento de las economías de mercado. De la Teoría de la Dependencia recoge la idea de que las aproximaciones al desarrollo, necesariamente, han de incluir una visión sistemática de los procesos que interrelacionen las dimensiones económica, social, política e institucional en una estructura organizada. De la Teoría Territorial del desarrollo rescata que los agentes de desarrollo (no las clases sociales) son los actores que deciden sobre las inversiones y controlan los procesos de cambio, mediante las iniciativas locales.” GARCÍA DOCAMPO, M. El desarrollo local en el marco de los procesos de globalización. In: GARCÍA DOCAMPO, M. G. (editor). *Perspectivas teóricas en desarrollo local*. Oleiros - La Coruña:Netlibros, 2007.

A configuração deste modelo de desenvolvimento de base local é segundo Albuquerque (1995, p.3-4)¹⁰ apresentado como:

Es un territorio socialmente construido, identificado y percibido por la población por poseer ciertos componentes identitarios, con personalidad propia y demarcación, aunque en ocasiones difusa, delimitada. Por otra parte, es el soporte de una serie de actividades o potencialidades humanas. De esta forma, los conceptos de espacio y territorio no son sinónimos, sino que el primero es el soporte geográfico del segundo, en el que son agentes relevantes los actores sociales, las infraestructuras construidas, las tecnologías, la cultura de su población y toda la actividad económica que se desarrolla en el mismo.

A realização deste processo de desenvolvimento territorial (local), “no reside em realizar grandes proyectos industriales, sino que se trata de impulsar los proyectos, que utilizan el potencial de desarrollo y promueven el ajuste progresivo del sistema económico local, cualquiera que sea la dimensión de las inversiones”¹¹ (VÁZQUEZ BARQUERO, 1999, p.47). Entretanto, o financiamento destes projetos/políticas de desenvolvimento local é fundamentalmente um dos pilares centrais que dificultam a tomada de decisões (execução) por parte dos governos (nacionais e subnacionais), sendo decisiva a participação da sociedade (organizada) na cobrança para alavancagem dos programas que possam atuar no desenvolvimento social e econômico dos municípios (CACERES MORA, 2009).

A principal preocupação decorrente desta estratégia de desenvolvimento rural na Europa¹² é conter o esvaziamento populacional e atuar como estratégia de repovoamento de determinadas áreas que já apresentavam uma economia extremamente deprimida. As consequências que se podem deprender dentro de uma perspectiva integral são os riscos de uma descaracterização paisagística (humana e cultural), que poderiam afetar também o equilíbrio ambiental, bem como a preocupação com o surgimento de conflitos sociais e políticos.

Segundo Vázquez Barquero (1999, p.42):

¹⁰ ALBUQUERQUE, F. *Espacio, territorio y desarrollo económico local*. Santiago de Chile: ILPES. 1995.

¹¹ VÁZQUEZ BARQUERO, A. La política de desarrollo económico local en Europa. p 42-60 In: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Fermín (editor). *Manual de desarrollo local*. Gijón: Ediciones Trea. 1999.

¹² “Esta modalidad de intervención encuentra, en el ámbito continental europeo, su sustento explicativo en la evolución experimentada por dos macrolíneas políticas: la PAC y los acuerdos del GATT. En el primer caso, los costes monetarios derivados de la aplicación de la política de precios subvencionados, así como los stocks y excedentes motivados, precisamente, por el éxito de la propia aplicación de diferentes políticas de incremento de la producción, llevaron a los responsables comunitarios a plantearse la rentabilidad de la misma. A esto hay que sumarle las crecientes presiones por parte del GATT para liberalizar los mercados a escala mundial, pues no se olvide que la PAC es una opción claramente proteccionista e intervencionista en el libre juego del mercado que perjudica a las agriculturas no europeas.” (RODRÍGUEZ GONZÁLES, 2004, p.11)

En las últimas décadas se ha producido un cambio significativo en la política económica regional de los países de la Unión Europea. Progresivamente se ha ido abandonando la aproximación top-down, orientada a la redistribución espacial de la actividad económica y a la reducción de las diferencias regionales de los niveles de renta per capita. Al mismo tiempo ha ido tomando fuerza el enfoque bottom-up, orientado al desarrollo económico de las ciudades y territorio.

Quando se abordam estas duas estratégias de desenvolvimento, verificamos uma diferença entre as mesmas, no tocante ao resultado econômico e social. A estratégia *top-down* (de cima para baixo) possui um caráter mais econômico (crescimento), em que um aumento agregado no nível de renda e emprego não é fundamental, ao passo que a estratégia *bottom-up* (de baixo para cima) é caracterizada por uma maior integração da sociedade com os governos locais (perspectiva de desenvolvimento). Para tanto, deve existir um maior comprometimento e participação entre a comunidade quanto ao conhecimento de suas características sociais, de suas potencialidades e necessidades, adequando-se de forma mais eficiente os programas estabelecidos (elaborados, desenvolvidos e consolidados).

Entretanto, para que este modelo de desenvolvimento (local) de caráter descentralizado (bottom-up) (ORTEGA, 2008)¹³ seja implementado, é necessária a participação do governo central, dada a baixa capacidade de financiamento (em muitos casos) e da complexidade que pressupõe planejar e instituir as diversas etapas deste modelo de desenvolvimento. Na Europa encontra-se uma problemática maior na implementação deste modelo, pois, de acordo com Cáceres Mora (2009, p.63):

La falta de un marco legal e institucionalmente definido de las competencias que la administración municipal ha de poseer en el diseño y ejecución de las políticas de desarrollo económico local; la no-aceptación generalizada por parte de las Administraciones (especialmente las centrales) del papel que juega en este campo la Administración Local; la descoordinación de las administraciones públicas en la ejecución de las políticas de desarrollo económico; y la inexperiencia de los municipios en esta materia, y por tanto, la no-experiencia en la gestión de este tipo de políticas por parte de sus unidades operativas municipales son algunos de los obstáculos al

¹³ A presente estratégia de desenvolvimento local, mesmo buscando uma maior integração entre o comunidade, instituições governamentais (governo central, regional e local), apresenta “quatro equívocos comumente verificados na implantação do modelo de planejamento bottom-up: 1) desconsideração do ambiente macroeconômico; 2) Minimização da existência de diferentes estruturas de classes sociais; 3) Minimização dos papéis do espaço e das políticas nacionais; 4) Necessidade de levar em consideração a história e a inserção na ordem capitalista”. ORTEGA (2005) apud ORTEGA, A.C.. Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Editora Alínea; Uberlândia: Udufu, 2008. p 31.

desenvolvimiento de las políticas de desarrollo local a los que se hacía referencia.

No que concebe a evolução do marco teórico do desenvolvimento rural na América Latina, se estabeleceu com uma constatação empírica de que o caráter produtivista (meramente agrícola) não foi capaz de acabar com a pobreza rural, bem como de garantir a segurança alimentar desta população. Associado a este viés, percebeu-se: a ausência de políticas redistributivistas, que permitissem melhorar as condições de vida desta população; aumento da concentração fundiária que invariavelmente aprofundou o processo de exclusão da população rural, fomentando o êxodo rural; ampliação das desigualdades regionais; aumento de demandas em infraestrutura de caráter produtivo e social de forma recorrente; aprofundamento dos problemas ambientais, entre outros.

Neste processo de evolução do desenvolvimento rural na Europa e na América latina, denota-se uma maior preocupação em valorizar o chamado *capital social*, especificado pela coletividade, como fonte geradora do seu próprio desenvolvimento através da valoração do seu entorno e da utilização dos recursos naturais de forma sustentável. A utilização do capital social como parâmetro de um modelo de desenvolvimento rural não exclui de maneira concreta a produção (agrícola), ao contrário amplia sua capacidade produtiva, diversifica sua matriz produtiva e insere novas lógicas na relação com a terra e o ambiente - a agroecologia, por exemplo. Desta maneira, o capital social, após suplantando sua deficiente formação cultural-educacional, configura-se como componente substancial no direcionamento de um desenvolvimento integral (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2004, p.18).

Ao se abordar o desenvolvimento *rural* dentro de uma perspectiva mais atual, sua representação dimensiona seus princípios de atuação enfocando sua visão espacial ou regional (em que se possa utilizar tal definição). Conforme Rodríguez González (2004, p.10), tais dimensionamentos e ações/políticas do desenvolvimento rural:

Se concretizan en una acción voluntarista por parte de diferentes organismos públicos e instituciones, consistente en el trasvase de recursos financieros y técnicos desde las áreas más favorecidas a las menos, en este caso las rurales. Su lógica se fundamenta en la intervención sobre una dinámica socioeconómica que, en condiciones de ausencia de estas medidas, llevaría a una ampliación de la brecha entre los entornos urbanos y el resto del territorio.

As ações voluntaristas¹⁴ assumem contornos diferenciados em razão dos diferentes níveis de desenvolvimento social, econômico, humano, territorial e das instituições. Como Rodríguez González (2004, p.11) exemplifica, mediante estas diferenças o modelo de desenvolvimento rural europeu tem um objetivo diferente do modelo de desenvolvimento rural latino americano. Para ele, o modelo europeu é caracterizado pelo fato de que:

(...) su objeto se centra en el estímulo de la diversificación económica del rural, buscando nuevas fuentes de empleo que permitan mantener la población en el territorio, pero fuera de una actividad agropecuaria que cada vez utiliza menos recursos humanos. Evitar la despoblación se convierte en uno de los principios básicos de estas acciones.

Esta diferença de patamares de desenvolvimento econômico e social é exacerbada através do conjunto de infraestruturas físicas e humanas e sua consequente disponibilidade/acessibilidade, que segundo Pérez Correa (2004, p.51): “suficiente y adecuada para lograr, entre otras cosas, acceso a los mercados, en condiciones favorables, y a los bienes y servicios públicos, en general”.

No que tange os objetivos do desenvolvimento rural latinoamericano, pode-se apontar que os mesmos são mais difíceis de atingir em razão de problemas como: bolsões de pobreza (com maior amplitude a pobreza rural); falta de infraestrutura básica (saúde, educação, segurança alimentar); capital humano com baixa formação; baixo poder de coesão das instituições; problemas ambientais; problemas climáticos (secas em algumas regiões); concentração fundiária; concentração econômica; modelo agrícola dual com a presença de grandes corporações/empresas (Complexos Agroindustriais – CAI) e uma massa de pequenos produtores (agricultura familiar), evidenciadas por um desigual acesso ao mercado, nível de capitalização e utilização de tecnologia, entre tantos outros.

Desta maneira, a complexidade dos fatores postos, revela a necessidade de aportar um novo conceito (paradigma), uma nova maneira de visualizar os problemas e dimensionar a amplitude das ações que devem ser promovidas dentro desta *formatação* de desenvolvimento rural, assim posto por Rodríguez González (2004, p.15):

En este escenario surge con fuerza en los últimos años un nuevo paradigma en materia de desarrollo rural asociado a la idea de la creación de una «nueva ruralidad» que permita superar las limitaciones y las dificultades

¹⁴ Muitas vezes desencadeadas por pressões políticas e/ou sociais.

diagnosticadas en una parte significativa de los espacios rurales latinoamericanos. Este paradigma de referencia se plantea la superación del simple incremento de la producción agraria (muy especialmente en relación con las dificultades que se presentan en esta materia), buscando situar el desarrollo rural en una senda de complementación entre parámetros de carácter marcadamente sociales y ambientales. El fomento de nuevas actividades en el territorio no relacionadas directamente con la agricultura, así como el establecimiento de medidas promotoras de una mayor equidad social en materia de acceso al trabajo o a la renta, o la fijación de pautas de sostenibilidad ambiental y mantenimiento de la biodiversidad, se presentan como finalidades fundamentales que marcan los actuales paradigmas en esta materia.

O paradigma do novo rural¹⁵ estabelece uma dificuldade para demarcar todo o dimensionamento do desenvolvimento rural, em razão das diversas práticas envolvendo não apenas os elementos físicos ou territoriais, mas também incorporando os aspectos ambientais, econômicos, políticos e da participação de instituições civis organizadas que buscam a implementação de um desenvolvimento mais equitativo.

Segundo Couto Rosa (1999, p. 5)¹⁶, “o espaço rural se urbanizou e a agricultura, que por vocação possuía seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, se integrou no contexto da economia, respondendo por um alto índice de desemprego e degradação das condições de vida do trabalhador rural”.

A complexidade deste conceito e sua aplicabilidade envolvem algumas características no que tange o desenvolvimento rural na América Latina. a) a existência de muitos vazios demográficos em diversos países (Brasil, Peru, Argentina, Chile); b) a baixa densidade demográfica dificulta a incorporação destas áreas, muitas vezes isoladas geograficamente, a uma política de desenvolvimento rural mais eficaz; c) concentrações demográficas em muitos países são caracterizadas como uma população eminentemente urbana¹⁷, o que leva a uma dificuldade de estratificar as atividades agrícolas (e seu processo de industrialização) e não-agrícolas dadas a proximidade das atividades econômicas configuradas como “urbana e rural”.

¹⁵ Na realidade brasileira, é difícil estabelecer o que é rural e o que é urbano. Abordando-se o caráter espacial, o rural hoje é uma continuação do urbano; abordando-se as atividades produtivas, o urbano não pode ser identificado apenas como o local onde se desenvolve as atividades industriais, nem o rural o local onde apenas se praticam atividades ligadas à agricultura e à pecuária. O espaço rural brasileiro passou por um processo de urbanização nas últimas décadas, dado o processo de industrialização da agricultura (formação dos Complexos Agroindustriais) e da consequente incorporação de atividades urbanas, em locais definidos como rurais.

¹⁶ COUTO ROSA, S. L. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. *37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural-SOBER*, Foz do Iguaçu. 1999.

¹⁷ “El porcentaje de población rural en América latina, 23,5%, se asemeja más al del mundo desarrollado, 22,5% en América del Norte y 24,8% en Europa, en contraste con el 80,5% de Oceanía, el 62,3% de Asia y el 62,7% de África”. (PÉREZ CORREA, 2004. p 50).

As ações desenvolvidas na América Latina na promoção do desenvolvimento rural assumem um corolário de ações múltiplas, dadas as necessidades impostas por este novo paradigma (novo rural). Segundo Rodríguez González (2004, p. 15), os principais aspectos que caracterizam algumas destas práticas são:

- 1) valorización de los recursos locales, tanto de los humanos, a través de la capacitación formativa y educativa de los mismos, como de los de la base territorial, para asentar procesos de desarrollo sustentables económica y ambientalmente;
- 2) respuesta a intereses colectivos de perfil marcadamente humano (la sanidad, a la educación o a otros parámetros sociales);
- 3) introducción de procesos de democratización local y la superación de los conflictos sociopolíticos que dificultan el avance y el bienestar del grupo social;
- 4) experiencias que identifican acción por parte de organismos e instituciones local y internacionales (oenegés, fundaciones, administraciones supraestatales, entidades financieras, etcétera), que impulsan programas de desarrollo y favorecen la creación de entidades específicas para el fomento del desarrollo rural.

Para tanto, quanto a este novo modelo de desenvolvimento rural, Ignacy Sachs (2007, p.34)¹⁸ aponta o viés que toma este conceito:

O desenvolvimento rural comporta ao mesmo tempo a geração de grande número de empregos decentes não agrícolas e, portanto, a partir desses conceitos que podemos realmente pensar num novo ciclo de desenvolvimento rural, moderno e baseado nos conceitos de um desenvolvimento incluyente e sustentável.

Verifica-se que mediante a dificuldade para uma formatação de um conceito de desenvolvimento em espacialidades tão diferentes, com implicações distintas quanto à aplicabilidade das estratégias e ações políticas e, conseqüentemente, dos objetivos postos. Percebe-se que o único elo entre as políticas de desenvolvimento rural é o da intervenção em um “espaço agrário” com o propósito de estabelecer uma melhor condição de vida, socioeconômica, ambiental, política, etc., às populações ali estabelecidas e afetadas pelo rol de práticas implementadas.

As várias nuances apresentadas, quando da aplicação de políticas de desenvolvimento rural, estabelecem uma múltipla coesão entre as práticas setoriais definidas pelos paradigmas

¹⁸ SACHS, I. Ideias sustentáveis. In: NASCIMENTO, E.P. & VIANNA, J. N. (org.). *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro:Garamond, 2007. p.21-41.

vinculados¹⁹ e a realidade local. A essência destas políticas (paradigmas) possibilitam, segundo Rodríguez González (2004, p. 16), “valorización de los a las diferentes perspectivas que se adoptan, tanto en relación al momento temporal concreto y al espacio de referencia como respecto a la línea sectorial dominante”.

Entende-se que as variadas ações e seus contornos de políticas de desenvolvimento rural culminavam, especificamente, em um direcionamento produtivo (agrícola) e que a adoção de novos conceitos, em que foi estabelecido um caráter multifuncional ao território, apontou uma visão integral das dinâmicas (sociais, ambientais, econômicas, humanas, etc.), permitindo mensurar uma maior (ou não) integração entre o desenvolvimento econômico e social (em todas as perspectivas) no seu entorno e por meio de um novo componente: a sustentabilidade territorial²⁰.

Conforme aportam as palavras de Maya Frades (2004, p.24):

El impulso de los espacios rurales se debe hacer considerando el desarrollo rural como una acción conjunta desde diferentes políticas y ámbitos sectoriales. Se entiende, pues, como la vertebración y articulación social y económica de los territorios rurales con criterios de solidaridad, sostenibilidad y cohesión. Debe realizarlo la propia población local en un proceso ascendente de abajo a arriba.

Verifica-se atualmente a incorporação de uma nova concepção de desenvolvimento rural enfocando-se o aspecto territorial, contrapondo-se às políticas governamentais de desenvolvimento rural, que sofrem influência de grupos de pressão (oligarquia agrária) para um continuísmo arcaico de modelo “setorial” de desenvolvimento.

A utilização do enfoque geográfico e territorial surge como uma necessidade de combater entraves ao fomento de uma política de desenvolvimento rural pautada na equidade social e de gênero; na sustentabilidade econômica, ambiental, social, cultural e coletiva, bem como, na geração de processos e/ou instrumentos institucionais e políticos que possam permitir a participação, e da consequente dotação de poder de decisão dos distintos atores

¹⁹ A imposição de algumas políticas postas de cima para baixo nem sempre se coadunam com a perspectiva a serem absorvidas pela comunidade local, dadas as diferenças de compreensão, aplicação e condução. Desta maneira a aplicabilidade de alguns paradigmas tem que abster-se fundamentalmente do tipo ou concepção da sociedade local aprendida (gestada e/ou desenvolvida).

²⁰ Segundo Rodríguez González (2004, p.18): “En la década de 1990, sobre todo en su segundo quinquenio, dentro del paradigma del desarrollo rural se afianza el concepto de sostenibilidad. Desde la Cumbre de Río de 1992, este término adopta un carácter básicamente ambientalista, enfocado al mantenimiento de un equilibrio ecológico-natural, aunque con posterioridad se amplía su significado hacia procesos de base económica y también social. Se consolida así un novedoso enfoque que presenta como objetivo el impulso de procesos sostenibles desde una perspectiva integral”. Ademais, a incorporação do conceito de sustentabilidade estabelece um desenvolvimento rural que tenha por característica um processo endógeno.

sociais rurais na concepção, adoção, manutenção e melhoramento de projetos voltados para o desenvolvimento do seu próprio território²¹. Consolida-se uma nova relação de poder, uma nova dinâmica das relações institucionais e, portanto, uma reconfiguração territorial.

Estes entraves estão configurados na realidade da América Latina, e urge a aplicação de um modelo de desenvolvimento rural que tenha como enfoque a questão territorial. Em estudo realizado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA)²², a necessidade de aplicação deste corolário se dá em razão de alguns fatores, conforme aponta Pérez Correa (2004, p.60-62), os quais se interpreta sucintamente:

- 1º - resultado pífio do modelo de desenvolvimento rural convencional, que é incapaz de reduzir a pobreza rural e o impacto desta na pobreza urbana, assim como, frear os fluxos migratórios do campo em direção a cidades;
- 2º - reformas estruturais pouco significativas no intuito de resolver os problemas do desenvolvimento, não apenas persistindo a pobreza, como também aumentando a concentração de riqueza e o acesso a fatores de produção como a terra;
- 3º - cortes em investimento em infraestrutura rural, acarretando uma diminuição na capacidade de competição da economia rural;
- 4º - manutenção da importância relativa da agricultura como estratégia de atividade econômica para diversas regiões, enfrentando no mercado externo políticas protecionistas impostas por blocos econômicos mais desenvolvidos.
- 5º - crescimento das atividades econômicas não agrícolas no meio rural, bem como, incorporação de traços urbanos ao espaço rural. Esta característica impõe uma nova dinâmica nos movimentos migratórios, como também, incorpora uma nova forma de organização social, laboral e cultural no espaço rural.
- 6º - degradação dos recursos naturais pelo uso excessivo/intensivo de tecnologia (sobrexploração), rompendo a capacidade de suporte ambiental ou por uma utilização inadequada dos mesmos, como mecanismo de sobrevivência por parte de uma população mais pobre.

²¹ Compreende-se este processo como uma política de desenvolvimento rural enfocada no seu aspecto territorial e que conduziria evidentemente a uma nova denominação de desenvolvimento rural, chamado Desenvolvimento local, estabelecido por uma realidade complexa e ampla, e associada a ações coletivas e inovadoras (em resposta as necessidades vigentes), e definidas pelas potencialidades dos atores locais, integradas a atores macros.. Segundo Buarque (1998), o desenvolvimento local é configurado por um: "processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas." In: BUARQUE, S.C. (1998) *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. INCRA/IICA. Brasília, p.105.

²² É o organismo da Organização do Estados Americanos (OEA) especializado em agricultura do Sistema Interamericano, criado por resolução do Conselho Diretor da União Pan-Americana em outubro de 1942. Os objetivos do IICA são: estimular, promover e apoiar os esforços dos Estados Membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural. Presta cooperação técnica de acordo com as diretrizes e prioridades das políticas governamentais de seus 34 Estados Membros para o setor agropecuário. Essa cooperação fundamenta-se, basicamente, no fortalecimento institucional para alcançar suas metas de desenvolvimento agrícola e melhoria do bem-estar rural, com ações de atividades que tenham efeito multiplicador e duradouro. Fonte: http://www.ica.org.br/index_InfoInstitucional_Apresentacao.htm

7º - diminuição do carácter interventivo estatal no meio rural, em razão da desestatização de funções antes conduzidas pelo Estado.

A presunção de uma política de desenvolvimento rural uniforme é um equívoco em razão das diferentes conformações existentes em cada território. A evolução deste conceito pode ser representada segundo Gómez de La Iglesia & Oiarzabal ²³ (2002, p.15):

El carácter de territorialidad del desarrollo económico local, que dio lugar a conceptos como el de "política económica espacial" ha ido evolucionando hacia el de "desarrollo sostenible" en busca de una cohesión social que haga compatible la sostenibilidad económica con la medioambiental y la sociocultural de un territorio. Así, se entiende que la política económica local combina hoy, necesariamente, las políticas económicas, las de ordenación del territorio y las políticas culturales.

Assim sendo, percebe-se que a identificação de um projeto de desenvolvimento rural (local), é concebida de forma diferente (espacialmente e temporalmente), devendo-se analisar os aspectos de configuração territoriais²⁴, atrelados ao conjunto de símbolos que caracterizam o homem, o espaço e o processo de formação desta identidade. Para alcançar um desenvolvimento local, tendo como ênfase o território, deve-se emancipar da conceitualização rural-urbano, visto que as dinâmicas impostas pela identificação de um novo rural não permitem diagnosticar com veemência as múltiplas relações destes espaços (e não setor) no que tange as diversas categorias de sustentabilidade (em todos os seus enfoques), por estarem demasiados intrínsecos na contextualização e formação desta nova identidade de desenvolvimento.

1.2. Pressupostos teóricos do Desenvolvimento Local

A teoria do desenvolvimento local surge, segundo Márquez Domínguez (2009, p.6)²⁵, “como propuesta y respuesta al subdesarrollo y como una alternativa a la crisis y a las teorías del desarrollo, (...), ligado a las potencialidades endógenas del territorio, sin embargo, sólo

²³ GÓMEZ DE LA IGLESIA, R. & OIARZABAL, A.. *Economía Social, Nuevos Yacimientos de Empleo y Desarrollo Local*. Seminario Internacional. Vitoria-Gasteiz: Xabide, Gestión Cultural y Comunicación, 2002.

²⁴ A conformação do desenvolvimento local e do dinamismo que lhe é inerente, “deve ser visto como espaço e não como setor”. Ver ORTEGA, A.C. Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas,SP:Editora Slínea;Uberlândia, MG:Edufu, 2008. p.81-2.

²⁵ MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ, J. A. Planificación estratégica y desarrollo local. In: MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ, J.A.(Editor). *Aportaciones internacionales para el desarrollo local*. Huelva: Universidad de Huelva, 2009. p.6

recientemente se ha descubierto como una escala válida y adecuada para plantear estrategias generales de desarrollo”.

Conforme retrata Márquez Domínguez (2009), as transformações ocorrida com o advento do neoliberalismo a partir dos anos 1990, pressupõe uma readequação das estratégias de planejamento e produção, tendo como aspectos dialéticos a escala local e global. Neste cenário, o desenvolvimento local difunde-se compondo o rol de características que levam ao desenvolvimento sustentável, incluindo o território como elemento propulsor do desenvolvimento local.

Segundo Pérez Ramírez & Carrillo Benito (2000, p.49)²⁶, pode-se configurar os pilares do desenvolvimento local nas seguintes categorias²⁷.

a) POLÍTICAS ECONÓMICAS SECTORIALES. En primer lugar, las políticas sectoriales, cuyos objetivos deben ser, entre otros, la mejora de la eficiencia y productividad en los tres sectores productivos. Para ello, las mejoras permanentes en la formación y cualificación de la mano de obra, junto con las innovaciones tecnológicas, su control y difusión, constituyen los pilares básicos del desarrollo local.

b) POLÍTICAS TERRITORIALES. La dimensión territorial está cobrando importancia, por lo que no parece posible entender el desarrollo local, si no se tiene en cuenta el papel que juega la "dimensión Local (el territorio)". Este tipo de políticas, que al fijar el marco de actuación espacial de los tres sectores productivos por un lado, y del Mercado Laboral por el otro, juegan un papel destacado en el desarrollo local, pues son las que facilitan la utilización y la forma de administrar y gestionar los Recursos Endógenos (como la mano de obra cualificada, las infraestructuras, los recursos naturales, etc.). Por lo tanto, son las políticas territoriales las que permitirán crear un entorno económico Local favorable.

c) POLÍTICAS MEDIOAMBIENTALES. Por último, las políticas medioambientales, que fijan el marco de actuación a las anteriores (Sectoriales y Territoriales), conjugando la conservación, defensa y mejora de los recursos naturales (agua, aire y suelo). Estas políticas están adquiriendo cada vez más un impulso ascendente, muy vinculadas a las nuevas demandas sociales de los ciudadanos; orientando el crecimiento y Desarrollo Económico Local por esta vía en una sola dirección, pero que lleva implícita dos palabras con mucho contenido cualitativo: calidad y respeto ecológico. Así, el mantenimiento del medioambiente constituye un factor estratégico para el desarrollo local, no sólo porque supone una importante mejora de la Calidad de Vida de la población, sino también y sobre todo, porque la calidad del entorno se ha convertido en una ventaja competitiva para la Localización y ubicación de las empresas. Por ello, las Políticas Económicas dirigidas a detener el deterioro del medioambiente y a

²⁶ PÉREZ RAMÍREZ, B. & CARRILLO BENITO, E. El modelo teórico del desarrollo local. In: PÉREZ RAMÍREZ, Bartolomé & CARRILLO BENITO, Emílio (coords). *Desarrollo local: manual de uso*. Madrid: MESIC Editorial - FAMP, 2000.

²⁷ Alguns autores denominam estas características de forma diferenciada, entretanto, tem-se como elemento principal, o ambiental, o social, o econômico em conformação como o local (território).

proteger la calidad de los recursos naturales están adquiriendo, progresivamente, un valor estratégico en el desarrollo local.

A implantação de uma política de desenvolvimento local não é tarefa fácil, em razão de a mesma possuir características únicas (não existindo, portanto, uma fórmula para sua aplicação), em razão de que o principal *ator/gestor* é formado pela comunidade local, dotada de características que contribuem na conformação de sua identidade (cultural). Assim, cabem às forças locais o papel e a tarefa de remodelar as relações que constituem aquela determinada sociedade, buscando inserir no seu contexto uma série de ações que possam culminar com a implantação de estratégias que levem cabalmente a um desenvolvimento local. Conforme Márquez Domínguez (2009, p.13):

La consolidación de los municipios, (...), necesita de la elaboración de un Plan Estratégico para su desarrollo, con el objetivo de perfilar su identidad y las bases para el avance social y económico que posibilite las oportunas estrategias y toma de decisiones políticas, sobre la base del fomento de la equidad, la eficiencia territorial y la mejora de la calidad de vida.

A necessidade que faz aportar a elaboração de um plano estratégico para gerar um processo de desenvolvimento local se evidencia quando se direciona a atenção para o território. A visualização de um território compreende em princípio identificar todos os elementos que possam ser vetores do processo de desenvolvimento (no âmbito local e regional) e, para tanto, deve-se criar no intelecto coletivo (considerando as instituições públicas e privadas) a ideia de poder de transformação local. Devem-se pautar questões identificadas com os problemas centrais vivenciados pela comunidade, cujo projeto vislumbre progresso econômico, atuação política, equidade social e ambiental, bem como os aspectos culturais. Todos estes elementos é que dão conformação ao território - em verdade constituem uma territorialidade a ser produzida, materializada. A criação de estratégias sugere impulsionar um processo de desenvolvimento endógeno que será a mola mestre para fomentar e impulsionar algumas mudanças necessárias no local e sua integração ao regional/nacional, considerando que há uma ampliação profunda nos níveis de escala quando se coloca em curso um processo desta natureza.

Segundo Márquez Domínguez (2009, p.13), “el plan estratégico debe ser un documento que oriente en los procesos de desarrollo endógeno que cubrirán diferentes objetivos específicos”:

- 1) dinamizar social y culturalmente la provincia;
- 2) mejorar el nivel de las infraestructuras básicas y la articulación de su territorio;
- 3) modernizar y diversificar las actividades económicas;
- 4) fomentar y apoyar el asociacionismo;
- 5) apoyar empresas y cooperativas;
- 6) favorecer la industria, especialmente la agroalimentaria, y la artesanía;
- 7) mejorar los niveles técnicos y de capacitación de la población;
- 8) integrar e impulsar el papel de la mujer y los jóvenes en el desarrollo;
- 9) propiciar la utilización de recursos renovables propios en la producción de energía;
- 10) recuperar y conservar el patrimonio natural y cultural;
- 11) impulsar el turismo rural, identificando oportunidades concretas;
- 12) investigar nuevos mercados y consolidar los existentes.

Compreende-se que o desenvolvimento local deve ter todas as suas raízes no processo de desenvolvimento endógeno, combinando efetivamente com alguns elementos do processo exógeno (principalmente no tocante ao financiamento). Inicialmente, para potencializar o desenvolvimento endógeno, é fundamental incluir uma série de políticas voltadas à capacitação pessoal (capital humano), fornecendo instrumentos/mecanismos para compreensão e incorporação da nova realidade.

Ademais, para uma efetiva qualificação do capital humano, faz-se mister dotá-lo de recursos técnicos, estruturais, financeiros e analíticos, para que se possa modificar a realidade cotidiana mediante a concepção de novos modelos/conceitos, os quais possam ser utilizados de maneira sustentável e includente. Tais perspectivas de incorporação de conceitos, instrumentos e métodos de análise serão importantes para a formulação de um novo capital humano (local), e principalmente potencializador de uma nova força motriz, capaz de superar os obstáculos e criar alternativas produtivas/atividades que estejam ao seu alcance, diante de sua realidade.

A impulsão destes elementos (de desenvolvimento endógeno) somente será possível mediante a incorporação plena e cotidiana dos agentes indutores deste desenvolvimento (atores/população local), concretizadas as fases que supõem a construção de uma nova e multifacetada identidade territorial.

1.3 Áreas de Assentamentos como estratégia de Desenvolvimento Local

O processo de reforma agrária pode ser entendido como um elemento de transformação integral de um território, que afeta inúmeros componentes de cunho social, econômico, cultural, ambiental, etc. Entende-se que este processo de transformação avança quando se adotam novos paradigmas (não apenas produtivistas).

A instalação de uma área de assentamento, em primeira instância, se constitui em uma política redistributiva²⁸ de caráter socioeconômico; posteriormente, configura-se em instrumento centrado em uma multiplicidade de enfoques relacionados com a sustentabilidade e o desenvolvimento humano e territorial²⁹.

Assim, é de fundamental importância ter como referência a existência de diferentes recortes territoriais em uma mesma espacialidade, construídos a partir dos assentamentos, entendidos como áreas de influência e de constituição de determinadas redes de relações econômicas, sociais e políticas - que podem coincidir com um município, com um conjunto de municípios ou ainda com partes deles. Com isso, assume-se que há processos múltiplos a serem considerados que antecedem o assentamento, são concomitantes a ele e o sucedem. Ou seja, falar em impactos regionais dos assentamentos rurais implica perceber diferentes dimensões e escalas de influência destas relações sociais, econômicas, políticas e ambientais, que se desenvolvem como um processo, em espaços e tempos marcados e delimitados pela própria criação dos assentamentos, mas que levam à necessidade de atentar para as condições anteriores da "região"³⁰ dos assentados (LEITE, 1998)³¹.

²⁸ Quando da doação de terras e recursos financeiros para a instalação dos assentados.

²⁹ “A sustentabilidade parece conter ou contemplar um movimento social histórico, ser um elemento agregador e mediador, portador de um projeto de mudança universalizante, com fôlego para articular setores sociais díspares provenientes de movimentos sociais, de agências estatais, do mundo acadêmico e das ONGs. A identidade que parece integrar esta multiplicidade seria a orientação para o desenvolvimento de uma sociedade sem desigualdades sociais ou uma sociedade sustentável”. Ruscheinsky, Aloísio. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: RUSCHEINSKY, A.(org.). *Sustentabilidade uma paixão em movimento*. Porto Alegre:Sulina, 2004. p.19.

³⁰ Compreender o *locus* onde esta localizado um assentamento pressupõe visualizar o o papel que aquele espaço significava nas relações societais (dos presentes e dos inseridos/incorporados), compreendendo sua dinâmica produtiva e a incorporação de novos conceitos, quanto a sua funcionalidade, para que deste modo, as transformações que possam ocorrer (e/ou ser necessárias), não distoem da capacidade/perfil (condicionantes/limitadores) do locus. Tal realidade é presenciada quando criação de assentamentos em regiões onde a capacidade produtiva é limitada e a infraestrutura condiciona uma vulnerabilidade excessiva dos elementos que compoem a sustentabilidade (econômica, social, ambiental, cultural, etc) de determinadas áreas.

³¹ LEITE, Sérgio. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável . Fortaleza/CE. 1998 p.18. Disponível em: http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_27.pdf Acessado em 15/09/2010.

Segundo definição do Conselho da Comunidade Solidária, a incorporação de uma nova forma de desenvolvimento, com estratificação local, pode assim ser definida (COUTO ROSA,1999, p. 7)³²:

(...) é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais'. Ainda completa que 'o conceito de "local" não é sinônimo de pequeno e não alude necessariamente à diminuição ou redução (...) o "local" não é um espaço micro, podendo ser tomado como um Município ou, inclusive, como uma região compreendendo vários Municípios.

Para a realização deste processo de desenvolvimento de caráter local (sustentável e incluyente) no tocante as áreas de assentamentos fazem-se necessário a elaboração de uma série de estratégias como aponta Couto Rosa (1999, p. 6-10):

- 1) um novo conceito de representatividade política;
- 2) uma revisão das instituições de extensão rural e assistência técnica;
- 3) acompanhamento permanente, além de novas linhas de ação e de novos modelos administrativos;
- 4) discutir os interesses e viabilidades locais;
- 5) a gestão ambiental deve ser introduzida e reforçada;
- 6) promoção da capacitação da população rural;
- 7) metodologias deverão ser adequadas às suas necessidades;
- 8) ações de implementação e de gestão social;
- 9) desenvolvimento dos capitais humanos e sociais;
- 10) estímulo à produção e mercado;
- 11) responsabilidades comuns entre os cidadãos e o Estado;
- 12) adensamento de políticas públicas regionais e locais;
- 13) base de informações desagregada espacialmente.

Para tanto, compreende-se que o processo de desenvolvimento local (sustentável e incluyente), configura-se em uma estratégia de um desenvolvimento rural mais amplo, direcionado a promoção de um espaço dinâmico com ações de caráter local, amparado nas proposições de uma metodologia descentralizada (da ação estatal) e exacerbada pela participação coletiva, determinando a efetivação de um desenvolvimento realmente sustentável³³.

³² COUTO ROSA, S.L. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural-SOBER, Foz do Iguaçu.1999.

³³ Para tanto, Couto Rosa (1999, p.10) assegura que a prática destas estratégias de desenvolvimento local poderá ser tangível, no momento em que: "o agricultor familiar é colocado como o sujeito histórico do processo.

Segundo Leite (1998, p.18), o processo de reforma agrária oferece uma congruência entre o crescimento e o desenvolvimento econômico e social, quando compatibilizado a “administração do fluxo de famílias assentadas e do estoque de patrimônio fundiário (arrecadado ou a ser arrecadado) em um compasso mais estreito ” , aferindo-se com mais percepção os impactos “locais/regionais” em razão da criação de novas áreas de assentamentos e conseqüentemente da execução das estratégias de desenvolvimento local, principalmente quando observado a capacidade de inovação dos agentes sociais/coletividade dos assentamentos.

Também é preciso dimensionar cuidadosamente o peso e a relevância dessas unidades de reprodução sócio-econômica no panorama local. Tal dimensionamento deve levar em conta os fatores mencionados ao longo desse trabalho (eixos e indicadores), bem como o "custo de oportunidade" de corroborar tal iniciativa frente aos demais eventos sociais, contrastando-os aos objetivos inicialmente pretendidos. (LEITE,1998, p.14).

Esta composição de fatores e o dimensionamento dos assentamentos proporcionarão uma maior responsabilização dos órgãos públicos (nacionais e subnacionais) encarregados da formulação e execução das políticas de reforma agrária, no tocante a definição de estratégias correspondentes a cada um destes órgãos, possibilitando uma ampla discussão entre os sujeitos sociais envolvidos no processo de um desenvolvimento local sustentável e incluyente.

1.4. Elementos para alcance da sustentabilidade em áreas de assentamento: aspectos elementares.

O desenvolvimento sustentável não se refere a uma meta tangível, a qual se pode alcançar num tempo específico e determinado, mas refere-se à “a la posibilidad de mantener un equilibrio entre factores que explican un cierto nivel de desarrollo del ser humano, nivel que es siempre transitorio, en evolución y, al menos en teoría, debería ser siempre conducente a mejorar La calidad de vida de los seres humanos” (DOUROJEANNI, 1999, p.03)³⁴.

Quando estimulado a produzir na nova dinâmica social torna-se parte ativa do contexto do projeto de desenvolvimento rural. Ele deverá se fortalecer suficientemente como produtor, ampliando sua renda e as condições de vida, educação, lazer e saúde para si e sua família. Atingirá sua autonomia e consolidará sua cidadania participando da construção de sua história pessoal, da sua propriedade e de sua localidade”.

³⁴ DOUROJEANNI, A. La dinámica del desarrollo sostenible y sustentable. Comisión Económica para América Latina y Caribe (CEPAL), LC/R 1925, Santiago do Chile, julio, 1999. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/0/4490/lcr1925s.pdf> acesso em 08 de abril de 2008.

Assim sendo, o desenvolvimento sustentável resulta de um conjunto de decisões dentro de um processo que mesmo sendo mutável e não estático, oferece a possibilidade de equilibrarem-se os diversos fatores econômicos, sociais e ambientais, a fim de atender às necessidades da sociedade, proporcionando assim uma melhoria na qualidade de vida dos seres humanos. Além disso, deve estar vinculado à interação existente entre os habitantes e os recursos de uma ou mais regiões. É através das decisões tomadas pelos indivíduos que se pode alcançar o equilíbrio desses fatores e conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável. Seu objetivo não é salvar a terra, mas pelo menos torná-la mais apta para atender às necessidades da espécie humana em longo prazo.

Os fatores da sustentabilidade³⁵, sejam eles econômicos, sejam eles sociais ou ainda ambientais, implicam em aspectos referentes ao desenvolvimento econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental. O conceito de sustentabilidade não se encerra nesses três aspectos, muito embora eles possam representar uma boa porcentagem dele, pois se sabe que existem outras variáveis envolvidas, que se encontram vinculadas às categorias de qualidade de vida e à interação entre habitantes, bem como aos recursos regionais disponíveis, que podem ou não ser controlados pelo homem, o que faz com que uma sociedade passe por um processo de incerteza, no sentido de que não existe um modelo a ser seguido e da complexidade, considerando o conjunto de variáveis a serem trabalhadas para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Compreendemos que todas as ações humanas se refletem no meio ambiente, atingindo os diversos cenários a qual estamos inseridos. O homem deve procurar interagir com natureza³⁶ de modo a minimizar os possíveis danos desta “interação”.

O alcance do desenvolvimento sustentável apenas será possível quando a sociedade estiver preparada e disposta a administrar a gestão de possíveis conflitos entre metas sociais, econômicas e ambientais, para que assim possa contornar situações indesejáveis. Isso requer, portanto, uma boa capacidade de governabilidade e compromisso com a causa. Todos deverão buscar um conhecimento não superficial, ao contrário, deve-se aprofundar acerca dos elementos que se encontram dispostos, para que possam tomar decisões com capacidade de

³⁵ A sustentabilidade na agricultura deveria estar calcada, basicamente, na superação da limitação imposta às atividades agrícolas pelas diretrizes advindas da Revolução Verde.

³⁶ A natureza é a base da vida humana, sem a natureza, não há matérias-primas para a transformação da mesma pelo homem através do trabalho e conseqüentemente de suas formas de produção e reprodução, de sua riqueza social, política e principalmente econômica. O desenvolvimento sustentável e sustentado é alcançado através do equilíbrio de uma trilogia social, econômica e ambiental.

antever seus resultados, sua capacidade integrativa e seus desdobramentos socioterritoriais, tanto em escala local quanto regional.

Com o novo padrão de acumulação da economia nacional, percebe-se a interdependência não apenas de fatores e setores de produção, mas, sobretudo, de territórios, que replicam em elementos tanto endógenos³⁷ como exógenos³⁸ à economia local (e consequentemente ao desenvolvimento sustentável), que devem ser considerados nas intervenções desenvolvimentistas.

O processo de desenvolvimento endógeno, afeta todos os níveis da vida seja econômico, social, cultural, ambiental, educacional e institucional. Para ter maior legitimidade requer validação pela opinião dos agentes envolvidos, isto é, respaldo por parte dos agentes locais. O desenvolvimento local só é possível se contar com aceitação e atitude positiva da população. Para tanto, faz-se mister, estimular a participação dessas pessoas no processo. Esse processo reconhece a necessidade de mapeamento e fortalecimento das instituições, e em economias que apresentam fragilidades desta natureza, sobretudo em América Latina, as instituições governamentais apresentam papel fundamental na apresentação de propostas e na garantia de espaços democráticos que permitam seus redirecionamentos, despertando o interesse e a participação popular. Evidentemente envolvem-se neste contexto as empresas públicas, as empresas privadas, os sindicatos, as associações de classe, as universidades, e os demais órgãos nos âmbitos federal, estadual ou municipal.

As políticas que favorecem o modelo exógeno prevalecem, sobretudo, do ponto de vista econômico, e esse fato evidencia as dificuldades de conciliação das duas esferas (endógena e exógena), muito embora elas sejam necessariamente complementares. Esta necessidade de relacioná-las é fundamental para poder atingir o local de forma coesa e integral, principalmente no que tange a um redirecionamento das instituições, dos Estados nacionais e subnacionais, buscando redimensionar a tomada de atitudes/decisões e sua conseqüente centralização/descentralização no tocante “à popularização do processo de formulação de políticas públicas, ou ainda da abolição de direitos sociais, bem como descartando o combate à pobreza como um princípio que nutre o bem estar ambiental” (RUSCHEINSKY, 2004, p.18).

³⁷ Refere-se a um cenário local de desenvolvimento e por isso mais limitado. Quando um município consegue trabalhar com seus próprios recursos, sem necessitar de intervenções externas.

³⁸ Sofre intervenção de fatores externos. Representa um cenário mais aberto, mais amplo, onde há interação entre os diversos setores de diversas localidades.

No tocante a sustentabilidade dos Projetos de Assentamentos, Costa Neto & Anjos (s/d, p.03) ³⁹ enfocam as dimensões sociais da sustentabilidade – incluídos os elementos de qualidade de vida - em assentamentos rurais no Brasil:

(...) não se pode perder de vista que os problemas sociais relacionados com a agricultura - como a concentração fundiária e a concentração de rendas, as precárias condições de trabalho ou mesmo a fome e a miséria - são problemas muito mais antigos. E o processo histórico que resultou nas atuais discussões sobre a noção de sustentabilidade tem origem no agravamento dos problemas ambientais, principalmente a erosão dos solos, a contaminação dos recursos hídricos e a destruição das florestas. Portanto, parece coerente a ‘inclinação’ para as questões naturais.

O que vai determinar uma maior qualidade na escala de vida e de desenvolvimento sustentado são as prioridades determinadas pelos objetivos econômicos, sociais e ambientais em cada sociedade e que serão determinados por suas relações sociais, que definirão dentro de suas sociedades o seu sistema (modo de produção). Na busca desse ideal de equilíbrio, procura-se conciliar esses três objetivos de modo estável, mesmo em face de uma ordem de prioridade distinta, a fim de ser alcançado um nível desejável de desenvolvimento sustentável, que tem difícil definição.

No que se refere à obtenção deste objetivo, a sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento (seja ele local, ou não) concebe o posicionamento distinto dos chamados sujeitos (sociais, econômicos, políticos), por meio de suas ambições, visões sociais de mundo e concepções quanto à definição de sustentabilidade, conforme descreve Ruscheinsky (2004, p.19):

De um lado, uma tradição de cunho culturalista que compreende o nascedouro da sustentabilidade como resultado de alterações culturais, de difusão de um ideário e mudança de valores e de comportamentos, (...), com um novo estilo de vida, hábitos e ideias, com o cultivo do lazer sem culpa, do novo formato de solidariedade com a natureza, tudo baseado numa perspectiva pós-materialista graças à satisfação das necessidades básicas. De outro lado, compreende-se que a emergência da sociedade sustentável compreende o desenvolvimento de ações coletivas que venham a enfrentar as desigualdades sociais ou emerge como resultado de mudanças sociais e econômicas contemporâneas que permitem novo formato organizativo da sociedade. É a ênfase que privilegia os atores sociais, o reordenamento

³⁹ COSTA NETO, C.; ANJOS, M. B. *Dimensões sociais da sustentabilidade em assentamentos rurais no Brasil: um enfoque teórico-metodológico*. s.d. 15p. Disponível em: <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/15.pdf>. Acesso: Maio de 2007.

jurídico, o Estado de compromisso, as alterações dos condicionamentos sociais e as bases de sustentação material da vida.

Para que o desenvolvimento ocorra com maior rapidez, deve estar em contato com outros territórios, ou seja, não se fazendo de forma isolada, pois se assim ocorre será muito limitado, muito embora seja mais seguro para a localidade em questão que não sofrerá dependências externas nem seus recursos naturais serão expropriados.

Entendemos que se faz necessária uma recomposição/reformulação de ideias que possam compreender uma sociedade sustentável, baseada no desenvolvimento de ações de cunho coletivo, que possam enfrentar as desigualdades sociais, possibilitando como resultantes desta base coletiva, uma série de mudanças sociais e econômicas que permitam uma nova forma de organização da sociedade. Tal premissa é corroborada por Ruscheinsky (2004, p.19): “É a ênfase que privilegia os atores sociais, o reordenamento jurídico, o Estado de compromisso, as alterações dos condicionamentos sociais e as bases de sustentação material da vida”.

Com este tipo desenvolvimento tendo o território como referência, produz-se um processo de transformação qualitativa da estrutura do sistema econômico de determinada região, através da ordenação sistemática de um conjunto de decisões e medidas necessárias à elevação da renda e da qualidade de vida da comunidade, a menores custos e com maior rapidez. A política de desenvolvimento deve considerar as profundas transformações econômicas, sociais e políticas que estão ocorrendo no mundo moderno e globalizado, incluindo todas as oportunidades e desafios que são inerentes a esse processo.

Para Cavalcanti (1995, p.17)⁴⁰, a economia da sustentabilidade se refere a uma:

(...) preocupação justificada com o processo econômico na sua perspectiva de fenômeno de dimensão ecológica, sujeito a condicionamentos ditados pelas leis fixas da natureza, da biosfera. É uma forma de exprimir a noção de desenvolvimento como fenômeno cercado por certas limitações físicas que ao homem não é dado a elidir.

Existe uma combinação suportável de recursos que são imprescindíveis para a realização do processo econômico. É por meio da conciliação de condições econômicas e

⁴⁰ CAVALCANTI, C.. Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

ambientais que o ecossistema opera eficientemente. Isto é, “não se pode aceitar que a lógica do desenvolvimento da economia entre em conflito com a que governa a evolução da biosfera”, conforme afirma Cavalcanti, (1995, p.18). Portanto, a economia e a natureza não podem entrar em conflito, elas devem se integrar, ainda que a conformação de uma economia da sustentabilidade contemple uma série de funções ecossistêmicas, que se conforma em padrões e que não se modificam sem causar danos, pressupondo uma necessidade de equilíbrio/estabilidade diante de perturbações suscitadas pelas ações/atividades humanas. As estruturas econômicas se encaixam dentro de referências físicas, biológicas, geológicas e também químicas, que fazem parte do eixo de atuação humano.

A economia defende constantemente a mudança de paradigmas (ao interesse do capital, por quaisquer motivos endógenos ou exógenos), alegando a necessidade de um deslocamento da ênfase dada ao crescimento contínuo de suas atividades produtivas. Assim, observamos a necessidade de preocupar-se cada vez mais com o meio ambiente e preservá-lo, ao invés de pensar tão somente no crescimento da economia, que não pode ser visto de modo dissociado da natureza⁴¹.

A busca de um desenvolvimento sustentável inclui por parte dos envolvidos um maior esforço (investimentos) como condicionante na tentativa de obtê-lo, inclusive no seu aspecto ambiental (ponto nevrálgico e condicionante). Tal reflexão é compartilhada com Droste y Dogsé Meter (1997, p.90), que dizem:

O aumento dos investimentos, sem embargo, não há de fazê-lo para adaptar-se aos limites que impõe o ecossistema, se não também para mudar estes limites. Os investimentos que se dedicam a pesquisa e produção no âmbito da biotecnologia são um importante exemplo deste último. São investimentos que expõem desafios cujas consequências ambientais e socioeconômicas tem um grande alcance e que afetam em grande medida o sul (do equador).

Baseados nas palavras de Georgescu-Roegen⁴² (1974), e analisando os parágrafos anteriores, pode-se contemplar que: a economia não pode ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, pois não existe atividade humana que não realize tal

⁴¹ “O desenvolvimento sustentável exige que se dediquem maiores investimentos ao setor de meio ambiente, para a proteção e restauração da capacidade de produção e assimilação do capital natural”. DROSTE, B. y DOGSÉ, M.. El desarrollo sostenible: el papel de la inversión. In: DROSTE, B. y DOGSÉ, M. *Medio ambiente y desarrollo sostenible: mas allá del informe Brundtland*. Editorial Trotta:Madrid, 1997. p.89.

⁴² GEORGESCU-ROEGEN, N. Energy and economic myths. In: BURCH, W. & BORMAN, F. H. (orgs.) *Growth limits and the quality of life*. São Francisco: Freeman, 1974.

intercâmbio. Deve ser enfatizada a necessidade de interligação da economia com o meio ambiente, pois o setor econômico é capaz de desencadear mudanças qualitativas diversas no processo. A sustentabilidade econômica deve levar em consideração que os conceitos e métodos utilizados são de certa forma limitada por restrições impostas pelo aspecto ambiental. Do mesmo modo, a sociedade deve estar organizada, para que sua troca de matéria e energia com a natureza não viole certos postulados. Estes mecanismos de respeito ao aspecto ambiental deve-se pautar-se em um modelo sustentável⁴³.

Este modelo sustentável, segundo Cavalcanti (1995, p.19), citando Eriksson comenta:

Um modelo sustentável tem que se basear em fluxos que sejam fechados dentro da sociedade ou ajustados aos ciclos naturais. Este é um desafio ponderável para a compreensão científica das relações entre o homem e seu referencial ecológico, entre sociedade e natureza (...). Na verdade, não há uma economia da sustentabilidade nem uma única forma de chegar aos predicados de uma vida sustentável. Inexiste tampouco uma teoria única do desenvolvimento ecologicamente equilibrado. O que há é uma multiplicidade de métodos de compreender e investigar a questão.

Faz-se necessário o surgimento de uma nova ontologia (realidade), a partir de uma visão holística, ou seja, da percepção ampla de todos os elementos de forma integrada, ao invés de em separado.

Dentro desse contexto, como afirma Rohde⁴⁴. (1995, p.42):

A passagem do atual mundo desintegrado para um em que o desenvolvimento seja sustentado (com sua implícita melhoria da qualidade de vida) exige radical migração da situação presente de insustentabilidade planetária para outro modelo civilizatório. Semelhante transição depende, em grande parte, de mudanças profundas na teoria do conhecimento e nas ciências em geral. Além disso, os princípios, premissas e pressuposições básicas das ciências – seus paradigmas, enfim – têm sinalizações muito importantes em termos de direcionamento da abordagem econômica de uma sociedade sustentada.

A insustentabilidade é resultante de hábitos inadequados e convivência errada com o meio ambiente. Os princípios filosófico-científicos emergentes dos novos paradigmas que

⁴³ Os países centrais pregam o postulado do equilíbrio entre a economia e o meio ambiente, sem no entanto, corresponder as ações por eles adotadas. Um exemplo clássico foi visualizado com a negativa de assinatura (por parte de alguns países) do Tratado de Kyoto, quanto a emissão de gás carbônico.

⁴⁴ RODHDE, G.M.. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, Clóvis. *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

compõem a base da sustentabilidade são: “a) contingência; b) complexidade; c) sistêmica; d) recursividade; e) conjunção; e f) interdisciplinaridade”. (RODHE, 1995, p.48):

É preciso um comprometimento das pessoas com o ambiente em que elas vivem. “O desenvolvimento somente será sustentável na medida em que sustentar, a um só tempo, a natureza e a cultura”, afirma Mendes (1994, p.56)⁴⁵, que são duas circunstâncias humanas. O homem deve tratar o meio ambiente com respeito e cultivando seu potencial. Ele tem a capacidade de mudar o ambiente com sua própria presença e as duas únicas alternativas possíveis de sua relação com a terra são: destruição ou construção. Para ser criador, o homem deve aproximar-se da natureza com os sentidos, além de com a sensatez; com o coração, além de com a experiência.

As relações instituídas em uma sociedade capitalista, não ser vista apenas como um mero elemento econômico, A economia, na escola humana (sob a ótica do desenvolvimento sustentável), deve servir às pessoas, e não os seres humanos servirem à produção, ou ao capital, ou às coisas. Este desenvolvimento orienta-se para a satisfação das necessidades humanas voltando-se especialmente para setores mais pobres, que são os mais carentes de assistência.

A distribuição e utilização dos fatores devem ser equitativas. É preciso que haja a disponibilização do acesso de todos aos recursos necessários, dentro dos limites sociais e ambientais. A constante exploração dos recursos naturais para atender a demanda dos mercados ocasiona a destruição dos chamados recursos interligados, que não apresentam um valor expressivo em termos de mercado, ou seja, representam pouco ou nenhum valor de mercado. Embora esses recursos conexos não tenham demanda em moeda, representam um valor econômico potencial não contemplado nos preços de mercado.

O desenvolvimento sustentável permite a preservação dos estoques de recursos tanto naturais quanto conexos ainda não explorados no mercado. A intensidade e extensão com que os recursos são extraídos podem vir a comprometer o equilíbrio dos ecossistemas, como enfatiza Acsehrad: “(...) alterando regimes hidrológicos e climáticos, empobrecendo solos, diminuindo a capacidade de absorção de CO₂ por maciços florestais etc.”. (1994, p.130)⁴⁶.

⁴⁵ MENDES, A. D. Envolvimento e desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, C.. *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

⁴⁶ ACSELRAD, H.. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CAVALCANTI, C.. *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1994.

Faz-se necessário considerar, nesse sentido, as diferenças existentes entre política ambiental e política de sustentabilidade. Mesmo não sendo antagônicas, essas políticas apresentam níveis diferentes de abrangência e profundidade. O primeiro nível preocupa-se em conter a degradação do ambiente tornando-o mais salutar. O segundo nível, por sua vez, propõe uma mudança nos padrões estruturais vigentes, sejam eles de produção, sejam de consumo, gerando com isso um modelo social que possibilite a sobrevivência ecológica e o desenvolvimento qualitativo da vida humana nas mais diferentes localidades do planeta.

Para que haja uma verdadeira política de desenvolvimento sustentável, é necessária uma boa política ambiental, no entanto, esta não é suficiente. É necessário que ambas sejam implementadas no mesmo movimento, mas sempre com a visão voltada para o imperativo maior da sustentabilidade. Daí surge o desafio de promover uma transformação gradativa e por meios democráticos, de padrões organizacionais e tecnológicos da dinâmica social como um todo, de modo a minimizar o esgotamento dos estoques de recursos não-renováveis e a degradação das bases materiais disponíveis.

Esse contexto da sustentabilidade não se restringe apenas ao aspecto ambiental, abrange além dele o contexto das estruturas sociais (melhoria crescente da qualidade de vida e das oportunidades de crescimento dos indivíduos e da comunidade), econômicas (maior eficiência na produção/ distribuição e realismo orçamentário) e políticas (legitimidade das instituições e dos canais de participação). Refere-se, portanto ao pensamento integrado de mudança e busca de um futuro melhor para toda a humanidade. A confluência desse conjunto de sustentabilidade representa a busca por um modelo de desenvolvimento, na verdade um modelo de sociedade, que seja sustentável no sentido da palavra.

Nas palavras de Ruscheinsky (2004, p.32) :

A possibilidade da sociedade sustentável enfrenta paradoxos socioambientais: de um lado a exigência da ampliação dos direitos, da democracia, da cidadania, da distribuição para a redução da miséria e da pobreza, e de outro o crescimento das corporações internacionais, a concentração de capital e o predomínio do capital especulativo; de um lado a valorização da multiplicidade dos saberes, da participação dos sujeitos ante os problemas ambientais, e de outro a especialização e complexidade que exigem soluções técnicas e a burocracia; de um lado o desenvolvimento da subjetividade, do gosto pela diferença, do enaltecimento da criatividade, da autonomia dos sujeitos, e de outro a massificação do consumo, da informação, entre outros aspectos.

Ao examinarmos o cenário brasileiro, na busca de um modelo de sustentabilidade para o desenvolvimento, é preciso considerar dois fatores essenciais. O primeiro diz respeito à

herança histórica que impôs um modelo predatório de desenvolvimento, de crescimento econômico. O segundo refere-se à identidade cultural do debate acerca da sustentabilidade no país que é muito profundo, ou seja, uma prática predatória cria uma frágil concepção de preservação ambiental, ainda que os instrumentos jurídicos brasileiros sejam extremamente avançados.

A sustentabilidade é dividida em cinco dimensões, que contemplam as diversas inserções de uma sociedade, tanto no ambiente global, como no âmbito local (enfocando os elementos econômico-sócio-territorial), aproveitando-se das vantagens competitivas. Desta forma, para se alcançar esta sustentabilidade busca-se uma inter-relação das múltiplas dimensões do desenvolvimento integrado (social, político, ambiental, cultural, tecnológico e institucional). Estas dimensões segundo Sachs (1993)⁴⁷ correspondem a:

- 1) a social, cujo objetivo é “construir uma civilização do ‘ser’, em que exista maior equidade na distribuição do ‘ter’ e da renda...”;
- 2) a econômica, que parte da “alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado”;
- 3) a ecológica que visa à “regulação dos meios de produção e padrões de consumo”;
- 4) a espacial, identificada com uma “(..) configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas...” e;
- 5) a cultural que visa à “(..) busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção...”

No caso da sustentabilidade dos Projetos de Assentamentos, não existe um parâmetro de base conceitual (oficial) ou mesmo que concretize todos os aspectos das dimensões acima apontadas, mas buscar-se-á discorrer sobre o principal ponto de discussão quanto ao elemento de sustentabilidade, o econômico, expresso contundentemente na formação de renda destas áreas de assentamentos. Entende-se também que o processo de sustentabilidade deve observar a estabilidade, resiliência e equidade social promovida. Além disso, deve-se vislumbrar a capacidade de integração ao mercado agrícola, bem como a inerente caracterização (vantajosa) quanto a sua diversificação, a maleabilidade de seu processo decisório de produção agrícola, incorporando as multifacetadas que compõem o processo de formação territorial, bem como, observando as dimensões da sustentabilidade e as consequentes

⁴⁷ SACHS, I. *Estratégias de Transição para o Século XXI- Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

vulnerabilidades que se sucedem mediante ao processo de formação destas áreas de assentamento.

Neste sentido, compreende-se que o processo de desenvolvimento local, somente poderá acontecer se houver uma sintonia entre os órgãos governamentais, a sociedade local, e principalmente os indivíduos que possam utilizar os instrumentos/políticas/métodos visualizando um “território” local de transformação, e capaz de proporcionar um desenvolvimento sustentável e incluyente.

2. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-ECONÔMICA DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

O presente capítulo é o grande âmago do objetivo inicial desta pesquisa, o estudo de áreas de assentamentos e sua sustentabilidade em todas as suas perspectivas. Sempre que se fala em assentamentos rurais, questionam-se quais são os critérios que definem a funcionalidade, o processo e a caracterização da produção, a formação da renda, ou seja, que elementos condicionam a viabilidade dos assentamentos e quais as condições postas para o funcionamento dos mesmos. Enfim, seria necessária uma série de estudos para se enquadrar a verdadeira faceta dos assentamentos rurais no Brasil, especificamente os assentamentos estabelecidos pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, a partir de 1984, na redemocratização brasileira, o que se denominou de Nova República (coube a José Sarney elaborar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra aprovado pelos militares), e o papel do INCRA no estabelecimento de políticas que possibilitassem estabelecer uma realidade mais justa (socialmente e economicamente) no campo.

A grande preocupação aqui consiste em estudar a viabilidade das áreas de assentamentos dadas às questões que permeiam diversos aspectos e que pressupõe o seguinte questionamento: de que forma se avalia o desempenho econômico dos assentamentos?

Segundo Abramovay⁴⁸(1994), a análise de tal questionamento tem como centralidade o modelo bimodal que caracteriza a nossa estrutura agrícola-agrária, bem como o fato de o processo de reforma agrária não romper com o setor empresarial-patronal existente neste modelo. Desta maneira, Abramovay (2004, p.138-9) pressupõe três distintas análises para o questionamento da viabilidade dos assentamentos, que resumindo são:

- 1) Não existe viabilidade econômica nos assentamentos e isso não pode impedir a luta pela reforma agrária. Daí decorre duas visões básicas, Por um lado, aqueles que falam em reforma agrária como um programa de natureza eminentemente social: em nome do combate à miséria, a sociedade arca o ônus da existência de um setor reformado, (...). Por outro lado, estarão aqui os que definem a reforma como um programa político: é errôneo, é viciado o raciocínio que procura viabilidade econômica nos assentamentos, já que, segundo os pares deste ponto de vista, a viabilidade só pode ser dada politicamente, em tomo de uma opção da sociedade e do Estado;

⁴⁸ ABRAMOVAY, R. Comercialização e clientelismo. In: ROMEIRO, A.. (et. ali). *Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate* - Petrópolis, RJ:Vozes; Rio de Janeiro: IBASE, 1994.p138-139.

2) A viabilidade dos assentamentos é definida em torno do custo de oportunidade do trabalho dos assentamentos. O que importaria computar o autoconsumo como renda: os assentamentos permitiram que os beneficiários atingissem rendas superiores aos outros trabalhadores rurais e também dos trabalhadores urbanos que vivem em situação semelhante à que estavam antes de serem assentados;

3) A viabilidade dos assentamentos é definida em torno de sua produtividade e de sua competitividade. Na maior parte dos casos, as produtividades alcançadas nos assentamentos são inferiores às das médias municipais respectivas. Há várias situações em que estas médias são ultrapassadas pelos assentamentos. A generalização de tais situações conduziria a um aumento da oferta e à própria redução dos preços agrícolas.

Assim sendo, estudar a viabilidade, não apenas no seu aspecto econômico, observando também outros aspectos de sustentabilidade dos assentamentos, exige entender, efetivamente, as potencialidades de cada área e dotá-la de capacidade competitiva no que se refere à unidade produtiva, considerando sua viabilidade, definida em termos de custo de oportunidade⁴⁹. Este ponto parece ser crucial ao se tratar de dados referentes à pobreza rural e à exclusão social, incrustadas em nossa sociedade.

Para tanto, todas estas reflexões acima descritas deveriam ter por análise algo substancial para apoiar as convicções iniciais sobre o processo de Reforma Agrária (e sua sustentabilidade de forma mais ampla). Neste sentido, utiliza-se aqui o relatório desenvolvido pela FAO para refletir, discutir e servir como base dessa tese de doutorado. Posto que, ao se basear as análises em tal relatório busca-se alargar as análises para uma nova conjuntura vivenciada pela sociedade brasileira a partir de reformas, políticas e programas⁵⁰ substanciais de renda, implementados no Brasil a partir de 1996, com os Governos Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, que apresentam rebatimentos concretos sobre a sociedade brasileira, em particular os assentamentos rurais.

Procura-se, diante das proposições iniciais, analisar alguns pressupostos sobre a sustentabilidade em áreas de assentamentos, expondo a metodologia aplicada do Relatório da FAO, bem como, fazer algumas ponderações sobre esta sustentabilidade, tendo como centralidade, especificamente, a geração/composição da renda auferida pelas famílias.

⁴⁹ Ver esta discussão no Relatório da FAO. ROMEIRO, A.. (et. ali). *Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate* - Petrópolis, RJ:Vozes; Rio de Janeiro: IBASE, 1994.

⁵⁰ Foram criados uma série de programas com caráter social e de transferências de rendas visando combater a insegurança alimentar, exclusão social e econômica das classes menos favorecidas. Entre estes programas podemos citar: Bolsa Família, Bolsa Escola, Vale Gás. Além destas políticas, acrescenta-se um fator ponderante no combate à pobreza rural, com a criação das chamadas “aposentadorias rurais”.

2.1. Objetivo da Pesquisa da FAO

A pesquisa da FAO foi um marco para estudos que buscam compreender a sustentabilidade em áreas de assentamentos⁵¹. O desenvolvimento da pesquisa surgiu com o propósito inicial de fazer uma análise das famílias beneficiadas no processo de Reforma Agrária no período compreendido entre 1985 e 1990, analisando as condições de instalação/manutenção/desenvolvimento dos assentamentos através da situação socioeconômica das famílias assentadas. A posse e análise cabal dos presentes dados implicariam ao Ministério de Agricultura e Reforma Agrária – MARA, estabelecer a continuidade, ou não, do Programa de Assentamentos de Trabalhadores Rurais⁵².

Desta forma, através do financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e como órgão executor a FAO, foram realizados vários encontros entre os diversos órgãos e estudiosos ligados à área, decidindo-se pela realização de uma pesquisa de ordem primária, considerando a inexistência de uma base de dados consistente acerca do desenvolvimento dos projetos de reforma agrária do país.

Neste sentido, para uma melhor configuração dos dados, - inclusive de ordem comparativa e para posterior aplicação de políticas específicas nas diversas áreas de assentamento do PNRA⁵³, estabeleceu-se como consenso a ampliação do objeto inicial da pesquisa⁵⁴, sendo incluídos assentamentos de todas as regiões do país.

⁵¹Os assentamentos de reforma agrária, tanto quanto outras formas de exploração rural enfrentam as vicissitudes impostas pela situação econômica do país, sofrem com a descontinuidade das políticas governamentais e a sua situação melhor ou pior mais ou menos reflete a situação de cada região. Apesar disso, onde se implantaram, geraram rendas maiores para seus beneficiários do que aquelas geradas em atividades equivalentes em outras formas de exploração na mesma área. Ao contrário do que se propala, as desistências são proporcionalmente pouco numerosas e a concentração de renda que tende a haver está muito longe de ameaçar o perfil igualitário dos assentamentos. In: ROMEIRO, A. (et. ali). *Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate* - Petrópolis, RJ:Vozes; Rio de Janeiro: IBASE, 1994. p.8.

⁵² O Governo Federal, no cumprimento do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA (Lei 91.766), implementou 524 assentamentos de reforma agrária entre 1985 e 1991 (fevereiro de 1991). Estes assentamentos cobrem uma superfície de 4.713.910 hectares, atendendo a 94.026 famílias de agricultores. (ROMEIRO, 1994, p.14).

⁵³ A retenção da terra não é feita com fins de colocá-la para produzir, motivo pelo qual a maioria das terras deste país mantém-se improdutiva. Mais do que isso, esta terra improdutiva é retida com a finalidade de constituir instrumento a partir do qual se vai ter acesso por parte, evidentemente, das elites às políticas do Estado. Assim, as elites não têm permitido que o Estado programe qualquer política de Reforma Agrária no Brasil. Analisando-se as políticas do Estado brasileiro e as possibilidades e/ou tentativas de Reforma Agrária, encontra-se um quadro bastante interessante. Tomando a década de 1960, como recorte histórico, verifica-se que naquela época o campo estava sacudido pelas Ligas Camponesas. O governo João Goulart, pressionado politicamente, criou a SUPRA, iniciou um processo de Reforma Agrária, um dos motivos de ter sido derrubado em abril de 64. O governo Castelo Branco - e seu ministro do Planejamento, Roberto Campos - sancionou o Estatuto de Terra, o instrumento legal da Reforma Agrária no Brasil. Roberto Campos informou previamente os deputados de que iriam aprovar o Estatuto da Terra, de que ele seria aprovado, porém não implantado. Passado o período de ditadura militar, pode-se verificar que, de fato, ele não foi implantado.

⁵⁴ No período inicial da pesquisa, apontava-se a realização do referido estudo em apenas três regiões – Norte, Nordeste e Centro-Oeste. ROMEIRO, Adhemar. (et. ali). (1994). p.13.

A pesquisa realizada pela FAO nos assentamentos de reforma agrária no Brasil - requereu a utilização de uma metodologia homogênea aplicada simultaneamente nas diversas regiões brasileiras⁵⁵, já que, não existia nenhuma base de dados (inclusive bibliográfica) concretos para análise da sustentabilidade por parte do MARA.

O caráter fundamental da pesquisa apontava a necessidade de abstrair os elementos que contribuíram para identificar: a) o processo de geração de renda nos assentamentos e suas particularidades; b) caracterização produtiva dos assentamentos (produção agrícola, animal, tecnologia e crédito contratados pelos assentados); c) comercialização da produção; b) relações com meio ambiente.

A identificação plena destas características dos assentamentos permitiu discutir uma série de problemas elencados quanto à problemática da concentração⁵⁶ de terras no Brasil. Permitiu-se visualizar num plano mais próximo as ações necessárias para desenvolvimento/fortalecimento da agricultura familiar e conseqüentemente a serem aplicadas políticas (não apenas de cunho agrícola), que visualizassem uma aproximação da realidade rural brasileira, inclusive no combate a pobreza rural.

Outro fator determinante no desenvolvimento deste estudo foi de captar as principais demandas a serem atendidas quanto ao processo de criação destas áreas de assentamentos. Especificamente, tratando da questão da infraestrutura e da dotação de mecanismos que pudessem corresponder a um processo de integração produtiva, não apenas ao mercado, mas que pudessem integrar-se à sociedade, proporcionando aos assentados trabalho e uma vida socialmente justa⁵⁷.

2.2. Critérios para Determinação do Universo e da Amostra da Pesquisa FAO

No tocante ao desenvolvimento e aplicação/coleta dos questionários direcionados a captação dos “indicadores socioeconômicos das famílias, foram observados cuidadosamente

⁵⁵ Será interessante verificar que a variação dos valores/resultados observados na presente pesquisa, na composição e formação de renda, significará em alguns momentos a distinção entre a sustentabilidade e o “fracasso” econômico entre os assentamentos em diversas regiões do Brasil.

⁵⁶ Um dos aspectos importantes no dimensionamento/caracterização destas áreas de assentamentos foi a reformulação de algumas políticas (concessões) de subsídios agrícolas aos grandes latifundiários no país, assim como, a criação de instrumentos que possibilitassem a realização das atividades propriamente agrícolas nos assentamentos rurais, entre tais ações, destacamos a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no ano de 1995.

⁵⁷ Passados todos estes anos, mesmo com a real caracterização das áreas de assentamentos, o Governo Federal não foi capaz de produzir uma política verdadeiramente eficaz, não apenas por sua incapacidade em gerir as diversas problemáticas que envolvem a reforma agrária, como: a) critérios de desapropriação de áreas “(in)produtivas”; b) alto grau de politização dos movimentos dos sem terras; c) falta de controle e de avaliação na implementação, consolidação e emancipação dos assentamentos, entre outras. Ver. MULLER (2005).

os elementos que pudessem, em sua totalidade, corresponder à renda total auferida pelas famílias na safra 1990-1991⁵⁸.

Diante dos elementos postos para análise, foi determinado como universo da pesquisa um total de 440 assentamentos⁵⁹, onde, de forma aleatória e de estratificação, seriam sorteados 10% dos assentamentos em cada um dos Estados da federação e 10% das famílias dos assentamentos que compunham a amostra.

A configuração final da amostra apresentou algumas modificações em relação ao seu formato inicial, em razão de serem excluídos os Estados que possuíssem menos de cinco assentamentos instalados sob a responsabilidade do Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e, conseqüentemente, com amostra menor que um. Utilizando este critério, foram excluídos os seguintes estados: Alagoas, Amapá, Amazonas, Piauí e Roraima.

Assim, a realização da pesquisa se deu em 21 estados no período de maio a setembro de 1991, nas cinco regiões do país, como apresentado na Tabela nº 01:

Tabela nº 01
Distribuição geográfica da realização da pesquisa da FAO

Região	Estados
Região Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.
Região Nordeste	Bahia, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Maranhão.
Região Norte	Pará, Tocantins, Acre e Rondônia.
Região Sudeste	Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.
Região Sul	Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Fonte: GUANZIROLI, C. E. Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de reforma agrária. In: ROMEIRO, Adhemar. (et. ali). (1994). *Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate* - Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE. p.14.

No tocante ao processo de seleção da amostra dos assentamentos nos Estados, foram determinados alguns critérios (de exclusão de alguns assentamentos do universo geral), para evitar que alguns dados coletados pudessem distorcer a representatividade/realidade do Programa Nacional de Reforma Agrária, que foram, de acordo com Guanziroli (1994, p.16):

⁵⁸ A realização de uma pesquisa no setor agropecuário em determinado (e pontual) período, pode significar uma variação contundente dos dados recolhidos, em função dos aspectos que compõem a formação da renda, por estarem vinculados a elementos como: variação de preços no mercado, condições climáticas, desenvolvimentos de políticas públicas, entre outros. Para tanto, no presente momento, não se pretende analisar os referidos e pontuais casos que possam ter ocorridos, mas apenas os componentes que presumidamente fazem parte desta renda auferida.

⁵⁹ Inicialmente a amostra consistia no “conjunto de 524 assentamentos e 94.026 famílias. Conforme estabelecido no projeto original, escolher-se-iam 10% do número total de assentamentos de reforma agrária criados pelo INCRA e 10% das famílias de cada assentamento que entrasse na amostra. Desta forma, garantir-se-ia uma representatividade razoável da realidade do processo de reforma agrária no País”. GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de reforma agrária*. In: ROMEIRO, Adhemar. (et. ali). (1994). *Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate* - Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE. p.16.

- a) projetos de colonização criados antes do início do PNRA (outubro de 1985);
- b) projetos de assentamento que estivessem sub judice; - projetos de assentamento criados após outubro de 1989. Por se tratar de projetos muito novos, não teriam tido condições de produzir uma safra completa antes da realização desta pesquisa.
- c) projetos de assentamento com menos de 15 famílias. Por serem muito pequenos, não justificavam uma amostra de 10%.

Seguindo parâmetros que definiram o universo da pesquisa de 440 assentamentos em 21 estados, foram estabelecidos alguns critérios de estratificação e aleatoriedade, quanto à determinação dos assentamentos para coleta/análise de dados para que os mesmos não se distanciassem da realidade regional, considerando, portanto a localização dos assentamentos, como apresenta Guanzioli (1994, p.17):

- a) quando a amostra que correspondia, de acordo com o critério de escolher 10% do total de assentamentos de cada estado, era de um assentamento, procedeu-se ao sorteio puro entre os assentamentos válidos do estado;
- b) quando a amostra era de mais de um assentamento e no estado correspondente não existiam diferenças regionais significativas, procedeu-se à estratificação por número de famílias dos assentamentos, dividindo o universo entre aqueles que estavam acima e abaixo da média de famílias e sorteando posteriormente dentro de cada estrato de tamanho;
- c) quando havia diferenças regionais dentro do estado a escolha foi de forma aleatória de um assentamento de cada região homogênea do estado.

A utilização de tais procedimentos buscava contemplar uma maior representatividade de amostra, observando o tamanho dos assentamentos, distribuição geográfica, bem como, a caracterização de clima/vegetação dentro de cada estado, que pudessem interferir numa análise fiel da amostra dos assentamentos em produção no país, atingindo uma representatividade regional⁶⁰. A distribuição da representatividade da pesquisa é visualizada na tabela nº 02, na página seguinte.

⁶⁰ Por meio destes critérios, conseguiu-se ampliar a representatividade da amostra, tanto no que diz respeito a considerar assentamentos de diversos tamanhos (por exemplo: um grande e um pequeno no mesmo estado), como a incluir assentamentos de diversas regiões. (No caso da Bahia, escolheu-se um assentamento do oeste baiano, um do sertão e um da zona cacauzeira; no Maranhão, um do oeste com características amazônicas e um do leste com características nordestinas; no Pará incluiu-se um da região do Bico do Papagaio etc.). O sorteio foi realizado de forma a obter um assentamento titular e um reserva para cada caso. Quando, por problemas logísticos ou outros, não foi possível visitar o assentamento titular, este foi substituído pelo seu reserva. (GUANZIROLI,1994:17).

Tabela nº 02
Representatividade regional da amostra da FAO

Região	Projetos Válidos	Amostra de Projetos	% da Amostra	Total de Famílias	Total Amostra	% da Amostra
Norte	86	8	9,3%	34.944	302	0,86%
Nordeste	162	16	9,9%	19.169	243	1,27%
Centro-Oeste	58	6	10,3%	10.871	137	1,26%
Sul	99	10	10,1%	5.237	75	1,43%
Sudeste	35	4	11,4%	4.717	71	1,51%
BRASIL	440	44	10,00%	74.938	828	1,10%

Fonte: GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de reforma agrária*. In: ROMEIRO, Adhemar. (et. ali). (1994). Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate - Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE. p. 18-19.

Com a seleção dos 44 assentamentos da pesquisa, foram estabelecidos alguns critérios para selecionar as famílias a serem pesquisadas dentro de cada assentamento. Utilizando-se o princípio de aleatoriedade sistemática, procurando abranger o maior espaço possível, tanto em distância quanto em distribuição geográfica⁶¹ de cada assentamento, conforme demonstra a tabela nº 03, apresent na página posterior.

Quanto à distribuição geográfico-espacial dos assentamentos pesquisados (amostra) pela FAO (GUANZIROLI, 1994, p.21), a mesma apresenta a seguinte conformação na Figura 1.



Figura nº1 – Localização dos Assentamentos nas Macrorregiões Brasileiras

⁶¹ Utilizando as estradas como referência no processo de distribuição dos lotes/famílias dentro de cada assentamento.

Tabela nº 03
Áreas de assentamentos escolhidos – pesquisa FAO

Região/Unidade Federativa	Total De Projetos	Nome do Projeto	Município	Total de Famílias Existentes (A)	Questionários Aplicados	Casos Especiais (C)	Total (D) (B+C)	Amostra % (E) (D/A)
Nordeste (NE)								
Maranhão (MA)	2	Jitirana	S.Mateus do Maranhão	373	29	0	29	7,77%
		Citusa/Viamão	Grajaú	466	52	0	52	11,16%
Ceará (CE)	4	Fazenda Macaco	Itapipoca	96	10	0	10	10,42%
		Ipueira da Vaca	Canindé	200	12	0	12	6,00%
		Fazenda Suíça	Canindé	34	6	0	6	17,65%
		Cacimba de Dentro/Três Irmãos	Canindé	47	7	0	7	14,89%
Rio Grande do Norte (RN)	2	Serrote/Ser. Branca	São Rafael	189	23	0	23	12,17%
		Soledade	Apodi	30	7	0	7	23,33%
Pernambuco (PE)	1	Baixio do Riachão	Araruna	50	7	0	7	14,00%
	2	Recreio	Salgadinho	117	14	0	14	11,97%
Paraíba (PB)		Sítio Boqueirão	Flores	23	7	1	8	34,78%
Sergipe (SE)	1	Barra da Onça	Poço Redondo	213	23	0	23	10,80%
Bahia (BA)	4	Fazenda Almas	Xique-Xique	180	20	0	20	11,11%
		Amaralina	Vitória da Conquista	131	14	0	14	10,69%
		Vila Tancredo Neves (parcial)	Wenceslau Guimarães	66	4	0	4	6,06%
		P.A. Cajueiro	Una	54	7	0	7	12,96%
Subtotal	16			2269	242	1	243	
Centro-Oeste (CO)								
Mato Grosso do Sul (MS)	2	Guaicurus	Bonito	129	13	1	14	10,85%
		Casa Verde	Nova Andradina	470	39	10	49	10,43%
Mato Grosso (MT)	3	Papíro	Port. Espiridião	28	4	1	5	17,86%
		Mirassolzinho	Jauru	756	48	2	50	6,61%
		Montechi	Salto do Céu	201	14	1	15	7,46%
Goiás (GO)	1	Mamoeiras	Fazenda Nova	47	4	0	4	8,51%
Subtotal	6			1631	122	15	137	
Norte (N)								
Tocantins (TO)	2	Tobasa	São Sebastião do Tocantins	42	9	0	9	21,43%
		Juarina	Grajaú	600	47	0	47	7,83%
Para (PA)	3	Carajás I, II e III	Marabá	1551	99	5	104	6,71%
		Manoel Crescêncio de Souza	São Domingos do Capim	371	43	0	43	11,59%
		Colônia Reunida	Paragominas	102	5	3	8	7,84%
Rondônia (RO)	2	Vitória da União	Colorado D'Oeste	518	49	2	51	9,85%
		Marcos Freire	Pimenta Bueno	352	27	2	29	8,24%
Acre (AC)	1	Remanso	Rio Branco/Xapuri	105	11	0	11	10,48%
Subtotal	8			3641	290	12	302	
Sudeste (SE)								
Espírito Santo (ES)	1	Fazenda Castro Alves	Pedro Canário	199	14	1	15	7,54%
São Paulo (SP)	1	Água Sumida	Teodoro Sampaio	105	12	0	12	11,43%
Rio de Janeiro (RJ)	1	Novo Horizonte	Campos dos Goytacazes	260	23	1	24	9,23%
Minas Gerais (MG)	1	Palmeirinhas	Unaí	182	20	0	20	10,99%
Subtotal	4			746	69	2	71	
Sul (S)								
Santa Catarina (SC)	4	Sandra	Abelardo Luz	58	6	0	6	10,34%
		Jangada	Matos Costa	110	11	0	11	10,00%
		Antas	São Miguel do Oeste	30	5	0	5	16,67%
		Butiá	Mafra	34	4	0	4	11,76%
Paraná (PR)	5	Fazenda Vitória	Cascavel	152	17	0	17	11,18%
		Santa Helena	Reserva	23	3	0	3	13,04%
		Rio de Areia	Teixeira Soares	18	3	0	3	16,67%
		Fazenda Machado	Mangueirinha	12	4	0	4	33,33%
Rio Grande do Sul (RS)	1	São Pedro	Eldorado do Sul	137	13	0	13	9,49%
Subtotal	10			670	75	0	75	
TOTAL	44			8957	798	30	828	

Fonte: GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de reforma agrária*. In: ROMEIRO, Adhemar. (et. ali). (1994). Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate - Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE.

Ao analisarmos a distribuição espacial dos assentamentos percebemos alguns elementos importantes. Os assentamentos da Região Norte apresentam algumas particularidades, especificamente quanto ao vazio demográfico em que os mesmos estão localizados e quanto as suas condições climáticas. O regime pluviométrico (período de chuvas) induz muitas vezes a adequação de práticas/manejo agrícola que interferem no processo produtivo. No caso dos assentamentos da Região Sul, os mesmos estão localizados em uma área considerada um “cinturão verde”, pela própria caracterização climática (subtropical), bem como, favoravelmente localizados, perto de médias e grandes urbanizações (consumidores) e fornecedoras de insumos agrícolas.

Na distribuição espacial dos assentamentos da Região Sudeste, quase todos estavam localizados próximos a grandes cidades. Apresentam a particularidade de estarem dispostos em dois biomas (cerrado e mata atlântica). Nos assentamentos do Centro-Oeste, os mesmos estão localizados no Pantanal e no Cerrado. No Nordeste, estão localizados em sua maioria, no semiárido e na Mata Atlântica.

No que consta aos assentamentos do Nordeste localizados na Região do semiárido, todos eles apresentam problemas de produtividade e principalmente dificuldades de manter uma frequência quanto à produção agrícola e animal, bem como, por estarem em regiões consideradas de baixo dinamismo econômico (dependentes de transferências públicas).

2.3. Análise do Processo de Formação/Composição de Rendas nas Áreas de Assentamentos – Relatório FAO

No presente item, objetiva-se, de forma sintética, demonstrar os resultados obtidos pela pesquisa da FAO no processo de geração de renda, bem como, analisar os elementos determinantes no processo de formação/composição de renda (e distribuição), seja por atividades desenvolvidas ou por gestão dos recursos (financeiros, econômicos, natural-ambientais, tecnológicos e humanos).

2.3.1. Metodologia da FAO - componentes e determinantes no processo de geração de renda em áreas de assentamentos

Do que se propõe aqui analisar, a sustentabilidade em áreas de assentamentos, a geração de renda se configura em um dos elementos chaves para indicar uma possível

sustentabilidade⁶² do programa instituído pelo Governo Federal, sob a responsabilidade do INCRA.

Pela metodologia da FAO, a renda, dada sua importância dentro do modelo econométrico utilizado na pesquisa, é concebida segundo Guanzioli (1994), como “bom indicador de desempenho econômico, tanto em termos de eficiência como em termos comparativos, isto é de custos de oportunidade”⁶³.

Seguindo a metodologia da FAO, a renda é configurada por várias categorias, assim postas e definidas, segundo Guanzioli (1994, p.22):

- a) renda agrícola líquida monetária: é a renda obtida com a venda dos produtos agrícolas, segundo os preços declarados pelos assentados (indexados pelo IGP/FGV-DI), diminuída dos correspondentes custos de produção, também avaliados pelos valores declarados nas entrevistas;
- b) renda animal líquida monetária: é a renda obtida com a venda dos animais e derivados, diminuída dos seus correspondentes custos de produção (avaliação idem ao ponto anterior);
- c) renda de autoconsumo: é a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção; as quantidades consumidas (segundo declaração) foram avaliadas de acordo com os mesmos preços de venda da produção; ou seja, trata-se da renda que o agricultor obteria se vendesse, ao invés de consumir esta parcela da produção;
- d) renda de outros trabalhos: incluem-se aqui os salários obtidos como remuneração por empregos temporários ou permanentes dos membros da família;
- e) renda de outras receitas: são as vendas ocasionais de produtos não-agrícolas, como por exemplo, madeira, carvão, extrativismo pequeno comércio, artesanato.

Cabe destacar alguns elementos das rendas citadas na metodologia da FAO. No tocante a renda de autoconsumo, a mesma apresenta-se como de relevância significativa, quando analisamos a sustentabilidade das áreas de assentamento, em função da mesma possibilitar a garantia das condições mínimas de reprodução social, não apenas da sua família (segurança alimentar), bem como, de gerar instrumentos e condições para garantir a manutenção/formação de uma renda animal/agrícola futura. A renda de autoconsumo deve ser

⁶² Entende-se que a sustentabilidade não é um conceito rígido, por se tratar da interação de diversos fatores (social, econômico, ambiental). Entende-se a renda como ator principal na condução de ferramentas que possam melhorar a realidade no campo brasileiro (inclusive da participação da agricultura familiar). Assim, ao se analisar o Programa Nacional de Reforma Agrária no Brasil, a renda não pode ser vista como único fator da “sustentabilidade” de um programa de envergadura nacional que tem em seu cerne o caráter social.

⁶³ Considerando a concepção adotada, pressupõe-se que a visão das áreas de assentamentos deve ser observadas simplesmente como instrumento (re)produção capitalista. Posteriormente iremos abordar mais diretamente este elemento conceitual no que tange a inclusive a definição do que compõe a “renda total”.

estimada como produto do assentamento que minimiza as vulnerabilidades, e evidentemente, deve ser imputada como valor monetário.

No caso da renda derivada de outros trabalhos, apenas foram computadas aquelas rendas originárias de trabalhos que foram pagos mediante valor monetário. Quando realizados trabalhos entre os assentados (em sistema de troca) não foram computados.

2.3.1.1. Resultados e análise da pesquisa no processo de geração de renda

Após a formatação dos dados colhidos nos 828 questionários aplicados às famílias dos 440 assentamentos da amostra, foi composta a renda (por categorias) obtida pelas famílias no período da safra de 1990-1991.

Desta maneira, é possível visualizar na tabela nº 04 o resultado de todos os dados captados no processo de formação da renda total⁶⁴. Um dos elementos ao qual se chama atenção é a disparidade da renda auferida entre as diversas regiões, sendo a região nordeste com o menor resultado entre todas as regiões⁶⁵. Este processo de formação de renda não está muito distante da realidade nacional, incluindo-se as rendas geradas nos centros urbanos.

Tabela nº 04

Renda média nos assentamentos em salários-mínimos – Pesquisa da FAO

Região	Renda Agrícola Líquida	Renda Animal Líquida	Renda Consumo	Outros Trabalhos	Outras Receitas	Renda Total	Renda Média Mensal	Coef. Variação	Custo/ Produção (Agrícola)
Centro-Oeste	8,92	8,64	14,87	4,5	9,27	46,19	3,85	0,95	0,22
Nordeste	4,77	3,87	9,69	5,04	4,54	27,91	2,33	0,85	0,2
Norte	11,27	8,65	19,52	3,8	6,78	50,11	4,18	0,9	0,14
Sudeste	10,75	4,75	21,08	8,43	4,58	49,59	4,13	0,69	0,06
Sul	20,61	7,01	24,31	6,41	9,13	67,47	5,62	0,81	0,14
BRASIL	9,78	6,71	16,43	4,96	6,51	44,39	3,7	0,94	0,15

Fonte: GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de reforma agrária*. In: ROMEIRO, Adhemar. (et. ali). (1994). Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate - Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE. p.23

⁶⁴ Como crítica a metodologia da FAO, ABRAMOVAY, R. & CARVALHO FILHO, J. J. . A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos *Reforma Agrária* – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – nº 3, vol 24: p.36-53 – set-out. 1994. Afirma que “o método de obtenção da renda total encontra-se inflado pela inclusão da renda autoconsumo, e no mesmo instante, aponta nos seus resultados a obtenção da renda líquida, o que para eles, subestima a renda das atividades desenvolvidas”. Ademais, afirma que nas regiões em que mais se necessita promover o processo de reforma agrária, a renda total foi mais baixa. Tome-se o caso em que, os movimentos camponeses tem por origem a região Nordeste, caracterizada por forte concentração fundiária.

⁶⁵ Nosso estudo no desenvolvimento da Tese de Doutorado será mostrar os diversos mecanismos de formação desta renda (nas áreas de assentamentos) e a influência de diversos fatores (climáticos, institucionais, de organização) no processo produtivo destes assentamentos, especificamente localizados no semi-árido brasileiro.

Um dos dados que pressupõe uma melhor análise dentro dos fatores na composição de renda é a sua dispersão, pois pressupõe que não aconteça uma distorção muito grande em termos de distribuição da renda total. Entretanto, segundo os estudos da FAO, esta dispersão pode ser muito maior do que se imagina, ao se considerar somente a Renda Agrícola⁶⁶. A explicação pode ser dada no processo de formação/composição de outras rendas que formam a renda total, e que necessariamente não induzem a uma produção agrícola, ou seja, a obtenção de renda em outros setores exógenos a produção agrícola.

Outro dado que leva a refletir a questão no processo de formação da renda, é o custo para sua produção, ao se falar em custo nacional, é despendido um valor (custo) relativamente baixo para produção agrícola, mas quando se aborda este mesmo valor para outras regiões, chega a representar mais de três vezes seus custos, por exemplo, ao se comparar Nordeste e Centro-Oeste. Ademais, existe outro fator que poderá também influenciará no quesito da produção (renda) agrícola, em razão de que, mesmo sendo uma Agricultura Familiar⁶⁷, pressupõe-se uma produção (mesmo que pequena) direcionada ao mercado, no entanto grande parte desta renda será absorvida pelos agentes intermediários (atravessadores), considerando as dificuldades do deslocamento e características socioeducativas dos assentados para efetivarem a comercialização direta e/ou em melhores condições de negociação.

⁶⁶ “O fato do coeficiente de variação da renda total ser inferior ao da renda agrícola está revelando que outras rendas somadas à renda de autoconsumo cumprem um papel homogeneizador de rendas entre as famílias de assentados. São aquelas famílias que menos produzem às que têm acesso a maiores rendas exógenas à agricultura. Esta constatação, entretanto, não permite afirmar nenhuma relação de causalidade entre a existência de outras rendas e a baixa produtividade agrícola, nem vice-versa” (GUANZIROLI, 1994, p.32).

⁶⁷ Não existe uma definição exata para Agricultura Familiar, em razão das inúmeras variáveis postas em sua definição. A importância da Agricultura Familiar é demonstrada: Em estudo da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE), sob encomenda do MDA, mostra que não apenas a agricultura familiar representa um terço do produto interno bruto (PIB) da agricultura como sua participação no PIB do Brasil cresceu de 8,8% em 2001 para 10,1% em 2003. Ademais, sem querer entrar no mérito da discussão sobre a definição ou importância da Agricultura Familiar no Brasil, o que aponto é a dificuldade de fixar um aspecto para uniformizar tal conceito para todo o território brasileiro, em razão de sua área/aplicação estar regionalizada para beneficiamento de programas de financiamento da agricultura familiar, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), pelo que se chama de Módulo Fiscal, que é uma Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: a) tipo de exploração predominante no município; b) renda obtida com a exploração predominante; c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda da área utilizada; d) e conceito de propriedade familiar.. Assim, na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar está consignada no Inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 2004, com a seguinte redação: “propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros”. Na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena propriedade os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais”. Fonte: <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=2521>

Em estudo realizado anteriormente à pesquisa da FAO, desenvolvido por Hoffmann⁶⁸ (1985, p.56), o mesmo apurou, em quatro regiões do país, o nível de renda familiar incluindo o setor urbano. As diferenças mínimas podem ser explicadas inclusive quando tratamos da composição do Produto Interno Bruto e sua distribuição por setores produtivos⁶⁹ (primário, secundário e terciário). A dotação de uma maior renda no sudeste deriva do processo de concentração industrial (empregos urbanos), localizados naquela região.

Ademais, quando analisadas comparativamente a composição das rendas nas duas pesquisas (HOFFMANN e FAO), é verificado um acréscimo do chamado custo oportunidade⁷⁰ dentro dos assentamentos. Pois, os assentados para terem maior renda, necessariamente não devem “comprometer” via assalariamento da força de trabalho (fora da área do assentamento), já que este incremento significaria muito pouco no valor total dos salários, sendo vantajoso para o assentado promover dentro dos assentamentos a geração de renda direcionada às atividades produtivas/autoconsumo, conforme apontam os dados da Tabela nº 05.

Tabela nº 05
Renda média familiar por macrorregião brasileira – pesquisa FAO

Regiões	Renda* média familiar (1)	Renda média familiar (2)
Centro-Oeste	3,98	3,85
Nordeste	2,33	2,33
Sudeste	4,69	4,13
Sul	3,77	5,62
BRASIL	3,82	3,7

Fonte: GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de reforma agrária*. In: ROMEIRO, Adhemar. (et. ali). (1994). Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate - Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE. p.32.

(1)HOFFMANN, Rodolfo. Economia Política. Vol. 5, n° 3. Set 1985, pp.56. Dados de 1983 (em salários mínimos). Inclui setor rural e urbano em todas as classes de renda.

(2) Dados levantados pela pesquisa Principais Indicadores Socioeconômicos da Reforma Agrária. FAO/MARA-1991.

(*) Exclui Região Norte.

Uma observação importante para compreensão da formação da renda por parte dos trabalhadores assentados é, segundo Abramovay e Carvalho Filho (1994, p.42)⁷¹:

⁶⁸ HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda e pobreza entre as famílias no Brasil, de 1980 a 1983. Revista de Economia Política. Vol 5, n° 3. Julho-Setembro 1985, pp.56.

⁶⁹ A conformação do PIB tem sido modificada de forma sensível nas últimas quatro décadas, sendo hoje, concentrada especialmente no setor terciário (serviços).

⁷⁰ A concepção central é que: um assentamento tem a capacidade produzir diversos tipos de renda, sem que haja a possibilidade de engessar a força de trabalho (familiar) na produção de um único tipo de renda. Tal característica fornece também uma mobilidade da força de trabalho (tempo, espaço e rentabilidade), para direcionar seus esforços para o setor/atividade que propicie uma maior rentabilidade e conseqüentemente minimize o grau de vulnerabilidade presente nas áreas de assentamentos.

⁷¹ ABRAMOVAY, R. & CARVALHO FILHO, J. J.A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos IN: *Reforma Agrária*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – n° 3, vol 24, p.36-53 – set-out/1994.

Comparando-se a renda média **por trabalhador** assentado com a de outras atividades às quais poderiam ter acesso os que receberam terra, percebe-se que é superior à dos empregados mensalistas no campo, embora inferior à de tratoristas, administradores e capatazes. Esta informação é tanto mais importante que somente em 13,4% dos casos, os beneficiários eram proprietários ou posseiros antes de entrar no assentamento, vivendo, na sua maioria, em ocupações instáveis e sub-remuneradas.

Tais dados apontam, em uma análise primária, que os assentados beneficiados no processo de reforma agrária foram aqueles que efetivamente eram desprovidos de terra, e que mesmo entregando-se somente a terra, tal fato se constituiria numa evolução patrimonial para o beneficiado. Tal incorporação permitiria ao assentado, alçar de ferramentas que possibilitassem a melhora das condições de vida, anterior a posse da terra. A posse da terra (fator de produção) possibilita uma série de custo-oportunidade de trabalho na geração de diversas rendas (principalmente agrícolas), que atuarão decisivamente no processo de sua integração a sociedade e ao mercado, desde que, os condicionantes necessários para a produção e posterior direcionamento desta ao mercado.

A existência destes condicionantes estará concomitantemente centrada no processo produtivo (tipo de produto, escala e frequência) e no direcionamento ao mercado (relações comerciais), que evidencie a incorporação de produtos com maior valor agregado (beneficiado), como forma de garantir uma renda superior.

Desta maneira, o custo-oportunidade disponibiliza ao assentado a possibilidade de que o mesmo, com a geração de renda agropecuária, efetue através de outro tipo de atividades/trabalho a incorporação de um valor agregado aos seus produtos. Tal fato é preponderante no processo de formação total da renda do assentado. Esta incorporação de outras atividades/trabalhos é importante, porque se estima que o valor pago ao produto agropecuário (sem beneficiamento), corresponde, apenas $\frac{1}{4}$ do seu valor⁷².

2.3.1.1.1. Distribuição percentual por tipo de renda

A análise dos presentes dados remete a algumas considerações em razão da distribuição percentual das rendas geradas. Pode-se fazer uma consideração geral no quesito Renda Agrícola Líquida e Renda Animal Líquida, elementos que basicamente significam a

⁷² Existe e sempre existirá esta “transferência” de renda para os demais setores (secundário e terciário), sendo fundamental no presente caso, tentar diminuir esta “margem” de transferência, mediante a incorporação de trabalho (proporcionalmente menor, do que o valor adicional a ser recebido).

exploração da propriedade voltada para o mercado. Significa, em linhas gerais, uma maior proximidade ou integração ao mercado e menor dependência relativa ao mercado de trabalho.

Um aspecto importante na análise da composição de renda segundo o estudo da FAO é a questão da renda consumo. A renda consumo representa em cômputo geral, o consumo de bens produzidos pela própria família (que poderiam ser comprados – e que desta forma representam uma renda gerada e logo depois consumida/absorvida por ela), seja de produtos animais, agrícolas, extrativos ou de produtos beneficiados dentro da propriedade tendo como destino ao consumo dos membros da família. Trata-se de uma renda não monetária, em função de que se não materializa em moeda, mas concentra um valor que a família teria que dispor para ter acesso ao bem ou produto no mercado.

A renda consumo é importante no processo de sustentabilidade das áreas de assentamento, considerando o aspecto sazonal da produção (humano ou produtivo). Em determinadas regiões, a produção (principalmente agrícola) é estocada e serve de reserva alimentícia durante boa parte do ano. Conforme Leite (2003, s/p.)⁷³:

A importância da produção destinada ao autoconsumo (humano ou produtivo) no âmbito das estratégias de reprodução da unidade familiar da agricultura brasileira, especialmente em situações e/ou regiões menos favorecidas. Um balanço do orçamento doméstico, levantado mês a mês, demonstrou o efeito anticíclico da produção autoconsumida, acionada para fazer frente a uma estrutura de despesas relativamente constantes. Igualmente relevante foi à constatação que a produção autoconsumida possibilita às famílias rurais um padrão médio de alimentação superior ao conjunto de famílias, com níveis de renda similares, que habitam as grandes cidades.

Entende-se que a renda consumo se configura numa reserva de renda em função da sazonalidade dos bens produzidos, cumprindo importante papel no aspecto de sua reprodução, conforme explicita Ozelame et. al. (2007, p.1276):

O autoconsumo é fator determinante para a continuidade das pequenas unidades de produção familiar, poucas vezes é considerado em análises de viabilidade econômica, devido sua complexidade. Mas pode ser visto por diversos ângulos, como: segurança e soberania alimentar e preservação do

⁷³ LEITE, Sérgio (2003). Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar: uma aproximação à experiência brasileira. Campinas: Unicamp. Apresentação realizada para o Seminário de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição na América Latina, no Proyecto Regional de Cooperacion Técnica para la Formación en Economía y Políticas Agrárias y de Desarrollo Rural en América Latina (FODEPAL).

meio ambiente, com utilização de técnicas equilibradas promovendo o fortalecimento da biodiversidade⁷⁴.

Na tabela nº 06, apresentam-se dados importantes para o entendimento da chamada renda de autoconsumo, apresentando índice médio (nacional), em torno de 37%, chegando a representar, em determinadas regiões, 42% da renda total. Observa-se que no processo de construção da renda total, as famílias detentoras das maiores rendas disponibilizam um maior percentual em relação às famílias detentoras de menor renda, significando, na nossa análise, uma menor fragilidade se relacionadas a fatores exógenos à produção da sua unidade familiar (tanto a outras receitas, como a outros tipos de trabalho). Desta forma, a unidade produtiva familiar agrega um fator preponderante na discussão sobre viabilidade econômica dos assentados⁷⁵. Estes dados, de forma preliminar, apontam para uma possibilidade de sustentabilidade, dando visibilidade a importância da agricultura familiar.

Tabela nº 06
Distribuição percentual da renda por atividades dos assentados
nas macrorregiões brasileiras – pesquisa FAO

Regiões	Renda Agrícola Líquida	Renda Animal Líquida	Renda Consumo	Outros Trabalhos	Outras Receitas	Renda Total
Centro-Oeste	19,31%	18,71%	32,19%	9,74%	20,07%	100,00%
Nordeste	17,09%	13,87%	34,72%	18,06%	16,27%	100,00%
Norte	22,49%	17,26%	38,95%	7,76%	13,53%	100,00%
Sudeste	21,68%	9,58%	42,51%	17,00%	9,24%	100,00%
Sul	30,55%	10,39%	36,03%	9,50%	13,53%	100,00%
BRASIL	22,03%	15,12%	37,01%	11,17%	14,67%	100,00%
Dez Menores Rendas	10,47%	6,33%	33,60%	31,57%	18,02%	100,00%
Dez Maiores Rendas	27,42%	15,41%	35,38%	8,41%	13,37%	100,00%

Fonte: GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de reforma agrária*. In: ROMEIRO, Adhemar. (et. ali). *Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate - Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE. p.26.*

A tabela nº 06 apresenta um dado importante para análise proposta de que a gênese (muito antes da segurança alimentar) da renda autoconsumo, poderia significar alguns

⁷⁴ OZELAME, D.; TROIAN, A.; CAVALHEIRO, A. (2007). Valorizando o autoconsumo: alimentação e independência. II Congresso Nacional de Agroecologia. Revista Brasileira. Agroecologia, v.2, n.1, fev.

⁷⁵ Quanto a questão da viabilidade das áreas de assentamento, Abramovay (1994, p.139) faz a declaração: “Até aqui, a viabilidade da maior parte dos assentamentos é negativamente definida, em termos do que se poderiam chamar de "defensivos": é a incapacidade do sistema econômico em oferecer melhores oportunidades de trabalho e de vida que justifica socialmente os assentamentos. O interesse social no assentamento, é também, de certa forma, negativo: evitar o agravamento do inchaço urbano, do desemprego, etc. Nesta situação, diretamente, o interessado fundamental no assentamento é o próprio agricultor. É por isso que muitas vezes a reforma agrária pode ser apresentada para a opinião pública como um programa restrito, de interesse quase corporativo, visando atender somente aos agricultores”.

elementos tais como: a) a não especialização na produção, uma vez que o que se produziria para o autoconsumo seria, na realidade, cultivado em pequenas áreas⁷⁶; b) muitas vezes é uma produção que não é destinada ao mercado (devido a sua pequena quantidade e baixa qualidade); e c) da não integração do assentado a economia capitalista (mercantil) vigente.

Ademais, existem outros elementos fundamentais para entender o comportamento da geração da renda de autoconsumo. Ela assume uma ampla matriz produtiva tanto em espaço, frequência e quantidade, possibilitando uma adequação as sazonalidades e preparação para as diversas intempéries do campo. Um dos fatores para superar a sazonalidade produtiva, é visto através dos diversos mecanismos de armazenamento que os agricultores utilizam, e que muitas vezes qualificam e reforçam as tradições camponesas do rural brasileiro⁷⁷. A realização desta produção controlada é dada pela utilização da mão de obra familiar que muitas vezes assume um papel de integração familiar (da preparação da terra no período de chuvas, de roçar o mato, de colher e consumir)⁷⁸.

A análise da formação desta composição expressa algumas características pertinentes à baixa sustentabilidade dos assentamentos (quando da dependência das rendas não agrícolas). Mesmo considerando a renda autoconsumo como integrante da renda total, não será a mesma que significará uma integração à economia mercantil. A forma de uma integração maior ao mercado e conseqüentemente de aumento da renda total, é fazer com que a variação da renda agrícola/animal seja menor, entre os percentuais das 10% maiores e 10% menores na composição da renda total (Brasil), conforme exemplifica a tabela nº 06, nas duas primeiras colunas.

A predominância da renda de autoconsumo (37% em média no Brasil) revela-se em um fator primordial no que tange a sustentabilidade social – segurança alimentar de um assentamento, pois consegue através de um conjunto de atividades (agrícolas, animais, extrativas), fortalecer o seu processo de incorporação a terra. Tal pressuposto é perceptível

⁷⁶ Em nosso estudo de caso, assim como no relatório da FAO, percebe-se que a produção é geralmente localizada nos lotes individuais, ou muitas vezes, na própria sede administrativa do assentamento, onde o assentado tem sua casa. No nosso estudo de caso, verificou-se que muito do que era produzido e destinado ao Autoconsumo, era produzido no quintal de casa, seja por meio de hortas, seja por meio de criar algum animal – solto pelo assentamento, seja por utilizar o seu quintal como elemento de produção no período de chuvas – mais fácil de colher.

⁷⁷ No Nordeste rural, existem muitas formas de estocar os alimentos (milho, feijão, farinha, etc.) e principalmente as sementes para próxima safra, seja em garrafas “pets”; seja em potes de barro com tampa de madeira e vedadas com barro; seja em barril de madeira ou aço. Muitos afirmaram já terem passado fome, e que relutara muitas vezes em comer a semente, creditando que a semente é a garantia do alimento do amanhã.

⁷⁸ Nas áreas rurais, era muito comum a família fazer todo um “mutirão familiar” em período junino, principalmente, para celebrar a colheita do milho, do feijão e prepararem pratos típicos da região, bem como, estocar a produção colhida para posterior venda ou consumo.

quando, em uma perspectiva simples, reduz as diferenças no meio rural (inclusive da pobreza). Esta percepção é também contemplada quando os grupos familiares, após disporem de garantia de segurança alimentar, irão predispor de mecanismos para buscar a realização de outras fontes de rendas (não agrícolas). Este processo de busca de uma renda complementar⁷⁹, muitas vezes é necessário (não deve ser uma regra), fornecerá ao produtor familiar, mais instrumentos para que inclusive possa “financiar” parte da produção agropecuária e dinamizar efetivamente seu processo produtivo, incrementando insumos e implementos agrícolas que facilitem o trabalho na terra.

Conforme comenta Garcia Júnior (1994, p.90)⁸⁰:

Contudo, altas "rendas consumo" não parecem estar associadas ao polo "baixa renda agrícola e animal", ao contrário, o polo superior das "dez maiores rendas", com alta renda agrícola e animal, apresenta uma taxa de "renda consumo" bem superior ao polo inferior das “dez menores rendas”, com altos rendimentos provenientes de “outros trabalhos”. (...) São os dois tipos de renda monetária que variam em sentido inverso: já as práticas de autoconsumo não aparecem associadas às unidades mais pobres, e a melhoria do padrão de vida não implica necessariamente em queda do autoconsumo. É a venda da força de trabalho em maior escala que está associada claramente aos maiores níveis de pobreza: é lícito concluir que quanto menor a possibilidade de praticar o autoconsumo ainda maior será a tendência para ofertar trabalho, a preços vis; quanto mais recursos monetários e alimentares dispuserem o grupo doméstico maior será sua capacidade de administrar as épocas e condições do trabalho assalariado.

A importância da renda autoconsumo e a estimativa⁸¹ da mesma é posta em cheque quando abordada à questão da estacionalidade dos preços auferidos, entretanto Garcia Júnior (1994) acrescenta que a estacionalidade/sazonalidade da oferta agrícola é uma característica da quase totalidade dos cultivos. A diferença específica é que o chefe da exploração familiar é simultaneamente chefe do orçamento de consumo doméstico. Para que as explorações

⁷⁹ As rendas não agrícolas não devem ser “nunca” a principal fonte de “segurança alimentar” de um grupo familiar rural, pois estarão sujeito as tendências de mercado laboral (já que supostamente os produtores agrícolas familiares, não deveriam estar incorporados neste tipo de insurgência), de cunho rural. Tal dependência (de rendas não agrícolas) pressupõe uma maior fragilidade (pobreza) e uma baixa capacidade de venda de sua força de trabalho, sendo inclusive, obrigado a vender sua força de trabalho por valores relativamente baixos, em relação ao “preço de mercado”.

⁸⁰ GARCIA JÚNIOR, A.. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre um estudo da FAO. In: ROMEIRO, A.. (et. ali). . *Reforma agrária* : produção, emprego e renda : o relatório da FAO em debate. Petrópolis, RJ: Vozes, Rio de Janeiro, 1994..

⁸¹ Tal questionamento é em razão de que ao ser perguntado quanto custaria ao assentado, comprar aquilo que ele consumiu, ele se baseia no preço de mercado do referido produto (excetuando as flutuações de preços) e não o preço a qual ele estaria “disposto” a entregar a mercadoria a um intermediário ou a um ponto comercial.

familiares optem por produzir unicamente cultivos comerciais não basta que a renda monetária proporcionada por eles (quantidade X preços ao produtor) seja superior à renda monetária que seria proporcionada pelos cultivos com usos alternativos (para o gasto na linguagem corrente), calculada de forma idêntica (quantidade X preços dos produtos). A especialização em cultivos comerciais só é rentável se a renda monetária que permite obter compensa favoravelmente a flutuação dos preços dos produtos de consumo corrente ao longo de todo o ano.

Tais discussões são levantadas por um motivo. O relatório da FAO (e alguns autores) pressupõe que o fator que determina a viabilidade ou sucesso do assentamento estaria por uma integração ao mercado, em decorrência de uma maior participação das rendas agrícolas e animal. Segundo tais autores, no momento em que se tem uma produção integrada ao mercado, os mesmo estariam integrados a terra, assim como, se trabalha para outras pessoas (ou propriedades), estariam integrados ao mercado de trabalho.

2.3.1.1.2. Capitalização das áreas de assentamentos

O processo de capitalização em áreas de assentamento é um elemento importante no que diz respeito à formação de renda, considerando que parte dos seus bens poderia mais rapidamente ser multiplicados. Entenda-se que esta capitalização em níveis gerais é oriunda de empréstimos, alguns a fundo perdido.

Esta capitalização visualizada pela pesquisa da FAO trata de comparar a situação das famílias no momento inicial de sua entrada no assentamento com a aquisição de bens pessoais e de produção, até o momento da pesquisa, sendo necessário observar algumas considerações postas pela metodologia aplicada na obtenção destes dados⁸²:

1. Tanto o capital inicial como os bens adquiridos foram avaliados tomando como base os preços de venda mais baixos das regiões respectivas e deduzindo um percentual de até 50% para aqueles bens que os camponeses costumam comprar de segunda mão (camas, armários etc. - ver descrição dos bens no Questionário Familiar). Os valores assim estimados foram divididos pelo IGP/FGV-DI do mês correspondente e estão expostos na tabela 9, como se fossem valores em IGP.

⁸² GUANZIROLI, C.E.. *Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de reforma agrária*. In: ROMEIRO, Adhemar. (et. ali). (1994). *Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate* - Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE. p.35.

2. A depreciação dos bens iniciais e dos adquiridos não foi considerada, o que não afeta nosso raciocínio, na medida em que os dois termos da equação foram calculados de forma semelhante.
3. Os bens pessoais foram incluídos no índice de capitalização por se tratar, em boa parte, de itens que em economias camponesas são de difícil classificação em termos do seu uso para fins pessoais ou produtivos, como por exemplo: cavalo, bicicleta, veículos e outros.
4. O total de aquisições que figura na tabela nº 06 está dividido entre aquelas efetuadas com recursos próprios e as financiadas por meio de doações e empréstimos.

Na Tabela nº 07 pode-se verificar os elementos de aquisição por parte dos assentados. Na primeira coluna estão agregados diversos tipos de empréstimos concedidos pelo INCRA, incluindo o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA⁸³), considerado, à época, um dos principais instrumentos, por parte do governo, que poderia direcionar a sustentabilidade destas áreas de assentamentos.

Tabela nº 07
Elementos de Capitalização dos Assentados – pesquisa FAO⁸⁴

Região	Aquisições			Capital Inicial	Índice de Capitalização		Renda Mensal Em Salários Mínimos
	Recursos Próprios		Doações E Empréstimos		Aquisição: Capital Inicial	Aquisição com Recursos Próprios: Capital Inicial	
	Bens Pessoais	Meios de Produção					
Centro-Oeste	4,67	181,41	42,91	211,22	108,41	88,10	4,18
Nordeste	2,48	26,10	27,85	59,10	95,48	48,35	2,33
Norte	9,85	200,69	36,03	110,93	222,28	189,90	3,85
Sudeste	3,71	116,95	20,46	125,52	112,43	96,12	4,13
Sul	12,72	230,20	39,76	111,46	253,62	217,95	5,62
BRASIL	3,16	138,91	37,33	109,18	251,85	206,49	3,70

Valores Médios IGP/DI – FGVC. Fonte: GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de reforma agrária*. In: ROMEIRO, Adhemar. (et. ali). (1994). Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate - Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE. p.36.

⁸³ O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva. REZENDE, Gervásio Castro de. (1999). Programa de crédito especial para reforma agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia. Texto para discussão nº 648. IPEA:Rio de Janeiro.p.6.

⁸⁴ O Índice Geral de Preços – Demanda Interna da Fundação Getúlio Vargas - IGP-DI/FGV, foi instituído em 1944 e é calculado mensalmente pela FGV com a finalidade de medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira. É uma média aritmética, ponderada dos seguintes índices: a) IPA que é o Índice de Preços no Atacado e mede a variação de preços no mercado atacadista. O IPA ponderada em 60% o IGP-DI/FGV; b) IPC que é o Índice de Preços ao Consumidor e mede a variação de preços entre as famílias que percebem renda de 1 a 33 salários mínimos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O IPC pondera em 30% o IGP-DI/FGV e; INCC que é o Índice Nacional da Construção Civil e mede a variação de preços no setor da construção civil, considerando no caso tanto materiais como também a mão de obra empregada no setor. O INCC pondera em 10% o IGP-DI/FGV. DI ou Disponibilidade Interna é a consideração das variações de preços que afetam diretamente as atividades econômicas localizadas no território brasileiro. Não se considera as variações de preços dos produtos exportados que é considerado somente no caso da variação no aspecto de Oferta Global. Fonte: <http://www.portalbrasil.net/igp.htm>

O método utilizado pela FAO para o processo de capitalização e por consequente seu índice, é: **(Capital Final - Capital Inicial) /Capital Inicial, onde: Capital Final = Capital Inicial + Aquisições.**

A busca de uma política pública visando à sustentabilidade ou independência dos assentamentos após o financiamento (por diversos tipos de empréstimos – incluindo o PROCERA) das atividades produtivas (custeio e investimento) pautava-se na esperança de que as famílias pudessem gerar renda suficiente para atender as suas necessidades, podendo então deslocar sua poupança para o processo de modernização.

Segundo Rezende (1999, p.17)⁸⁵, tal pressuposto somente seria correto, se existisse uma integração entre os assentamentos (seus produtos) e o mercado consumidor⁸⁶, expondo o autor as seguintes razões:

- a) a produção de subsistência impede maior grau de especialização produtiva e assim limita os ganhos de produtividade;
- b) a produção para o mercado, com consequente sujeição às forças de concorrência, leva o agricultor à busca incessante de informações e de maior capacitação e;
- c) só a produção mercantil e a consequente geração de renda monetária permitem a satisfação mais plena das necessidades de consumo, que vão muito além do permitido pela agricultura de subsistência.

A existência de um plano de financiamento incorporado ao processo de reforma agrária estimula uma combinação entre o aumento da produção, da produtividade e uma integração plena ao mercado. Assim, Rezende (1999, p.17) complementa seu raciocínio ressaltando a importância deste tipo de crédito aportado especificamente para reforma agrária (PROCERA), pois:

- a) ele viabiliza o investimento necessário, ou seja, contorna a forte restrição de capital que caracteriza o público-meta da reforma agrária;
- b) força a reorientação mercantil, ao criar um compromisso financeiro que só pode ser resgatado por meio de investimento na produção visando ao mercado; o crédito estaria, assim, cumprindo um papel de aríete na promoção da produção mercantil.

Segundo dados apresentados pelo relatório da FAO, o processo de capitalização nas áreas de assentamentos foram relativamente positivas, chegando a alguns casos, o percentual

⁸⁵ REZENDE, G. C.. *Programa de crédito especial para reforma agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia*. Texto para discussão nº 648. IPEA:Rio de Janeiro, 1999..

⁸⁶ Veremos que este é um dos principais problemas por parte das áreas de assentamentos, em razão do valor do produto (subtração de sua renda no processo de comercialização).

de capitalização ser de “206,49% em relação ao seu capital inicial, com recursos próprios, e aumentar este capital em duas vezes e meia ao incluir os empréstimos e doações - 251,85%” (GUANZIROLI, 1994, p. 36).

Outro tipo de financiamento utilizado a larga escala na agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem dentre os seus objetivos, fortalecer as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, para que o mesmo possa ser integrado ao mercado, bem como, lhe proporcionar um aumento na capacidade de geração de renda, inclusive da incorporação de tecnologia para desenvolvimento de suas atividades. Para ter acesso ao referido financiamento, o mesmo tem que se enquadrar em uma série de aspectos, entre elas, de que explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Além de serem incluídos dentro destas categorias, os mesmo devem recorrer ao seu órgão representativo, conforme enquadrado dentro da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, emitida pelas instituições e órgãos oficiais autorizados, e que estão assim classificados, segundo as normas do Banco Central⁸⁷:

Grupo "A":

- a) agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf;
- b) agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água em projetos de reassentamento, e que nos últimos 12 (doze) meses que antecederem à solicitação de financiamento, renda bruta anual familiar de, no máximo, R\$14.000,00 (quatorze mil reais);

Grupo "B":

- a) agricultores familiares que: explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; residam na propriedade ou em local próximo; não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente

⁸⁷ Ver Normativas do Banco Central sobre o PRONAF, in:

<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idxGeropMCR>

- da família, de até R\$6.000,00 (seis mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;
- b) agricultores familiares que: explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA; obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$6.000,00 (seis mil reais) e até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;

Grupo "A/C":

- a) agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF, e que apresentem DAP para o Grupo "A/C", fornecida pelo INCRA para os beneficiários do PNRA ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR) para os beneficiados pelo PNCF;
- b) São também beneficiários e se enquadram como agricultores familiares do Pronaf, exceto nos grupos "A" e "A/C", desde que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP até R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluído os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais e não mantenham mais que 2 (dois) empregados permanentes;
- c) pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;
- d) extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;
- e) silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- f) aquicultores, maricultores e piscicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;
- g) comunidades quilombolas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas e de beneficiamento e comercialização de produtos;
- h) povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas e de beneficiamento e comercialização de seus produtos;
- i) agricultores familiares que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais.

A existência do PRONAF tem contribuído muito com o processo de fortalecimento da agricultura familiar, tendo-se em conta do volume de recursos e contratos que foram inicialmente assinados. Em 1999, eram aproximadamente 790.000 contratos e que no ano de 2010 a cifra quase duplicou⁸⁸. Entretanto, nos últimos quatro anos, temos uma redução

⁸⁸ Conforme dados dos anuários estatísticos do crédito rural. Ver em: <http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>

significativa dos números de contratos do PRONAF. A diminuição deste número de contratos se dá em função do endividamento paulatino de muitos dos agricultores, assim como, dos ajustes as categorias de financiamento e taxas bancárias que encarecem o crédito. Quanto ao volume total aplicado no programa, o mesmo vem mantendo sua constância no valor total dos créditos agrícolas no Brasil. Conforme dados na tabela nº 08.

Tabela nº 08
Número de contratos e recursos ofertados
aos produtores rurais e cooperativas no Brasil - 1999 a 2010.

Ano	Nº contratos PRONAF*	Valores (RS)	Nº Total de contratos Produtores e Cooperativas	Valores (RS)
1999	791.677	1.776.951.420,05	1.395.621	11.786.166.115,00
2000	834.049	1.864.888.673,15	1.349.234	13.779.503.344,00
2001	800.653	2.210.744.245,24	1.468.912	17.942.118.196,00
2002	829.433	2.414.869.518,80	1.718.761	22.443.322.771,00
2003	1.003.837	3.158.400.036,64	2.100.340	31.102.681.808,00
2004	1.345.713	4.388.790.541,58	2.745.587	40.446.483.895,00
2005	2.208.198	5.785.745.810,94	3.243.315	41.959.848.252,00
2006	2.551.497	7.166.030.577,33	3.522.555	43.765.567.022,46
2007	1.923.317	7.122.941.867,34	2.964.985	51.164.725.454,70
2008	1.550.749	8.664.729.050,80	2.435.282	66.172.097.610,05
2009	1.704.947	11.218.847.098,49	2.505.854	75.186.147.215,67
2010	1.578.539	11.819.454.819,91	2.324.802	81.288.819.696,39

Fonte: Ministério da Fazenda/Banco Central do Brasil

*O número total de contratos e os valores a eles correspondentes, estão incluídos nos valores correspondentes aos Produtores e Cooperativas. A separação dos referidos dados são para dar a dimensão do PRONAF em todo o sistema de crédito rural no Brasil.

A existência dos recursos para o PRONAF tem promovido uma série de debates quanto a sua distribuição espacial, conforme dados apontados na tabela nº 09, quanto ao total do crédito agrícola ofertado no país. As regiões Sul e Sudeste praticamente monopolizam os recursos destinados a cooperativas e produtores rurais no Brasil.

Tabela nº 09
Distribuição dos contratos e dos recursos do crédito rural no Brasil – 2006 a 2009

Ano	2006		2007		2008		2009	
	Contr.(%)	Rec. (%)	Contr.(%)	Rec. (%)	Contr.(%)	Rec. (%)	Contr.(%)	Rec. (%)
Norte	4,16%	3,53%	4,63%	3,29%	4,96%	2,98%	5,12%	2,88%
Nordeste	49,07%	10,17%	41,95%	8,98%	29,19%	8,36%	27,52%	8,06%
Centro-Oeste	3,75%	16,17%	4,57%	15,39%	5,21%	15,20%	5,17%	15,23%
Sudeste	14,05%	34,22%	16,28%	35,86%	18,97%	33,45%	19,51%	34,83%
Sul	28,96%	35,91%	32,58%	36,47%	41,67%	40,01%	42,68%	39,00%
TOTAL	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Ministério da Fazenda/Banco Central do Brasil

Esta distribuição desigual de recursos gera em muitos casos, distorções quanto à possibilidade potencial de desenvolvimento em cada região, fazendo com que a não inversão de capitais em tecnologia, não possibilite a criação de áreas estruturantes na produção agrícola-pecuária.

No ano de 2006, o Estado do Rio Grande do Norte - RN representou um total de 3,97% dos contratos correspondente ao total do Nordeste, entretanto amealhou apenas 0,56% do volume de recursos. Continuando a mesma trajetória, o RN no ano de 2009 representou apenas e 1,74 do volume total de projetos e no mesmo patamar, receberam apenas 0,24% de todos os recursos destinados ao crédito rural do país. Esta pífia equivalência proporciona algumas reflexões em função do papel que o estado ocupava na produção de frutas destinada ao mercado interno/externo. Com a falência de muitas empresas produtoras de frutas (e a consequente falência do modelo de integração agroindustrial com os assentamentos/pequenos produtores), o volume de recursos destinados a investimento/custeio/comercialização especificamente voltados para o pequeno produtor/cooperativas diminuem significativamente, levando a uma efetiva redução na participação global da pauta produtiva de frutas tropicais.

A percepção da utilização destes recursos pode ser abstraída conforme a distribuição por atividade (custeio/investimento/comercialização), conforme uma análise pontual do Rio Grande do Norte que pode ser observada na tabela nº10.

Tabela nº 10
Distribuição dos recursos quanto ao tipo de atividades no Rio Grande do Norte – 2006 a 2009

Ano	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
	Nº Cont.	Valor (R\$ em milhões)	Nº contr.	Valor (R\$)	Nº cont.	Valor (R\$)	Nº contr.	Valor (R\$)
2006	40.578	65.647.122,06	99.496	156.299.201,90	31	19.699.222,17	140.105	241.645.546,13
2007	36.853	111.110.495,26	72.299	112.775.187,24	16	13.433.258,36	109.168	237.318.940,86
2008	17.628	89.973.067,90	33.263	115.682.349,47	11	20.158.991,87	50.902	225.814.409,24
2009	11.219	83.941.002,52	32.340	80.582.110,12	8	15.326.464,00	43.567	179.849.576,64

Fonte: Ministério da Fazenda/Banco Central do Brasil

É latente a visualização dentro dos assentamentos quanto à ineficácia dos diversos programas de financiamento (especificamente o PROCERA e PRONAF), após tantos anos em operação. Os mesmos estão distantes de atingir seus objetivos de crescimento da produção e da produtividade agrícolas (especificamente nas áreas de assentamentos), assim como, de possibilitar a inserção do assentado no mercado em geral e possibilitá-lo de ser independente da tutela do Estado, com sua emancipação. Na verdade, a possibilidade mais provável é de que ele tenha gerado uma melhoria artificial de consumo (em razão do volume de recursos despendidos pelo Estado).

O que se observou em trabalho de campo, foi que o volume de recursos até o presente momento nem melhorou as condições de produção (de forma significativa), nem promoveu a inclusão do assentado no mercado. É visível que um programa como a reforma agrária, que visa à melhoria dessas condições para as camadas menos favorecidas no meio rural, por meio de instrumentos as e com um potencial de dotação de meios que lhe possibilitam progredir e, assim, de ser emancipado, tenham interesse em fazer com que todo o esforço destes instrumentos financeiros sejam efetivamente eficazes, o que, entretanto, não tem ocorrido.

2.3.1.1.3. Distribuição de renda nas áreas de assentamentos

Os dados produzidos pela pesquisa da FAO (assim como na pesquisa de campo para esta tese) demonstram uma efetiva concentração de renda dentro das áreas de assentamentos, desqualificando a análise inicial de que os assentamentos são homogêneos quanto ao processo de formação de renda (dadas as mesmas oportunidades fornecidas quando na implantação do assentamento). As distorções no processo de formação de renda são oriundas de muitas causas (em geral não segue o mesmo padrão do país) e que poderiam ter como pressuposto alguns elementos que possibilitem este processo de formação da renda, tais como: associação/organização entre agricultores no processo de produção e venda dos produtos; utilização de instrumentos tecnológicos (irrigação e utilização de insumos); redefinições dos ciclos agrícolas por produtos e sua distribuição espacial. Ademais, outro fator que influenciou de forma significativa o processo de formação foi às rendas não agrícolas, oriundas de transferências de rendas (programas sociais como o bolsa-família) e rendas previdenciárias (aposentadorias), que se constituem como elemento indispensável de grande parte dos assentados, no processo de formação da renda gerada nas áreas de assentamentos.

Segundo dados da FAO (Tabela nº11, ná página seguinte), a reforma agrária e a constituição de seus assentamentos nos diversos estados têm apresentado resultados de extrema concentração. Observa-se na primeira coluna o percentual de unidades familiares que sobrevivem com 15% do total da renda estariam, se considerarmos uma família com mais de 4 pessoas, abaixo da linha de pobreza. Tal resultado é fundamental para fazer evidenciarmos que as desigualdades regionais se reproduzem nos assentamentos. As regiões Nordeste e Centro-Oeste são detentoras das menores rendas pela FAO, No que tange os dados do Nordeste, o processo de distribuição de renda gerado é “perverso”, onde apenas 25,52% dos mesmos auferem renda superior a 3 salários mínimos.

Tabela nº11
Renda familiar média, em salários mínimos, por macrorregiões brasileiras – pesquisa FAO

Regiões	% que recebem até 1 s.m.	% que recebem de 1 a 3 s.m.	% que recebem mais de 3 s.m.
Centro-Oeste	11,57	41,32	47,11
Nordeste	23,85	50,63	25,52
Norte	4,15	43,25	52,60
Sudeste	4,35	39,13	56,52
Sul	5,33	18,67	76,00
BRASIL	14,69	40,03	45,28

Fonte: GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de reforma agrária*. In: ROMEIRO, Adhemar. (et. ali). (1994). Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate - Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE. p.38.

No tocante as famílias que auferem a quantia média mensal de até 01 salário mínimo, 14,69%, e que se encontram abaixo da linha de pobreza⁸⁹, no âmbito nacional, não logram as mesmas empreenderem uma atividade produtiva, sendo postos de lado no processo produtivo dos assentamentos (marginalizados). Esta população reflete uma parte do contingente de assentados que por dificuldades, em todos os sentidos, abandonam ou vendem seus lotes a outros assentados, formando uma nova concentração dentro do próprio assentamento. Dentro dos assentamentos, esta *nova classe*, configura-se de forma efusiva como a detentora das maiores rendas auferida no assentamento.

Diante de tal constatação de concentração de renda evidenciada pela pesquisa da FAO, a mesma analisa de forma consciente que o processo de reforma agrária sustentável não é um fato que possa englobar todas as famílias (e em todos os assentamentos). Para tanto, pressupõe que existiriam três grupos, classificados mediante a possibilidade de integração ao mercado (como unidade produtiva). O primeiro grupo seria o dos *excluídos* deste processo (que recebem até 01 s.m.); o segundo grupo seriam aqueles que estão próximos do processo de integração (que recebem entre 01 a 03 s.m.) e o terceiro grupo consistiria naqueles integrados ao mercado, e que corresponderiam aos agricultores que efetivamente (ou eventualmente) dispõem de produção agrícola e/ou animal para abastecer o mercado⁹⁰.

⁸⁹ Levando-se em consideração que a unidade familiar é composta entre 04 e 06 membros, e que evidenciaria uma renda *per capita* mensal menor que ½ salário mínimo.

⁹⁰ Muitas vezes, alguns autores e em específico o estudo da FAO, apenas pressupõem o nível de renda para aferir ou não o processo de integração ao mercado. Então levantamos o seguinte questionamento. E se toda (ou grande parte dela) renda obtida pelo assentado (e sua família) for proveniente das chamadas rendas não agrícolas (obtidas fora do assentamento – inclusive rendimentos oriundos de transferências de renda/aposentadorias), esta família pode ser considerada “integrada”? Poderíamos dizer que um assentamento é independente ou consolidado se as rendas geradas pelas famílias ali instaladas são obtidas sem a produção de um único grão, produto ou serviço do campo?. Esta reflexão nos deixa a evidencia de que os problemas ainda são rotundamente gigantescos, quando falamos de “sustentabilidade” de áreas de assentamentos no Brasil.

Esta classificação, no caso específico do Nordeste, predispõe a uma severa vulnerabilidade dos grupos ali instalados, considerando-se que 92,94% do total de assentados não atingem 01 salário mínimo de renda mensal para prover a sua sobrevivência, sendo necessária evidentemente uma parcela significativa de ações que visem à transferência de renda para a complementação de sua segurança alimentar.

É evidente que o estudo da FAO deixa à mostra a necessidade de se abstrair elementos que possam aportar uma melhora do processo de formação de renda dentro das áreas de assentamentos, ou em última instância (como forma de mantê-lo vinculado a sua propriedade), estimularem o processo de formação de rendas não-agrícolas, seja pelo beneficiamento de produtos (quando houver), seja pela incorporação de novas atividades que possam ser incrementadas no assentamento.

Uma análise mais efetiva da tabela nº 12 leva a observar que apenas a região sul consegue ter um terço dos assentados auferindo mais de 01 salário mínimo como renda. Tais constatações levam ao questionamento sobre a problemática dos assentamentos e sua efetiva sustentabilidade quanto à manutenção/fixação dos assentados nas diversas regiões.

Tabela nº 12
Distribuição per capita da renda familiar, em salários mínimos, por macrorregiões brasileiras

Regiões	% de Famílias com até 1/2 s.m.	% de Famílias entre 0,5 e 1 s.m.	% de Famílias Entre 1 e 3 s.m.	% de Famílias com mais de 3 s.m.
Centro-Oeste	42,98	37,19	16,53	3,31
Nordeste	72,61	20,33	7,05	0,00
Norte	41,72	31,03	23,79	3,45
Sudeste	41,03	33,33	23,19	1,45
Sul	30,67	30,67	33,33	5,33
BRASIL	50,25	18,47	28,89	2,39

Fonte: GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de reforma agrária*. In: ROMEIRO, Adhemar. (et. ali). (1994). Reforma agrária : produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate - Petrópolis, RJ: Vozes ; Rio de Janeiro: IBASE. p.44.

No caso específico do Nordeste, imagina-se que as dificuldades para uma efetiva geração de renda na região do semiárido estão condicionadas pelos aspectos edafoclimáticos, comprometendo sua sustentabilidade, pois em nenhum caso consegue-se formar uma renda superior a três salários mínimos nessa região.

Como crítica a esta composição de renda e dos valores auferidos, Abramovay & Carvalho Filho (1994, p 7), especificamente no caso da distribuição da renda gerada, fazem as seguintes observações:

Mais importante é considerar que a grande maioria dos assentamentos encontra-se **acima da linha de pobreza**. Se for verdade que, no meio rural, esta linha situa-se em um quarto de salário mínimo per capita, estariam em situação de miséria absoluta aqueles assentados que não obtêm renda familiar superior a um e meio ou dois salários mínimos ao todo (considerando-se famílias de seis a oito pessoas). Dos 44 assentamentos estudados, oito têm renda inferior a dois salários mínimos. Ao todo, somente três assentamentos (os três no Nordeste) têm renda familiar média inferior a um salário mínimo e meio.

É importante ressaltar que muitas destas famílias que estão acima da linha da pobreza o são, muitas vezes, graças ao diversos tipos de programas assistência de transferência de renda, ou como na maioria dos casos, em razão das chamadas rendas não-agrícolas provenientes da renda previdenciária (aposentadorias). Esta constatação de dificuldade no processo de formação da renda na região Nordeste é evidente, pois quase todas as famílias estão em uma linha tênue entre a linha da pobreza e a linha da miséria, onde poucos reais separam uma faixa da outra.

No caso específico deste estudo nos assentamentos do município de Mossoró/RN, os dados obtidos refletem efetivamente os dados da FAO, pois percentualmente quase 90% das famílias obtiveram mais de um salário mínimo (terceiro e quarto quartil) como rendimento mensal. Entretanto, ao se verificar este valor, considerando o número de membros na família (renda per capita), há um deslocamento destes rendimentos para o primeiro quartil (até 0,5 s.m.), representando cerca de 60% dos rendimentos gerados mensalmente, e 26% no segundo quartil (até 1 s.m.) e o restante no terceiro quartil (entre 1 e 3 s.m.).

O que nos chama atenção diante dos dados postos em na pesquisa para esta tese é que, mesmo com toda a incorporação de políticas sociais distributivas e de transferência de renda no processo de combate a pobreza rural (leia-se também no programa de reforma agrária), aproximadamente 17% das famílias entrevistadas sobrevive com menos de ¼ de um salário mínimo per capita, o que evidentemente fragiliza o processo de reforma agrária, contribuindo em alguns casos, para a evasão do referido programa.

2.3.1.1.4. Permanência das famílias nos assentamentos

Ao se abordar as áreas de assentamentos numa perspectiva social, ainda que não haja plena eficiência ou viabilidade econômica estabelecida, muitas famílias conseguem ter um

sonho realizado: o de ter sua própria terra e de ter um teto sobre sua cabeça⁹¹. Entretanto, existe uma preocupação institucional quanto ao número relativo de desistências após o processo de instalação dos assentamentos. Este número de desistências também pode ser contabilizado pelas eventuais vendas das casas (na vila) e dos lotes dentro do assentamento. Segundo dados coletados no estudo da FAO, 22% de todos os beneficiários inicialmente selecionados para as áreas de assentamentos rurais, desistem de continuar nos assentamentos.

Em alguns casos, o número de desistência é superior à média apontada, situando-se principalmente na região Norte. Segundo Guanzioli (1994, p.62),

(...) as desistências estão aparentemente relacionadas com a questão do meio ambiente e do desmatamento. O ciclo tradicional da pequena agricultura nestas regiões pode ser em grandes traços, assim caracterizado:

1ª fase - após o recebimento da terra (ou a ocupação no caso dos posseiros), efetua-se a abertura da área através do desmatamento. Esse desmatamento cumpre a dupla função de viabilizar um futuro plantio e de gerar alguma receita com a venda da madeira que garanta a sobrevivência da família durante este período;

2ª fase – o agricultor efetua o plantio de cereais, geralmente arroz, na área desmatada. Por causa da distância e da falta de meios de transportes, o agricultor não realiza ganhos significativos, que de fato são internalizados pela estrutura de comercialização vigente (do tipo mercantil). Esta situação é agravada com o declínio da fertilidade da terra nos seus lotes;

3ª fase - decepcionado com a lavoura, o agricultor forma pastos na terra do arroz e muda de atividade.

Com tais problemáticas postas, o assentado direciona suas ações em três direções: 1) vende ou arrenda seu lote individual para grandes proprietários (pecuaristas); direciona sua *vocação* a pecuária; ou simplesmente passa a ser um extrativista (devastador da floresta), passando a simplesmente desmatar toda sua terra para vender a madeira a preços irrisórios e posteriormente, realizar queimadas para realizar plantio de produtos de subsistência (acontece também uma rotação de terras, à medida que as mesmas não produzam mais). Por fim, quando tem a terra seu total esgotamento (fertilidade), o mesmo abandona o lote.

No tocante a região Nordeste, segundo Guanzioli (1994, p.62), as desistências foram relativamente menores e administráveis, situando-se em torno de 6%. Sabe-se que as intempéries climáticas influem substancialmente na desistência de determinadas áreas de assentamentos dados à ausência de meios de sobrevivência (falta de infraestrutura hídrica

⁹¹ Muitos dos assentados eram empregados, meeiros ou simplesmente pessoas que por viverem em condições difíceis na cidade, buscam através do engajamento junto a movimentos sociais que reivindicam terras (distribuição), e que com o processo de reforma agrária, o mesmo tem o seu “sonho” de consumo, de não mais pagar aluguel ou de ter sua terra.

adequada para manutenção do rebanho ou mesmo da família, leia-se água potável), assim como a baixa produtividade de algumas terras onde foram implantadas áreas de assentamentos. Outro fator que potencializa no Nordeste a desistência/abandono das áreas de assentamentos dá-se em razão da má utilização do solo, causando salinização, compactação e erosão, inviabilizando a sua utilização para fins agrícolas/pastoris. É interessante constatar que apesar da seca e da pouca fertilidade dos solos nordestinos, se comparados com outras regiões, os nordestinos não desistem facilmente de suas terras.

Na região Sul, encontra-se o menor percentual de desistência em torno de 4%, dadas a maior possibilidade de integração produtiva, de melhor assistência por parte dos órgãos públicos e ONGs, bem como, de menores problemas com acesso ao mercado e menores susceptibilidade aos efeitos climáticos.

Nas regiões Centro Oeste e Sudeste, onde se detectaram uma venda massiva de lotes entre os próprios assentados⁹² e a caracterização de uma efetiva *minifundização* de alguns assentamentos, a taxa de abandono/desistência está próxima de 20%. Tal problemática sugere a adoção de mecanismos que possam significar a perda da posse da terra, daquele que a comprou e/ou a utiliza, e reverter novamente o referido lote para o processo de reforma agrária.

Discutir o processo que leva e/ou contribui para o abandono/desistência existente nas áreas de assentamentos implica em considerar as inúmeras carências evidenciadas na implantação dos assentamentos, bem como de circunstâncias que levam de forma geral a uma situação de insustentabilidade e/ou maior vulnerabilidade das famílias ali instaladas. Entre estas carências pode-se citar:

- a) baixa produtividade da terra (em relação à produção regional) ou constantes intempéries climáticas – secas, enchentes, nevadas, chuva de granizo, etc. .
- b) infraestrutura insuficiente – dificuldade no fornecimento de recursos hídricos principalmente para o consumo animal/humano e para irrigação de áreas potencialmente propensas a este tipo de atividade;
- c) baixa capitalização do assentado – impossibilitando de que o mesmo possa iniciar seu ciclo produtivo dentro do assentamento, antes da ajuda dos órgãos governamentais;
- d) demora no processo de instalação/institucionalização dos assentamentos, provocando a dificuldade no acesso ao crédito;

⁹² Também se verifica a venda de lotes para latifundiários, entretanto, sem representar a mesma concentração de terras existente na implantação do assentamento.

- e) produção de bens/produtos com baixo valor agregado – associado à produção de bens/produtos com a sazonalidade de produtos da região;
- f) baixa capacidade de organização produtiva e venda (coletiva) – conflitos internos na composição de cooperativas e/ou associações quanto à determinação da realização do trabalho (reparto) e da divisão dos recursos auferidos;
- g) baixa utilização de tecnologia e baixa qualificação do assentado – utilização de práticas tradicionais e má utilização dos recursos disponíveis;
- h) conhecimento e práticas agrícolas ultrapassadas – desmatamento, queimadas, etc.;
- i) distância/isolamento das áreas consumidoras dos produtos ali gerados no assentamento – inviabilizando o deslocamento da produção ao mercado e/ou diminuto valor recebido pelo produto.

É evidente que todas estas causas apontadas não podem ser consideradas condicionantes em todas as regiões do país, dada à diversidade de fatores que são evidenciados em cada uma delas. Assim, apontam-se características que são encontradas com maior frequência no ato desistência/abandono dos lotes. Um dos elementos mais determinantes para o eventual abandono/desistência dos lotes (incluindo a venda) reside na ausência de renda fora da área de assentamentos. É verificada que as famílias que possuem uma renda não-agrícola⁹³ são menos susceptíveis ao abandono.

Faz-se mister acrescentar que todas estas variáveis apresentam contextos localizados e pontuais, sendo necessários um acompanhamento próximo de cada realidade, ou seja, não é possível ser aplicada uma política de reforma agrária homogênea (daí a necessidade dos chamados Planos Regionais de Reforma Agrária – PRRA), dada a diversidade de fatores que confluem para a sustentabilidade/vulnerabilidade de cada região, de cada assentamento.

Vê-se como plausível a regionalização/territorialização⁹⁴ do processo de reforma agrária, dada a necessidade de considerar as especificidades de cada assentamento, tendo em conta suas potencialidades de produção e efetiva incorporação ao mercado, como forma de minimizar/atenuar as vulnerabilidades peculiares encontradas.

⁹³ Especificamente estamos aponta-se a necessidade da existência de: a) um trabalho efetuado fora do assentamento; b) existência de uma renda previdenciária – aposentadoria; c) benefício social que pressuponha a transferência de renda e; d) manutenção do assentado por doações privadas (familiares) e/ou públicas.

⁹⁴ Não se está projetando/incorporando de nenhuma maneira uma visão reducionista. Compreende-se que somente identificando os elementos conflitivos ou que induzam a vulnerabilidade destas áreas, os mesmos poderão e deverão ser tratados (e resolvidos) de formas localizadas, para que o programa de reforma agrária (de alcance universal) possa aportar elementos que conduzam a uma efetiva e cabal focalização dos recursos financeiros, humanos, estruturais e institucionais, e desta maneira converta-se em um baluarte de justiça social no Brasil.

3. REFORMA AGRÁRIA E OS PLANOS NACIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

O processo de distribuição de terras por meio de uma política de Reforma Agrária, realizado no Brasil, é basicamente utilizado para definir uma reordenação fundiária destinada ao acesso a terra e aos meios de produção para os trabalhadores rurais⁹⁵. O cerne do que deve propor a reforma agrária é dotar esta população excluída de possibilidades positivas no tocante ao fator social (moradia, alimentação, identidade cultural, etc.); econômico (renda, produção de alimentos, investimentos para região/município, etc.); e político (formação de uma nova condição cidadã, que se espalha pelo território, rompendo com velhas práticas consolidando uma nova espacialidade de atuação política).

Percebe-se que o Governo Federal vem, passo a passo, incrementando sua política de reforma agrária, ainda que merecedora de ajustes, em maior amplitude desde o governo FHC⁹⁶. Porém, os índices gerais de concentração de terras não vêm sofrendo alterações que indiquem que o acesso à terra por parte dos pequenos produtores familiares tenha sido facilitado, de forma global⁹⁷. Estas afirmações são contundentes quando se verifica o índice

⁹⁵ No Brasil embora se empregue o termo de Reforma Agrária, a política de distribuição de terras no Brasil pode ser compreendida como política de assentamentos humanos no espaço rural. Esta concepção é dada em função de uma nova organização social que se estabelece em um determinado espaço (rural), formando uma rede de inter-relações de grupos/indivíduos, que demarcarão uma forma de atuação social no meio físico/social. Esta teoria contextualiza os assentamentos rurais como satélites da sociedade local, em que as relações sociais são determinadas em função de uma organização específica, e que são conduzidas pelas peculiaridades individuais dentro de um novo espaço em que serão instalados. A inexistência de um processo de integração físico/social dá-se em razão de uma efetiva desarticulação do conjunto de políticas públicas (que embora apontadas nos documentos oficiais, o PNRA, por exemplo, na prática não se estabelecem) que pudessem possibilitar a incorporação destes novos integrantes no tecido produtivo/reprodutivo social local. Ver NORDER, L. A. C. *Políticas de Assentamento e Localidade: os desafios da reconstituição o do trabalho rural no Brasil*. Holanda: Wageningen Universiteit, 2004.

⁹⁶ Toma-se FHC como referência em razão do avanço que se deu no período de seu mandato, que correspondeu ao desbordamento do processo de reforma agrária brasileiro. Segundo dados do NEAD, INCRA e Secretaria do Banco da Terra, entre 1964/1994 tinham sido assentadas 218.534 famílias, enquanto no período de 1995/2002, foram assentadas 635.035 mil famílias em todo o país. Quando são divulgados os números de assentamentos/famílias instaladas, em geral ocorre uma discussão sobre a metodologia para aferir os mesmos, ou até mesmo, falseando os dados. Tal premissa é condizente quando, para contrapor ao número de assentados no período de 1995-2001, a Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, divulga que foram assentadas apenas 266.998 mil famílias; enquanto no mesmo período o INCRA divulgava 317.833 mil famílias; e o Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário, divulgava para o mesmo período um total de 545.683 mil famílias assentadas. É verdade, porém que no governo FHC, que além das desapropriações (derivados de pressões populares), incrementa-se um instrumento para aumentar a disponibilização de terras para a reforma agrária através da compra de terras – muitas vezes caras e de qualidade duvidosa - pela União. Ver MATTEI, L. Reforma agrária e desenvolvimento no Brasil: antigas e novas questões. In: Congresso da Sep, 2003, Florianópolis. Anais. SeP, 2003. p.12. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/24_MATTEI.pdf

⁹⁷ SPAROVEK, G.. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

de *Gini*⁹⁸ em relação à concentração de terras no país. A disponibilização destes dados comprova hipoteticamente que o programa de reforma agrária esta longe de cumprir seu objetivo quanto à desconcentração de terras.

Segundo dados da tabela nº 13, percebe-se que nas últimas quatro décadas praticamente se manteve inalterado o índice de Gini, evidenciando que o volume de terras destinado a reforma agrária configurou uma variação (margem) mínima de concentração/desconcentração. No período entre 1970 e 1985, o país esta imerso em um modelo de desenvolvimento agrícola instituído pelos chamados PND's, por meio de créditos rurais subsidiados. Com a falência deste modelo em meados da década de 1980, desvanecem um pouco as forças que contribuíam para um modelo agrícola concentrador de terras.

Tabela nº 13
Índice de Gini da distribuição da posse da terra no Brasil

Ano	Índice de Gini
1975	0,855
1980	0,857
1985	0,857
1995/1996	0,856
2006	0,854

Fonte: IBGE

Somente após iniciar um programa de projetos de reforma agrária em 1985, é que se rompe o viés de concentração de terra, sem necessariamente corresponder a uma redistribuição em termos reais. No período entre 1985 e 1994, foram assentadas aproximadamente 135 mil famílias⁹⁹. Com uma pressão social organizada através de grupos, em especial, do Movimento dos Sem Terras – MST, toma-se a alternativa de forçar o processo de reforma agrária através de invasão (desapropriação burguesa – palavra geralmente utilizada

⁹⁸ Foi criado pelo italiano Corrado Gini, para medir a desigualdade de uma distribuição, baseado na Curva de Lorenz. Segundo definição de Sandroni, o índice de Gini é: Medida de concentração, mais freqüentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. O coeficiente de Gini é medido pela

relação ou pela fórmula geral,
$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (Y_i + Y_{i-1})(X_i - X_{i-1}),$$
 sendo x_i a porcentagem acumulada da população (pessoas que recebem renda, proprietários de terra, indústrias etc.) até o estrato i ; y_i , a porcentagem acumulada da renda, área, valor da produção etc., até o estrato i ; e n , o número de estratos de renda, área, valor da produção etc. Aumentando a concentração da renda, da propriedade fundiária ou do valor da produção, cresce a curvatura da curva de Lorenz, O índice ou coeficiente de Gini se aproximaria de 1, refletindo o aumento da concentração. Se a distribuição da renda, da propriedade da terra, do valor da produção industrial etc. fosse igualitária, a curva de Lorenz coincidiria com a linha de 45° e o coeficiente de Gini seria igual ou muito próximo de zero. Os valores do coeficiente de Gini variam, portanto, entre 1 e zero; quanto mais próximo de 1 for o coeficiente, maior será a concentração na distribuição de qualquer variável, acontecendo o contrário à medida que esse coeficiente se aproxima de zero. SANDRONI, P.. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999, p.106

⁹⁹ Muito aquém do que se previu inicialmente no governo Sarney (previa instalar 1,4 milhões de famílias) de 1985/1989, sendo instaladas apenas 85 mil famílias; e no governo Collor/Itamar Franco (1990/1994) que totalizaram apenas 50 mil famílias. Ver MATTEI (2003:2)

pelo MST) de terras consideradas improdutivas¹⁰⁰. A pressão exercida pelo MST e outros grupos surte efeito rápido, provocando uma maior celeridade por parte do Governo Federal, seja pela desapropriação, seja pela compra de terras para a instalação de assentamentos (sem infraestrutura adequada). Segundo dados do DATALUTA, foram realizadas 3.846 invasões, que obtiveram como resultado direto/indireto a criação/instalação de 3.931 assentamentos rurais, conforme se observa na tabela nº 14. Mesmo com a distorção, discordância ou falseamento do número total de assentamentos criados, os próprios movimentos que estão isolados do contato e influência governamental, reconhecem que o Governo FHC¹⁰¹, produziu um número maior de desapropriação/compra de terras destinadas a reforma agrária. Os resultados posteriores são também significativos em termos de assentamentos, entretanto, o número relativo de invasões é proporcionalmente maior que o de assentamentos criados no período anterior.

Tabela nº 14
Número de ocupações e instalações de Assentamentos no período de 1994 a 2009.

Região	Gov. FHC (1994 -2002)		Gov. Lula (2003 -2009)	
	Ocupações	Assentamentos	Ocupações	Assentamentos
Centro - Oeste	642	565	381	424
Nordeste	1.438	1.879	1.430	1.326
Norte	313	639	360	606
Sudeste	949	412	1.032	216
Sul	504	436	418	101
Total	3.846	3.931	3.621	2.673

Fonte: DATALUTA - Banco de dados da luta pela terra 2010.

Apesar de ter-se alcançado um número grande famílias instaladas, percebe-se as fragilidades dos órgãos que conduzem o processo, seja de ordem estrutural, organizacional ou financeira. Estas fragilidades conduziram, de certa forma, a um esquecimento das famílias assentadas na condução do processo de ocupação da terra, realização/organização das atividades produtivas, disponibilização da produção ao mercado, dificuldade na geração de meios de subsistência¹⁰², etc. A falta de um controle mais efetivo dos órgãos que

¹⁰⁰ Este termo improdutivo nem sempre se pode considerar real, pois em muitos momentos o MST invadiu propriedades consideradas produtivas, sejam de latifundiários, sejam de empresas, ou mesmo de áreas da união (devolutas)

¹⁰¹ Uma das teorias defendidas por FHC era de que o Brasil não tinha muitos problemas com a distribuição de terras – incluindo os sem-terras -, e que para resolver o problema bastava assentar as famílias acampadas. Entretanto, a pressão social gigantesca em razão das dezenas de mortes ocorridas em processos de ocupação de terras (Corumbiara em Rondônia no ano de 1995 e de Eldorado dos Carajás, no Pará, no ano de 1996), fez evidentemente o governo retificar sua política agrária.

¹⁰² No período de instalação/implementação dos assentamentos, é doado regularmente pelo INCRA, uma feira, composta de alimentos básicos (cesta básica) para a manutenção das famílias no assentamento. Entretanto, segundo os assentados, não é suficiente para as necessidades da família (muitas vezes numerosas).

implementam/executam o programa de reforma agrária levaram muito dos assentamentos a acentuarem suas vulnerabilidades, levando muitas das famílias abandonarem ou venderem seus lotes.

A reforma agrária, mesmo apresentando alguns resultados insatisfatórios, tem contribuído de uma maneira geral para a melhoria de alguns aspectos sociais no tocante ao acesso a terra, à moradia¹⁰³ e melhora de autoestima do pequeno produtor, o que nos faz crer, mesmo com estas dificuldades, que o processo de reforma agrária é positivo, considerando inclusive a situação anterior na qual se encontrava o referido assentado e sua família antes da deflagração deste processo¹⁰⁴.

Segundo Spavorek (2003, p.37):

Essas perspectivas reforçam o potencial ainda latente da reforma agrária como sendo um meio eficiente e sustentável de combater a pobreza, melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e da população urbana, gerando, também, desenvolvimento econômico e melhorando a distribuição de renda numa escala ampla e realista.

Um dos aspectos a considerar na execução de um programa de reforma agrária (além da desconcentração de terras), é o fomento a instrumentos que possibilitem a diminuição da pobreza rural, dotando as famílias assentadas de fatores de produção, que potencialmente contribuirão na formação de uma segurança alimentar (através da geração de renda de autoconsumo). Ademais, considera-se que o papel das áreas de assentamentos, além de cumprir esta função social, também pode incorporar a possibilidade de geração de renda¹⁰⁵ que permita a incorporação destas famílias a um mercado de massas¹⁰⁶.

¹⁰³ Diante das dificuldades vivenciadas em muitos assentamentos, em que as condições de instalação são precárias (escassez hídrica, falta de saneamento básico, inexistência serviços básicos como educação e saúde), corroborando com uma ausência do Estado, cunha-se a expressão *favelização do campo*, em alusão as condições de vulnerabilidade econômica, social (inclusive marginalização societal) e de infraestrutura, encontradas nas favelas urbanas.

¹⁰⁴ Uma das barreiras de entrada que rompe o assentado é a possibilidade do mesmo ser incluído em políticas de créditos rurais (ao mercado financeiro), em especial o PROCERA e o PRONAF, e através da utilização destes recursos, possibilitarem uma produção agrícola/pecuária com uma maior frequência e volume da produção, possibilitando a sua entrada no mercado consumidor. Todo este rol de possibilidades fomentará alternativas/instrumentos de inserção social

¹⁰⁵ Ademais da geração de emprego e renda, os assentamentos acabam servindo como amparo social a parentes, operando, em alguns casos, como mecanismo de recomposição de famílias. Quanto à atividade produtiva, uma das principais mudanças trazidas pelos assentamentos, como já salientado, refere-se à oferta no mercado local de uma maior diversidade de bens, especialmente em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva. Ver MEDEIROS, L. S. de & LEITE, S. (orgs.) et alii. *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro, Mauad Ed., 2004

¹⁰⁶ Refere-se à possibilidade das famílias ali instaladas, disporem (geração) de renda monetária que possibilitem a compra de produtos de bens duráveis (ou semiduráveis). Já que segundo nosso estudo de campo, a maioria dos assentados não dispunha de bens no momento de sua incorporação ao assentamento.

Mesmo assumindo um papel redistributivista, a reforma agrária assume um papel fundamental quanto à interação dos meios sociais/econômico/políticos no que tange o seu ordenamento de recomposição territorial. A instalação de áreas de assentamentos influi não apenas na massa populacional alocada, mas também na formação de novas redes de contatos que dimensionam uma nova realidade local. Desta maneira, as áreas de assentamentos, quando instalados em áreas não dinâmicas¹⁰⁷, influenciam positivamente na modificação das relações ali instituídas, não apenas através de recursos econômico/financeiros destinados ao projeto de reforma agrária, mas também na necessária incorporação de novos modelos de desenvolvimento local¹⁰⁸, que privilegiam a nova conformação societal.

A concepção intrínseca da reforma agrária é não apenas melhorar a qualidade de vida das pessoas no campo, mas também de redimensionar o papel do Estado quando da utilização de instrumentos que permitam uma maior justiça social.

3.1. Antecedentes

Desde os primórdios do processo de descobrimento e colonização do Brasil por parte da Coroa Portuguesa, que a concentração de terras é associada a uma elevada concentração de renda, poder político de caráter oligárquico/burguês e fundamentalmente aprofundavam o processo de exclusão social, isto é demonstrado pela composição das chamadas Capitânicas Hereditárias e pelas sesmarias, bem como, pelo processo de ocupação de áreas no decorrer dos séculos em todas as regiões brasileiras, uma realidade concentracionista que se estende aos nossos dias¹⁰⁹.

A partir do processo de redemocratização brasileira, com o fim da ditadura militar (1964-1985), em decorrência da pressão popular e das formas de organização dos movimentos sociais de luta pela terra, os governos civis que foram implantados passaram a elaborar estratégias para reduzir a concentração fundiária e a condição de exclusão evidenciada com mais ênfase no campo brasileiro. Principalmente porque embora o Brasil tenha vivenciado

¹⁰⁷ Termo utilizado pela pesquisadora Tânia Bacelar, para definir as áreas do semiárido nordestino desprovidas de organização produtivo-competitiva no tocante ao funcionamento da economia. Para que estas áreas tivessem um mínimo de funcionamento de suas atividades, era necessário a presença do Estado, como elemento propulsor da economia/sociedade.

¹⁰⁸ A incorporação de assentamentos em áreas rurais implica perceber diferentes dimensões das relações sociais, econômicas, políticas e ambientais que se desenvolvem como um processo, em espaços e tempos delimitados pela própria criação dos assentamentos, mas que levam à necessidade de atentar para as condições anteriores da região dos assentados. Ver: MEDEIROS & LEITE, 2004.

¹⁰⁹ Ver GUIMARÃES (1968); PRADO JÚNIOR (1979); HOLANDA (1979); FURTADO (1961;1972;1992;2006)

patamares de crescimento econômico e atingido nos anos de ditadura situações de pleno emprego, forjadas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PND), as crises econômicas que se sucederam durante e após o período militar colocaram o Brasil em uma situação de déficit fiscal e de balanço de pagamentos extremamente agudos, que concorreram com o aumento da exclusão e da desigualdade sociais brasileiras¹¹⁰.

Assim, o processo de Reforma agrária seria uma tentativa de corresponder às pressões sociais que passaram a surgir com maior intensidade (a necessidade de desenvolvimento econômico e social) no seio da sociedade brasileira.

Dentre as demandas de diversos sujeitos sociais estava a reforma agrária¹¹¹, com a implantação da Lei nº 4.504 sobre o Estatuto da Terra¹¹², até então o primeiro documento de caráter oficial que estabelece uma política para o processo de reforma agrária e que se inicia com a criação de órgãos como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário (em substituição a SUPRA, do Governo de João Goulart) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com o intuito de estabelecer um mapeamento dos imóveis rurais (tamanhos, características, posse, etc., além de ter um controle sobre as terras públicas). Entretanto a política desempenhada no processo de reforma agrária do governo militar, não

¹¹⁰ Dentre os principais elementos que conduziram a uma política de crescimento elitista-concentrador, temos: endividamento interno e endividamento externo – que esgotaram posteriormente o modelo de Estado do bem estar e o configuraram num modelo ainda mais periférico-associado-dependente do fluxo de capitais dos países centrais; além do processo inflacionário e expropriação salarial que ocasionaram uma maior divisão de classe social no país. Ver TAVARES (1972) e BRUM (2000)

¹¹¹ Considerando, sobretudo, que a Reforma Agrária estava apontada nas reformas de base Governo Civil de João Belchior Marques Goulart, que foi dada de forma insipiente em 1962 quando da criação da Superintendência Regional de Política Agrária, em resposta a organização dos trabalhadores rurais com as chamadas Ligas Camponesas. De fato, mesmo com o Golpe Militar, que em 1964 substituiu este governo popular, a reforma agrária ainda apresentava-se como uma demanda concreta à sociedade brasileira. Ver GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

¹¹² No dia 30 de novembro de 1964, o Congresso Nacional aprovou a lei número 4.504, que estabelecia os preceitos normativos sobre o Estatuto da Terra. Dentre suas especificações, no seu artigo 1º, o estatuto define a reforma agrária como "o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, modificando o regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade". No parágrafo segundo do referido artigo, são esclarecidos os objetivos relativos à política agrária como uma ferramenta para "amparar e orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país". O acesso à propriedade territorial será efetivado mediante a distribuição ou a redistribuição de terras, através de alguns instrumentos concedidos pelo Estado, tais como: arrecadação dos bens vagos; reversão à posse do poder público de terras de sua propriedade indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros; desapropriação por interesse social mediante prévia indenização em títulos da dívida pública; doação; compra e venda; herança ou legado. Um dos fatores considerados decisivos no processo de reforma agrária, era que o próprio estatuto, determinava a elaboração do chamado Plano Regional de Reforma Agrária, buscando especificar as demandas existentes em cada região. Ver: SMITH, R. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo*. São Paulo. Brasiliense, 1990. ; SILVA, L. O.. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

resultou em bons resultados, o que provocou maiores pressões sociais¹¹³, visto que houve um aumento no número de latifúndios surgindo no país.

Outra tentativa, no período militar, para o estabelecimento de políticas de reforma agrária foi a criação de ações de regional, caracterizados como projetos de colonização¹¹⁴. Destes projetos, nenhum alcançou nenhum resultado digno de ser referendado como política de desenvolvimento, nem mesmo de reforma agrária. Aliando a estes fatores, os diversos programas criados para promover e o órgão criado para conduzir a reforma agrária, atuavam de forma contrária ao que se propunham, executando na realidade, uma contrarreforma, conforme descreve Oliveira (2007, p.124):

O PIN, o INCRA e o PROTERRA formavam um esquema articulado nos bastidores do governo militar. Ou seja, criava o governo do General Médici um programa que simplesmente contrariava o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação através de pagamento com 'Títulos da Dívida Agrária'. Entretanto, através do PROTERRA, passava esta desapropriação a ser feita *'mediante prévia e justa indenização em dinheiro'* (alínea "a" do artigo 3º). Estava estabelecido mais um elo da 'contrarreforma agrária', ou seja, uma reforma a favor dos latifundiários.

Como resultante destas políticas ineficientes de reforma agrária, começaram a ressurgir os movimentos organizados e politizados no Brasil. Estes excluídos do campo passaram a utilizar as ocupações de terra que apresentam problemas de titularidade, considerando a grande problemática da posse e da propriedade da terra no Brasil (SILVA, 1996; SMITH, 1990)¹¹⁵. Um fato que reforçou os movimentos de luta pela redemocratização

¹¹³ A constituição de 1967 endossou o estatuto ao permitir a desapropriação da propriedade rural com o objetivo de promover a justiça social, sendo posteriormente com o decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, que foi regulamentado o processo de desapropriação de áreas rurais, que estivessem localizadas em regiões conflituosas e de interesse social (direcionando-as a reforma agrária). Todo este recital de leis criadas visando promover a reforma agrária (em razão das pressões sociais), não promoveu nenhum avanço significativo. Segundo Oliveira (2007): "de 1964 a 1970, os dois órgãos destinados a (contra) reforma agrária estiveram marcados por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. Aliás, este fato ganhou projeção nacional e internacional. Em nível nacional, acabou desembocando, em 1968, na constituição, pelo Congresso Nacional, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias veiculadas pela imprensa, (...) somente com a fusão destes dos órgãos é que surgiu o INCRA, através de Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970". OLIVEIRA, A. U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007. p122. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf

¹¹⁴ Muitos programas foram criados no intuito de promover o avanço da reforma agrária, dentre os quais podemos citar: o PIN (Programa de Integração Regional); o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste); o PROVALE (Programa Especial para o Vale do São Francisco); o POLAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia); e o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste). Ver. BECKER (2005); EGLER (2001)

¹¹⁵ Muitas das terras utilizadas na ocupação destes grupos organizados são consideradas terras devolutas. As terras devolutas são terras públicas e que geralmente estão localizadas em faixas de fronteira dos

do país, a atuação dos movimentos urbano-sindicais concorrendo com o aprofundamento da instabilidade política do Governo Militar.

Com o fim da ditadura militar, no ano de 1985, é necessário aos novos governantes civis (Tancredo Neves - Presidente e José Sarney – Vice-presidente), para dar marcha ao processo de reforma agrária – com base nos pressupostos do Estatuto da Terra, a elaboração e implantação de um PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária)¹¹⁶.

A política agrária toma um novo rumo com o falecimento do então presidente Tancredo Neves, assumindo o Governo José Sarney (1989-1994), e que em razão de sua pequena força política naquele instante, elabora uma reforma ministerial, bem como modifica a estrutura administrativa de algumas pastas ministeriais, por meio da criação de vários órgãos para tecer aliança entre os grupos oligárquico-latifundiários/latifundiários/empresariais para ter uma margem de governabilidade, principalmente quanto à aprovação de projetos enviados ao congresso e ao senado. Assim, mediante a força política da classe ruralista, Oliveira (2007, p.129) revela que:

O governo Sarney ‘sepultou’ o I PNRA. Primeiro através da Medida Provisória nº 29, de 15/01/1989, extinguiu o cargo de ministro de Estado da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, e transferiu as atribuições do MIRAD para o Ministério da Agricultura. E, em segundo lugar, dois meses depois, pela Lei nº 7.739, de 20/03/1989, extinguiu também o MIRAD e recriou o INCRA, através do Decreto nº 97.886, de 26/06/1989, vinculado ao Ministério da Agricultura. A reforma agrária da ‘Nova República’ terminava institucionalmente da mesma forma como os governos militares a tinham tratado, no âmbito do Ministério da Agricultura.

Os resultados obtidos com a realização do I PNRA¹¹⁷ foram pífios, alcançando apenas 6,4% (aproximadamente 90.000 mil famílias) da meta estabelecida quanto ao número de

Territórios/Estados e que não são aplicadas a qualquer uso de cunho público (seja federal, estadual ou municipal), bem como não se encontram, por título legítimo, na posse, ou domínio particular(privado) de alguém. A existência de muitas terras devolutas no Brasil, ou até mesmo, da invasão de terras privadas, fez surgir uma atividade profissional, que se dedica a usurpação de propriedade ou da posse imobiliária (mediante fraude ou até mesmo o emprego e uso da violência) e posteriormente executa a venda desta propriedade a outros particulares, ou até mesmo, ao próprio Estado (inclusive para ser utilizado na reforma agrária). Ver Smith (1990) e Silva (1996).

¹¹⁶O Plano Nacional de Reforma Agrária foi elaborado por José Gomes da Silva para o Governo Tancredo Neves/José Sarney. O PNRA foi um dos primeiros programas que contemplavam a criação de créditos rurais específicos (PROCERA) para a implementação da reforma agrária. Este é um dos elementos importantes que compunha originalmente o PNRA, e que o direcionava a uma mudança significativa na política de distribuição de terras e que poderia significar efetivamente a realização de uma efetiva reforma agrária.

¹¹⁷ O Governo de José Sarney apresentou no PNRA com a promessa de assentar 1.400.000 famílias. Em 1989, no final do Governo Sarney, apenas 84.852 famílias foram assentadas. Esse resultado era muito mais fruto das ocupações de terras realizadas principalmente pelo MST do que as ações do governo federal. Fonte: FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V.L.S.B. & WHITAKER, D.C.A.

famílias e a apenas 1,5% (4,8 milhões de hectares) de terras inicialmente pretendidas para a reforma agrária¹¹⁸.

No governo posterior, Fernando Collor de Melo (1990-92), nada de significativo é desenvolvido, sendo apenas retomado o tema da reforma agrária em 1992 com o governo de Itamar Franco (1992-1994), embora o Governo Collor tenha produzido mecanismos de contenção dos processos de desapropriação fundiária que estavam em curso, bem como a redução das liberações de crédito para a reforma agrária (PROCERA). No ano de 1993, o governo de Itamar Franco consegue aprovar no Congresso Nacional leis (lei nº 8.629 e lei complementar nº 76) que regulam efetivamente os dispositivos constitucionais que normatizam a reforma agrária, bem como do que trata da desapropriação de terras, quando do interesse social para o processo de reforma agrária.

Em 1996, visando atender as crescentes demandas no tocante ao processo de reforma agrária, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), cria o Ministério de Política Fundiária ao qual o INCRA passa a estar vinculado, e por fim, no ano de 2000 é criado o Ministério de Desenvolvimento Agrário, ao qual o INCRA é definitivamente incorporado. Conforme corrobora Lima & Moreira (2005, p.13)¹¹⁹:

(...), apenas nos anos de 1990, em especial na segunda metade dessa década, é que se ampliou e fortaleceu-se o número de assentamentos no Brasil. Trata-se, portanto, de um resultado consolidado na retomada da coletivização da agricultura à custa de lutas e embates, (...), a emergente formação e consolidação dos assentamentos rurais provocaram uma série de mudanças na configuração agrária brasileira. Assim os assentamentos desenham gradualmente um novo traçado no território brasileiro, modificando a paisagem do campo nas várias dimensões: social, econômica, política ambiental e cultural.

A política agrária desenhada por Fernando Henrique Cardoso é composta por dois atos totalmente distintos. No seu primeiro mandato (1994 -1998), o primeiro ato correspondeu a uma ampla política de criação de assentamentos, visando principalmente criar os assentamentos para as famílias acampadas, na tentativa de resolver, segundo sua tese, o

(orgs). Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília : MDA ; São Paulo : Uniara, 2008. p.37

¹¹⁸ OLIVEIRA, A. U. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007. p. 129.

¹¹⁹ LIMA, S.R. R. & MOREIRA, G. L.. *A estrutura fundiária brasileira e o papel dos Assentamentos rurais na (re) organização do território brasileiro*. Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de Economia Política na cidade de Campinas, de 24 a 27 de maio de 2005. p.13. Acesso Web no dia 05.08.2010: <http://www.sep.org.br/artigo/xcongresso105.pdf>

problema da questão agrária (distribuição). O equívoco desta tese reflete-se no aumento da invasões/violência no campo e conseqüentemente da sua reformulação na política agrária, sendo obrigado a aumentar substancialmente o número de assentamentos (legalização/implantação). Os números comprovam esta explosão da demanda (até então reprimida) pelo acesso a terra. No ano de 1994, tinham sido assentadas 20 mil famílias, enquanto no final do seu primeiro mandato, este número praticamente quadruplicava, tendo sido assentadas aproximadamente 76 mil famílias (FERNANDES, 2008)¹²⁰.

No segundo mandato (1998 -2002), o governo FHC, encena o seu segundo ato, através da radicalização na política agrária, dificultando a institucionalização de novas áreas de assentamentos, visando coibir o crescente número de invasões ao criminalizar a invasão de terras, através de medidas provisórias que excluía compulsoriamente as famílias que participassem da ocupação de terras quando da formação de novos assentamentos. Além disso, se adiaría por dois anos o processo de vistoria da terra ocupada (dobrando este período para vistoria em caso de reocupação) pelos órgãos responsáveis pela política agrária, para instalação de novas áreas de assentamento. Aliado a este fator (com influência do capital agrícola – agronegócio), estabelece uma política de compra massiva de terra, criando política de mercantilização da terra (cunhada como Reforma Agrária de Mercado¹²¹).

Como ato final, além da institucionalização da Reforma Agrária de mercado, o crescente número de desapropriações infla os números de famílias assentadas. Em muitos destes casos, a forma como foram assentadas as famílias foram convertidas em posteriores dificuldades na permanência nos assentamentos (seja pela dificuldade de acesso ao crédito, assistência técnica inexistente ou infraestrutura básica incompleta), produziu uma série de discussões quanto à sustentabilidade/vulnerabilidade social/econômica/ambiental das áreas de assentamentos.

Mesmo com tais impactos, dado o processo de reforma agrária - e sua conseqüente institucionalização - não se pode esquecer que a quantidade de terras destinada à distribuição corresponde a uma quantidade ínfima do território brasileiro, comparando-se aos 165,7

¹²⁰ FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V.L.S.B. & WHITAKER, D.C.A. (orgs). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília : MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p.45

¹²¹ A compra da terra era um instrumento utilizado pelo governo FHC para promover a reforma agrária (atendendo as pressões sociais), e principalmente, minimizar o descontentamento do capital mercantil e evitar as freqüentes pressões sofridas pelo governo dos ruralistas. Este instrumento também tinha uma vertente representativa, pois a chamada reforma agrária de mercado era um intento de retirar a luta da terra do campo político, e transformar esta luta em um componente mercantil, onde seguramente os grupos de pressão eram distintos, quando não componentes da própria base aliada do governo. Ver: FERNANDES (2008, p. 46-50).

milhões de hectares que integram o total de latifúndios no Brasil. Estes dados comprovam que a trajetória concentracionista no território brasileiro se mantém extremamente elevada.

Com o final do governo de FHC e a vitória da de Luís Inácio Lula da Silva para presidente no período 2002/2006, esperava-se que o processo de reforma agrária realmente acontecesse. Pela primeira vez na história, um presidente era oriundo da classe trabalhadora - e supostamente consciente do rol de medidas que teria que promover para modificar a estrutura fundiária do país, e contribuir eficazmente para um processo de promoção social das classes menos favorecidas.

Para poder cumprir todas as expectativas dos que esperavam uma política de reforma agrária eficaz, o governo encomendou o II Plano Nacional de Reforma Agrária que ficou a cargo da elaboração de Plínio de Arruda Sampaio no segundo semestre de 2003. O II PNRA continha onze metas¹²² estabelecidas, das quais quase todas não foram cumpridas. No ano de 2003, após balanço do INCRA sob o número de assentamentos/famílias regularizadas, o total correspondia a 47,8% das metas propostas, enquanto que no ano de 2004, este valor decrescia para apenas 8,4% do total proposto pelo governo Lula. No ano de 2005, a farsa sobre o que chama Oliveira (2007) de “não” reforma agrária chega ao seu auge, quando o governo anuncia que o número de famílias assentadas superou a prevista pelo II PND (no triênio cumpriu apenas 25% do número de novas famílias assentadas)¹²³.

Quando se aborda, de maneira geral, os dados apresentados tanto por FHC como por Lula, estes apresentam uma incongruência quanto ao número de assentamentos e números de famílias assentadas, o que leva a constatar que o problema da reforma agrária é um problema

¹²² As metas propostas para o II PND (2003/2006) eram: 1) 400.000 novas famílias assentadas; 2) 500.000 famílias com posses regularizadas; 3) 150.000 famílias beneficiadas pelo crédito fundiário; 4) recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; 5) criar 2.075.000 novos postos de trabalho no setor reformado; 6) implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; 7) reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; 8) garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; 9) promover a igualdade de gênero na reforma agrária; 10) garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas e; 11) universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

¹²³ Para ludibriar a opinião pública o governo divulgava os dados em conjuntos, não os enquadrando em suas definições. Desta maneira as metas estabelecidas de novos assentamentos eram inflados Segundo a contextualização da reforma agrária, existem 04 conceitos básicos que são admitidos: **1. Reforma Agrária:** refere-se somente aos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas. **2. Regularização Fundiária:** refere-se ao reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc.); **3. Reordenação Fundiária:** refere-se aos casos de substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes, e/ou para garantir seus acessos às políticas públicas; **4. Reassentamentos Fundiários de famílias Atingidas por Barragens:** referente aos proprietários ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionárias e/ou privadas. Ver OLIVEIRA, 2007, p. 165-168.

político (vontade), e que toda a história do Brasil centra-se no processo de concentração de terra e que, evidentemente, não importa a concepção/ideologia política dos nossos governantes, o problema será (sempre foi) jogado para baixo do tapete.

Estas evidências fazem efetivamente pensar no rumo dado à política agrária (reforma agrária) ultimamente e, em específico, na situação das famílias assentadas (estrutura básica insuficiente, sem assistência técnica, sem crédito, sem políticas eficazes que o integre ao mercado consumidor) e o jogo de cena que os governos tentam repassar para a sociedade como provedores da justiça social neste país. Entretanto, a principal imagem que até então é refletida para os mais críticos, é que o processo de reforma agrária (atual) é uma miragem, onde até vê-se algo, mas quando se aborda os resultados, verifica-se que os mesmos não são palpáveis.

3.2. Os Planos Nacionais de Reforma Agrária - algumas diretrizes

Os Planos Nacionais de Reforma Agrária pressupõem uma série de diretrizes a serem desenvolvidas no âmbito regional que passam a ser detalhadas, respeitando as especificidades, nos Planos Regionais de Reforma Agrária. Em linhas gerais estes subplanos devem atentar para:

A democratização do acesso a terra; promoção do desenvolvimento territorial sustentável; a garantia da segurança e soberania alimentar gerando emprego e renda, inclusão social e qualidade de vida no campo; regularização das terras dos afros descendentes quilombolas, criando mecanismos para promover a igualdade de gênero e raça e universalizando o acesso aos direitos constitucionais, direitos humanos e reduzindo as desigualdades sociais (INCRA, 2004, p.5)¹²⁴.

Estes elementos postos pela Política de Reforma Agrária são representativos da realidade do Estado do Rio Grande do Norte, ao se tratar de uma das unidades federativas do país que guarda praticamente as mesmas características concentracionistas do Brasil. A luta para realização da reforma agrária passa necessariamente por desmistificar a sua imagem de desapropriação¹²⁵ da propriedade privada (direitos individuais).

¹²⁴ INCRA. Plano regional de reforma agrária do Rio Grande do Norte – PRRA/RN (2003/06). Natal: INCRA, 2004.

¹²⁵ Referimo-nos às invasões praticadas em propriedades privadas (produtivas ou não), como o uso da violência contra as pessoas e de práticas danosas ao patrimônio. A associação da violência à política de reforma agrária é

Para que seja desvinculada desta imagem de violência na ocupação/posse da terra, a reforma agrária deve vincular a terra à sua utilização e à prática de atividades que produzam resultantes sociais, ambientais e econômicas modificantes de realidades no campo¹²⁶. A incorporação destas novas atividades está presente no PNRA e distribuída em diversas diretrizes, através dos arranjos institucionais (organização/execução) dos organismos que compõem o processo de reforma agrária, assim:

O Processo de Reforma Agrária desenvolvido no Rio Grande do Norte se orienta tanto pelas nas diretrizes nacionais, como também pelas diretrizes regionais estabelecidas neste Plano, nas quais se destacam a adoção de uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia e a constituição de um novo arranjo institucional local através da articulação dos diversos organismos envolvidos com a questão agrária. Essas diretrizes nacionais e regionais marcam a distinção do modelo de reforma agrária tradicionalmente posto em prática no país, uma vez que a qualidade dos assentamentos se revela como condição imperativa (INCRA, 2004, p.5).

Desta forma, podemos dizer que, o processo decisório desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, busca através de políticas “distributivas” em todos os seus conceitos, conceberem uma melhor distribuição dos recursos como elemento de desconcentração da posse e da propriedade da terra.

As diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA apresentam de forma clara e inequívoca a prioridade estratégica desse Governo com a luta histórica pela democratização do acesso à terra e desconcentração da estrutura fundiária (INCRA, 2004, p.6).

Com o estabelecimento de diretrizes dentro de um plano geral, o Plano Nacional de Reforma Agrária está inserido dentro de políticas nacionais de desenvolvimento, através da ação governamental estabelecidas nos chamados Planos Plurianual que visa objetivamente recuperar os Assentamentos, precedem um novo modelo de desenvolvimento rural baseado em:

contundente quando abordada por parte dos meios de comunicação (4º poder), ou até mesmo de maneira simbólica, quando analisadas pela própria dinâmica que pressupõe o rompimento secular de uma concentração fundiária excludente.

¹²⁶ A produção de emblemas positivos quanto à melhoria da qualidade de vida da população rural (saída da pobreza e da pobreza extrema), condicionaria a sociedade (a absorver o papel social que a reforma agrária cumpre) a buscar promover melhores perspectivas quanto ao apoio social/político, incrementando vozes/recursos para a realização efetiva de um reforma agrária.

(...) uma nova matriz tecnológica ambientalmente sustentável, contemplando a diversidade dos sujeitos sociais e políticos, capaz de produzir alimentos necessários para a segurança alimentar e combate à fome no país, promovendo a paz, justiça social e a garantia dos direitos humanos (INCRA, 2004, p.6).

A consolidação do processo de reforma agrária ainda esta longe de acontecer (mesmo com o surgimento de alguns resultados positivos localizados). O que tem acontecido, de maneira geral, é o surgimento de uma nova teia social, responsável por uma nova configuração social, econômica, ambiental, política e cultural no campo. Esta nova configuração é resultante do rompimento lento e gradual de problemáticas ligadas à concentração (terra e riqueza), contribuindo na promoção da cidadania de milhões de brasileiros que viviam (vivem) em condições inaceitáveis para os dias de hoje. A formulação de políticas e estratégias do Estado (e Estados subnacionais) que focalizem a reforma agrária como elemento propulsor da integração social, cultural, política e econômica da sociedade brasileira, passa não apenas pela distribuição de terras, mas também pela formulação de políticas que possam acrescentar ao material humano, parte integrante e essencial da reforma agrária, ferramentas que possibilitem a mudança do seu *status quo* de exclusão.

A realização da reforma agrária e o seu sucesso passa não apenas pela distribuição de terras, mas principalmente pela preparação dos que ela ocupará e desenvolverão suas atividades produtivas. A eficiência e eficácia dos recursos investidos no processo de reforma agrária somente terão maiores resultados positivos quando, além da produção direcionada ao mercado (integração produtiva), forem observados também os índices de satisfação e o atendimento das necessidades das famílias assentadas¹²⁷. Tal perspectiva vislumbra não apenas o efeito econômico (muitas vezes inflado artificialmente pelo volume de recursos investido), mas principalmente pela condição social (de inclusão e sustentável) que pode proporcionar a reforma agrária.

3.3. Estado do Rio Grande do Norte e a Reforma Agrária: aspectos sócio-políticos econômicos

O Estado do Rio Grande do Norte localiza-se em um dos pontos extremos da América do Sul, sendo o Estado do Brasil que está mais próximo dos continentes africano e europeu.

¹²⁷ Não se está condicionando apenas a formação de renda dentro do assentamento (está se considerando as rendas agrícolas e não agrícolas), mas visualizando que a condição de vida das famílias assentadas tenha sido modificada positivamente pelo processo de reforma agrária.

Sua área total corresponde a 53.077,3 km², ocupando uma área de 3,41% de área da Região Nordeste e cerca de 0,62% do território nacional. Conforme Figura nº 2¹²⁸.

Figura nº 02 – Localização espacial do Estado do Rio Grande do Norte no Brasil



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - agrupa os municípios do Estado em quatro mesorregiões e dezenove microrregiões. No tocante a sua divisão administrativa, o Estado está politicamente dividido em 167 municípios. Apresentou no censo de 2010 uma população total de 3.168.133 milhões de pessoas, sendo 702.694 (22,18%) a sua população rural. Segundo dados do IBGE, no ano de 2007 o valor médio do rendimento familiar *per capita* em 2007 ficou em torno de R\$624,00. Entretanto, metade das famílias vivia com valores que ficavam abaixo de R\$ 380,00, correspondente ao valor do salário mínimo do ano de 2007. A distribuição de renda no País é bastante desigual no tocante às suas características regionais.

No tocante à infraestrutura básica, segundo dados de 2008 do IBGE, apenas 37,5% dos domicílios registrados no Nordeste tinham, ao mesmo tempo, serviços públicos de saneamento, abastecimento de água com canalização interna, esgotamento sanitário e/ou rede pluvial, além de coleta de lixo diretamente no domicílio.

Os dados de avaliação das condições de vida têm sido pautados ainda pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No caso brasileiro utiliza-se o IDH tendo como base

¹²⁸ <http://www.rn.gov.br/secretarias/idema/perfilrn/Aspectos-fisicos.pdf>

territorial o município, denominado de IDH-M. O Estado do Rio Grande Norte apresenta uma situação relativamente razoável em comparação a outros Estados da região Nordeste, tendo um índice médio de 0,779 para o índice referente à educação e 0,700 para o índice de longevidade.

O Produto Interno Bruto cresce acima da média nacional. No ano de 2008 as riquezas já somavam R\$ 25.481 bilhões, apresentando percentualmente um crescimento de 9% em relação ao ano anterior e apresentando um crescimento de 61% em relação a 2004. Tais resultantes são oriundos da diversificação de sua pauta de produção, antes voltada quase que totalmente para a agricultura tradicional de alimentos, do algodão e da cana de açúcar, além de bovinos e atividades extrativistas como a produção de sal. Nos últimos anos, passou a reunir produtos industriais tais como: cimento, cerâmica e têxtil. Esse número é resultado de uma boa capacidade de expansão, tendo crescido o seu produto interno bruto acima da média nacional e nordestina nas últimas décadas.

Dos subsetores que merecem destaque no setor agrícola, podemos citar o pólo da fruticultura irrigada Açú-Mossoró¹²⁹, destacando-se o cultivo do melão; o reestruturado setor canavieiro¹³⁰, na produção de álcool e açúcar; e a cultura do cajueiro. Esta participação é tida como excepcional tendo em conta, que o Estado tem 82% de sua área total inserida no Polígono das Secas. A agricultura correspondia no ano de 2008, a 4,01% do PIB, segundo IBGE.

No que se trata da indústria extrativa (sal marinho, petróleo e gás) e a de transformação (têxtil, confecções, alimentar e alcoolquímica), estas ganharam expressão na economia local. No ano de 2008, a Indústria correspondia a 22,33% do PIB do Estado do Rio Grande do Norte.

No ano de 2010, as exportações do Estado do Rio Grande do Norte somaram US\$ 284.738 e as importações US\$ 319.287, registrando para o período um déficit de US\$

¹²⁹ O grupo das principais frutas da pauta de exportação (exceto castanha de caju que por sua relevância na pauta de produtos exportados do Estado teve análise específica) é composto por mangas, melancias, melões, bananas e mamão (papaia), “in natura”, e participaram em 2010 com 27,79% do valor total da pauta de exportação do Estado. Ver em: www.desenvolvimento.gov.br

¹³⁰ Na década de 1970 e 1980, o Rio Grande do Norte festejou seus anos áureos nesta atividade, pois o subsídio que recebia do Governo Federal, através do Programa PROALCOOL, dinamizava toda a economia. Como o fim do IAA e da formação de preço da cana de açúcar que beneficiava os estados produtores com pequena produção, a cultura entrou em declínio no estado, vindo depois a sofrer sua derrocada na falta de investimentos/tecnologia da formação de novas áreas de cultivo, bem como pela existência de secas que prejudicaram o seu desempenho. O ressurgimento da cultura se deu em razão do aumento da demanda (consumo do álcool destinado à indústria automobilística), da expansão da venda do açúcar no mercado internacional, bem como pelo bom desempenho na produção de aguardente (destinada ao mercado internacional).

34.549¹³¹ em sua balança comercial e US\$ 604.025 em sua corrente do comércio. No que comporta a análise dos últimos 06 (seis) anos, o ano de 2005 foi o que obteve maior valor nas exportações do RN, êxito obtido em razão do volume (e do seu preço no mercado internacional) de exportação de óleos brutos de petróleo, ocupando então 23,44% da pauta de produtos exportados do Estado, participando em 2006 com 7,52% deste valor total e que em 2010 não figura entre os 100 (cem) produtos principais¹³². Todo este sucesso, entretanto, apresenta um componente que deve ser trabalhado para diversificação da produção voltada à exportação, a de se agregar valor aos produtos, pois os dados revelam uma alta concentração em poucos produtos primários e baixa participação de produtos manufaturados.

O setor terciário, no qual se destacam os serviços ligados ao turismo e ao comércio, tem se mostrado dinâmico e mantém sua participação no PIB, representando 61,59% no ano de 2008, segundo dados do IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para a renda atingiu no Estado a média de 0,705 em 2006, segundo o IBGE. A participação das transferências governamentais e do rendimento do trabalho na formação pessoal da renda é de 25% e 46% respectivamente. Nas áreas onde o contingente populacional é maior, o percentual da renda decorrente do trabalho é mais acentuado, muito embora o percentual da renda de transferências governamentais se mantenha para todos os tamanhos de municípios.

Atualmente todos os municípios do Estado são atendidos por algum programa de transferência de renda do governo federal. Segundo dados do IBGE (2010), dos 3.168.133 habitantes, 490.950 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família tem renda mensal até ½ salário mínimo. Deste total, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, estão sendo atendidas 339.012 famílias em todo o Estado do Rio Grande de Norte. O valor correspondente aos repasses no ano de 2010 foi de R\$ 32.039.88,00.

¹³¹ Este aumento alto no valor das importações corresponde a dois fatores distintos. O primeiro fator corresponde à importação de máquinas para produção de energia eólica (ampliação do parque eólico existente) e que correspondeu a 43,30% do total das importações. O segundo fator foi o baixo valor da moeda americana que contribuiu para um maior consumo de produtos originários dos Estados Unidos.

¹³² Basicamente a economia do Rio Grande do Norte está polarizada em duas regiões. A primeira está localizada na região metropolitana de Natal (agregando-se os municípios de São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Extremoz), destacando-se os principais distritos industriais – indústria de transformação- e o setor de serviços e; A segunda região está polarizada pela economia do Sal, Petróleo e Agricultura, destacando-se os municípios de Mossoró, Guamaré, Areia Branca e Macau. Esta tendência esta cada vez mais próxima da ser equilibrada, já que Natal (grande Natal) nos últimos vem perdendo 1% por ano na participação do PIB do Estado. Tal situação é dada em razão de que no período entre 1999 e 2008, os municípios de Mossoró e Guamaré tiveram um incremento superior a 300% no seu PIB Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Dados disponíveis em: www.desenvolvimento.gov.br e IBGE em www.ibge.gov.br

As características do Estado apontam para alta dependência das atividades primárias com ainda reduzida capacidade de agregação de valor. Ainda que o Estado tenha importância na exportação nacional de frutas, este perfil produtivo não está ligado sobejamente à agricultura familiar, que permanece com baixo nível de tecnificação e com limites para inserção mercadológica. De outra forma o Estado ainda reúne sinais de extrema pobreza e dificuldade de atrair setores mais dinâmicos da economia e que poderiam produzir condições socioeconômicas para população em patamares mais elevados que os apurados até o momento.

3.4. Caracterização do rural potiguar e o Plano Regional de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte: alguns pressupostos

Discutir a inserção de área de assentamentos no território potiguar pressupõe apresentar algumas características referentes à forma de distribuição fundiária e a agricultura familiar no Estado, bem como, aportar dados que possam caracterizar o processo de reforma agrária executado no Estado do Rio Grande do Norte. Desta maneira, elencam-se elementos que possam contribuir para a discussão do processo de viabilidade/sustentabilidade/vulnerabilidade dos assentamentos.

3.4.1. Organização Fundiária

Para discutir o processo de distribuição de terras encontrada no Estado e sua estrutura agrária, é necessária uma avaliação do índice de Gini que determina o grau de concentração de terras. Observa-se que no ano de 1995/1996, esse índice registrou o valor de 0,856 para o Brasil e 0,852 para o Rio Grande do Norte, refletindo uma concentração da propriedade e da posse da terra no Brasil e no Estado. Mesmo considerando as diferenças na área dos estabelecimentos agropecuários, quando comparados os diferentes estratos fundiários, continuam a caracterizar a manutenção da desigualdade na distribuição da terra no País nos últimos censos agropecuários. Neste sentido, enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 ha ocupam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais nos três últimos Censos Agropecuários – 1985, 1995-1996 e 2006 –, a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1 000 ha concentram mais de 43,0% da área total nestes anos.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, analisando-se o número de estabelecimentos, as proporções entre as pequenas e grandes propriedades variam muito. O censo de 2006 apurou que os estabelecimentos de menos de 10 ha passam a concentrar um percentual acima de 47,0%, enquanto os estabelecimentos de mais de 1000 ha concentraram, respectivamente, 0,87%, 1,02% e 0,91% do número total de estabelecimentos agropecuários no Brasil, nos anos censitários analisados. Os dados dos Censos agropecuários de 1985, 1995/1996 e 2006 demonstram de forma clara a concentração fundiária no Brasil e em consequência desta concentração, também no Estado do Rio Grande do Norte.

Para ter um exemplo desta concentração, no ano de 1995 as propriedades com mais de 1.000 ha representam apenas 0,6% do total de estabelecimentos, enquanto que percentualmente, representam 28,3% da área total ocupada. Somando todas as propriedades com mais de 500 ha (que representam apenas 1,5% do total de estabelecimentos), passariam estas propriedades a corresponderem a 43,1% de toda a área recenseada. Esta evidência comprova uma concentração elevada da terra, ainda mais se levarmos em consideração o tamanho do Estado do Rio Grande do Norte.

No processo de caracterização da organização fundiária, verifica-se que 63,7% dos estabelecimentos recenseados com menos de 10 ha de área ocupam apenas o percentual de 4,2 % da área total. Quando se incorpora no processo de discussão a classificação dos imóveis rurais definida pelo INCRA com base no módulo fiscal¹³³, expõe-se uma pequena capacidade de exploração dos imóveis rurais abaixo daquele limite. No Estado do Rio Grande do Norte o cálculo do Módulo Fiscal tem variação determinada pela região onde esta inserida a propriedade. Para os municípios de Natal e Parnamirim, foi determinado que os módulos fiscais corresponderem a 07 ha e 10 ha (limite), respectivamente, enquanto para os demais municípios do Estado, a base de cálculo é de que o módulo fiscal corresponda a mais de 10 ha, o que representa em termos absolutos a área total de aproximadamente 64% de todos os estabelecimentos.

¹³³ O módulo fiscal foi criado pela Lei 8.629 (art. 4) e é uma unidade expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e, o conceito de propriedade familiar. O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação dos imóveis rurais quanto ao tamanho, sendo denominada pequena propriedade aquela de área compreendida entre 1 a 4 módulos fiscais, de média propriedade, aquela área entre 4 e 5 módulos fiscais e de grande propriedade, aquela que excede esse limite (MEDEIROS, 2003)

A participação do número de pequenos estabelecimentos nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte é considerada alta, configurando uma economia agrícola baseada na produção familiar, conforme demonstra a tabela nº 15.

Tabela nº 15
Tamanho dos minifúndios e participação relativa por microrregião e Estado (2006)

Microrregião	nº Mun.	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
		Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Mossoró	6	3 485	97 552	601	101 986
Chapada do Apodi	4	5 427	92 911	898	134 559
Médio Oeste	6	1 809	51 237	364	130 522
Vale do Açu	9	3 500	70 696	782	119 449
Serra de São Miguel	9	5 100	38 261	429	22 569
Pau dos Ferros	17	4 709	98 786	987	134 442
Umarizal	11	3 276	54 571	690	66 666
Macau	5	715	14 430	106	38 304
Angicos	8	2 464	64 995	497	215 878
Serra de Santana	7	5 979	64 927	961	116 056
Seridó Ocidental	7	1 580	44 254	652	174 816
Seridó Oriental	10	3 030	68 117	910	211 186
Baixa Verde	5	2 021	42 325	255	70 599
Borborema					
Potiguar	16	7 658	89 941	971	181 894
Agreste Potiguar	22	11 909	74 697	1 313	176 551
Litoral Nordeste	7	3 777	53 849	289	79 121
Macaíba	5	2 682	15 134	772	69 978
Natal	3	271	1 057	62	2 256
Litoral Sul	10	1 818	8 391	303	94 940
Total	167	71.210	1.046.131	11.842	2.141.771

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário 2006.

Estes dados de classificação dos imóveis rurais pelo INCRA:

(...) revelam a dura realidade de uma presença marcante de pequenas unidades produtivas que está a desafiar os rumos de uma estruturação agrária do Estado. Nesse sentido, a quase totalidade dessas propriedades deverá ser incluída como público preferencial da Reforma Agrária por terem acesso a pouca terra e, portanto, insuficiente para garantir uma exploração que assegure o sustento da unidade familiar. Das 2.790 famílias que estão distribuídas entre os 36 acampamentos do Estado, cadastrados pelo INCRA-RN. Desses, os cinco mais antigos foram iniciados no final dos anos 90 e o último registro data de junho de 2003. As Microrregiões de Mossoró e a do Médio Oeste vêm logo em seguida, cada uma com 5

acampamentos e 707 e 296 famílias, respectivamente. Diferentes movimentos sociais assumem a articulação/animação desses acampamentos, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais MST, articulador de 14 e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais STR, responsável por outros 12 dos acampamentos registrados pelo INCRA, embora em 4 destes o STR divida a organização com a Comissão Pastoral da Terra CPT, da Diocese de Mossoró.¹³⁴

Ademais temos que apontar que o processo de distribuição de terras no Nordeste é singular e um contundente elemento de caracterização social, conforme Barros (2000, p.39):

O sucesso do processo de redistribuição de terras depende, por um lado, da existência de uma relação inversa entre lucro por hectare e tamanho do estabelecimento que leve a que a distribuição de terras aumente a eficiência. Por outro, depende da disponibilidade de terras, que deve ser suficiente para garantir que uma vez distribuído de forma equitativa, o lucro por estabelecimento seja suficientemente elevado para permitir que as famílias afixem um nível de renda mínimo,..., na maioria das mesorregiões do Nordeste brasileiro, essas duas condições prevalecem. O volume de terras disponível é adequado e existe uma clara relação inversa entre o lucro por hectare e o tamanho do estabelecimento. Dessa forma, uma redistribuição que garanta a todas as famílias o acesso à terra elevaria o lucro por hectare e por estabelecimento, vindo a proporcionar uma renda familiar mais elevada, mostrando que a redistribuição de terras é uma política importante e eficaz no combate à pobreza na região¹³⁵.

A distribuição de terras esta diretamente associada à capacidade de geração de renda por parte das famílias beneficiadas. A posse da terra possibilita as famílias disporem de um fator de produção, nas quais ao investirem força de trabalho e algum recurso, as mesmas possam auferir renda para proporcionar uma condição de vida mais confortável, tanto no quesito da segurança alimentar, quanto na possibilidade de disporem de renda para integração no mercado de massa (inclusive da compra de produtos duráveis e semiduráveis)

Portanto, o simples ato de incorporação da terra por parte de uma família, dota-a de um instrumento capaz de modificar sua condição socioeconômica mediante ao emprego do seu trabalho. Entretanto, não apenas o trabalho é importante, mas também outros mecanismos que possibilitem o desenvolvimento de atividade produtiva na terra. Dente estes instrumentos, podemos citar a concessão de crédito e a organização produtiva/venda dos produtos.

¹³⁴ INCRA.(2004) Plano regional de reforma agrária do Rio Grande do Norte – PRRA/RN (2003/06). Natal: INCRA. pg. 11

¹³⁵ BARROS, R.P.; MENDONÇA, R.; DELIBERALLI, P.P. & LOPES, C.. *Impactos da distribuição da terra sobre a eficiência agrícola e a pobreza no Nordeste*. Anais do Seminário Desigualdade e Pobreza no Brasil Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

3.4.2. O Pequeno produtor no Rio Grande do Norte

O Estado do Rio Grande do Norte tem apresentado situação relativamente estável, no que se refere à situação do responsável pela exploração dos estabelecimentos agrícolas. A condição de proprietário na exploração da terra (produtor) atinge o percentual de 65%, dado que tem relevância por dois aspectos centrais. O primeiro se refere ao baixo absenteísmo rural, configurando a ocupação direta das terras e manutenção das populações em propriedades rurais e ou em pequenos municípios circunvizinhos. O segundo se refere a uma condição legal que permite acesso, de forma mais fácil, aos mecanismos e políticas de crédito e desenvolvimento rural. Principalmente no que se refere ao crédito considerando as linhas de fomento elaboradas a partir do PRONAF.

Tabela nº 16
Condição do produtor em relação às terras, no Rio Grande do Norte - 2006

Condição do produtor	Estabelecimentos		Área (há)	
	Total	%	Total	%
Proprietário	56.698	68%	2.880.602	90%
Arrendatário	2.008	2%	40.928	1%
Parceiro	4.387	5%	35.778	1%
Ocupante	8.099	10%	104.976	3%
Sem titulação definitiva	7.481	9%	125.619	4%
Produtor sem área	4379	5%	-	-
TOTAL	83.052	100%	3.187.903	100%

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário 2006.

A importância destes dados é composta pela análise dos chamados ocupantes, parceiros e arrendatários que em geral é público demandante da Política de Reforma Agrária e que busca a regularização da posse de sua terra e sua consequente inserção nas políticas públicas de benefícios e incentivos a produção, o que acaba representando 32,00%¹³⁶ do total de estabelecimentos, dispondo de apenas 9% da terra no Estado, conforme se verifica na Tabela nº 16.

¹³⁶ O INCRA considera apenas o último grupo como potencial demandante do processo de reforma agrária, por não dispor de meios “legais” ou de garantias patrimoniais, para aceder ao programa de crédito e desta maneira, viabilizar seu processo produtivo na terra. No nosso entendimento, o arrendatário também pode ser considerado um potencial candidato ao programa de reforma agrária, por não ter posse da terra e trabalhar mediante condições estabelecidas pelo dono da terra. Desta maneira, a incorporação do mesmo na reforma agrária possibilitaria a ele mecanismos para que possa modificar a situação de dependência de uma determinada pessoa. No caso do arrendatário, compreendemos que o mesmo também poderia ascender ao programa, uma vez que os recursos investidos por ela no arrendamento poderiam ser utilizados para dotar tecnologicamente a atividade desenvolvida no lote, ou seja, os recursos destinados ao aluguel de terras poderiam ser incorporados diretamente na atividade produtiva, gerando assim uma maior potencialidade para obtenção do lucro. Tal premissa se faz presente nos assentamentos, quando se verifica que os assentados que possuem um maior nível de renda, são assentados que iniciaram no assentamento com um nível de capitalização (bens e capital) maior que os demais.

Ademais, os dados constantes do Censo Agropecuário 2006 demonstram que aproximadamente 90% dos arrendatários exercem suas atividades em pequenas propriedades (menos de 10 ha), assim como os parceiros que desenvolvem atividades em pequenas áreas. Quanto aos ocupantes, os mesmos têm praticamente as mesmas características quanto à ocupação de terras e sua eventual utilização.

Enfim, o processo de reforma agrária, pressupõe uma efetiva distribuição de terras focalizando um volume considerado de famílias que não tem acesso à terra (ou a sua propriedade) e que estão excluídos do processo produtivo. Esta impossibilidade de acesso à terra favorece a manutenção da pobreza, pois não possibilita a incorporação da família a uma atividade que possa ao menos gerar a sua capacidade de sobrevivência (renda de consumo) derivada das atividades produtivas (agrícola/animal/extrativa). A pertinência destas afirmações é relevante quando através da história oral dos assentados, os mesmo discorrem sobre as dificuldades enfrentadas no período em que não tinham a terra (em geral, dificuldades de maior magnitude).

3.4.3. Assentamentos no Rio Grande do Norte: algumas características

Para desenvolvimento do Plano Regional de Reforma Agrária, o INCRA necessita saber das condições que estão postas nas áreas de assentamentos através de um diagnóstico que consiga verificar as principais vulnerabilidades e, conseqüentemente, de um plano de ação para minimizar/atenuar/acabar com os problemas que afetam diretamente a sustentabilidade dos assentamentos.

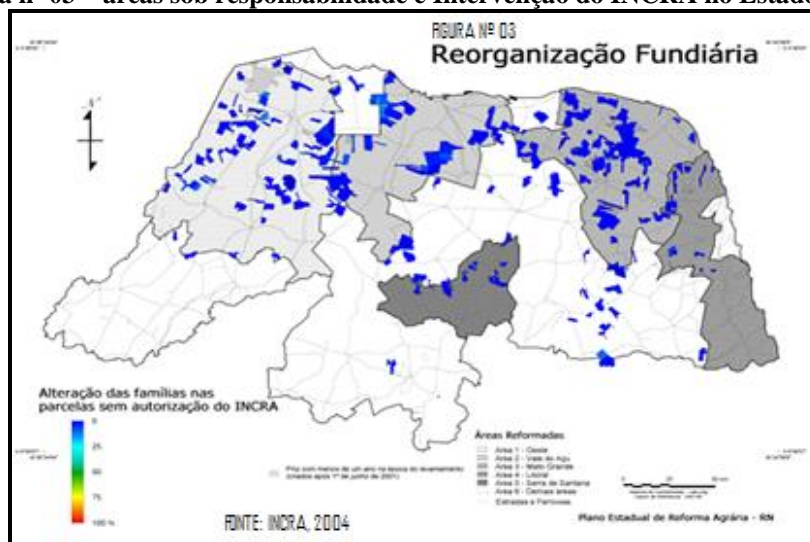
3.4.3.1. Infraestrutura

A grande preocupação do Governo Federal por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária é o processo de recuperação dos assentamentos do Estado, como consta no seu Plano Regional. Tais metas implicam atingir cerca de 23.000 famílias que fazem parte dos 243 assentamentos no Rio Grande do Norte, sob a responsabilidade do INCRA¹³⁷, sendo

¹³⁷ O INCRA, seguindo o Plano Nacional de Reforma Agrária, procura, dentro das atribuições a ela conferidas, promover no Estado do Rio Grande do Norte: a) reforma agrária; b) regularização fundiária: refere-se ao reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc.); c) reordenação fundiária e; d) reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens. Segundo dados do INCRA, o número total de assentamentos implementados entre o período de 01 de janeiro de 1985 12 de junho de 2009, eram de 275 assentamentos a qual estavam sob a jurisdição do 19º região (RN).

assumidas áreas de intervenção de acordo com as linhas estratégicas de ações, sendo divididas em 06 (seis) áreas, conforme mapa abaixo. Área 1 – Oeste; Área 2 – Vale do Açu; Área 3 – Mato Grande; Área 4 – Litoral; Área 5 – Serra de Santana; e, Área 6 – Demais áreas que compreende os projetos de assentamentos fora das áreas reformadas na figura nº 03.

Figura nº 03 – áreas sob responsabilidade e Intervenção do INCRA no Estado do RN



Esta reorganização fundiária (distribuição/localização) das áreas dos assentamentos apresenta uma particularidade - os assentamentos quase em sua totalidade estão dispersos em área semiárida, o que representa um esforço significativo para viabilizar estas áreas de assentamentos, dadas as condições de escassez hídrica.

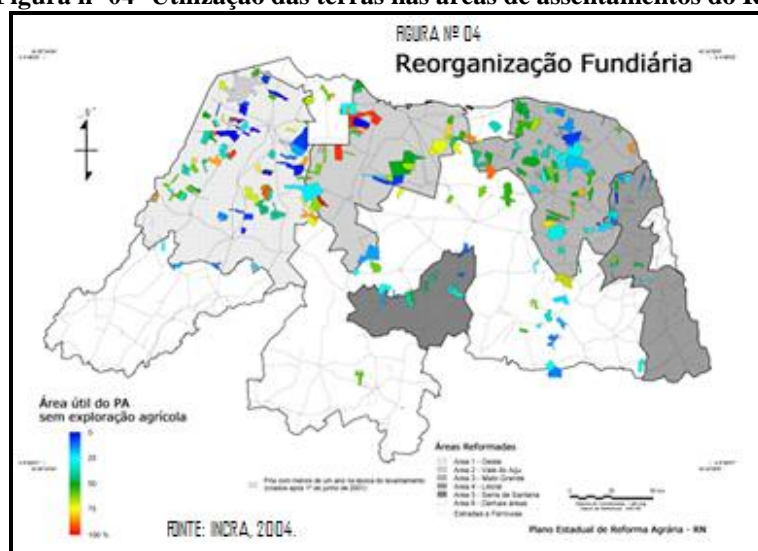
As regiões onde estão concentradas boa parte dos assentamentos são as áreas localizadas na Região Oeste, Vale do Assu e Mato Grande. A Região Oeste apresenta particularidades como a baixa pluviometria (e elevada evapotranspiração¹³⁸), o solo de composição cristalina e água localizada em lençóis freáticos de alta profundidade. Apesar de serem considerados solos de boa qualidade, sofrem quanto à questão do frágil ecossistema e da forte susceptibilidade a desertificação. Na Região do Vale do Açu, é verificado que o

¹³⁸ Um dos métodos mais eficientes para se definir a quantidade de água necessária para irrigação/atividade produtiva é a quantificação da evapotranspiração, que pode ser definida como o processo simultâneo de transferência de água para a atmosfera por evaporação da água do solo e da vegetação úmida e por transpiração das plantas. Para tanto, se leva também em conta o volume pluviométrico, tipo de solo, as condições meteorológicas e o tipo de cultura instalado em uma determinada área. Toda esta série de elementos e cálculos é preciso para estimar a quantidade de água necessária (condições “*optima*” de produção) para um tipo de cultura em uma determinada região, tendo como principal objetivo a diminuição do consumo de água (para este fim), bem como a economia de energia, além de evitar um processo de salinização/compactação do solo mais severo. Este é um instrumento que infelizmente não está presente nas áreas de assentamento (nem mesmo da assistência técnica que ali se faz presente) e que potencialmente apresenta benefícios em uma região com uma alta propensão à escassez hídrica.

processo de construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (com capacidade aproximadamente 2,4 bilhões de m³), não beneficiou boa parte dos assentamentos, ficando muitos dos assentamentos com dificuldade de acesso ao rio Açu, estando a maioria das terras ribeirinhas nas mãos de grandes proprietários. Quanto a Região do Mato Grande, a mesma dispõe de terras de boa qualidade (oriundas da monocultura do sisal ali localizadas), entretanto com dificuldades quanto ao acesso à água, além de terem um componente de dificuldade extra, que são as distâncias aos centros consumidores (em geral pequenas cidades).

Ademais, é de vital importância verificar a utilização de terras nas áreas de assentamentos, conforme esta representando a figura nº 04.

Figura nº 04- Utilização das terras nas áreas de assentamentos do RN.



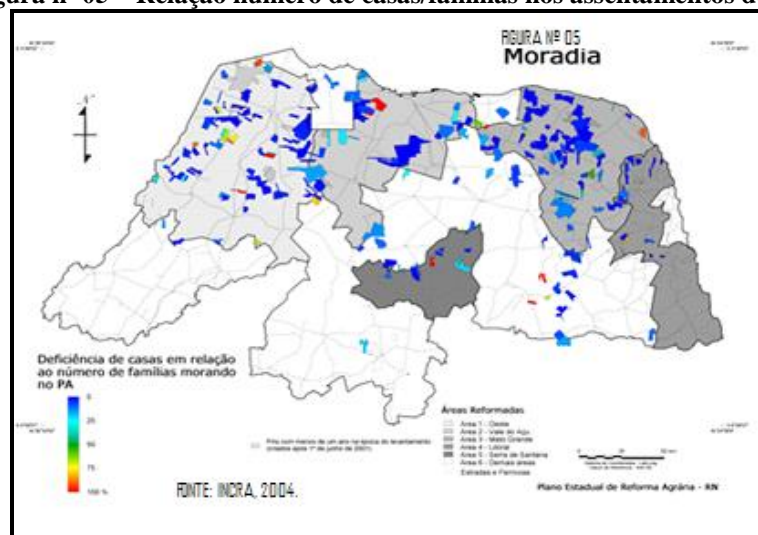
Ao se analisar a figura acima, pode-se verificar uma elevada subutilização das áreas de assentamento, que estaria em torno de 50%. Esta característica prova que em razão da descapitalização/desorganização produtiva dos assentados, os mesmos não possuem condições financeiras de poder explorar potencialmente sua terra. Existem áreas de assentamentos em que praticamente não se exerce nenhuma atividade produtiva.

Alguns fatores são importantes para a análise da vulnerabilidade das áreas de assentamentos. Em um primeiro momento - no instante da implementação - é a infraestrutura básica (moradia, abastecimento de água, saneamento, energia elétrica).

Quanto ao primeiro quesito (moradia), todos os assentamentos são providos de casa de alvenaria em estado razoável de conservação, sendo alguns em estágio mais avançado de melhorias (reformas). Quase todas as casas seguem um padrão que oferece um conforto

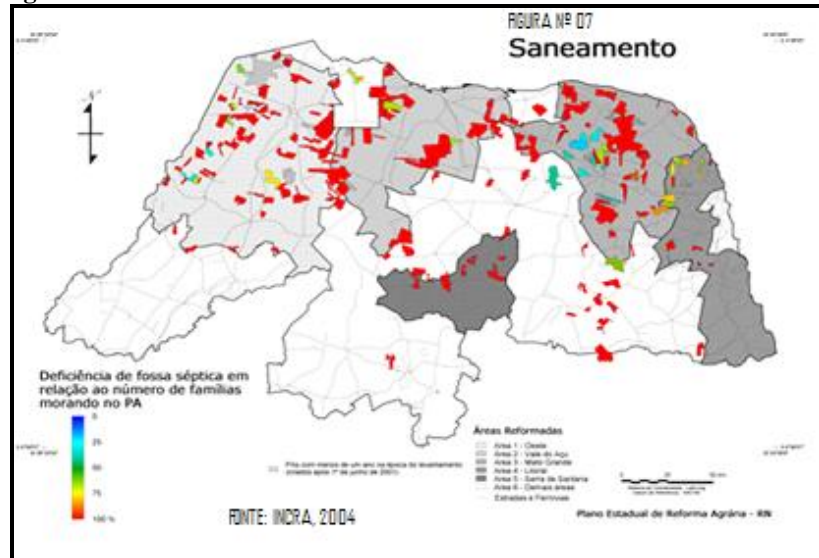
regular para a família do assentado. Percebe-se, entretanto, que na maioria dos assentamentos existem lotes abandonados (e conseqüentemente as casas dentro da vila do assentamento). Muitos dos que evadiram/abandonaram o assentamento venderam as casas ou os lotes, sem o conhecimento do INCRA e/ou com a permissividade dos representantes dentro do assentamento. Segundo o INCRA, no momento da regularização/cadastramento das famílias, são liberados recursos para a construção das casas. Entretanto, segundo o próprio órgão, quando acontece o caso de desistência ou abandono, uma nova família é alocada no referido assentamento e conseqüentemente, recebe novamente recursos para a construção da casa. A figura nº 05 mostra um relativo equilíbrio do número de casas com o número de assentados, não significando necessariamente condição excelente de moradia.

Figura nº 05 – Relação número de casas/famílias nos assentamentos do RN



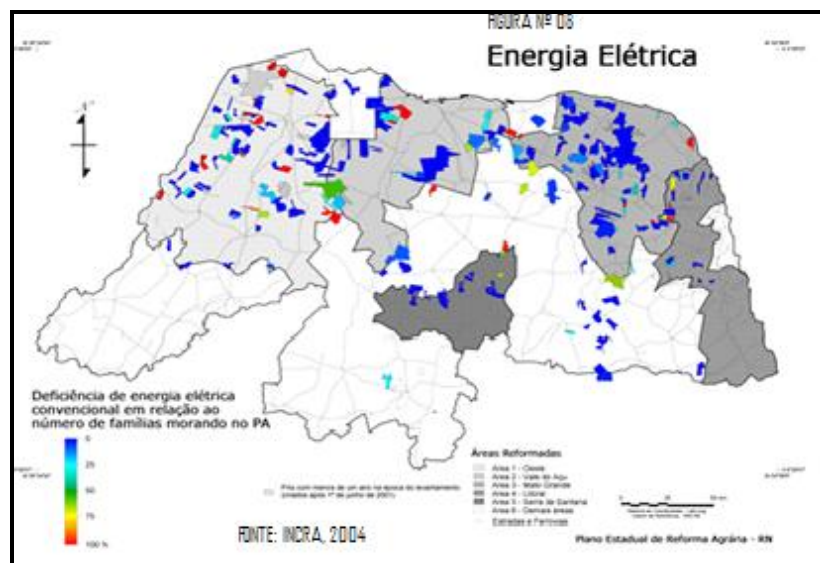
Quando se aborda a questão do fornecimento de água, a mesma demonstra-se precária em quase sua totalidade. No caso de alguns assentamentos que dispõem de um fornecimento de água regular, o mesmo é dado de forma escassa e sem periodicidade determinada (em alguns casos, água salobra). Quando em visita a áreas de assentamentos para realização de pesquisa de campo, foi unânime a reclamação quanto à escassez hídrica, conforme demonstra o próprio estudo do INCRA. Percebe-se que a estrutura dos assentamentos vem paulatinamente sofrendo com um desgaste (sem que haja necessariamente um reparo) e que obviamente a tendência é uma imobilização das atividades produtivas (constatada em assentamentos integrantes desta pesquisa) por falta de condições de funcionamento. O próprio INCRA admite que a principal dificuldade das áreas de assentamento é a questão hídrica, e que no presente estágio (de prioridades governamentais) os recursos são ínfimos mediante as

Figura nº 07 – Deficiência de saneamento básico nos assentamentos do RN



Por fim, o último elemento dentro das condições de infraestrutura básica para instalação nas áreas de assentamentos é o fornecimento de energia elétrica. Este tipo de infraestrutura encontra-se relativamente bem desenvolvida, com uma ampla cobertura das áreas do Estado. Entretanto, ainda existem áreas de assentamentos desassistidas quanto a este quesito, conforme demonstra a figura nº 08.

Figura nº 08 – Deficiência no fornecimento de energia elétrica nos assentamentos do RN



No tocante a caracterização das áreas de assentamentos no Estado do Rio Grande do Norte, sua configuração é considerada razoável quanto à instalação e oferta de infraestrutura básica. Entretanto uma área de assentamento, por si só, não deve ser apenas observada no que diz respeito às questões acima levantadas, mas também em relação a alguns elementos que influem na possibilidade de sucesso/emancipação destas áreas, como organização da produção (produção/venda), acesso ao crédito, integração ao mercado, elaboração/produção de produtos com valor agregado, distância dos centros consumidores (acessibilidade), manejo adequado do solo e diversificação da pauta da composição da renda.

Para o entendimento destes elementos chaves, não apenas se visitou os assentamentos do município de Mossoró, mas também de todas as áreas qualificadas pelo INCRA como área de sua responsabilidade. Verificou-se *in loco* a potencialidade de muitos assentamentos em despontar com a produção de bens com valor agregado (seja produto com caráter solidário/social, cultural, ecológico, ambiental). Entretanto, verifica-se uma desorganização produtiva (quanto à coordenação da produção, da forma de trabalho e da oferta do produto ao mercado), seja por falta de conhecimento técnico, seja por falta de vontade. Ademais da potencialidade produtiva, verificou-se também uma série de entraves que dificultam o desenvolvimento das áreas de assentamentos. A existência de um grande volume de renda gerada através de transferências públicas (seja renda previdenciária ou renda oriunda de transferência de rendas diretas – programas sociais como bolsa escola) desmotiva o produtor familiar a produzir (ou utilizar parte desta sua renda não agrícola como meio para financiar a produção) para o mercado, em razão do baixo preço pago pelo produto. Estas rendas (oriunda da previdência e de programas sociais) têm causado um esmorecimento¹³⁹ do produtor familiar dentro do assentamento, já que o mesmo prefere comprar sua alimentação com aquela renda do que arriscar a aumentar a renda, através da produção e venda de produtos agrícolas/animais, ou mesmo que possa gerar um valor maior a sua própria autossuficiência alimentar (renda consumo).

3.4.3.2. Utilização de Terras

Conforme alguns pilares do Plano Nacional de Reforma Agrária, entende-se que a agricultura tradicional não apresenta uma alternativa viável para a implementação de reforma agrária se considerarmos o baixo nível tecnológico, as condições climáticas, a inserção da

¹³⁹ Poderíamos dizer que este comportamento verificado em muitos dos assentamentos, o direciona ao que chamamos círculo vicioso da pobreza.

produção no mercado consumidor sem intermediário, além da baixa incorporação de valor agregado ao produto de forma mais específica¹⁴⁰. Compreende-se que as novas matrizes produtivas devam ser utilizadas. Neste sentido, conforme aponta o próprio Plano Regional de Reforma Agrária:

(...) essas propriedades só se viabilizarão, enquanto unidades produtivas se forem exploradas com cultivos muito especiais e diferenciados, sendo totalmente inviável a sua exploração nos moldes tradicionais de cultivo da agricultura familiar, que busca associar as etapas de trabalho e produção necessários à reprodução da sua força de trabalho. A referência a cultivos especiais aponta no sentido da adoção de práticas alternativas de produção como a agroecologia, ou o estímulo à constituição de famílias pluriativas que potencializam o valor da força de trabalho familiar ao combinarem práticas agrícolas com atividades não agrícolas (INCRA, 2004, p.12).

A representação da utilização por parte dos diversos tipos de “ocupação” e utilização de terras pode ser visualizada na tabela nº 17.

Tabela nº 17
Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização no RN – 2006.

GRUPO DE ÁREA TOTAL	ÁREA TOTAL (ha)	LAVOURAS			PASTAGENS		MATAS E FLORESTAS		PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS
		Permanentes	Temp.	Outros*	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas	
Agricultura Familiar – Lei 11.326	1.046.131	94.337	56.821	42.018	355.725	17.193	240.463	59.482	80.513
Agricultura não Familiar	2.141.771	88.637	49.362	91.264	759.577	70.904	542.244	167.355	211.084
Total	3.187.902	182.974	7.459	133.282	1.115.302	88.097	782.706	234.938	291.597

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário 2006.

*Correspondem a áreas plantadas com forrageiras para corte e; Área para cultivo de flores, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação

¹⁴⁰ Muito se discute o papel da pequena produção e como ela tem seu nível de eficiência e tamanho da propriedade criando uma discussão a viabilidade da propriedade, mediante a seguinte análise. “Hoje, para medir o tamanho de um estabelecimento agropecuário são muito mais significativos indicadores sobre o capital instalado, a distribuição dos gastos, o valor das vendas, e assim por diante. Tanto é que nos EUA os Censos adotaram o valor das receitas agropecuárias como critério básico de classificação das unidades produtivas. Afinal, a dimensão do negócio é muito mais importante para a economia de mercado do que o tamanho de seu alicerce natural. É portanto desolador que, nos estertores do século XX, a Revista de Política Agrícola - RPA, do Ministério da Agricultura, adote publicar artigos nos quais se pretende até prever o futuro dos agricultores usando como indicador a área de seus estabelecimentos, (...). O que os jurássicos articulistas da RPA escamoteiam é que a viabilidade econômica de unidades produtivas de pequeno porte é menos determinada pela área disponível do que pelas possibilidades de acesso à educação e a convenientes inovações tecnológicas, pela localização, pelo entorno institucional, pela qualidade do solo, etc. Tanta obsessão pela área do estabelecimento ofusca as relações sociais que correspondem às formas econômicas. Isto é, a constante oposição e coexistência entre os arranjos familiares e patronais que estiveram no centro de todos os tipos de agropecuária comercial que o mundo conheceu nos últimos duzentos anos”. Fonte: VEIGA, José Eli da. Eficiência agrícola e tamanho da propriedade. Estado de São Paulo. 15 de julho de 2000 .

Verificou-se que as grandes propriedades direcionam sua exploração de forma extensiva, voltada à pecuária e com tendência a pouca tecnificação, o que se comprova pelo insignificante percentual de terras nesses estabelecimentos utilizadas com pastagens plantadas, bem como pelo percentual de “terras produtivas não utilizadas” nos grandes estabelecimentos, nunca atingindo 20% das terras utilizadas.

Essas áreas, que por lei são passíveis de desapropriação para projetos de reforma agrária, parecem que passaram a ser camufladas em outras categorias como "pastagens naturais" e "matas e florestas naturais". Se não vejamos: entre os estabelecimentos com área entre 100 e 1.000 há o percentual de utilização da terra com pastagens naturais e matas naturais chegam a mais da metade (66,7%) da área desses estabelecimentos; no extrato de área dos estabelecimentos entre 1.000 e 10.000 esse percentual chega a 66,2% e no extrato de acima de 10.000 ha, mais da metade da área produtiva (62,6%) está ocupada com pastagens e matas naturais ou são terras produtivas não utilizadas (INCRA, 2004, p.12).

Geralmente o INCRA utiliza estas terras que não são utilizadas como áreas para desapropriação. Do que consta, estas áreas não são apropriadas a nenhum tipo de atividade rentável, visto que ao desapropriar, é necessário um investimento maciço para instalação de áreas de assentamentos.

Outra questão inserida nesta discussão refere-se à produção agrícola realizada pela pequena propriedade (especialmente a agricultura familiar), que apresenta a produção voltada basicamente para o autoconsumo e em geral de baixo valor agregado se direcionado ao mercado consumidor. Dentre estes produtos agrícolas tradicionais, destacam-se o milho, feijão, algodão, arroz e a mandioca, conforme mostra a tabela nº 18, apresentada a seguir.

Verificou-se que, em um contexto em geral, há um aumento da produção e uma diversificada pauta de produtos, ainda que registrem índices muito aquém do que se espera do universo dos produtores familiares, assim como da necessidade desses produtos constantes da demanda do Estado.

Tabela nº 18
Área e produção dos principais produtos agrícolas (safras 2002/03 e 2003/04) Rio Grande do Norte

PRODUTOS	ÁREAS (h)			PRODUÇÃO (t)		
	Colhida em 2003	Estimativa de Plantio 2004	Variação Anual (%)	Safra 2002/03	Estimativa Safra 2003/04	Variação Anual (%)
Milho	101.399	118.273	16,64	69.569	90.012	29,39
Feijão	89.794	107.879	20,14	42.752	56.610	32,41
Algodão	18.429	24.544	33,18	11.603	17.147	47,78
Arroz	2.718	2.832	4,19	8.040	8.193	1,9
Sorgo	5.730	11.215	95,72	17.365	31.103	79,11
Mandioca	37.193	48.990	31,72	394.572	531.799	34,78
Sisal	3.080	6.945	125,49	1.455	3.673	158,63
Tomate	387	397	2,58	12.610	12.916	2,43
Abacaxi*	3.670	4.342	18,31	90.831	108.379	19,32
Cana-de-açúcar	49.019	49.546	1,08	3.153.139	3.190.584	1,19
Banana	6.264	6.216	-0,77	158.062	156.809	-0,79
Castanha de caju	113.823	114.307	0,43	29.089	33.675	15,77
Côco-da-bahia*	33.475	30.717	-8,24	91.826	82.238	-10,44
TOTAL	464.981	526.203	13,7	3.898.256	4.132.611	6,01

Fonte: IBGE, LSPA, 2004 *apud* INCRA. (2004) Plano regional de reforma agrária do Rio Grande do Norte – PRRA/RN (2003/06). Natal: INCRA. pg. 14

*Produção em mil frutos

Observações:

**A soma Correta da Safra 2002/03 é de 4.080.913

***A soma Correta da Estimativa Safra 2003/04 é de 4.323.138

***A Variação Correta entre a Safra 2002/03 e a Estimativa Safra 2003/04 é 5,93%

3.4.3.3. Base tecnológica

A base tecnológica é um dos principais pilares para o desenvolvimento das atividades produtivas dentro de uma área agrícola, visualizando não apenas a produção/productividade, mas também a capacidade de agregar valor (econômico/social/ambiental) à produção, esvaindo-se conceitualmente do processo produtivo tradicional. Esta necessidade de incorporação de novos métodos se concretiza com as diretrizes do Plano Nacional de Reforma Agrária, o Plano Regional desenvolvido no Estado concebe no desenvolvimento de sua política as seguintes ações:

Opção por um sistema de produção com base na agroecologia nas Áreas Reformadas, seja pela implementação de planos de conversão ou diretamente pela incorporação de técnicas apropriadas. A constatação de que as mudanças socioeconômicas e político-institucionais no meio rural apenas fortaleceram a concentração da terra e trouxe desequilíbrios ambientais, fez com que os movimentos sociais e outras representações das famílias rurais optassem pela agroecologia (INCRA, 2004, p.7).

Nesta perspectiva posta pelo PRRN, os desafios são transpor os limites do método tradicional instituído pelo modelo convencional, principalmente quando da necessidade de recuperação e preservação dos recursos naturais e da conseqüente incorporação das famílias assentadas em uma agricultura sustentável. A tentativa de inserir uma sustentabilidade ambiental no modelo atual/tradicional (geralmente praticado nas áreas de assentamentos) pressupõe a integralização de uma racionalidade ecológica na produção agropecuária.

O direcionamento desta agricultura com base ecológica pressupõe a abstração de uma série de modelos/nuances por ela incorporada (natural, biodinâmica, orgânica, biológica e etc.), encontrando um entrave significativo na sua implantação/absorção pelas famílias assentadas. A principal razão do insucesso atual na absorção deste modelo é o baixo nível de conhecimento¹⁴¹, associado à descapitalização das famílias assentadas. Toda esta preocupação reside no fato de que os resultados pífios que são observados nas áreas de assentamento:

(...) se reflete no modo de produção disseminado no Estado como um todo, caracterizado como de base tecnológica deficiente em relação a qualquer padrão tecnológico seja ele moderno ou alternativo. São indicadores desse deficiente padrão tecnológico: pequeno volume de produção; baixa produtividade; produtos com pouco valor agregado; e uso intensivo de mão de obra não ou pouco qualificada¹⁴² (INCRA, 2004, p.14).

Toda esta discussão é necessária em razão dos novos padrões de produção/consumo estarem evidenciando a preocupação com uma agricultura sustentável em todos os seus aspectos. Neste sentido, a agroecologia é absorvida como uma ferramenta (maneável diante das diversas facetas que ela assume) para analisar os efeitos das diversas tecnologias sobre o meio ambiente (sociedade/ecossistemas)¹⁴³.

¹⁴¹ Este baixo nível de conhecimento pode ser retificado com a incorporação de conhecimento técnico oriundo das assistências técnicas, derivados especificamente da Assistência Técnica e Extensão Rural ATER, instituída através da Constituição Federal (1998) e da Lei Agrícola (1991), para os pequenos produtores gratuitamente. Entretanto, é constatado o pouco envolvimento dos técnicos responsáveis pelo repasse destas informações aos agricultores (e do pouco interesse por este demonstrado). Compreendemos que a agroecologia tem como seu principal vetor o potencial endógeno local (em contraposição as dimensões globais), porque é através das condições postas pelos diversos ecossistemas (recursos naturais) disponíveis e diante das pessoas ali alocadas que irá se produzir os efeitos desta interação homem/meio ambiente.

¹⁴² INCRA.(2004) Plano regional de reforma agrária do Rio Grande do Norte – PRRN/RN (2003/06). Natal: INCRA.

¹⁴³ Ver: CARMO, M.S do; PINTO, M.S.V.& COMITRE, V. Estratégias agroecológicas em assentamentos humanos: extensão para um rural sustentável. In: FERRANTE, V.L.B & HITAKER, D.C.A.(orgs.). Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA ; São Paulo : Uniara, 2008.

Esta maneabilidade da agroecologia é observada quando a ciência apresenta fundamentações básicas para estudar e manejar ecologicamente os ecossistemas produtivos, conservando os recursos naturais incorporados culturalmente, e que possam com este uso (responsável), ter um retorno justo, social e econômico (ALTIERE, 2002)¹⁴⁴.

A transição agroecológica é um dos primeiros passos para se conseguir um maior nível de autonomia na organização do trabalho e no acesso aos recursos naturais, de maneira que a dependência por insumos e outros fatores de produção comerciais possam ser minimizadas nas práticas produtivas (CARMO, PINTO & COMITRE, 2008, p.265)¹⁴⁵.

Mesmo considerando que tais observações sejam necessárias ao desenvolvimento sustentável do assentamento, é preciso considerar o que implica numa tomada de decisão no aspecto produtivo, sem necessariamente existir uma adaptação ou mesmo incorporação da produção ao mercado consumidor, ou seja, mesmo que se tenha a produção voltada aos produtos agroecológicos, elemento agregador de valor, é necessário desenvolver ações que visem criar uma consciência de consumo por parte do mercado local ou regional, identificando a capacidade de demanda por estes produtos, o que determinaria uma maior capacidade de geração de renda nos assentamentos.

O propósito de incorporar tal processo produtivo encontra uma série de dificuldades, principalmente quanto ao arranjo institucional em que estão presentes as formas de intervenção dos diversos organismos presentes no âmbito da reforma agrária (assentamentos). Ademais desta sobreposição de ações/atuções, verifica-se também o desprendimento das ações tomadas de forma específica para cada grupo social (com história característica aglutinada a um novo espaço), levando a um abandono/ineficiência da institucionalização deste processo agroecológico.

Tais elementos estão sendo postos pelo INCRA-RN (2004, p.7) nas diversas reuniões, visitas e estabelecimento de controles por parte da direção em termos regionais, sendo imobilizadas em alguns momentos pelo atrelamento das políticas de cunho nacional.

¹⁴⁴ ALTIERE, M.A. A agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: agropecuária, 2002.

¹⁴⁵ CARMO, M.S do; PINTO, M.S.V.& COMITRE, V. *Estratégias agroecológicas em assentamentos humanos: extensão para um rural sustentável*. In: FERRANTE, V.L.B & HITAKER, D.C.A. (orgs.). Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo : Uniara, 2008.

Adequação da estrutura operacional do INCRA-RN às exigências do PRRA e a compreensão, pelo INCRA, que a gestão de um plano como o PRRA necessita de outros requisitos além dos que fazem parte do seu aparato organizacional, não impede que os recursos do órgão sejam postos à checagem diante do desafio a que está sendo submetido (INCRA, 2004, p.7).

As iniciativas propostas no Plano Regional de Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Norte incorporam dimensões extremamente avançadas que demandam um conjunto de iniciativas voltadas à infraestrutura produtiva, comercialização e orientação técnico-produtiva que muitas vezes o Estado pode se revelar incapaz de proporcionar. Esse conjunto de propostas pode na verdade demonstrar certo desequilíbrio entre o desejável e o possível, bem como uma extrema desarticulação com as condições concretas de renda, consumo e capacidade produtiva regional¹⁴⁶. Esta realidade ainda não é palpável quando verificamos a realidade existente nos assentamentos do Rio Grande do Norte, em especial, do município de Mossoró.

Além do exposto, existe uma preocupação crescente com o acelerado ritmo de degradação ambiental que influencia o processo produtivo (muita vezes decorrente de práticas tradicionais), tais como desmatamento, sobrepastoreio, utilização de defensivos, entre outros.

A existência de tais práticas aponta ainda alguns elementos centrais no tocante ao domínio técnico produtivo e quanto ao grau de sensibilização dos agricultores em sua inserção em modelos produtivos sustentáveis. Os indicadores reveladores desse processo estão nos baixos índices de práticas de conservação do solo e no número de agricultores que recebem assistência técnica.

Os elementos adotados como fundamentais no desenvolvimento agrícola das áreas de assentamentos em geral apontam quase ou exclusivamente para a adoção de elementos de controle de pragas, excluindo-se quase na totalidade outros cuidados com a terra e no processo produtivo (conservação de solos, adubação verde, mecanização, entre outros.), levando a apresentação do módulo produtivo do pequeno produtor como deficiente na sua matriz tecnológica.

(...) mesmo caracterizado como bastante limitado em termos de sua abrangência, esse padrão tecnológico dito moderno conseguiu ser mais

¹⁴⁶ O Processo de ruptura de um modelo tecnológico tradicional agroquímico, que demonstra sinais de esgotamento face às novas exigências ambientais, é extremamente complicado para os pequenos agricultores, beneficiário ou não de projetos de reforma agrária, dada a fragilidade econômica-financeira dos mesmos, que inviabiliza inserirem modelos desta natureza em seus sistemas produtivos conduzindo-os a inadimplência e baixa competitividade, sobretudo em função do perfil de escala produtiva que este modelo enseja.

democrático na distribuição e difusão dos seus efeitos perversos, já descritos anteriormente. É do conhecimento de toda população do Estado a ação devastadora da agricultura irrigada na qualidade de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores e no meio ambiente. O ciclo curto do melão e a forma de se manterem no mercado têm levado as empresas a desenvolverem uma tecnologia tão predadora que alguns produtores, quando não compram muita terra, chegam a arrendar de outrem para produzir, como uma forma de preservar suas áreas próprias (INCRA, 2004, p.15).

A mudança desta matriz tecnológica, que apresenta danos e sérios riscos ambientais e somente traduzem em maior ineficiência, a cada ano revela-se mais necessária. Destaca-se, por exemplo, a implementação de um projeto piloto, conduzido pela Associação de Apoio às Comunidades do Campo - AACC, na tentativa de introduzir um padrão tecnológico alternativo, com base num manejo orgânico na cultura do cajueiro.

Este modelo desenvolvido visa o que denominamos de preceitos da agroecologia, moeda valorizada no mercado internacional quando apresentada como projeto social de comunidades que praticam uma agricultura sustentável, principalmente nos seus aspectos sociais e econômicos. Atualmente este modelo aplicado na Serra do Mel na produção de castanha é gerenciado por uma cooperativa (COOPERCAJU) fundada pelas famílias que readaptaram sua produção as normas do sistema orgânico, exigido pelo mercado consumidor (principalmente internacional).

Posteriormente, com pesquisa desenvolvida através do financiamento do CNPQ, as Organizações Não Governamentais (Visão Mundial e AMEROPA) desenvolveram projetos visando a adoção de um manejo agroecológico na produção de produtos agrícolas certificados com outras culturas (abacaxi, melão, coco da Bahia, entre outras) e em outras regiões (Touros, Baraúnas e Apodi) em áreas de assentamentos rurais como forma de agregar valor e estabelecendo a criação de um mercado justo¹⁴⁷ para o pequeno produtor, especialmente dos que estão inseridos em áreas de assentamentos rurais. A novidade do tipo de aplicação deste

¹⁴⁷ A formação de um mercado justo teria como elemento principal o estabelecimento das relações diretas entre produtor e mercado consumidor, quebrando a cadeia de distribuição que incluiria outros setores (atravessadores). Este processo garantiria uma maior possibilidade para alcançar a sustentabilidade (diminuir as vulnerabilidades) para produtores e trabalhadores localizados em determinadas regiões de baixa renda. A incorporação deste valor adicional (de venda do produto sem a presença do atravessador) contribuiria com o acesso ao produtor de novas categorias de bens e produtos, deslocando-o da pobreza e permitindo uma melhor qualidade de vida. Ademais, a incorporação direta dos produtos pelo mercado consumidor deve ser feita mediante a conscientização deste mercado de que o incremento do valor recebido pelo produtor garantirá a produção de setores da sociedade antes marginalizados (este incremento de renda configura como valor social adicionado), e que permitira ao mesmo desenvolver ações que possam culminar com eficiência econômica e a prudência ecológica de sua atividade produtiva, já que a compra deste bem (com este valor agregado) induziria o produtor a uma série de medidas para a manutenção de uma determinada matriz produtiva.

modelo de produção solidária é a incorporação da mulher como agente produtor ativo neste mercado. Estas alternativas de incorporação da mão-de-obra feminina tem um pressuposto em que estabelece uma mudança nas relações de gênero nas áreas de assentamentos, passando as mesmas a participar do processo decisório da produção e também dos mecanismos que induzem a incorporação no mercado.

Por fim, a mudança da base tecnológica, não é apenas a troca de um método de produção, mas também uma mudança na maneira de ver, sentir e compreender a incorporação de novos conceitos que inter-relacionam a natureza (meio ambiente), com as relações econômicas, sociais, políticas e culturais estabelecidas em uma determinada região. Para se alcançar esta perspectiva na tomada de decisões e na mudança do processo de produção, é condição *sine qua non* a formação de uma nova consciência (através do conhecimento) que conduz a melhoria do material humano (e indutor/propulsor do desenvolvimento local).

3.4.3.4. Crédito Rural

A revolução verde causou imensas transformações no campo em todo o mundo, inclusive no Brasil. Entretanto na década de 1980¹⁴⁸ a crise que atinge a economia brasileira, vem abalar sensivelmente a parte mais frágil do elo entre o campo e o mercado. Este elo é configurado pela agricultura familiar e pela conseqüente necessidade de créditos voltados para financiar sua produção (máquinas, insumos, matriz tecnológica).

Excluída da autorregulação promovida pelos complexos agroindustriais, passou a constituir-se de preocupação para os *policy makers* do país. Assim é que, em 1996, após algumas tentativas frustradas de mudança no quadro institucional que deveria dar suporte às políticas públicas de crédito, surge o PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (INCRA, 2004, p.16).

¹⁴⁸ Após o período do conhecido “milagre brasileiro”, que basicamente foi pautado num processo de captação de capitais via endividamento externo e interno como mecanismo de fomentar o processo de crescimento econômico do país. Tal efeito torna-se um ponto de desequilíbrio das contas do Estado brasileiro, quando na década de 1980 (conhecida como década perdida) em decorrência da recessão cíclica verificada nos países centrais capitalistas, se verifica uma diminuição/interrupção do fluxo de capitais para investimentos (como reflexo também do segundo choque do petróleo) e do aumento significativo dos Spreads. Assim, como forma de sanear o déficit público (interno e externo) o Estado brasileiro lança mão de todas as políticas (tributária, fiscal, cambial etc) para tentar pagar os serviços desta dívida, o que significou a impossibilidade de gerar uma política de créditos para o setor rural, gerando uma falta de crédito direcionada a agricultura e especificamente a agricultura familiar (pequena produção).

O PRONAF, como asseveramos, apresenta várias linhas de crédito, tanto para custeio como para investimentos. Do ponto de vista operacional, o programa está concentrado em quatro grandes linhas de atuação:

- a) financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país;
- b) financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos;
- c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos para os agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- d) financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e a transferência de tecnologias para os agricultores familiares. (BANCO CENTRAL, 2010).

Obviamente que esse quadro inicial da política está sendo modificado e aprimorado constantemente, visando dar maior consistência e amplitude ao programa.

Os recursos aplicados no Estado do Rio Grande do Norte têm apresentado uma ligeira queda, tanto em razão da aplicabilidade dos mesmos, como em razão de algumas problemáticas em termos de novas operações.

No ano de 2006, do total de R\$ 144.947.057,90, foram destinados para investimento em pecuária 57% do montante total, basicamente na aquisição de animais. Para os investimentos agrícolas, foram destinados 15% do valor total, sendo investidos basicamente na melhoria das explorações e formação de culturas perenes. No tocante as ações de custeio do ano de 2006, estas representaram apenas 4% e foram basicamente para lavouras, enquanto que para o custeio de animais (manutenção), foram destinados 24% do total de recursos para o Estado do Rio Grande do Norte.

No ano de 2007, foram destinados R\$ 103.095.178,09, dos quais 48% destinaram-se para investimento em pecuária (concentrado em aquisição de animais) e 14% para investimento em agricultura (melhora das propriedades). Quanto às ações de custeio, 36% foram para custeio animal e apenas 2% para custeio agrícola.

No ano de 2008 os volumes de recursos destinados ao PRONAF tiveram uma queda ainda mais significativa (uma queda de 50% do volume registrado em 2006). O valor aplicado neste ano foi da ordem de R\$ 69.929.552,38 milhões, distribuídos em 47.287 contratos. Deste valor total, aproximadamente R\$ 30.788.618,34 (44%) foram destinados a investimentos em

pecuária (animais de serviços e aquisição de animais) e R\$ 10.8886.711 para investimento agrícola (15,56%), destinados em sua maioria para compra de animais de serviços e melhorias de exploração. Quanto às operações para custeio, foi destinado um valor total de R\$ 22.525.145,87 para o custeio da pecuária, e R\$ 5.728.076 para custeio agrícola, conforme tabela nº 19, que descreve o decréscimo do volume de recursos e do volume de contratos firmados.

Tabela nº 19
Recursos totais do PRONAF destinados ao Estado do Rio Grande do Norte – 2006/2010.

Ano	Nº de Operações	Valor
2006	131.175	RS 144.947.057,90
2007	91.188	RS 103.095.178,09
2008	47.287	RS 69.929.552,38
2009	41.306	RS 70.184.015,71
2010	39.423	RS 70.811.926,65

Fonte: Banco Central

No ano de 2009, do total destinado ao Estado, 70% foram destinados a investimentos, sendo 54% para pecuária e 16% em investimento agrícola. Os volumes para custeio representaram do volume total empregado, 4% em custeio agrícola e 16% custeio pecuário.

No ano de 2010, foi destinado o valor de R\$ 70.811.926,65 para as atividades ligadas às ações do PRONAF. Deste total, 75% foram destinados a investimentos, sendo RS 11.772.082,57 para investimentos agrícolas (melhorias das instalações/máquinas e equipamentos) e RS 41.308.497,44 para investimentos em pecuária (aquisição de animais e animais de serviço). Do total destinado a custeio (25%), o valor correspondente a R\$ 2.793.697,27 foram destinado ao custeio agrícola (formação de lavouras) e R\$ 14.973.649,37 foram destinado a custeio da pecuária (animais).

Ademais desta repartição dos valores empregados, cabe destacar o volume de algumas das principais culturas estabelecidas no Estado Rio Grande do Norte, assim como do valor captado por cada uma delas, demonstrando basicamente uma homogeneidade em termos de culturas (tendo esporadicamente destaque outra cultura). Com base nos dados do período entre 2006 e 2009, temos a prevalência, em termos de volumes destinados a culturas dentro do PRONAF (para produtores e cooperativas) no Estado, das culturas de mamão, melão, mandioca, milho, melancia e manga. Estas culturas têm uma representatividade diferente ao se abordar o Estado do Rio Grande do Norte, pois basicamente as culturas do melão,

melancia, caju e manga encontram-se alocadas na região do Vale do Assu e Mossoró. Percebe-se também uma concentração do volume de recursos em relação a estas culturas, tornando difícil uma estratégia posterior para uma possível crise destes setores. A imobilização de recursos nestas culturas remete à situação de crise de exportação (vivida nos últimos anos em razão da baixa taxa cambial) e a dificuldade que passou o setor exportador de frutas tropicais.

Tabela nº 20
Números de contratos, culturas e valores financiados a produtores e cooperativas
no Rio Grande do Norte – 2006 a 2010

Ano	Mamão		Melão		Mandioca		Caju		Melancia		Manga		Total	
	Nº Cont.	R\$ (mil)	Nº Cont.	R\$ (mil)	Nº Cont.	R\$ (mil)	Nº Cont.	R\$ (mil)	Nº Cont.	R\$ (mil)	Nº Cont.	R\$ (mil)	Nº contr.	R\$ (mil)
2005	53	770.904	48	2.073.544	879	2.364.588	527	1.389.926	13	94.861	9	378.083	2.197	14.473.542
2006	15	268.871	43	1.749.840	584	1.809.077	529	1.395.848	43	1.749.840	7	4.347.597	1.712	20.376.339
2007	12	351.812	37	3.059.419	332	1.223.254	383	766.002	2	103.896	3	2.389.769	1.000	41.152.916
2008	26	1.880.992	45	3.228.120	459	2.619.323	301	1.162.473	14	47.526	2	109.092	2.080	21.701.544
2009	22	2.065.715	16	2.698.099	306	1.905.723	338	1.501.573	2	93.398	7	5.124.833	1.128	20.646.867
2010	21	1.433.595	14	3.083.214	191	1.729.709	179	1.094.703	3	99.830	3	7.344.915	759	23.697.826

Fonte: Ministério da Fazenda/Banco Central do Brasil

A tabela nº 20 representa um ponto onde devem ser convergidos os esforços do Estado em desconcentrar este setor (mesmo que no presente instante, tenha vantagem comparativa para exportação) e poder dinamizar os setores agrícolas do Estado (e localizados com maior ênfase no interior do Estado).

A comprovação da concentração dos referido elementos encontram-se efetivamente na corroboração de investimentos na área agrícola. Esta determinação corresponde, na realidade, a uma necessidade particular da região em poder fomentar atrativos (ativos) para a dinamização da economia agrícola local ¹⁴⁹.

Desde o ano de 2006, paulatinamente vem decrescendo o volume de recursos aplicados no município (como espelho do que acontece no Estado), o que se reflete também na economia local. Esta queda brusca dos valores corresponde não apenas ao montante referido a custeio ou mesmo a investimentos, mas também no volume destinado a

¹⁴⁹ A falência de muitas empresas de “expressão” agrícola voltadas para a exportação de frutas tropicais, leva ao setor, reestrutura-se mediante a formação de novos centros produtores, em potencial, os assentamentos associados ao capital agrícola, e que posteriormente mostra-se que a saída não era esta. efetivamente um bom caminho.

comercialização dos produtos. A tabela nº 21 mostra um exemplo da situação pela qual está passando a economia agrícola potiguar. No caso da economia mossoroense, nota-se em muito o reflexo da política cambial brasileira, assim como a desarticulação produtiva que vem sofrendo o município.

Tabela nº 21
Números de contratos e finalidade dos valores investidos no PRONAF
no município de Mossoró no período de 2006 a 2010.

Ano	Atividade	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
		Nº Cont.	Valor R\$(mil)	Nº contr.	Valor R\$(mil)	Nº cont.	Valor R\$(mil)	Nº contr.	Valor R\$(mil)
2006	Agrícola	6	341.767	1730	4.125.701	9	14.455.970	1.745	18.923.439
	Pecuária	462	530.382	1740	2.178.488	0	-	2.202	2.708.870
2007	Agrícola	11	736.390	580	1.965.147	5	11.907.800	596	14.609.337
	Pecuária	404	638.047	1146	2.239.237	0	-	1550	2.877.285
2008	Agrícola	382	2.279.660	433	1.041.887	3	6.123.488	818	9.445.036
	Pecuária	97	114.400	423	1.733.462	0	-	520	1.847.862
2009	Agrícola	15	1.723.740	124	614.448	5	11.500.000	144	13.838.189
	Pecuária	25	219.424	318	819.887	0	-	343	1.039.382
2010	Agrícola	8	1.476.319	226	1.065.027	2	5.000.000	236	7.541.346
	Pecuária	6	214.428	353	1.630.187	0	-	359	1.844.615

FONTE: Banco Central

A dinamização da economia agrícola vem abrindo espaço para outros setores (principalmente o industrial) e aportando o município de Mossoró como um novo espaço de desenvolvimento, longe do rural. Tal magnitude faz repensar obviamente na composição dos assentamentos e a interação com os centros urbanos, fazendo-os se distanciar cada vez mais do sentido agrícola, em função da formação da rendas não-agrícolas.

Apesar de todo este aporte de recursos (no Estado e no município de Mossoró), este não foi suficiente para desenvolver uma economia agrícola consolidada em todas as regiões do Estado, em razão de estar direcionada em síntese para a o mercado internacional (e extremamente irregular nestes últimos anos em função da taxa cambial). Estes dados também consolidam uma equivocada estratégia da agricultura familiar em se tornar associada do grande capital agrícola, dada as completas desarticulações produtivas agrícolas que sofreram as áreas de assentamentos.

A formação da pauta dos produtos que nos últimos anos merecem destaque (mesmo com um cenário internacional delicado) são os produtos de origem primária, como frutas, cascas de cítricos e de melões; peixes e crustáceos e, com uma maior dinâmica nesta última década, dos combustíveis, óleos e derivados (pelo elevado preço do Brent em meados da década passada). Já o desempenho das exportações de manufaturados no Rio Grande do Norte é inócuo.

Tal resultado reflete o baixo nível de desenvolvimento tecnológico (e de modernização das indústrias no Estado). A reestruturação do parque industrial deve ser um dos elementos-chaves para o Estado, uma política de estímulo à produção, normas institucionais de garantia de investimentos, subsídios e primordialmente estabelecer marcos que possibilitem o surgimento de uma vocação exportadora de produtos manufaturados.

Por fim, o setor de serviços tem ano após anos se destacado, em especial o setor de turismo, visto o vultoso volume de recursos que serão aportados para dinamizar o setor turístico (incluindo infraestrutura), necessários para fazer frente a desafios futuros (entre eles a Copa do Mundo 2014, em que Natal será uma das cidades sede).

3.5. Conclusão

As constantes mudanças (produtivas, tecnológicas e estruturais) desenvolvidas/imputadas à agricultura brasileira nas três últimas décadas pressionam o modelo de produção familiar a estabelecer novas atividades (plurais¹⁵⁰) fora do contexto agrícola tradicional (atividades não-agrícolas), diante da pressão estabelecida pelo capital comercial e de suas relações de produção impostas.

Tais elementos são configurados por um ajustamento das relações de produção/trabalho no módulo familiar, que ajustam a realização de trabalho ao chamado sistema “*part time farming*”¹⁵¹ em razão da adequação tecnológica e produtiva por membros da família, bem como pela inserção de novas atividades dentro (inclusive de caráter profissional) e/ou fora da unidade de produção.

¹⁵⁰ Para Schneider (apud OLIVEIRA, 2007): A pluratividade é uma característica típica dos processos de desenvolvimento em que a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos circuitos mercantis via processo de produção agropecuária ou mesmo pelas relações de trabalho (assalariamento) em atividades exclusivamente agrícolas.

¹⁵¹ Este processo em geral no Brasil não acontece por uma “escolha” voluntária (ou por questões tecnológicas), mas principalmente por uma necessidade de complementação de renda. Em muitas destas famílias que vivem no rural, terminam exercendo funções tipicamente não-agrícolas para poder ter uma melhor condição de vida.

Tal ajustamento tem causado uma mudança significativa das relações de produção no campo, principalmente na potencial inserção de uma nova divisão social do trabalho incrustada no modo familiar.

As mudanças atualmente em curso parecem indicar que o desenvolvimento social e econômico do mundo rural passa por redefinições que apontam não apenas para a emergência das novas formas de obtenção de renda (essencialmente não agrícolas) para os agricultores e os habitantes do espaço rural, mas também até mesmo para novas vias para sua inserção na divisão social do trabalho. (SCHNEIDER, 2003, p.120)¹⁵².

Desta maneira, o processo de evolução capitalista causou alterações das relações de trabalho e fez surgir um conjunto de atividades não-agrícolas, que passam a responder cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural¹⁵³, resultando na distribuição do emprego e renda cada vez mais similar nas áreas urbanas e rurais.

Diante desta realidade complexa e da diversidade das relações de produção no Brasil, fica mais evidente que a renda da chamada agricultura familiar que habita a área rural não está mais relacionada à atividade agrícola exclusivamente. Tal ponto leva-nos a necessidade de estudar, entender e dimensionar o modelo agrícola-familiar em áreas de assentamentos, em razão do surgimento de novas atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro estarem associadas ao processo de modernização da agricultura e a integração crescente dos processos produtivos agropecuários com os diferentes setores da economia. Tal processo levou a alteração do perfil dos produtores e acabou por criar novas demandas no espaço rural, muitas delas sem nenhum tipo de ligação à produção agrícola.

Ademais, o processo de instalação de áreas de assentamentos indica uma necessidade clara de infraestrutura e políticas públicas que possam significar a sustentabilidade.

¹⁵² SCHNEIDER, S. *A pluratividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

¹⁵³ Estes conjuntos de atividades derivam, em parte, do fato que a composição de muitos dos assentamentos rurais (agricultura familiar) é dada por parte da população de baixa renda que busca o campo/áreas de assentamento para a autoconstrução de moradias.

4. SUSTENTABILIDADE E RENDA: ANÁLISE DOS ASSENTAMENTOS DO INCRA NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

No presente capítulo, faremos uma análise sobre o *desenvolvimento* das áreas de assentamentos (Hipólito, Jurema, Lorena e Mulunguzinho)¹⁵⁴, tendo como ênfase central discutir o processo de sustentabilidade dos mesmos por meio da composição de renda auferida pelas famílias assentadas.

Serão abordados os antecedentes que formaram os assentamentos, a caracterização geral dos assentamentos pesquisados e a análise pontual dos componentes da renda, observando como parâmetro o estudo da FAO, analisando as vulnerabilidades que implicam a formação de renda de cada assentamento.

4.1 Antecedentes e processo de formação dos assentamentos: alguns pressupostos.

O estudo das áreas de assentamentos¹⁵⁵ no estado do Rio Grande do Norte¹⁵⁶, localizadas no município de Mossoró, não se constitui em novidade no meio acadêmico, entretanto, lançamos como desafio investigar a fundo os elementos que compõem a sustentabilidade destas áreas e em particular a composição da renda em quatro assentamentos

¹⁵⁴ O Assentamento Hipólito foi criado em 1987; O Assentamento Jurema foi produto de desapropriação de terras pela União no dia 13/05/1998 e foi criado em 01/10/1998; O Assentamento Lorena se constituiu a partir de processo de compra de terras pela União no dia 22/11/1999 e foi instaurado em 07/07/1992; O Assentamento Mulunguzinho também é resultado de ação de compra de terras pela União no 03/01/1996 e foi criado em 07/07/1992.

¹⁵⁵ A realização do presente estudo se insere em um contexto de investigações levado a cabo por parte dos professores que fazem parte do Departamento de Ciências Econômicas – Campus Central (Mossoró) e do Grupo de pesquisa “Agricultura e Petróleo” instituído na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - que congrega professores das mais distintas formações, objetivando o estudo econômico, social, político, ambiental e institucional dos aspectos que derivam do campo. Toda esta inquietude culminou com esta tese como forma de aprofundar a os estudos desenvolvidos no município de Mossoró. Ademais, diversos trabalhos na graduação e pós-graduação do Departamento de Economia, assim como no, Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, têm tratado das diversas dimensões (social, econômica, política, institucional, ambiental, etc.)

¹⁵⁶ O Estado do Rio Grande do Norte é formado por 167 municípios, dispondo de uma superfície total de 52.796,79 km², e o município de Mossoró tem uma superfície de 2.110,21 km², o que representa apenas 4% do território do Estado. No caso em específico do município de Mossoró, as áreas de assentamentos apresentam uma singularidade, pois estão imersas em uma região produtora de petróleo (em que muitas vezes direcionam a utilização das terras para outros setores que não a agricultura), ademais, a prática utilitarista da conformação de assentamentos no município de Mossoró eleva potencialmente uma “interação” das áreas de assentamentos com os centros urbanos e a formação de elementos que corroboram para uma formação de renda não-agrícolas (em maior amplitude), descaracterizando inicialmente o processo de reforma agrária, centrado na produção da agricultura familiar, e transformando os assentamentos em bairros ou exércitos de reserva em uma visão mais ortodoxa.

(Lorena, Jurema, Mulunguzinho e Hipólito). A definição destas áreas de investigação se estabeleceu a partir de análise qualitativa dos 33 assentamentos que estão localizados no município de Mossoró e que estão sob a supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. A análise foi realizada junto ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e a Superintendência do INCRA, visualizando o entendimento do referido órgão na conformação dos assentamentos (antiguidade, infraestrutura, gestão/organização produtiva, emancipação, entre outros aspectos).

Em decorrência de uma exaustiva análise bibliográfica, decidimos utilizar como referencial de estudo o trabalho de investigação realizado pela *Food and Agriculture Organization* - FAO¹⁵⁷, acrescentando alguns novos parâmetros para aferir o processo de formação de renda nas áreas de assentamentos.

Pautou-se ainda na observação *in loco* do peso das políticas públicas por meio dos programas sociais/doações privadas e públicas (dos vários programas de transferências de renda, combate a fome, evasão escolar, combate ao trabalho infantil, etc.)¹⁵⁸ e do pagamento de rendas previdenciárias (rendas oriundas de aposentadorias, pensões e/ou auxílios auferidos pelos membros da família). A inclusão destes dois novos elementos na metodologia de configuração de renda utilizada pela FAO foi, em nosso entendimento, importante para verificar a vulnerabilidade econômica dos sujeitos e para determinar com maior precisão o processo de formação das rendas nos referidos assentamentos, bem como para possibilitar a reformulação (visão) das políticas públicas dirigidas à Reforma Agrária, especialmente aquelas direcionadas à região do semiárido.

Tais elementos metodológicos foram utilizados com o intuito de discutir o caminho adotado pelo processo de reforma agrária e sua sustentabilidade¹⁵⁹, tendo como base empírica a pesquisa de campo realizada no período de fevereiro a abril de 2009, utilizando questionário

¹⁵⁷ Exposto em sua totalidade na metodologia utilizada. Ver: ROMEIRO, Ad. (et. al). *Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate* - Petrópolis, RJ:Vozes; Rio de Janeiro: IBASE.1994.

¹⁵⁸ A criação de programas sociais como Fome Zero ou Bolsa Família no ano de 2003 pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva (tinha como base o Bolsa Escola e o Vale Gás criados no Governo anterior de Fernando Henrique Cardoso) são, em geral, programas destinados a promover a mobilidade social de grupos economicamente mais vulneráveis. São programas de caráter descentralizado que transferem renda a famílias pobres, no intuito de combater a desnutrição, a evasão escolar e a baixa renda. Entretanto, “una crítica que se hace a estos programas es el abandono del enfoque integral que caracterizaba a los viejos programas de desarrollo rural y, particularmente, su ineptitud para atacar la pobreza mediante el desarrollo de la infraestructura y de la capacidad productiva de los grupos y regiones menos favorecidos”. GARCIA, A.P. Agricultura y alimentación: resultados y desafíos. In: CORREA, E.; DÉNIZ, J. & PALAZUELOS. *América latina y desarrollo económico: estructura, inserción externa y sociedad*. Madrid: Akal, 2008.p 82-83.

¹⁵⁹ Entendemos a sustentabilidade, também, como um rol de elementos a serem visualizados, compreendidos e efetivamente realizados, seja no âmbito, ambiental, econômico, social, espacial (territorial), cultural, etc.

com perguntas abertas e fechadas, e aplicado por equipe de professores e alunos do Curso de Ciências Econômicas nos referidos assentamentos (conforme questionário em anexo).

O instrumento de coleta de dados estruturou-se em diversas partes. Na primeira parte coletamos os dados pessoais dos assentados, quanto ao local de moradia (tipo e condições da residência), idade, sexo, nível de escolaridade, tempo no assentamento. Na segunda parte do questionário, procuramos identificar onde foi gerado cada um dos tipos de rendas (dentro e fora do assentamento), assim como saber os diversos tipos de rendas auferidas mediante transferências governamentais. Na terceira parte, procuramos compreender as relações produtivas do assentado e suas práticas agrícolas utilizadas usualmente; e na quarta parte, perguntas abertas sobre o processo de funcionamento dos assentamentos, bem como das práticas utilizadas pelos responsáveis pela política de reforma agrária.

Durante a realização da pesquisa, percebemos a importância da distribuição de terras e da capacidade de dotar trabalhadores rurais¹⁶⁰ com uma ferramenta para integrar-se ao processo produtivo no campo, através do Programa de Reforma Agrária¹⁶¹. Segundo dados oficiais do INCRA obtidos no Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, no período de 01 de janeiro de 1987 a 12 de junho de 2009, foram criados um total de 33 assentamentos e instaladas 3.246 famílias, uma área de 69.700,01 ha no município de Mossoró¹⁶², enquanto que foram instalados neste mesmo período 275 projetos de assentamentos rurais no Rio Grande do Norte e assentadas 19.749 famílias em uma área de 519.529,2 ha.

Compreendemos desta forma, o processo de Reforma Agrária como um elemento difusor do desenvolvimento¹⁶³ territorial, observando em prática elementos da transformação da realidade local postos em práticas e não necessariamente exitosos.

¹⁶⁰ Percebe-se que muitos dos novos assentados são de origem urbana (muitas vezes sem nenhuma antecedência rural/agrícola), onde são muitas vezes cooptados por determinadas organizações, como MST e FETARN, para avolumar a pressão por terras em determinadas regiões.

¹⁶¹ Se a reforma agrária for vista como uma maneira de diminuir o índice de concentração de terras (visualizado pelo *Índice de Gini*) deve ser a mesma considerada, pois o referido índice permaneceu quase que inalterado nas últimas décadas. Entendemos que o tema dos latifúndios (e sua eventual reestruturação) deve ser investigado, pois efetivamente a concentração de terras se mantém há décadas, mesmo com as muitas desapropriações realizadas.

¹⁶² Mesmo representando um total de 16,43% das famílias instaladas no RN e 13,41% da terra total utilizada para a Reforma agrária, existe um grande assentamento no município de Mossoró (Resultado da falência e posterior desapropriação da Mossoró Agrícola S/A – Maisa) que corresponde a 28% (19.701,05ha) de toda a terra destinada a Reforma Agrária e representando percentualmente a 35% (1.148) de famílias assentadas no município. (INCRA/SIPRA, 2009)

¹⁶³ Principalmente quando falamos de reestruturação produtiva territorial, que conduz a uma série de políticas públicas, ensejando a inversão de recursos para implementar o programa de Reforma Agrária.

Não obstante, o INCRA estabelece alguns pressupostos, que implicam o processo de distribuição de terras e que impõem uma perspectiva ideal aos assentamentos (e aos assentados).

a) *implementar um “neo-assentamento”, em que se vislumbre viabilidade econômica, integração e desenvolvimento territorial*¹⁶⁴.

Este neologismo que estamos utilizando é uma forma de qualificar a pretensão dos órgãos públicos, em especial o INCRA, quanto à formulação de novos projetos de assentamentos, tendo como guia o Plano Nacional de Reforma Agrária em que tenta atribuir aos assentamentos, como modelo de produção a agroecologia. A agroecologia não é simplesmente o fato de produzir alimentos ou produtos sem a presença de agrotóxicos, mas é uma concepção que está distante da própria formação dos assentados. Ao serem questionados sobre a utilização destas técnicas, 100% afirmaram que não apenas não praticam, como também não detém nenhuma informação/formação em agroecologia.

Compreendemos que, de uma forma geral, as áreas de assentamentos servem, em um contexto simplista, para promover o processo de desenvolvimento territorial, mesmo que salvaguardando todas as suas especificidades e as suas dimensões, sem que, no entanto, siga promovendo a sua autossustentabilidade de caráter econômico, ambiental, social¹⁶⁵.

Ao perceber esta necessidade de autossustentabilidade, o Governo Federal firmou um acordo com Banco Interamericano de Desenvolvimento (através de empréstimo), viabilizando financiamento para criação do *Programa de Consolidação e Emancipação (autossuficiência)*

¹⁶⁴ A capacidade de integração das áreas de assentamentos com outros produtores é praticamente nula. É quase unanimidade entre os produtores e proprietários rurais a qualificação de favela ou áreas de conflitos (configurada através de vandalismo, furtos e drogas). No desenvolvimento de nossa pesquisa, nos deparamos com situações onde os próprios assentados denunciavam problemas comuns, antes inimagináveis ao cenário do campo e aos assentamentos rurais, que eram problemas ligados a prostituição, roubo e ao tráfico de drogas. Uma das principais reivindicações dos assentamentos era a construção de um posto policial.

¹⁶⁵ Estudo desenvolvido por SOUZA, M. C. et al, (2005), realizado nos assentamentos de Hipólito, Cordão de Sombra I, Quixaba e Jurema, aponta contundentemente as vulnerabilidades e consequente (in)sustentabilidade em muitos dos seus aspectos, especificando preocupações quanto a sua localização (semiárido), quanto ao fraco perfil de sustentabilidade ambiental e a falta de políticas específicas “que incentivem a criação de pequenos empreendimentos, valorizando a agricultura familiar dos assentamentos, permitindo a formação de redes de conexão motivadas pela cooperação e confiança mútua dos diversos atores sociais e o poder público”. In: SOUZA, M. C.; KHAN, A. S.; PASSOS, A. T. B. & Lima, P. V. P. S. Sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 36, nº 1, jan-mar. 2005.

de Assentamentos – PAC¹⁶⁶, com o intuito de induzir a uma maior independência dos assentamentos de reforma agrária que foram criados entre os anos de 1986 e 1998, localizados nos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte¹⁶⁷, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio Grandes do Sul, e compostos de no mínimo 50 famílias. A Conformação do referido projeto tenta, de forma contundente, melhorar as condições produtivas dos assentamentos, buscando sua autossustentação, sem até o presente momento, no entanto, trazer os resultados esperados.

Ao proceder nosso estudo, foram muitos os encontros com os sindicatos de trabalhadores rurais, líderes comunitários e famílias dos assentados, que nos fizeram discernir entre o discurso oficial e o que acontece na prática. Em uma análise singela¹⁶⁸, percebe-se que no discurso oficial “a reforma agrária é um sucesso”; no discurso acadêmico “é necessário melhorar os mecanismos de integração e de políticas (econômica, social, etc.) para se produzir uma verdadeira reforma agrária”; na visão do assentado “foi esquecido pelo poder público”¹⁶⁹.

Percebemos que toda esta polêmica que trata da reforma agrária, sobre sua sustentabilidade ou não, nos alerta em relação a algumas premissas que absorvemos como reais e permite compreender que a reforma agrária não é simplesmente um processo de distribuição de terras. Para tanto, aportamos algumas palavras do bispo emérito de Goiás, D. Tomás Balduino, cofundador e conselheiro da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

O que há de reforma agrária no Brasil é conquista da terra, e muitas vezes na forma da ocupação da terra improdutivo pelos trabalhadores. O governo está diante de fato consumado. É uma política compensatória, de ir onde há conflitos e procurar resolver pelos mecanismos governamentais (...) A

¹⁶⁶ Ver informações sobre alcance do programa e seu posterior detalhamento, respectivamente, em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=42&Itemid=72 e <http://www.cifers.t5.com.br/pac.htm>. Acessados em 13/10/2010.

¹⁶⁷ Dos 33 assentamentos do município de Mossoró, 19 (57,57%) assentamentos foram contemplados com o programa. Dos Assentamentos que estamos analisando, apenas o assentamento Lorena, não foi atendido por uma triste casualidade. No nosso entendimento, dos assentamentos pesquisados, o assentamento Lorena é o que apresenta maiores problemas de sustentabilidade.

¹⁶⁸ De tal análise podemos acrescentar alguns pontos: a) do ponto de vista oficial, reconhecemos os esforços praticados pelo Governo Federal/INCRA no tocante a destinação de recursos, entretanto, falta uma política de acompanhamento *vis a vis* as etapas de desenvolvimento de um assentamento (desde a sua instalação até uma hipotética autoemancipação/autossustentação); b) do ponto de vista acadêmico, vemos e captamos os vários discursos apontados (pessimistas, otimistas e/ou neutros), e adotamos quase em regra, o discurso que postula que a reforma agrária pode não ser um sucesso, mas que de alguma maneira promove uma justiça social, seja pela obtenção da terra, seja pela possibilidade de excluí-lo de uma vida pior; c) do ponto de vista do assentado, o simples fato de ter uma terra e uma casa, possibilita a ele uma melhor condição de vida, independente da realidade em que se encontra.

¹⁶⁹ Muitas entrevistas tornavam-se um mero instrumento de desabafo do assentado quando perguntado da realidade e das perspectivas vivenciadas no assentamento.

reforma agrária no sentido de colocar o pessoal na terra, depois esquecê-lo sem infraestrutura de estrada, postos de saúde e escola, é forçar mesmo a favelização. A favelização vem de cima para baixo, imposta pelo governo. É claro que todo sistema social gigantesco, como a reforma agrária, supõe recursos¹⁷⁰.

A incorporação destas concepções de (in)sustentabilidade nas áreas de assentamentos é apropriada com mais ênfase aos visitarmos os assentamentos e nos permitimos investigar empiricamente os resultados obtidos através das políticas ali desenvolvidas. Corroboram uma crítica a execução dos projetos de assentamentos sem a estrutura adequada e necessária para o funcionamento das atividades produtivas. Ademais, a padronização das ações impostas dentro dos assentamentos pelos órgãos executores atendendo diretrizes comuns a todos os Projetos de Assentamentos (PA) deixa de captar as potencialidades (coletivas e individuais) de cada um dos assentamentos, e que permeiam as possibilidades de um desenvolvimento local mais eficaz.

Desta forma, o processo de reforma agrária assume inequivocamente um caráter plural (quando abordamos o interesse da sociedade na desconcentração de terras) e individual (representando a coletividade de cada um dos assentamentos envolvidos), e quando os interesses não são atendidos percebe-se a confrontação entre o que é concebido (discurso) e o que é alcançado. O distanciamento entre o discurso e a prática por fim é moldado com a falta de acompanhamento¹⁷¹ por parte dos órgãos executores nas fases de um assentamento (desde sua criação até a sua possível emancipação).

b) Adoção de instrumentos adequados a cada público e a cada região e adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários;

Percebe-se a preocupação das superintendências do INCRA em discriminar as ações por regiões/estados através do Plano Regional de Reforma Agrária, estabelecendo uma série de parâmetros com o Plano Nacional de Reforma Agrária, sem que efetivamente obtenha-se sucessos, dada a complexidade deste processo social. Esta complexidade é marcada pelo

¹⁷⁰Ver: <http://professoraltairdopsol.blogspot.com/2010/07/governo-lula-faz-anti-reforma-agraria.html>. Acessado dia 13/10/2010.

¹⁷¹ Em entrevista com o superintendente do INCRA no Rio Grande do Norte, constatou-se que efetivamente o órgão não tem um controle sobre todas as ações/recursos empregados nas áreas de assentamentos, seja por falta de pessoal, ou especificamente, por técnicos qualificados para atender toda a demanda que pressuponha um cabal acompanhamento das atividades produtivas/organizativas que levem a obtenção de resultados positivos. A concepção apreendida é que se aplicam os recursos (materiais/financeiros) sem a preocupação de sua real aplicabilidade e resultados consequente desta boa gestão.

heterogêneo tecido social/cultural, estrutural que compõem os assentamentos em distintas regiões/estados/municípios no Brasil, bem como pela participação dos diversos órgãos públicos (Estados subnacionais) que incorporam seus instrumentos institucionais e normativos na resolução dos problemas de caráter agrário ou não, configurando um estado letárgico que pressupõe uma desarmonia entre as ações postas e as demandas realmente importantes para o funcionamento de uma política agrária eficaz. Tais evidências são explícitas de uma forma simplista, quando das invasões que sofrem as diversas superintendências por assentados, pedindo urgência na resolução dos seus problemas e no atendimento de algumas demandas¹⁷².

As evidências que são demonstradas no processo de condução da reforma agrária em todo o país é que somente mediante pressões e resultados sem expressão, tomam-se medidas eleitoreiras ou paliativas para conter focos de revoltas/rebeldias oriundas do campo. Um dos mecanismos a ser revisto é o envolvimento das autoridades, para que possam promover políticas públicas eficazes na condução da reforma agrária, o que nos leva ao próximo ponto.

c) Forte envolvimento dos Governos subnacionais (estadual e municipal); Promoção da igualdade assegurando o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas; As ações de reforma agrária devem estar providas de programas que dotem os pequenos agricultores com uma qualificação profissional, possibilitando-os de serem incorporados ao mercado de trabalho no campo;

No tocante a estes elementos, percebe-se a atuação mais próxima dos Governos (estadual e municipal) com as áreas de assentamentos. No tocante ao Governo Estadual temos em destaque alguns programas como Programa de Combate a Pobreza Rural – PCPR, que

¹⁷² Durante as muitas visitas que realizamos no período de 2006 a 2010 à sede da superintendência do INCRA em Natal/Rio Grande do Norte, nos deparamos com situações de invasão/ocupação do prédio do órgão por parte de assentados que exigiam uma maior celeridade na instalação/criação de Assentamentos, assim como na liberação de recursos (de caráter emergencial) para solucionar problemas como a doação de feiras (o recebimento de feiras é um mecanismo adotado pelo INCRA para garantir a subsistência alimentar dos assentados no período de implantação dos assentamentos, até que o mesmo seja capaz de produzir seu próprio alimento ou tenha capacidade de garantir meios de sobrevivência. Tal critério é inconsistente e vago no que concerne a garantia de segurança alimentar dentro de uma área de assentamento. Em uma destas, visitas quando o prédio estava ocupado, questionamos o Superintendente do INCRA do Rio Grande do Norte sobre como era estar envolto em uma situação em que o mesmo não dispunha do poder decisório para dar uma celeridade a resolução dos problemas/demandas. O mesmo em termos de confissão suspirou e disse: “isto é um caos”. Desta maneira, entendemos que os propósitos do Governo Federal/INCRA ainda estão distantes de se converterem em uma realidade.

inclui o Programa de Apoio ao pequeno Produtor e Programa do Leite¹⁷³ que atente atualmente a 155 mil famílias pobres (incluindo as famílias assentadas).

No tocante ao Governo Municipal, na área da educação e saúde, o mesmo está presente em alguns assentamentos com a construção de escolas¹⁷⁴ e postos de saúde (anexo). Além das obrigações básicas, uma das ações ousadas do poder municipal é a criação do Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura – PROCAP, que consistiam em: “capacitação técnica; promoção e fortalecimento da organização social de produtores; e promoção de valores relacionados ao consumo e produção de produtos derivados de caprinos e ovinos na região”¹⁷⁵.

A ousadia do projeto contrasta com as dificuldades em permanecer funcionando, adquirindo uma resistência admirável, carecendo de ajustes no tocante as áreas de assentamentos (e na formação de caráter coletivo que possam impulsionar o mesmo), conforme algumas palavras do Sr. Fernando do Amaral Nogueira¹⁷⁶:

O futuro do Programa aponta para um novo papel desempenhado pela Prefeitura – menos empreendedora “direta” e mais articuladora de parceiros e estratégias – e para fortalecimento da comunidade e dos criadores organizados. (...), uma das fragilidades do Programa, que é a relativa pulverização da participação comunitária. Esse pouco protagonismo comunitário tem suas raízes sem dúvida na falta de tradição e de cultura associativista da região. Tal dificuldade, apontada pelos gestores do Programa como o principal obstáculo a seu desenvolvimento, fica patente nas comunidades e, sobretudo, nos assentamentos rurais.

O aporte de ações institucionais visando o fortalecimento da agricultura familiar é visto como fundamental para a continuidade do programa de reforma agrária. Projetos que auxiliem uma fragilizada economia rural familiar, na região do semiárido brasileiro vêm a

¹⁷³Ver em: http://www.searh.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/govrn/acoes_de_governo/enviados/acoes_detalhe.asp?nCodigo=9 acesso no dia 13/10/2010.

¹⁷⁴ Em geral, nas áreas de assentamentos a educação formal está restrita ao ensino fundamental, sendo os demais níveis de ensino disponibilizados em outros distritos ou mesmo na sede do município, seja em escolas municipais ou estaduais para as quais o município fornece transporte para tal deslocamento.

¹⁷⁵ Foram realizadas algumas ações que permitiram o desenvolvimento deste projeto (e consequentemente da cadeia produtiva do caprino/ovino da região), a citar: a) criação de uma lei que instituiu a obrigatoriedade de utilização de leite na merenda escolar e de 50% de carne de caprino/ovino, na quantidade de proteína animal ofertada; b) construção do mercado do bode; c) criação da feira do bode. Ver detalhamento do projeto. Em: http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/interna/Conexao_Local/PROCAP.pdf acessado em 13/10/2010.

¹⁷⁶ O Sr. Fernando foi o grande elaborador do Programa que tinha como principal objetivo, o desenvolvimento da cadeia produtiva da caprinocultura no município de Mossoró. Ver: Nogueira, F. A. Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura - Mossoró/RN, in: http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%AAsAncias/2004/010programa_municipal_de_apoio_a_cadeia_produtiva_da_Caprinovinocultura.pdf

proporcionar a sobrevivência/permanência destas famílias no campo, e inclusive a criar alternativas que posteriormente possam efetivar a emancipação destas áreas de assentamentos.

Estes são alguns dos elementos que fazem parte da discussão do nosso tema. Para discutir a “Composição de renda nas áreas de assentamentos do INCRA no Estado do Rio Grande do Norte, no município de Mossoró” são necessárias discussões que possam efetivamente nos levar a uma conclusão sobre a existência ou não de um desenvolvimento que tenha maior capacidade de inclusão social e que se apresente plenamente sustentável. Todas estas considerações nos levam a vislumbrar com mais critério outros aspectos que influem diretamente na formação desta renda.

Desta maneira, abordaremos em primeiro plano, uma situação geral (e comparativa entre os assentamentos) de infraestrutura e posteriormente de forma específica, o processo de formação da renda.

4.2. Caracterização geral e da infraestrutura dos Assentamentos

Para a análise de sustentabilidade foram definidos quatro Assentamentos do Município de Mossoró que cumpriam o enquadramento geral do estudo da FAO e possuíssem ainda algumas das seguintes condições: 1) Que tivesse uma infraestrutura consolidada e dispusesse de certa autossuficiência – Boas Condições; 2) Que tivesse uma infraestrutura em processo de consolidação, assim como autossuficiência relativa em relação aos órgãos governamentais - condições razoáveis; 3) Que tivesse graves problemas com problemas de infraestrutura e autossuficiência – Condições preocupantes ou precárias. Estas questões foram apontadas ao INCRA¹⁷⁷, e permitiram identificar os quatro assentamentos, já mencionados.

Com este enquadramento, o INCRA apontou: 1) Boas condições = assentamento Hipólito; 2) Condições razoáveis = assentamentos Mulunguzinho e Jurema e; 3) Condições preocupantes = assentamento Lorena. Desta maneira passaremos a analisar os dados recolhidos e considerar ou refutar o enquadramento dos referidos assentamentos. Apesar de alguns serem mais antigos que outros, a longevidade não significa necessariamente maior desenvolvimento. Segundo a classificação interna do SIPRA, o assentamento mais desenvolvido é o Mulunguzinho (Fase 7), enquanto que os Assentamentos Hipólito e Jurema (estão na Fase 5) e por último, o Assentamento Lorena (Fase 4).

¹⁷⁷ O INCRA tem uma classificação para determinar as “fases” em que se encontram os projetos de assentamentos, que são: a) Fase 0 – Em Obtenção; b) Fase 1 – Pré-Projeto de Assentamento; c) Fase 2 – Assentamento em Criação; d) Fase 3 – Assentamento Criado; e) Fase 4 – Assentamento em Instalação; f) Fase 5 – Assentamento em Estruturação; g) Fase 6 – Assentamento em Consolidação; h) Fase 7 – Assentamento Consolidado; i) Fase 8 – Assentamento Cancelado e; j) Fase 9 – Assentamento Revogado.

A classificação dos assentamentos e sua conseqüente situação (enquadramento) não são determinadas por antiguidade, mas por fatores organizativos e de funcionamento do assentamento. Verificamos em nossa pesquisa de campo que aparentemente o desembolso de recursos não influencia na promoção da consolidação destas áreas de assentamentos, o que nos levam a refletir de que além dos aspectos institucionais (de apoio na implementação de infraestrutura) destas áreas de assentamentos, também é fundamental a formação (teia) social que compõe o assentamento. Esta teia social dinamiza a formação de lideranças e de agrupamentos sólidos¹⁷⁸, que buscam efetivamente um bem maior a coletividade.

Tabela nº 22
Assentamentos analisados: ano de Criação, área total, fase de desenvolvimento, total de créditos concebidos, nº capacidade de famílias assentadas.

Assentamento	Ano de Criação	Área (ha)	Fase	Nº de Créditos*	Nº de Beneficiados**/Capacidade do Assentamento	Valor Total R\$
Hipólito	1987	4.865,00	05	977* α	199/137	708.407,67
Lorena	1992	1.474,00	04	243* β	59/41	697.715,90
Mulunguzinho	1992	3.397,39	05	351* Ω	135/112	489.500,49
Jurema	1998	2.014,02	07	283* π	81/85	297.678,42

Fonte: INCRA/SIPRA

*) O número de créditos corresponde aos valores liberados para diversos fins (implantação e instalação) dos assentados para compra de material de construção, instalações e equipamentos.

* α – Os recursos foram liberados no período de 01/12/87 a 12/06/2008.

* β - Os recursos foram liberados no período de 22/04/92 a 29/10/1999.

* Ω - Os recursos foram liberados no período de 18/12/95 a 17/06/2008.

* π - Os recursos foram liberados no período de 24/08/99 a 04/06/2008.

***) O número de beneficiários é distinto do número de famílias instaladas em razão de constarem os atuais Assentados, além dos Falecidos, Desistentes, Evadidos e Eliminados dos Projetos.

Para ter uma margem segura dos dados (amostra) a serem pesquisados, resolvemos adotar como universo a capacidade famílias instaladas, uma vez que sentimos divergências dos dados do INCRA/SIPRA, quanto ao total de pessoas assentadas e as famílias encontradas no Assentamento. Tomamos como amostra de nossa pesquisa, o total de 20% de cada Assentamento. No Cadastro geral do SIPRA, encontramos relações, com um número maior de assentados incluídos (Falecidos, Desistentes, Evadidos e Eliminados incluídos) além dos que não fazem parte desta lista “oficial”. Assim, nos dados visualizados do Sistema de Informações de Projetos de reforma Agrária - SIPRA, o demonstrativo dos custos para implantação e instalação apresenta uma grande diferença no volume total de créditos

¹⁷⁸ Dependendo da formação do assentamento (por um grupo do MST, FETARN, entre outros), tem-se inicialmente um caráter de organização, seja a condição de militância dos assentados, seja sua forma de entendimento/instrução, que dado os conhecimentos de relações institucionais levará a formação de lideranças dentro do assentamento. Passado este momento, tem-se a incorporação de elementos de relações dentro do grupo e de capacidade de organização do trabalho.

liberados em relação à capacidade dos assentamentos. Baseando-se na Tabela nº 22, o custo nominal por assentamento (Capacidade), seria: 1) Hipólito – R\$ 5.170,86; Lorena – R\$ 17.017,46; Mulunguzinho – R\$ 4.370,54 e; Jurema – R\$ 3.502,10.

O volume de recursos investido¹⁷⁹ em um assentamento não significa necessariamente sucesso. Prova disto é que, segundo classificação do INCRA, o assentamento Lorena¹⁸⁰ é um dos que apresenta maior dificuldade de consolidação/autossuficiência, e que abordaremos mais detalhadamente posteriormente.

Durante o período de pesquisa de campo, percorremos por diversas vezes todos os assentamentos, conversando com os seus representantes¹⁸¹ e assentados. Muitas vezes procuramos encontrar toda a família reunida para entrevistá-los e aclarar todas as dúvidas pertinentes ao questionário. Comprovamos que para 100% dos entrevistados o mais importante era ter um teto e não pagar aluguel. Afirmam que a reforma agrária propiciou a eles a possibilidade de ser dono de sua própria força de trabalho¹⁸². Afirmam quase em sua totalidade que a assistência prestada pelo INCRA é insuficiente e que muitas vezes não acontece (por isto, muitas vezes invadem o prédio do órgão para solicitar ajuda - conforme depoimentos de assentados). Para a maioria dos assentados não existe vantagem em se viver em um assentamento, principalmente pelos problemas que enfrentam quanto à falta de apoio, dificuldade na produção, ou mesmo frente a um problema até então de características urbanas, encontrado em todos os assentamentos pesquisados - a falta de segurança - não apenas no aspecto positivo, mas também, no seu aspecto negativo. Muitas das respostas ouvidas servem para refletir sobre o papel da reforma agrária (de não apenas distribuir terras) e da forma

¹⁷⁹ Depois de realizado todo o processo de seleção dos assentados, o INCRA disponibiliza três tipos de créditos para iniciar efetivamente a implantação dos assentamentos, que são divididos e caracterizados em: a) Crédito Alimentação – para manter os assentados, enquanto não se inicia a produção; b) Crédito Fomento – Para equipamentos, animais, ou desenvolvimento de atividades produtivas e; c) Crédito Habitação – para compra de material de construção e realização em sistema comunitário das casas dos assentados. Esse conjunto denomina-se “Crédito Implantação”.

¹⁸⁰ Segundo informações colhidas com os moradores, das 41 (quarenta e uma) famílias assentadas inicialmente, apenas 24 (vinte e quatro) estão atualmente residindo no assentamento. Estas informações foram levadas ao INCRA. Apesar de o referido assentamento não ter sido incorporado ao Programa do BID para ajuda na sua emancipação/consolidação, recebeu recursos por outras vias, conforme dados do SIPRA.

¹⁸¹ De uma forma geral, todo assentamento tem um representante junto ao Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Mossoró, os quais foram entrevistamos. Nossa proximidade com o presidente do Sindicato facilitou o trânsito junto aos representantes (e estes nos apresentava a todos os assentados), para que pudéssemos executar as entrevistas. Tal observação é pertinente, porque muitos dos assentados consideravam importante nosso trabalho e que somente estavam respondendo a entrevista em razão da nossa proximidade com o seu órgão de classe (trabalhadores rurais), em razão de que a presente pesquisa de campo não geraria ao mesmo nenhuma vantagem econômica.

¹⁸² Muitos dos Assentados reclamam de não possuírem uma renda fixa, com exceção dos programas de transferência de renda, o que para eles dificulta a programação dos gastos e que principalmente no período de secas, chegam a passar dificuldades em prover a alimentação de seus familiares.

como se produz a (in)sustentabilidade, seja pelo sucesso de políticas locais, ou até como presenciamos, do descaso das autoridades diretamente responsáveis.

Entendemos que a política local de desenvolvimento territorial passa necessariamente pela integração dos assentamentos às áreas onde os mesmos estão localizados. Esta integração deve ser pautada em um processo de melhoria do capital humano¹⁸³ e social, além dos aspectos de conotação produtivo/reprodutiva que compõem em sua essência a reforma agrária. A concepção de uma política de desenvolvimento local é dispor o conhecimento como elemento central, e desta maneira proporcionar a capacidade de aprendizagem dos atores locais a trabalharem de forma coletiva.

Assim, Fernandes, afirma:

A Reforma Agrária é apenas um dos elementos da Questão Agrária que compreende uma discussão ampla e complexa antecedendo a formação dos Assentamentos Rurais. Essa se constitui numa Política Pública – de caráter institucional – cujo responsável pela sua realização é o Estado. Ao contrário do que possa parecer, tal questão não ocorre isoladamente, está relacionada com questões de ordem política e urbana, dentre outras. Os problemas do campo refletem questões mais amplas da Sociedade. A miséria, por exemplo, faz-se presente tanto no meio urbano quanto no rural. (FERNANDES, 2009, p.17)¹⁸⁴.

A produção de um território produtivo e integrado necessariamente passa pelo fortalecimento das condições mínimas que possa gerar o conhecimento. Entretanto nossa percepção tem sido contrária quanto à existência de uma real “unidade produtiva e integrada” ao mercado e ao território. Os assentamentos corroboram com a premissa de que a continuidade de práticas passivas configuram a existência de “sub-economias territoriais”, das cotidianas “práticas ambientais tradicionais”¹⁸⁵ e das conseqüentes usurpações do acesso a: “serviços sociais de básicos, como educação, saúde, moradia, saneamento, terão impactos

¹⁸³ Uma das dificuldades para os pressupostos do Desenvolvimento local serem efetivamente aplicados é o baixo nível de instrução dos assentados. Na pesquisa de campo realizada neste estudo, dos entrevistados, 30,77% são analfabetos; 52,56% possuem o 1º grau incompleto (menos de 4 anos de estudos); 8,97% possuem o 1º completo (4 anos de estudos) 7,70% possuem 2º grau incompleto (menos de 10 anos de estudos). A prevalência da existência de um desenvolvimento de baixo para cima está relacionado com a formação ou percepção do atores locais das eventuais estratégias a serem adotadas.

¹⁸⁴ FERNANDES, M. J. C. Dinâmica sócio-econômica da reforma agrária e dos assentamentos rurais no território potiguar. XIX *Encontro Nacional de Geografia Agrária*, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Fernandes_MJC.pdf Acessado em 10/11/2010.

¹⁸⁵ A utilização de práticas tradicionais como queima, desmatamento e irrigação inadequada fazem dos assentamentos uma das áreas mais propícias a improdutividade, principalmente se tivermos como parâmetro a baixa capacidade de resposta/recuperação do bioma caatinga.

significativos na pobreza crônica na região” (SILVA, 2008, p.70)¹⁸⁶, e que impossibilitam de forma catastrófica a capacidade de incorporação a uma sociedade propriamente produtiva, e que, simultaneamente, encontram-se em um processo de inércia.

Percebe-se entrevistando quase todas as famílias nos assentamentos, um verdadeiro sentimento de desprendimento, de falta de voluntarismo em buscar alternativas que resolvam melhorar a vida deles próprios. Verifica-se em diversos estudos a insustentabilidade/vulnerabilidade de áreas de assentamentos que não cumprem a função social de produzir (inclusive para o autoconsumo), nem ao menos interferem de forma positiva como elemento irradiador de uma nova concepção de território produtivo e dinâmico. O contentamento com o pouco que ganham e possuem denotam um sentimento de autoflagelamento e de seus desígnios estão marcados por Deus. Muitos afirmam, que se a vida deles está assim é porque Deus quer e se mostram contentes além de tudo, com a benevolência do Estado em provê-los com ajudas mínimas, que apenas se configuram em um tipo de esmola¹⁸⁷.

A verificação *in loco* das condições encontradas de circulação e transporte nos assentamentos analisados apresentam, em um contexto geral, uma estrutura favorável ao escoamento da produção, com exceção do assentamento Mulunguzinho. Este assentamento está localizado a aproximadamente 30 km da sede do município, e no período das chuvas fica praticamente isolado (fotos em anexo), e mesmo dispondo de alternativas para deslocamento, estas se configuram de difícil acesso para pequenos carros. O assentamento Lorena tem acesso por estrada de terra que se encontra bem conservada. Quanto aos assentamentos Hipólito e Jurema, os mesmo estão localizados à margem de estradas asfaltadas, inclusive o assentamento Lorena dista em aproximadamente 20 km da sede do município.

Uma das dificuldades que encontramos na pesquisa foi encontrar o número total de pessoas assentadas¹⁸⁸ informado pelo INCRA, verificamos um verdadeiro descompasso entre os dados apresentados pelo SIPRA¹⁸⁹, principalmente no tocante ao número de famílias instaladas. Muitos dos assentados já não mais se encontravam no Assentamento. Muitos deles

¹⁸⁶ SILVA, R.M A.. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

¹⁸⁷ Todo este questionamento nos faz levantar uma questão: Será que o caminho de políticas públicas de Reforma Agrária não passa justamente por uma melhoria do capital humano?

¹⁸⁸ Mesmo não entrevistando todas as famílias, fazíamos questão de percorrer todo o perímetro da vila, para verificar a infraestrutura disponível.

¹⁸⁹ Os dados em geral demonstram inconsistência, inclusive equívocos, nos tratamentos estatísticos e de informação. Portanto, os dados do SIPRA apresentados receberam análise/ajustes/tratamentos estatísticos pertinentes ao nosso trabalho de campo.

tinham abandonado o seu lote/residência para morar com familiares na cidade em razão das dificuldades encontradas.

Quanto à caracterização nas áreas de assentamentos, verifica-se uma incorporação de uma nova de caracterização familiar, onde muitos dos filhos (as) constroem suas casas no lote do pai/agregados em razão de não disporem de condições financeiras para se manter em outro lugar. Existem casos em que os assentados vendem ou trocam seus lotes¹⁹⁰, e que pode não existir documentação que comprove tal realidade, pelo que o INCRA não pode fazer nada.

A composição da base de dados se estabeleceu a partir de 78 famílias, correspondendo a um total de 20% do número total de famílias por assentamento. Com a realização da pesquisa de campo, foi possível verificar uma série de problemas quanto ao funcionamento dos mesmos. Muitos dos assentamentos tinham casas e lotes (destinados à produção) abandonados.

No assentamento Lorena¹⁹¹ foram entrevistadas 9 (nove) famílias na vila agrícola do assentamento, conforme distribuição espacial do referido assentamento. O quadro apresentado foi de preocupação, pelo fato que muitas casas estavam em ruínas. Dos assentamentos visitados, notamos que o mesmo dispunha da pior infraestrutura, principalmente quando verificamos o estado geral das casas.

Tabela nº 23
Tipo de moradia e infraestrutura nos assentamentos pesquisados.

Assentamentos	Tipo de moradia e Infraestrutura disponibilizada na Vila dos Assentamentos					
	Tipo de moradia (Alvenaria)		Fornecimento de Água Encanada		Saneamento Básico	Fornecimento de Energia Elétrica
	Com Reboco	Sem Reboco	Água	Sem Água	Sem Esgoto	Energia
Hipólito	66,70%	33,30%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lorena	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mulunguzinho	68,00%	32,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Jurema	74,10%	25,90%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de fevereiro a abril de 2009.

No assentamento Mulunguzinho, verificamos um nível satisfatório de quase todas as moradias¹⁹², assim como no Hipólito e no assentamento Jurema. É verdade quem em todos os

¹⁹⁰ Constatamos casos onde existe um verdadeiro comércio de lotes/casas dentro dos assentamentos. Segundo depoimentos, acontece de alguns assentados mediante situação de dificuldade vender o lote e de se integrar-se novamente ao processo de reforma agrária (busca participar de uma nova invasão e colocando o nome da cônjuge como nova beneficiária).

¹⁹¹ No levantamento de infra estrutura implantada nos projetos de reforma agrária (SIPRA), até o dia 05/09/2008, não conta nenhuma informação pertinente ao referido assentamento.

¹⁹² No ato da visita, muitas casas estavam sofrendo remodelações/reformas, em razão do INCRA ter “liberado” recursos para este tipo de ação.

assentamentos existem casas que se encontram em estado lastimável, mas todas são providas de um mínimo de conforto (segundo palavras dos assentados).

Um grande problema observado em todos os assentamentos refere-se à questão do tratamento do lixo e da coleta de resíduos (esgoto), pois quase sempre não existe uma coleta adequada, sendo os resíduos muitas vezes dispostos nas ruas ou quintais (facilitando o acesso dos animais), além disto, o tratamento de água é ineficaz quanto à qualidade e quantidade ofertadas. Conforme Souza (2005), ao constatar os mesmos problemas no assentamento Hipólito e Jurema:

Em se tratando de tratamento da água consumida pelos produtores e seus familiares, em sua grande maioria, 82,5% não recebem nenhum tipo de tratamento, enquanto 17,5% afirmaram ferver ou filtrar a água. (...) a falta de informação e conhecimento, aliada à ausência de locais apropriados para coleta, leva os produtores à escolha da prática mais simples, com consequências danosas das quais eles demonstram ter pouco ou nenhuma consciência, principalmente no que se refere às questões de saúde e de preservação ambiental.(SOUZA et al, 2005, p. 107)¹⁹³

Em todos os assentamentos foi unânime a solicitação da construção de uma caixa de água. O caso mais difícil encontra-se no assentamento Lorena. O assentamento dispõe de um poço de alta profundidade e com uma água de excelente qualidade, entretanto a bomba que puxa a água é muito potente e gasta muita energia, e os assentados não dispõem de recursos para pagar a conta. Ou seja, não se produz nenhum tipo de agricultura ou se destina para o consumo humano/animal¹⁹⁴, por falta de condições financeiras. A solução encontrada pelos assentados é se deslocarem até uma fazenda próxima ou ao Rio Mossoró, que dista cerca 10 km, para trazerem água no lombo de animais. No caso do assentamento Jurema, a água é salobra, não podendo destinar a um tipo de irrigação mais intensiva, em razão de correr o risco de salinizar o solo¹⁹⁵. Quanto aos assentamentos Hipólito e Mulunguzinho, a reclamação

¹⁹³ SOUZA, M. C.; KHAN, A. S.; PASSOS, A. T. B. & Lima, P. V. P. S. Sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 36, nº 1, jan-mar. 2005. p.107

¹⁹⁴ A bomba submersa existente no poço do assentamento é de alta voltagem, o que eleva significativamente o seu custo utilização.

¹⁹⁵ A salinização do solo é um dos grandes problemas de degradação ambiental, com efeitos mais visíveis nas áreas de regiões áridas e semiáridas, e se constitui em um dos problemas para limitação da produção agrícola, principalmente quando não realizada adequadamente o tipo de irrigação (realizadas amostras de água e apenas periodicamente) e em especial, quando se encontram estas áreas irrigadas, sob temperatura elevada e pluviometria baixa e/ou irregular.

é que a água é insuficiente para o consumo. Todos os assentamentos localizados na área semiárida sofrem com o abastecimento de água potável¹⁹⁶.

A preocupação com a problemática hídrica e a questão ambiental é latente:

Do ponto de vista ambiental, os riscos de degradação dos ecossistemas locais da caatinga, incluindo a poluição e a escassez dos recursos hídricos, conjugada com o aumento das áreas de desertificação, tendem a diminuir a produtividade agropecuária e dificultar ainda mais o abastecimento de água para a população e para produção. (SILVA, 2008,p.70)

Quanto ao consumo de energia elétrica (tabela nº 23), todas as residências dispõem de eletricidade, entretanto muitas delas, para economizar luz, utilizam candelários e lâmpadas na casa, além de utilizar lenha para cozinhar. A utilização de madeira para lenha (cozinhar), produção de estacas, barrotes ou mesmo estacotes, da parte considerada reserva florestal dos assentamentos é prática comum nos assentamentos, conforme afirma Souza et al (2005, p.115): “há denúncias de que essas áreas vêm sendo devastadas para o aproveitamento comercial da lenha, vendida diretamente ou destinada à produção de carvão e ainda à extração de pedras do solo, produzindo a descompactação e conseqüente erosão do solo”.

Quando abordamos a infraestrutura geral dos assentamentos, encontramos situações díspares, principalmente quando aportamos a visibilidade¹⁹⁷ dos assentamentos, e na sua estratégia de organização para reivindicar a resolução dos problemas. Ademais, um dos problemas verificados é a formação populacional dos assentamentos - pouco jovens ficam no assentamento, ficando difícil a disponibilidade de “mão-de-obra” para o trabalho necessário no campo. Cerca de 40% dos assentados possuem mais de 56 anos, e se somarmos as pessoas entre 46 e 55 anos este percentual sobe para 65,4%. O envelhecimento nos assentamentos será em breve, mais um grave problema para o já combalido processo de reforma agrária brasileiro.

¹⁹⁶ O governo Federal implantou uma série de ações visando amenizar o problema da falta de água em regiões com problemas de abastecimento (semiárido), entre eles, criou um programa denominado Cisternas, que tinha como principal objetivo o acesso água (incorporado ao Programa Fome Zero). O processo implicava na construção (utilizando mão-de-obra dos próprios beneficiários deste projeto) de cisternas de placas de cimento, com capacidade em torno de 16 mil litros, destinado ao armazenamento de águas pluviais, com destino ao consumo humano na preparação de alimentos. Segundos dados do MDS, até junho de 2010, 323 mil cisternas tinham sido construídas, beneficiando 1,3 milhão de pessoas na região. Ver em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/junho/programa-cisternas-e-reconhecido-como-politica-publica-de-acesso-a-agua> Acessado em 10/11/2010.

¹⁹⁷ Alguns assentamentos localizados em Rodovias Federais ou Estaduais algumas vezes fazem o fechamento das estradas solicitando a tomada de ações dos órgãos para a resolução dos seus problemas. Tal visibilidade causa uma maior sensibilização e conseqüente resolução dos problemas.

Outro fator significativo no tocante as áreas de assentamentos é a escolaridade. Nossa pesquisa de campo identificou que 30,77% eram analfabetos; 52,56% tinham apenas o 1º grau incompleto (sabiam apenas assinar o nome); 8,97% possuem o 1º completo e; 7,70% tinham 2º incompleto. Tais configurações exemplificam a dificuldade de implantar projetos que tenham uma maior dinamicidade ou aporte tecnológico. Este dado muitas vezes reflete a falta de organização e disciplina no trabalho coletivo, impondo a esta coletividade uma desmotivação quanto à exploração das atividades produtivas (coletivas) nas áreas de assentamentos. A falta de concepções práticas (e teóricas) no desenvolvimento das atividades produtivas influencia negativamente no agrupamento dos assentados¹⁹⁸.

No tocante ao perfil informal dos assentados, quase todos foram unânimes em que tinham experiência na *lida* do campo, e que trabalhavam na região. Acrescentavam que o trabalho executado por eles era herança dos seus pais que os ensinavam tudo e que ainda continuavam a aplicar as mesmas técnicas de trabalho na terra. Pode-se acrescentar que o conhecimento dos condicionantes edafoclimáticos é um fator que permite a convivência com a falta de estrutura, tão comum nesta região.

Ademais das condições postas de infraestrutura, a descapitalização do assentado é um dos fatores que influenciam em sua situação econômico-financeira e conseqüentemente na capacidade produtiva. Esta descapitalização é configurada com a falta de equipamentos/implementos agrícolas para trabalhar na terra, bem como de insumos na preparação da terra. Com todas estas dificuldades apresentadas (infraestrutura, falta de equipamentos, conhecimento/práticas tecnológicas escassas, falta de organização produtiva), a fase final do produto trabalhado é incerta, pois muitas vezes o valor recebido pelo assentado é inferior aos seus gastos.

Segundo depoimentos, muitas vezes o valor obtido com a colheita é insuficiente para fazer frente aos custos de produção. Ademais, a venda ao intermediário dos seus produtos é uma incógnita, quanto ao recebimento dos valores acordados. Na visão dos assentados, muitos deles afirmam que não é vantagem produzir para vender, em razão das garantias inexistentes quanto ao valor a ser recebido (e efetivamente pago)¹⁹⁹.

¹⁹⁸ As cooperativas ou associações existentes nos assentamentos estão desmobilizadas quanto ao número de participantes e de atividades por elas desenvolvidas. Segundo depoimentos coletados, em todos os assentamentos existem disputas políticas (de liderança) que atravancam o desenvolvimento de ações coletivas. Muitos dos assentados preferem se distanciar da cooperativa ou associação e assim tomar seu “rumo”. É verdade também que muitos assentados não participam efetivamente das decisões destes grupos por não executar ou desenvolver um trabalho de cunho coletivo, comum na maioria dos assentamentos (troca de dias de trabalho).

¹⁹⁹ A venda de sua produção ao intermediário, sem que haja uma intervenção da associação ou cooperativa na formulação de um preço “justo”, desmobiliza a capacidade produtiva dos assentamentos. Esta desmobilização é

Todas estas dificuldades são componentes de nossa análise quanto à formação de rendas nas áreas de assentamentos. Perceberemos como cada uma das rendas terá afetada sua formação nos assentamentos pesquisados.

4.3. Composição de renda em áreas de assentamento no município de Mossoró.

O presente estudo culminou com pesquisa de campo realizada nos quatro assentamentos determinados como amostra. Verificou-se diferença abissal na funcionalidade dos assentamentos, no tocante ao desenvolvimento de atividades que pudessem incorporar a formação da renda.

Todo nosso estudo terá como parâmetro o salário mínimo²⁰⁰, como base de rendas auferidas pelas famílias no ano de 2008. A presente utilização desta unidade tem contribuído para perceber uma mudança significativa do aumento na renda média das famílias, ano após ano com a estabilização econômica vivenciada no Brasil desde meados da década de 1990, com o Plano Real incorporando esta massa de pessoas ao mercado de consumo em função do aumento dos seus níveis de renda. Conforme a tabela nº 24 (a seguir), o salário mínimo e suas taxas de crescimento real, têm permitido alçar da pobreza absoluta, um número significativo de pessoas, representado pelo aumento do seu poder de compra. A incorporação desta massa (seja de pensionistas, aposentados da previdência social ou mesmo que fazem parte dos diversos programas sociais²⁰¹).

muitas vezes falta de união e propriamente de entendimento quanto ao verdadeiro papel que estas entidades assumem. Segundo alguns assentados (presidente de uma associação), alguns assentados preferem vender a um preço mais baixo (e receber o dinheiro no momento da transação com o intermediário), do que receber posteriormente o valor da mercadoria por um preço mais elevado através da associação/cooperativa. Tais práticas enfraquecem o papel destas entidades.

²⁰⁰ O salário mínimo surgiu no Brasil em meados da década de 30. A Lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938 regulamentaram a instituição do salário mínimo, e o Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940 fixou os valores do salário mínimo, que passaram a vigorar a partir do mesmo ano. O país foi dividido em 22 regiões (os 20 estados existente na época, mais o território do Acre e o Distrito Federal) e todas as regiões que correspondiam a estados foram divididas ainda em sub-região, num total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor para o salário mínimo, num total de 14 valores distintos para todo o Brasil.(...) A partir de 1990, apesar da permanência de altos índices de inflação, as políticas salariais foram capazes de garantir o poder de compra do salário mínimo, que apresentou um crescimento real de 10,6% entre 1990 e 1994, em relação à inflação medida pelo INPC. Com a estabilização após o Plano Real, o salário mínimo teve um ganho real ainda maior, totalizando 28,3% entre 1994 e 1999. Neste mesmo período, considerando-se a relação do valor do salário mínimo e da cesta básica calculado pelo DIEESE na cidade de São Paulo, o crescimento foi de 56%. Segundo o DIEESE, no período do Governo Lula, entre 2002 e 2010, o salário mínimo, teve um ganho real (descontado a inflação), de 53,67%.

Fonte: http://www.fazenda.gov.br/portugues/salariominimo/salario_evolucao.asp e <http://www.dieese.org.br/esp/notatec86SALARIOMINIMO2010.pdf>

²⁰¹ As aposentadorias rurais passam a representar em grande medida uma forma de inclusão da população rural. Após as mudanças normativas na Constituição em 1991/92, que regulavam o Sistema de Previdência Social, se possibilitou a criação de regras generosas de definição de um piso de um salário-mínimo para todos os

Na pesquisa de campo realizada a utilização desta unidade de referência (salário mínimo), facilitou a identificação dos valores percebidos, não apenas das chamadas transferências diretas, mas também para mensurar o consumo (renda consumo), e a venda agrícola/animal (quando ocasionalmente eram realizadas), ou mesmo da realização de atividade remunerada fora do assentamento.

Para servir de análise sobre o porquê da retirada de milhões de famílias da pobreza, a tabela abaixo, demonstra o efetivo ganho real (do poder de compra), do salário mínimo.

Tabela nº 24
Evolução do salário mínimo e relação com cesta básica no Brasil – abril de 2002 a janeiro de 2010.

Período	Salário Mínimo (R\$)	Reajuste Nominal (%)	INPC	Aumento Real (%)	Relação Sal.Min/Cesta Básica ²⁰²
Abril de 2002	200,00				1,42
Abril de 2003	240,00	20,0	18,54	1,23	1,38
Maio de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19	1,47
Maio de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23	1,60
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04	1,91
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10	1,93
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03	1,74
Fevereiro 2009	465,00	12,05	5,92	5,79	2,01
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02	2,23
Total Período	-	155,00	65,95	53,67	

Fonte: DIEESE.

A tabela nº 24 tem uma grande importância para entender o impacto na economia do Brasil e em especial na Economia Nordestina. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE em 2006, no Brasil, 35,9% dos trabalhadores brasileiros sobreviviam com um salário mínimo. Este percentual situa-se em 62,1% quando abordamos os trabalhadores da região Nordeste, que auferem este salário base como vencimento mensal. A presença do setor privado representa crescimento em diversos setores alavancando fortemente o trabalho.

Além do setor formal, o valor do salário mínimo alcança fundamentalmente quase todos os nordestinos, especialmente quando abordamos a Previdência Social que:

benefícios; extensão da aposentadoria proporcional as mulheres; redução de cinco anos de idade para a concessão de aposentadorias rurais; etc, além de possibilitarem uma relativa cobertura previdenciária. In: GIAMBIAGI, F. & ALÉM, A. C. D. **Finanças públicas e Prática** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000

²⁰² Como referência a cesta básica na cidade de São Paulo.

Pelo número de beneficiários, capilaridade e volume de recursos, a Previdência Social é outro elemento que exerce uma importante influência na economia regional, especialmente nos municípios menores e nas áreas mais pobres, como o Semiárido. Nesta última década, o número de segurados tem crescido regularmente no Nordeste. Entre o período 1999 e 2007, 1,7 milhões de novos benefícios entraram em vigor, sendo que, destes, 800 mil foram para aposentadorias rurais. (CARVALHO, 2008, p.13)²⁰³

Associado às transferências da previdência social, constata-se um volume grande de transferências de rendas através de programas sociais. Segundo dados do PNAD 2006, aproximadamente 36% dos domicílios nordestinos receberam algum tipo de benefício social (transferência de rendas). Somadas a previdência social e o Bolsa Família, ambos os programas atingem segundo Carvalho (2008), mais de dois terços das 14,5 milhões de famílias nordestinas.

Por fim, o Nordeste apresenta uma série de contradições como pujança no desenvolvimento de novas áreas na indústria, de níveis de crescimento econômico, ainda produz baixos índices de aproveitamento escolar, alta concentração fundiária e concentração de renda que impedem o alcance efetivo de um desenvolvimento social e econômico.

4.4. Dos resultados obtidos

Conforme discussão realizada sob a análise da metodologia da FAO e dos resultados obtidos, a nossa pesquisa de campo não encontrou diferenças significativas nos dados obtidos, mesmo tendo em conta a metodologia utilizada (e o período de análise). Os resultados foram bem próximos dos anteriormente encontrados. A média encontrada no estudo da FAO, de 2,33 salários mínimos mensais por família, demonstra um pouco a realidade dos assentamentos do Nordeste²⁰⁴ e em especial de sua pouca (ou quase nenhuma) sustentabilidade econômica/social/ambiental.

Na realização da pesquisa, encontramos os seguintes valores, vislumbrados na Tabela nº 25 na página seguinte.

²⁰³ CARVALHO, C.P DE O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). Salvador: ANPEC, 2008 disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211223330-.pdf>

²⁰⁴ Na metodologia da FAO, foram contemplados no Nordeste vários assentamentos que não estão localizados na região semi-árida, e que provavelmente tenha desta maneira, elevado o nível geral de renda dos assentamentos desta região.

Tabela nº 25
Renda média dos assentamentos em salário-mínimo/percentual da renda por atividades

Assentamento	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Programas Sociais e/ou Doações		Renda Média Mensal
Hipólito	0,30	11,71%	0,18	6,90%	0,35	13,76%	0,67	26,27%	0,00	0,00%	0,94	37,13%	0,11	4,23%	2,54
Jurema	0,18	11,22%	0,03	1,60%	0,18	11,01%	0,28	17,17%	0,05	2,91%	0,79	49,45%	0,11	6,63%	1,61
Lorena	0,00	0,00%	0,05	2,57%	0,46	25,43%	0,19	10,62%	0,22	12,13%	0,72	39,96%	0,17	9,28%	1,80
Mulunguzinho	0,05	2,25%	0,10	4,84%	0,40	19,90%	0,45	22,49%	0,05	2,56%	0,80	39,55%	0,17	8,41%	2,02
Media	0,13	6,29%	0,09	3,98%	0,35	17,52%	0,40	19,14%	0,08	4,40%	0,81	41,52%	0,14	7,14%	1,99

Fonte: Pesquisa de campo realizada nos assentamentos, no período de fevereiro a abril de 2009.

Nestes últimos anos, temos acompanhado o discurso do Governo Federal sobre a Política de Reforma Agrária e temos percebido um discurso desconexo entre as realizações e as práticas executadas efetivamente (com resultados). Este desencontro de ações/resultados dá-se na verticalização²⁰⁵ de todas as medidas/políticas públicas que visam incrementar receitas prontas no processo de reforma agrária. Tal análise é possível com a visualização da formação de renda nos assentamentos, quando abstraídos a capacidade de geração de cada uma das rendas em cada um dos assentamentos, que obviamente são peculiares em: produto, volume, periodicidade e organização produtiva. Compreendemos que é necessário existir políticas próximas à realidade de cada assentamento e assim gerar resultados positivos (e esperados).

Segundo Fernandes:

É necessário que as políticas de desenvolvimento para os Assentamentos levem em conta a diversidade existente, já que as características físico-territoriais, sociais, econômicas e institucionais de cada Região não podem ser desconsideradas no contexto da reprodução social e humana dos assentados. A combinação desses aspectos produtivos e comerciais produz uma diferenciação socioeconômica entre os Assentamentos e, portanto, não podem, em momento algum, ser negligenciados²⁰⁶. (FERNANDES, 2009, p.18)

Desta maneira, faremos uma análise de cada uma das rendas, aportando dados e informações do que encontramos em cada um dos assentamentos, além de disponibilizar uma

²⁰⁵ Esta Verticalização ocorre mediante uma homogeneização das práticas e políticas aplicadas nos assentamentos rurais, quando na realidade, entendemos que cada assentamento é único, não apenas no tocante a condições infra estruturais, como também, no seu tecido social, produtivo e organizativo. Esta homogeneização interrompe uma possível estruturação da produção mediante os condicionantes (fatores de produção) encontrados em cada assentamento.

²⁰⁶ FERNANDES, M. J. C. Dinâmica sócio-econômica da reforma agrária e dos assentamentos rurais no território potiguar. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Fernandes_MJC.pdf Acessado em 10/11/2010.

série de tabelas/planilhas tratando, em especial, de cada assentamento, estratificando lote por lote, e por cada uma das rendas pesquisadas.

4.4.1. Formação da Renda Agrícola

A formação da renda agrícola é obtida com a venda dos produtos agrícolas, segundo os preços declarados pelos assentados (indexados pelo IGP/FGV-DI), diminuída dos correspondentes custos de produção, também avaliados pelos valores declarados nas entrevistas. Durante a realização da pesquisa, estivemos visitando todas as áreas destinadas ao cultivo, sejam das chamadas áreas coletivas, sejam das áreas individuais (lotes), ou mesmo, dos terrenos na vila²⁰⁷.

Para realizar a pesquisa e identificar a penetração de uma inovação tecnológica, resolvemos investigar os tipos de práticas utilizadas. Na região de semiárido são utilizadas praticamente dois tipos de práticas culturais (agrícolas): 1) cultura de sequeiro (também conhecidas como cultura de vazantes) e; 2) culturas irrigadas. A primeira geralmente é realizada no período de consolidação do inverno, onde se procura utilizar culturas com ciclo de produção curto²⁰⁸, e que em geral são consideradas culturas tradicionais (como milho, feijão, jerimum, melancia). Desta forma, procuramos dividir o questionário contemplando estes dois tipos de cultura, especificando o local onde a mesma foi produzida (lote individual ou coletivo/comunitária). A pesquisa teve início no mês de fevereiro/2009, procurando verificar o que tinha sido produzido no ano anterior (já que o período de plantio, ainda não tinha sido iniciado, em razão da estação chuvosa não ter começado). Os valores encontrados na composição da renda agrícola foram:

Tabela nº 26
Composição da renda agrícola nos assentamentos no ano de 2008.

Assentamento	Receita Agrícola total em Salários mínimos*	Média Mensal por Assentado estimada**		% da Renda Total
		R\$	S.M.	
Hipólito	96,32	R\$ 124,50	0,30	11,71%
Jurema	36,75	R\$ 74,76	0,18	11,22%
Lorena	-	-	-	-
Mulunguzinho	13,64	R\$ 20,75	0,05	2,25%

Fonte: Pesquisa de campo.

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = RS 415,00.

** Média Mensal por Assentados = (Receita Agrícola total/Nº de assentados)/12 meses.

²⁰⁷ Muitos assentados já não mais trabalham suas terras (sejam seu lote individual ou o coletivo), em razão de disporem de uma renda (aposentadoria/benefício) e não necessitarem mais trabalhar. Em geral, eles apenas utilizam parte do quintal (de aproximadamente 1 hectare), para plantar milho, jerimum ou feijão para consumo próprio.

²⁰⁸ Em razão da má distribuição das chuvas no período de inverno, busca-se plantar sementes selecionadas (em geral doadas pelo Governo), para que se possa ter a possibilidade de colheita.

Nossa visita ao assentamento Hipólito, aconteceu sobre grande expectativa, pois tínhamos uma visão dos muitos estudos anteriormente realizados naquele assentamento. Visualizávamos como um assentamento com densa complexidade na capacidade de decisão na cadeia produtiva²⁰⁹, baseada nas disputas e conflitos entre os assentados na forma de gerir as atividades de forma coletiva.

Um dos motivos que causaram tal efervescência foi o processo de integração produtiva que submeteram os assentamentos às grandes empresas como forma de entrarem no mercado. No início da década de 2000, no *boom* da exportação de *commodities*, em especial das frutas (melão), pactuou-se uma associação do capital agrícola²¹⁰ à agricultura familiar. Nesta nova forma de associação, o capitalista agrícola fornece os insumos (sementes, adubos, etc.), assistência técnica, uma determinada quantia em dinheiro²¹¹, além de alguns implementos agrícolas, ao passo que os assentados forneciam a terra e sua mão de obra (familiar).

Muitos acadêmicos chamavam a atenção para um processo em que seus resultados posteriormente foram confirmados como “catastróficos”. Estaríamos segundo Oliveira (1987, p.13): “diante de um processo distinto na agricultura: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa”²¹².

Esta experiência de integração foi veiculada como algo revolucionário, e que esta associação daria passo ao processo de consolidação das áreas de assentamento. Entretanto, o que se viu, foi uma desestruturação do sistema produtivo familiar. Segundo Nunes; Queiroz e Godeiro (2006)²¹³:

A produção do melão necessitou de uma organização e reestruturação do espaço agrário, as quais promoveram uma uniformização e padronização e não a diversificação que é a característica da agricultura familiar. Constatase, portanto, uma incompatibilidade entre a concepção do desenvolvimento rural da agricultura familiar e este modelo desenvolvido pela reforma agrária

²⁰⁹ Muitos dos assentados pesquisados dizem não participar da Associação do Assentamento em função da centralização das decisões que são tomadas, ao passo que muitos assentados que participam da associação, afirmam que muitos não estão presentes na decisão por quererem muitos direitos e terem poucos deveres. Entendemos que os conflitos entre as partes originam-se de uma compreensão distinta do que seja o trabalho coletivo e das responsabilidades nele contido.

²¹⁰ Poderíamos também denominar de Complexos Agroindustriais (CAI).

²¹¹ Um percentual do valor a qual teria direito a receber o assentado, com a venda do produto (descontado os custo de produção).

²¹² OLIVEIRA, A. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 2. Ed., São Paulo: Ática, 1987.

²¹³ NUNES, E.M.; QUEIROZ, K. da S. & GODEIRO, K.F. *A reforma agrária e o desenvolvimento rural no estado do Rio Grande do Norte, Brasil: análise e impactos*. 2006. Disponível em: http://www.icarrd.org/po/proposals/Emanoel_2006.pdf Acessado em 10/11/2010.

potiguar. Dessa forma, nos termos da questão colocada aqui cabe ressaltar, portanto, que a experiência de reforma agrária, da forma como foi implementada e se desenvolve no estado do Rio Grande do Norte apresenta limitações quanto ao resgate da agricultura familiar e pouco contribui para servir de referência nas discussões em torno do desenvolvimento rural (NUNES, QUEIROS & GODEIRO, 2006, p.09).

Tal experiência foi um retrocesso ao processo de emancipação do assentamento. Além dos fatores acima apontados, outras questões decorrentes do processo de produção agrícola, precipitaram o rompimento desta integração. No caso específico do assentamento Hipólito deu-se em razão de que os técnicos e os agricultores resolveram ²¹⁴ aumentar a área plantada, dada a expectativa meteorológica de um ano com regularidade pluviométrica, por distribuição e por quantidade. Resultou que não foram cumpridas as previsões meteorológicas, e o poço que antes era destinado apenas a irrigar a área anteriormente plantada, não tinha capacidade operativa para irrigar as duas áreas. Resultado, com a colheita realizada, os agricultores ficaram devendo para a empresa, causando uma série de dificuldades econômicas para os assentados (associados)²¹⁵, sendo necessário dar como garantia parte dos tubos de irrigação e o trator da associação²¹⁶.

Compreendemos que somente a irrigação é a panaceia ou a solução dos problemas para os assentamentos localizados no semiárido. Ela deve ser utilizada apenas como um instrumento que possibilite a minimização de incertezas pluviométricas, sem que isto provoque necessariamente inconstância, imperícia ou desconhecimento das condições técnicas para produção agrícolas²¹⁷.

Tal fato foi preponderante para que a prática de cultura irrigada tivesse um declínio decisivo na produção (para não falar na extinção), assim como a utilização da área coletiva, como local de produção. Nossa pesquisa constatou que 100% da produção agrícola gerada no

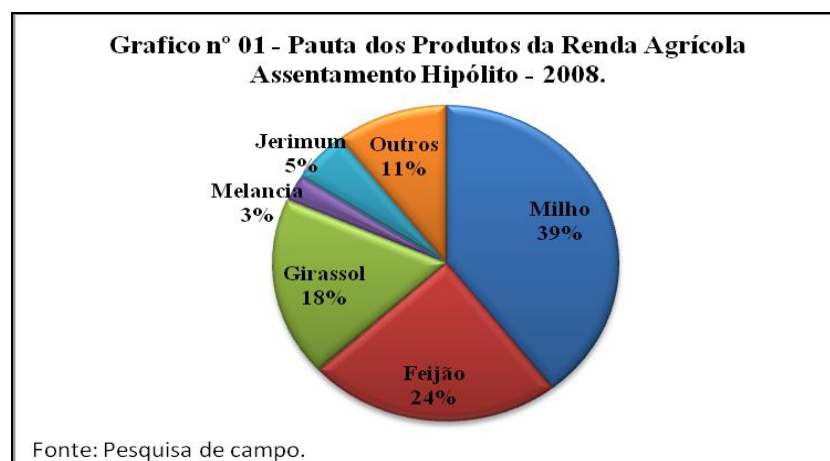
²¹⁴ Compreendemos que na visão dos assentados, disporem de insumos de boa qualidade (e assistência técnica) era uma condição distante de sua realidade e que a oportunidade surgia para que os mesmos pudessem maximizar a área do assentamento (também influenciados pela empresa) e obviamente disporem de uma receita maior.

²¹⁵ Para ter uma melhor compreensão de todo o processo citado, ver SOUZA, F.C. S. *A integração produtiva na cultura do melão e os desafios para a sustentabilidade da agricultura familiar: o caso do assentamento Hipólito*, em Mossoró-RN. 2002. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2002.

²¹⁶ No período de nossa visita, o trator da associação permanecia ocultado para que não fosse arrestado e consequentemente servir de objeto para o pagamento das dívidas com a empresa em processos judiciais. Neste mesmo período aconteceu um outro fator complicador - a empresa que tinha como garantia os equipamentos (parte dos tubos de irrigação e o trator²¹⁷, entrou com o pedido de falência. Sabemos que ao acontecer isto, uma das primeiras ações a serem julgadas no processo de solvência de empresas é o pagamento de dívidas trabalhistas (incorporando os ativos da empresa), o que elevou a probabilidade de serem confiscados os poucos implementos que detêm os assentados.

²¹⁷ SILVA. J. G. da. (Coord.). *A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste*. Campinas: UNICAMP. 1989.

assentamento foi realizada com a prática de cultura de sequeiro. Vale salientar, que dos recursos gerados com a venda de produtos agrícolas, 67% foi produzido em áreas ou lotes individuais. Se verificarmos a pauta de produção do assentamento Hipólito, não vamos ter nenhuma novidade, principalmente no tipo de cultura utilizada tradicional (baixo valor agregado), com a exceção do girassol²¹⁸, utilizado para produção de biodiesel, que proporcionou uma renda²¹⁹ um pouco maior a quem resolveu cultivar.



A produção de girassol é uma novidade no semiárido potiguar, sendo inclusive incorporada sua produção nas áreas de assentamento, como aponta Costa (2008, p.3):

Programa de Agroenergia lançado no Rio Grande do Norte em fevereiro de 2008, prevê a implantação de 13 mil hectares de girassol e 15 mil hectares de algodão destinados à produção de biodiesel. O objetivo da ação é fomentar a implantação das culturas oleaginosas pela agricultura familiar, visando a produção do biodiesel e, também, a sustentabilidade financeira dos produtores, assegurando preços mínimos competitivos para a produção. O Programa é uma parceria do governo do estado com a Petrobras, Banco do Nordeste e Banco do Brasil, Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), as empresas Nortex, Ponte de Ferro e Santana Algodoeira, além de uma rede de colaboradores da qual o MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) faz parte²²⁰.

²¹⁸ Mesmo com alguns problemas de pluviometria, onde alguns assentados perderam quase tudo que plantaram. A renda gerada com a venda do girassol representou 63,97% de toda a receita agrícola gerada no ano de 2008 no Assentamento Hipólito.

²¹⁹ Um dos instrumentos que oferecem um resultado importante para o aumento da renda agrícola, é a intervenção estatal quanto a compra de produtos de pequenos agricultores, garantindo um preço mínimo e fomentando a garantia de compra e consequente reprodução da atividade agrícola. Ver. GRAZIANO DA SILVA, J.. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas:UNICAMP. 1996. p.226

²²⁰ COSTA, G. C. *O programa de bioenergia e agricultura familiar no Rio Grande do Norte: o caso da produção de mamona e girassol no Assentamento Palheiros III*. Mossoró: UERN, 2008.

http://www6.ufrgs.br/pgdr/ipode/estudos_de_caso/bioenergia/o_programa.pdf acessado em 10/11/2010.

Quanto à participação dos outros produtos na pauta da renda agrícola no assentamento Hipólito é geralmente formado por culturas tradicionais (milho e feijão). A prática agrícola destas culturas objetiva “inicialmente suprir” as demandas de consumo próprio e posteriormente do rebanho existente. Tendo em mente esta “conta”, o assentado coloca a venda o excedente, como forma de ter dinheiro para as necessidades mais comuns (bens de consumo, alimentação, saúde, entre outros) ou, eventualmente, para comprar um animal²²¹.

O processo produtivo (agrícola) vem sofrendo um declínio, não apenas pelos problemas citados, mas também em razão da forma de utilização do solo, conforme cita Pereira (2005, s/p):

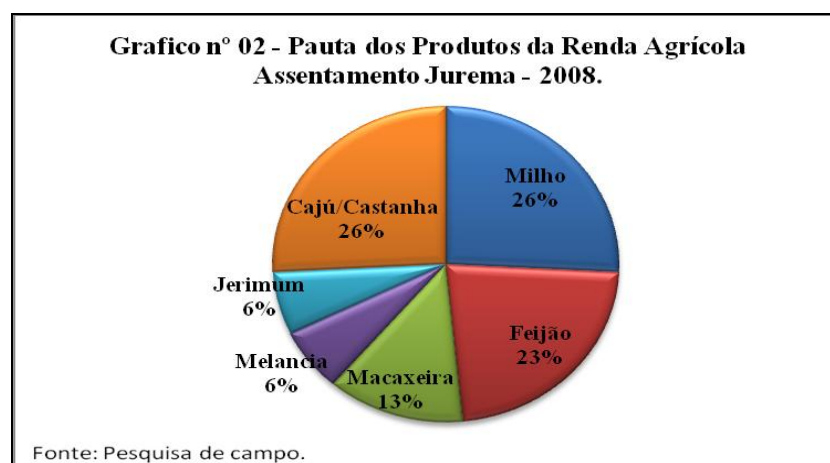
A falta de instrução e de capacitação no uso de novas técnicas agrícolas levam os assentados a perder gradativamente seu maior bem, a terra, e para ser mais exato, o solo. (...) O uso de uma técnica não muito comum entre os produtores que é a proteção do solo, com objetivo de evitar perdas de sua camada superficial, que é a mais fértil, não chega a ser conhecida por grande parte dos entrevistados. O uso do solo indevidamente deverá trazer graves problemas para a produção, que já não apresenta bons resultados. O risco de salinização do solo e sua laterização são uma evidência que podemos constatar com as análises feitas em laboratório credenciado²²².

Na análise da Renda Agrícola do assentamento Jurema, percebemos uma alta participação desta atividade na formação total da renda. Quase 77% dos produtores pesquisados desenvolveram alguma atividade mercantil com a venda de produtos agrícolas. É importante salientar que 90% da renda proveniente do que lograram os assentados, derivam basicamente dos lotes individuais. A pauta de produção no Assentamento Jurema apresenta um sustentáculo distinto dos outros assentamentos. O carro chefe do Assentamento está baseado na produção do caju (e de sua castanha), cultura permanente, sendo em geral, consorciada no período das chuvas com o milho e o feijão. Os agricultores encontram na produção de caju uma garantia de renda²²³, sendo variáveis as demais culturas destinadas a pequenas áreas adjuntas ao cajueiro (consorciamento de cultura com o cajueiro).

²²¹ Que incorporará posteriormente (retroalimentará) sua renda consumo ou sua renda animal. Prática usualmente utilizada nos assentamentos, estratégia apontada várias vezes nas entrevistas.

²²² PEREIRA (et alli). Desenvolvimento local e manejo da caatinga no assentamento Hipólito, em Mossoró/RN. HOLOS, Ano 21, maio/2005. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/60/66> Acesso em 10/08/2010.

²²³ Por ser uma cultura permanente, oferece uma certa “sensação” de segurança ao assentado. Entretanto esta renda somente estará assegurada, se o mesmo dispor de todos os mecanismo de cuidados quanto a poda seletiva e limpeza da área (manejo); controle de pragas e inserção de novas variedades de plantas menos susceptíveis a doenças (rusticidade); maior precocidade e maior produtividade.



É importante ressaltar o que foi constatado nas entrevistas, que a produção do caju não atingiu maiores índices em decorrência do espaçamento adotado no plantio dos cajueiros. O plantio foi orientado pelos agrônomos da EMATER, que adotou espaçamento inferior ao recomendado por padrões técnicos²²⁴, causando um adensamento e uma consequente limitação na produção.

A produção agrícola destinada à venda é totalmente de sequeiro. A preparação da terra, quase em sua totalidade é realizada por projetos que utilizam maquinários emprestados pela prefeitura. Cada assentado, em geral, dispõe de 1 hora de trator para preparação do terreno. Dependendo do tipo de trator (tamanho/potência) utilizado e do tipo de solo (limpeza, compactação, declividade, etc.) pode-se preparar de 2 a 4 hectares, ficando os demais tratamentos culturais na responsabilidade do assentado²²⁵. No processo de formação da renda agrícola do Assentamento Mulunguzinho, percebemos uma realidade diferente do que se apresenta em alguns dados oficiais do Programa de Combate a Pobreza Rural- PCPR²²⁶.

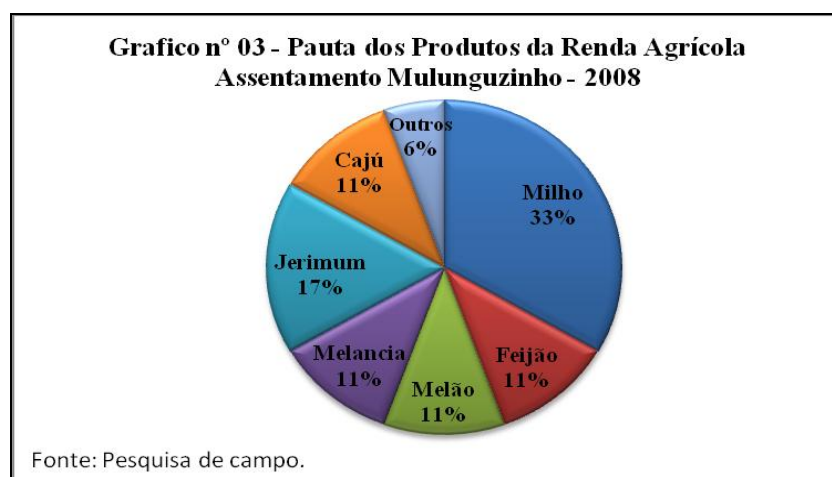
No desenvolvimento dos projetos no Rio Grande do Norte, através de subprogramas do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor - PAPP (com financiamento através do Banco do

²²⁴ Segundo orientações da Embrapa para a plantação do cajueiro anão precoce, o espaçamento correto é de 7 x 7 metros em sistema de sequeiro e 7 X 8 metros, quando for em sistema de irrigação. Ver http://www.cnpat.embrapa.br/pif/Publicacoes/Cultico_Cajueiro.pdf

²²⁵ A Prefeitura Municipal de Mossoró disponibiliza através do projeto SEMEA tratores para preparação da terra a agricultores, sejam assentados ou não. O problema é a demanda de solicitações (tempo de espera), bem como, o tempo correto de cortar a terra, em razão da estação de chuvas, o que resultará preponderantemente no (in)sucesso da colheita.

²²⁶ Ver <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/AExperienciaPCPR-IICA-RN.pdf> acessado em 10/11/2010.

Nordeste) foram criadas áreas de irrigação em três dos assentamentos pesquisados²²⁷, sendo contemplados: a) com 15 hectares o Assentamento Mulunguzinho; b) com 30 hectares o Assentamento Hipólito e; c) com 32 hectares o Assentamento Lorena. Se efetivamente todos os burocratas, dirigentes e representantes de todas as esferas governamentais tivessem uma visão realista do que existe nos assentamentos, verificar-se-ia o abismo entre os assentamentos no papel e os assentamentos na prática e que ainda falta muito para acontecer uma reforma agrária efetiva e com capacidade de inclusão socioeconômica dos beneficiários. Entretanto, do total de hectares indicado no PCPR, não existiu no ano de 2008, nenhuma produção na área irrigada, sendo realizada a totalidade da produção agrícola no sistema ou cultura de sequeiro. Do total da produção agrícola gerada no assentamento, 92%, foram produzidas nos lotes individuais dos assentados.



Em resultados gerais, a formação de renda agrícola no assentamento Mulunguzinho é considerada pífia, chegando a representar apenas, 2,55% do total da receita gerada. Visualizamos um futuro (assim como para o Assentamento Lorena) com muitas dificuldades, tendo em vista o papel que tem cada um dos assentamentos, como elemento difusor do desenvolvimento territorial²²⁸.

²²⁷ Basta verificar a origem e o volume da receita agrícola gerada nos assentamentos, para certificar-se que o aspecto “irrigação” é praticamente nulo no processo de formação de renda agrícola dos assentamentos investigados.

²²⁸ Inicialmente tínhamos uma perspectiva distinta das áreas de assentamento no município de Mossoró, pois, visualizávamos como elemento difusor do desenvolvimento territorial, como centro dinamizador da economia local, entretanto, constata-se uma realidade dura e para não utilizar palavras duras, consta-se um território sem produção, sem dinamização econômica (sem efetiva participação no mercado) e social, e sem uma perspectiva ambiental que possa levá-los a um caráter de sustentabilidade.

Os assentamentos, de uma forma geral, apresentam uma dificuldade quase extrema de formar uma receita agrícola, sentimos que fundamentalmente a produção está baseada no acaso, em uma dependência meteorológica²²⁹. Atrélado a este fator, temos a falta de escolaridade - que dificulta a incorporação de práticas/meios na produção, a utilização de práticas agrícolas que degradam o meio ambiente e falta de comprometimento e engajamento em ações que possibilitem o trabalho comunitário (associativismo e/ou cooperativismo).

Em nossa pesquisa de campo, constatamos que no assentamento Lorena não foi realizada nenhum tipo de produção agrícola para venda. Ao ser questionado o porquê da não realização de nenhum tipo de produção, tomamos conhecimento que o assentamento tinha dificuldades para efetuar o pagamento da energia elétrica (que realiza a irrigação), e que desta maneira, não dispunha de nenhuma prática agrícola (seja irrigado ou sequeiro). No tocante a realização da prática de cultura de sequeiro, fomos informados, por alguns assentados, que a irregularidade na distribuição da chuva no ano anterior, não permitiu à colheita de nenhum tipo de produto que pudesse ser destinado a venda (ao mercado). Segundo palavras dos agricultores *“quase toda colheita foi perdida, apenas colhemos para comer e dar para alguns parentes alguns quilos de feijão e milho. Como não foi grande a produção terminamos utilizando o restante da plantação como base da alimentação dos nossos animais. Além disto, o nosso jerimum, quase todo foi perdido pelo ataque da lagarta”*.

Apesar da produção não ter sido suficiente para ser vendida, ainda foi concebida parte dela (destinada) ao autoconsumo. Todas as práticas desempenhadas no processo produtivo do Assentamento Lorena são consideradas segundo as famílias, difíceis de serem executadas, seja por abandono dos órgãos responsáveis na condução de políticas da reforma agrária, seja pela própria falta de comprometimento/condições dos que estão instalados no referido assentamento.

4.4.2. Formação da Renda Animal

A formação da renda animal é em geral, obtida com a venda dos animais e derivados, diminuída dos seus correspondentes custos de produção. Para fazer uma análise da composição da renda agrícola é necessário descrever algumas das características produtivas dos diversos tipos de animais (Bovinos, caprinos, ovinos, muares, equinos e, etc.) na pequena

²²⁹ Seria absurdo negar que isto não acontece, inclusive por tratarmos da região semi-árida. Entretanto, existem técnicas, mecanismo ou formas para amenizar esta dependência, seja através de práticas tecnológicas, seja através da introdução de novos elementos na cadeia produtiva.

produção (áreas de assentamentos). A produção animal tem como característica: 1) os animais em geral não apresentam uma caracterização racial uniforme²³⁰ (sem padrão definido), e que por esta razão apresentam uma taxa de conversão alimentar baixa²³¹; 2) são criados, em geral, de forma extensiva, soltos nos lotes individuais ou na parte coletiva (inclusive na área de preservação ambiental); 3) quase todas as instalações são precárias; 4) falta de acompanhamento/controlado sanitário²³², nutricional e veterinário.

Para uma análise geral, apresentamos na tabela nº 27 a composição de renda animal nas áreas de assentamento no município de Mossoró.

Tabela nº 27
Composição da renda animal nos assentamentos no ano de 2008.

Assentamento	Renda Animal total em Salários mínimos*	Média Mensal por Assentado estimada**		% da Renda Total
		R\$	S.M.	
Hipólito	56,75	R\$ 74,70	0,18	6,90%
Jurema	36,75	R\$ 12,45	0,03	1,60%
Lorena	5,01	R\$ 20,75	0,05	2,57%
Mulunguzinho	29,40	R\$ 41,50	0,10	4,84%

Fonte: Pesquisa de campo.

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = R\$ 415,00.

** Média Mensal por Assentados = (Renda Animal total/Nº de assentados)/12 meses.

Nas palavras de Ramos (2005, p.71), as características de produção animal no Brasil, e em especial das áreas de assentamentos, são fundamentalmente de base extensiva, na qual se destaca o papel central que ocupam as condições naturais das áreas em que ela é explorada (RAMOS, 2005, p.71)²³³, onde os biomas coadunam com o manejo praticado pelos assentados. A oferta (abundância) de alimento aos animais é condicionada pelas estações de chuva (em especial no semiárido), e que é caracterizada por “baixos índices de rendimento por unidade de área” (RAMOS, 2005, P.71).

²³⁰ Existem algumas raças (maior percentual sanguíneo/genético) que são mais comuns em determinadas regiões, no caso dos assentamentos estudados, encontramos: a) para bovinos, uma presença maior de raças zebuínas; b) para ovinos, uma maior presença de Santa Inês, Morada Nova, Somalis Brasileira, Cariri, Dorper; c) para caprinos, uma maior presença de Anglo Nubiano, Moxotó, Canindé, e Savana.

²³¹ Nos animais destinados a produção de carne, um dos aspectos importante para medir sua aptidão, é a capacidade de ganho de peso diário. Este ganho de peso é aferido pela taxa de conversão alimentar, definido pelo formula (CA= Consumo de Alimentos/Ganho de peso), e pressupõe o ganho de peso por animal na proporção que se alimenta. No caso de animais voltados para a produção de leite, utiliza-se o mesmo parâmetro em relação à quantidade de leite produzida.

²³² Muitas vezes, por falta de recursos, o assentado não promove a vacinação do seu rebanho contra doenças (brucelose, aftosa, entre outras), esperando por projetos e programas públicos que efetuem o controle/vacinação destas enfermidades.

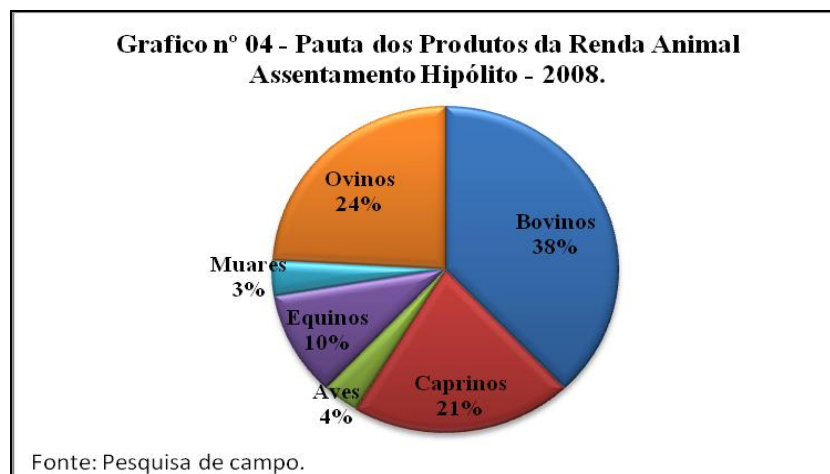
²³³ RAMOS, P. *Índices de rendimento da agropecuária brasileira*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário:NEAD, 2005.

A utilização das áreas coletivas para a criação é comum. Em nossa pesquisa ficou constatado que a totalidade da produção animal apresenta como origem o sistema extensivo (área comunitária do assentamento e/ou área de preservação). Muitas destas áreas tiveram projetos fracassados ou mesmo ineficientes em razão de não acontecer um controle dos animais que ali eram criados (delimitação de zonas por cercas²³⁴).

Os animais nas áreas de assentamento são vistos como um tipo de *poupança viva*, para uma eventual necessidade financeira ou como fonte de proteína (renda consumo), e não como um produto a qual sua maior finalidade seria o mercado. Alguns assentamentos demonstram uma maior aptidão em gerar este tipo de atividade, em especial o assentamento Mulunguzinho e o assentamento Hipólito, explicado pela quantidade de terras disponíveis para realizar tais práticas. Os demais assentamentos (Lorena e Jurema) tiveram uma participação pífia, o primeiro em razão da pequena quantidade de pessoas que se dedicam a vender o produto (destinado quase em sua totalidade ao consumo), bem como pelas condições que impõem o assentamento, quando nos referimos à crítica situação hídrica em que vivem. Quanto ao assentamento Jurema, acrescenta-se o fato de ter um tipo de produção agrícola que não é bem consorciada com a criação de animais (caju).

A renda animal no assentamento Hipólito tem uma das reduzidas participação na renda total do assentamento, quando verificamos que 59% dos assentados obtiveram algum tipo de renda oriunda deste tipo de atividade. Entretanto, se nos referirmos a valores absolutos, este índice de participação representará 6,90% (0,18 s. m. por família) na composição geral da renda. A pauta da renda animal no Assentamento Hipólito apresenta preponderância da atividade bovina, ovina e caprina, conforme mostra o gráfico nº 04, na página seguinte.

²³⁴ A utilização de cercas é um dos elementos (simples porem caro) para controlar as áreas de pastagem, como forma de distribuir melhor a alimentação dos animais e resguardar parte como reserva para períodos de escassez alimentar (período de estiagem).



Em nossas visitas, percebemos (com algumas raras exceções) que os animais são criados sem um cuidado próprio, inclusive da presença dos mesmos, em locais comuns a pessoas (um dos vetores de doenças – principalmente verminoses) e da pouca higiene nos locais onde os mesmo são criados (ver fotos em anexo). No assentamento Hipólito foi colocado um local de venda, através do projeto PROCAP, entretanto a produção não apresentava um suficiente volume e frequência de produtos, fazendo com que as prateleiras ficassem praticamente vazias.

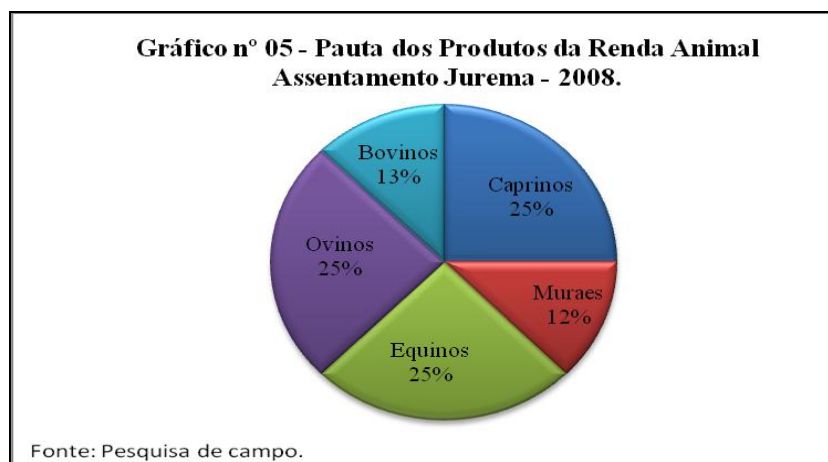
Em estudo desenvolvido por Oliveira (2007), a autora afirma em relação ao assentamento Hipólito:

(...) apresenta um baixo nível de integração ao mercado, característica esta que está presente tanto nas famílias não prósperas, como nas famílias prósperas, indo assim mais uma vez ao encontro do comportamento dos assentamentos nacionais, apresentado no relatório da FAO e do PNUD. Outro fato importante é que grande parte das famílias assentadas tem como principal fonte de renda os benefícios do Governo (OLIVEIRA, 2007, p.30)²³⁵.

No assentamento Jurema, praticamente se encontra a mesma situação. A prefeitura investiu um valor substancial para levar a cabo o projeto, treinando os Assentados para o processo de abate, tratamento dos subprodutos (inclusive de couro), sem que tivesse o devido

²³⁵ OLIVEIRA, L.K.B. Renda e prosperidade: uma análise comparativa entre os assentamentos Hipólito e Palheiros III. Mossoró: UERN, 2007. (Monografia) p.30

sucesso²³⁶. No Gráfico nº 05, observamos a composição das atividades que geram a renda animal no assentamento Jurema.



O criatório de animais desenvolvido no assentamento Jurema apresenta uma particularidade, que é o elevado número de famílias que utilizam animais como meio de deslocamento e de trabalho. A participação dos equinos e muraes, correspondem conjuntamente a 37% de todos os animais criados. Boa parte destes animais são levados para venda em feiras livres e vendidos.

Como nos demais assentamentos, o tripé da base para a produção da renda agrícola é ovino/bovino/caprinos, visualizando-se também a venda de animais com destino a tração para carroças e arrado.

Acreditamos que o potencial de criação do assentamento Jurema é imenso, isto se forem aproveitados os subprodutos²³⁷ utilizados na maioria de culturas ali utilizadas, principalmente para garantir a suplementação alimentar dos animais no período de seca.

O assentamento Lorena, mesmo apresentando todas as dificuldades de infraestrutura, ainda foi capaz de produzir um mínimo para a venda de pequenos animais e alguns bovinos. Em uma das entrevistas, nos foi comentado: “Meu filho, somos abençoado por ter estas cabeças de gado e este pequeno rebanho de cabra e ovelha, pois sempre a cada ano, vendemos

²³⁶ Para um melhor controle do rebanho (na região de Mossoró existe um grande volume de furto de pequenos animais, principalmente caprinos e ovinos) exigia-se uma área cercada (da área comunitária), entretanto, devido ao alto valor que os assentados teriam que investir, e principalmente tendo uma perspectiva somente em longo prazo de terem retorno de tal investimento, decidiram não cercar a área. Esta decisão impactou visivelmente a capacidade produtiva (dificuldades de manejo e controle do criatório) em volume e frequência. Para termos uma ideia, para manter a Bodega do Bode funcionando, boa parte dos produtos, inclusive da carne de bode, são oriundo de outros assentamentos (e outras localidades rurais) o que demonstra a incapacidade de sustentabilidade dos assentamentos no âmbito produtivo.

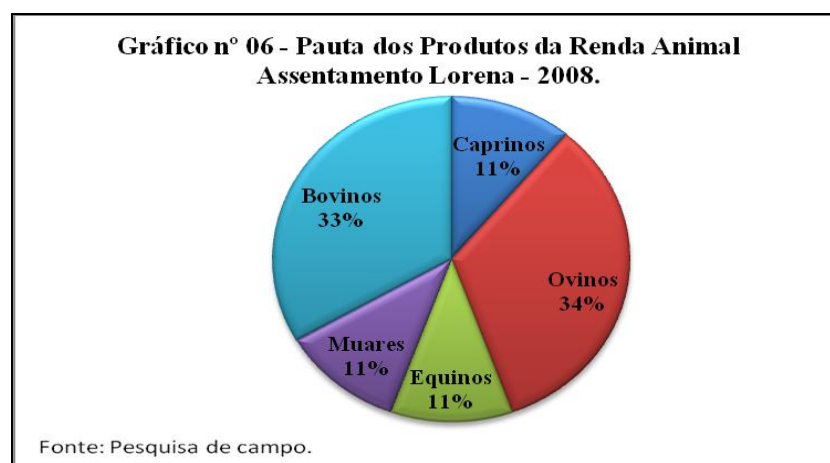
²³⁷ No Assentamento de Serra do Mel, a vendado cajú (seco) é realizada anualmente, por valores que representam significativamente um acréscimo no aporte de recursos.

uma rês e uns bichinhos para comprar roupa sapatos e tudo que nos falta dentro de casa, se não cuidarmos bem delas, o que será de nós?”²³⁸

Nas palavras de Gazolla & Schneider²³⁹ (2007, p.101), o assentado:

(...) transaciona no mercado, de vários produtos agrícolas e não-agrícolas, para conseguir comprar o necessário a sua alimentação e consumo. Isso é necessário devido ao fato de não produzir a totalidade dos produtos e mercadorias consumidas, à sazonalidade da produção agrícola, à impossibilidade de armazenamento de alguns gêneros alimentares, a imprevistos climáticos (secas, enxurradas, geadas etc.) que afetam a produção.

Tais elementos são evidentemente corroborados, quando analisamos as palavras utilizadas pelos assentados e verificamos o gráfico nº 06 com a pauta dos produtos que contribuíram para a formação da renda animal no assentamento Lorena. O criatório existente no assentamento Lorena, mesmo não dispondo de animais de raça definida, apresenta animais rústicos e adaptados à convivência com a seca e a pouca disponibilidade de alimentos.



²³⁸ Uma das principais características do nordestino que trabalha no campo é o seu apego aos animais e principalmente o valor representativo que advém da relação homem/animal. Mesmo tendo quase quatro séculos do princípio da colonização do interior nordestino (ocupação), onde se converteu posteriormente em um dos criadouros naturais de gado “vacum”, os pequenos rebanhos eram na verdade, fonte da subsistência de pequenos criadores/agricultores. Hoje temos a percepção que esta relação, mesmo passado todos estes anos, ainda se configura como uma característica a qual compreendemos a alma do nordestino (do verdadeiro homem do campo) de lutar contra as adversidades, seja de recursos, das condições climáticas, seja hoje em dia, do descaso dos nossos governantes.

²³⁹ GAZOLLA, M & SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papeis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p.89-122, 2007.

Com o assentamento Lorena temos a certeza do papel da reforma agrária, ao ver pessoas sem nenhuma esperança, de não ter nenhuma ambição em integrar-se ao mercado, mas basicamente sobreviver em uma terra que lhe configure como sua, em ver que o aspecto da terra é muito mais subjetivo do que simplesmente o apelo econômico, vemos que o apelo da terra é na verdade, o identificador cultural que permanece ainda palpável²⁴⁰ com todas as adversidades.

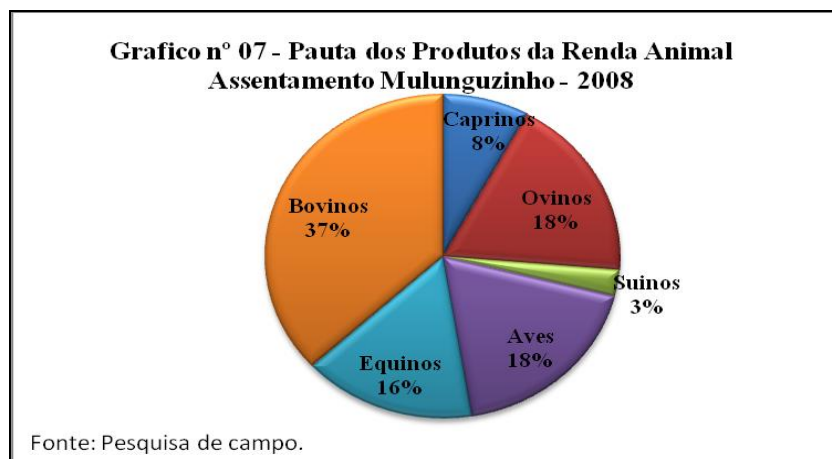
Dos assentamentos visitados, mesmo com o pequeno rebanho de animais que ali são criados, percebemos o zelo e o cuidado sanitário²⁴¹. Mesmo com a aparência débil dos animais (devido ao rigoroso período de seca), eles apresentavam um bom aspecto sanitário.

No tocante ao assentamento Mulunguzinho, encontramos praticamente as mesmas características dos outros assentamentos: animais com baixa produtividade e soltos na zona comunitária. Mesmo sem ter nenhum projeto direto para a venda de animais, a pouca renda surgida derivou basicamente do fornecimento de animais para comércio na chamada Bodega do Bode, ou a venda de algumas reses por parte de alguns assentados, que temendo perder seus animais, venderam o pouco que tinham.

Apesar de todos os investimentos realizados pelo PROCAP, é pouco representativo o rebanho de caprinos no assentamento Mulunguzinho. Segundo depoimentos dos assentados, a possibilidade de dispersão dos animais é relativamente grande (inclusive furtos) e corresponde a um tipo de risco que ele não pode assumir. A preferência por ovinos dá-se em razão da maior docilidade dos animais (não exigem grande cuidado com cercas). No gráfico nº 07 (página seguinte), verificamos a primazia do rebanho bovino na composição dos produtos da renda animal.

²⁴⁰ Mesmo tendo esta sensibilidade sobre a reforma agrária, não devemos esquecer que isto é apenas um dos elementos que compõem a reforma agrária (já expusemos com bastaste veemência anteriormente). Para seguir adiante, devemos proporcionar a capacidade de modificação do ser e principalmente da capacidade de através de políticas públicas, intercederem no processo de formação do capital humano, sendo ele no nosso entendimento, motriz para modificar a realidade atual das áreas de assentamentos.

²⁴¹ No momento de nossa visita, todos os assentados estavam procedendo conjuntamente a vacinação do gado contra aftosa, brucelose e ministrando vermífugo e modificador orgânico aos animais de pequeno porte. Todo início de inverno é importante este procedimento, pois garantirá ao animal a possibilidade de ganhar mais peso, além de ter as condições de poder ter a melhor capacidade de procriação.



No assentamento Mulunguzinho, muito dos assentados diziam que tinham deixado de criar (principalmente ovinos e caprinos) em razão dos constantes furtos que cotidianamente aconteciam. A pauta dos produtos que forma parte da renda animal apresenta uma variação em relação aos demais assentamentos, principalmente pelo surgimento da criação de aves, até então encontrado como produto de venda em outras áreas de assentamento. O assentamento teve no nosso entender, um baixo aproveitamento, não apenas no aspecto da renda agrícola, mas também no desenvolvimento da renda animal. Demonstra o aspecto de fragilidade, quando as principais atividades com capacidade de inserção no mercado correspondem a aproximadamente 7,09% do total da renda gerada.

4.4.3. Formação da Renda Consumo

A formação da renda consumo, no nosso entendimento, corresponde a mais importante parcela da renda total constituída dentro de um assentamento. É a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção (produção de subsistência); as quantidades consumidas (segundo declaração) foram avaliadas de acordo com os mesmos preços de venda da produção; ou seja, trata-se da renda que o agricultor obterá se vendesse ao invés de consumir esta parcela da produção. Ela contribui eficazmente como elemento de minimização da pobreza rural (erradicação), em razão de insurgir contra a insegurança alimentar, tão frequente no semiárido. Para tanto, compreendemos que a formação da renda autoconsumo, nos proporciona convertê-la em uma das principais ferramentas quanto à discussão da viabilidade/vulnerabilidade dos assentamentos rurais.

Considerando alguns dados análogos a esta pesquisa, verificamos que estudos anteriores (como o da FAO), apresentavam como valores mínimos obtidos por famílias por Região, o percentual de 32,19% (Região Centro-Oeste) e valor mais elevado de 42,51% (Região Sudeste), enquanto que o Nordeste apresentava um valor mediano de 34,72%, correspondente a participação deste tipo de renda na composição da renda total. Os dados de nossa pesquisa apresentaram valores preocupantes, não apenas para o processo de formação da segurança alimentar, como também, para o processo de autossustentação das áreas de assentamento estudadas. Ver tabela nº 28.

Tabela nº 28
Composição da renda autoconsumo nos assentamentos no ano de 2008.

Assentamento	Renda Consumo em Salários mínimos*	Média Mensal por Assentado estimada**		% da Renda Total
		R\$	S.M.	
Hipólito	113,12	R\$ 145,25	0,35	13,76%
Jurema	36,07	R\$ 74,70	0,18	11,01%
Lorena	49,50	R\$ 190,90	0,46	25,43%
Mulunguzinho	120,72	R\$ 166,00	0,40	19,90%

Fonte: Pesquisa de campo.

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = R\$ 415,00.

** Média Mensal por Assentados = (Renda Autoconsumo total/Nº de assentados)/12 meses.

Estes dados nos levam a algumas constatações:

a) Diante do fato das rendas agrícolas e animal não serem destinadas ao mercado, esperava-se no âmbito da pesquisa, que a renda consumo, pudesse representar, pelo menos percentualmente, um elevado peso na composição geral da renda quando da realização da pesquisa, o que não se confirmou²⁴².

A percepção dos valores abstraídos, concebida a (in)sustentabilidade do sistema produtivo, reflete uma severa vulnerabilidade dos assentamentos pesquisados, e nos leva a observar o conseqüente risco a instabilidade no tocante a reprodução dos assentamentos rurais (socioeconômico), principalmente quando da dependência de outros tipos de renda para compor sua segurança alimentar.

b) A desestruturação produtiva dos assentamentos é evidente quando observamos a infraestrutura disponível²⁴³, não possibilitando uma maior envergadura das rendas agrícola e

²⁴² A importância dos assentados obterem um bom resultado neste tipo de renda, é que o mesmo teria uma independência relativa do mercado e suas conseqüentes influências quando da determinação dos preços (incluindo-se a venda para intermediários) para formar a renda agrícola e animal.

²⁴³ Segundo dados do INCRA/SIPRA, no Assentamento Hipólito, 47% da infraestrutura encontrava-se em precárias condições e 37% em condições regular de uso, ao passo que apenas 16% encontrava-se em bom estado de conservação. No assentamento Mulunguzinho, somando-se regular e precário, este percentual alcançava 77%. No tocante ao Assentamento Jurema, este apresentava um bom estado de sua infraestrutura, onde 52% estavam

animal, e influenciando (minimizando) o potencial da renda de consumo. “Apesar das condições precárias, dadas pela falta de infraestrutura, e que termina por provocar um isolamento físico, esses trabalhadores enfrentam preconceitos de toda ordem, já que são vistos como invasores, infelizes, miseráveis, desvalidos” (MACHADO, s/d, s/p)²⁴⁴.

Estes fatores levam a configuração de uma realidade onde o assentado não dispõe de meios para diversificar as suas alternativas (mediante a produção dos vários tipos de renda) de sobrevivência. Assim, o pouco que dispõem é utilizado para a manutenção familiar. Todo este processo o levará a uma constante descapitalização²⁴⁵.

Conforme abordam Gazolla & Schneider (2007, p.99): “Sem a produção para autoconsumo fortalecida, não se gera as condições objetivas e materiais para se fazer frente a um processo de diversificação das fontes de renda e das atividades produtivas”.

O processo de formação da renda consumo se estabelece por três processos: a) criação de animais; b) atividade agrícola e; c) atividades extrativas. Na pesquisa realizada em todos os assentamentos, o primeiro item, correspondeu a 35,71%; o segundo a 59,18%; e o último a 5,10%. Para tanto, discutiremos como se estrutura em cada assentamento a renda consumo.

A concentração das atividades agrícolas na geração da renda de autoconsumo poderia até ser um bom resultado, porém, é inexpressiva a posição que ocupa²⁴⁶ no processo de formação geral da renda, bem como, a inexistência de uma agricultura sustentável, que se soma a um baixo nível de produção animal²⁴⁷, resultando em um pífio resultado da renda de autoconsumo. Quanto à participação da atividade extrativista, basicamente ela é composta de retirada das reservas ambientais dos assentamentos, seja da simples retirada de favos de mel (extrativa), seja da caça de animais silvestres²⁴⁸ como fonte de proteína animal.

em condições de uso, considera-se boa. Enquanto que nos dados referentes ao Assentamento Lorena, não se encontra nenhuma informação no referido documento sobre as condições de uso da infra estrutura.

²⁴⁴ MACHADO, V. *O desaparecimento do campesinato e uma nova categoria social em formação: os trabalhadores rurais assentados*. Disponível em <http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/521.pdf> acessado em 20/11/2010.

²⁴⁵ A descapitalização é utilizada neste sentido, para explicar que poderia ocorrer a aplicação de parte do valor auferido com a venda dos produtos na melhoria da terra, gerando a possibilidade de melhores resultados na próxima safra. Ao não empregar parte de sua renda na terra, e sem ter como a utilizar como um verdadeiro fator de produção, o assentado, cumprirá apenas um papel secundário ao possuir a terra (como instrumento produtivo) e a cada dia dependerá de fontes externas (outros trabalho e principalmente transferência de rendas – aposentadorias, programas sociais, doações, etc.), fazendo com que o âmago da reforma agrária de gerar uma sustentabilidade social, econômica, cultural, ambiental, não seja viável.

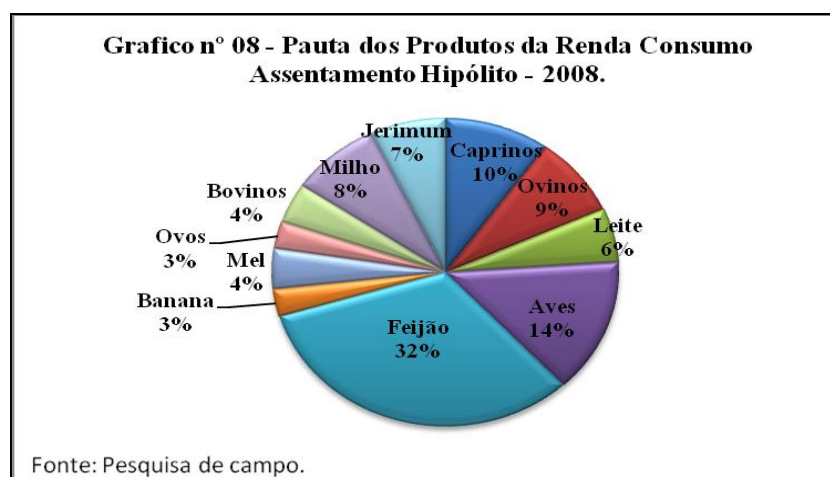
²⁴⁶ Visualizando-se que parte do excedente agrícola seria direcionado ao autoconsumo.

²⁴⁷ As condições de criação/manejo dos animais e escassa produtividade conduz a atividade animal para um funcionamento desordenado e sem futuro de reprodução, seja da renda, seja como fonte protéica da base alimentar nas áreas de assentamento.

²⁴⁸ Prática ilegal que é combatida (em caso de flagrante), com multa e detenção. Ver foto em anexo.

No assentamento Hipólito, a Renda Consumo tem uma formação composta por: a) Criação de Animais (43,33%); b) Atividades Agrícolas (46,67%) e; c) Atividades Extrativas (10%)²⁴⁹. No cômputo geral do autoconsumo, verificamos uma diversidade relativamente grande no tipo de produtos, entretanto, a pequena produção não foi capaz de resolver os problemas de segurança alimentar, sendo necessária a saída do assentado para realizar outros tipos de trabalho (além de outra variável importante – a receita previdenciária), para prover sua sobrevivência.

O gráfico nº 08 demonstra a pauta dos produtos consumidos no ano de 2008, no assentamento Hipólito.



Passaremos a descrever produto por produto, das práticas descritas pelos assentados no processo de formação desta renda, no que condiz a produção agrícola: a) os assentados que se dedicaram a plantação de milho, tinham como propósito abastecer-se de milho verde²⁵⁰, no período da colheita (e posteriormente utilizar os grãos para ração animal e fabricação de

²⁴⁹ Segundo PEREIRA (et al) ao abordar sobre o processo de degradação ambiental no Assentamento Hipólito observa: “A falta de perspectiva de renda faz com que haja uma maior intervenção nos recursos naturais da caatinga, uma vez que não podemos divorciar as questões ambientais dos problemas sócio-econômicos. A caatinga vem sofrendo muito nos últimos anos com o desmatamento tanto para o desenvolvimento de projetos de caprinocultura e de melão, por exemplo, como pela extração descontrolada de madeira para o uso doméstico, para a construção de cercas ou para a venda – embora muitos neguem que a pratiquem. Ao rareamento de algumas espécies da flora, some-se a caça predatória. Foi comum ouvirmos assentados dizerem que já não vêem com frequência animais tão comuns na caatinga como preás, tejus, tatus, dentre outros”. In PEREIRA (et al). Desenvolvimento local e manejo da caatinga no assentamento Hipólito, em Mossoró/RN. HOLOS, Ano 21, maio/2005. p.12.

²⁵⁰ Utilizado como ingrediente principal de comidas típicas no período dos festejos juninos.

farinha de fubá para consumo próprio)²⁵¹; a produção de feijão tinha como objetivo dispor de um pequeno capital com a venda do feijão verde (que atinge em geral um maior preço no mercado) e utilização dos grãos como fonte de abastecimento no decorrer do ano; a produção de jerimum é dada em períodos sazonais (estação das chuvas), em pequenas quantidades, sendo estocada a produção para o consumo eventual da família; no caso da banana a produção se dá de forma intermitente, ou seja, na medida em que se se produz se consome, e em geral são produzidos no quintal da casa.

Quanto ao consumo de animais, temos um relativo consumo de pequenos animais (ovinos, caprinos e aves²⁵²), significando uma dieta relativamente regular. No caso dos bovinos, esta frequência é maior, e ocorre geralmente em período de inverno, onde os animais estão mais gordos e são sacrificados, sendo consumida uma parte, armazenada outra e a parte restante vendida. Quanto ao consumo de leite, seu consumo é efetivamente reduzido dentro do assentamento, pois boa parte do rebanho é utilizada como forma de produzir carne²⁵³.

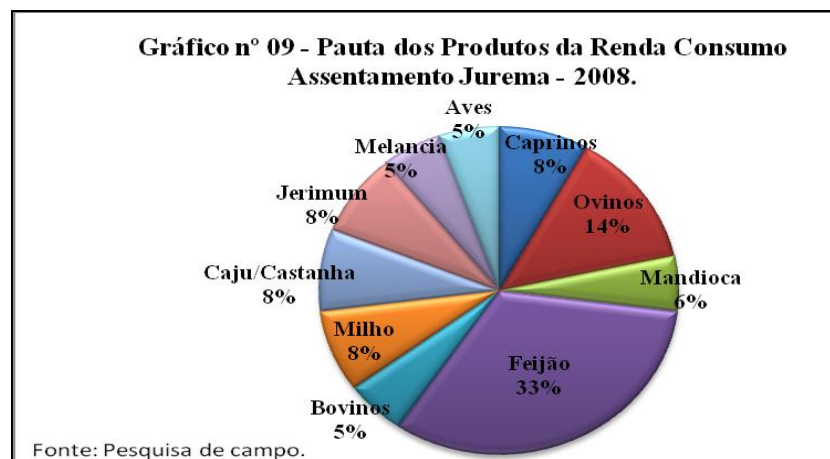
No que consta o autoconsumo de produtos de origem extrativistas, este se restringe ao mel de abelha (nativas ou africanizadas) totalmente extrativista, da área comunitária do assentamento, e basicamente destinado ao consumo, não apenas pelo seu valor nutritivo, mas também por suas qualidades terapêuticas.

No assentamento Jurema a renda consumo tem uma formação composta por criação de animais (34,78%) e, atividades agrícolas (65,22%) e que apresentam a seguinte pauta na prática do autoconsumo, conforme gráfico nº09 (página seguinte).

²⁵¹ No caso dos produtos agrícolas em geral, os assentados têm uma estratégia simples: vende-se parte da produção no período de colheita (para cobrir parte dos custos), utiliza parte no seu autoconsumo, e somente após deduzir parte do que necessita para o autoconsumo, é que direciona parte do excedente para o mercado. No caso de produtos mais perecíveis (melancias, frutas em gerais), consome-se parte da produção e o restante é comercializado.

²⁵² No caso dos ovos, é consumida apenas uma parte do que se produz, sendo a outra parte para reprodução de aves, através de chocadeiras (produção de pintos).

²⁵³ No caso da maioria dos animais nos assentamentos, é retirado leite no período em que os animais estão com cria nova (paridas) e dispõem de uma quantidade maior de leite, sendo inclusive ordenhadas diariamente. Quando no período de seca, em geral pela cria necessitar de leite (devido à falta de pastagem), os assentados deixam de ordenhar. Dizemos que a aptidão do rebanho bovino é direcionada à produção de carne, em razão da baixa carga genética destinada à produção de leite e que supõe em geral, um cuidado maior, de caráter intensivo, e seguramente não se configura como característica desta área de assentamento.



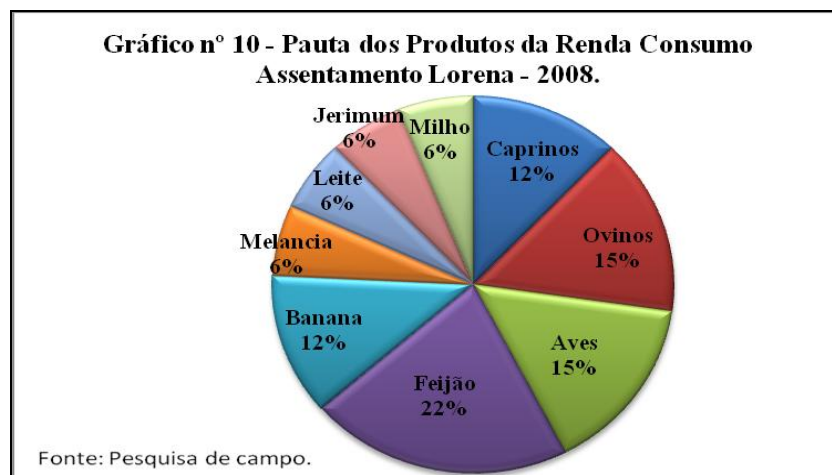
Se verificarmos todos os componentes, veremos algumas diferenças básicas em relação ao assentamento Hipólito. Na produção agrícola apesar de todos os assentamentos terem um referencial produtivo quanto a grãos (milho e feijão), além de melancia e jerimum, é incrementado neste assentamento um tubérculo (fonte de amido) e o Caju (rico em ferro). Quando falamos de segurança alimentar, vemos uma distribuição equitativa do que foi produzido (de origem animal e agrícola). Entretanto, tais suposições são meramente figurativas, como analisaremos no final do presente item.

A produção de todos os produtos agrícolas para o autoconsumo foi cultivado em sua totalidade nas áreas individuais dos assentados, já que na área coletiva não existe uma infraestrutura que possa com eficiência separar a criação de animais da produção agrícola. A produção animal foi produzida em suma, na área coletiva. O assentamento Jurema²⁵⁴ foi o que menos produziu parara o autoconsumo, representando pouco menos de 11% da renda total.

No Desenvolvimento das atividades voltadas para o autoconsumo, o assentamento Lorena, dispôs de forma *heroica* na formação da renda consumo composta por: a) Criação de Animais (47,06%); b) Atividades Agrícolas (52,94%). Estes produtos foram concebidos *extraordinariamente* mediante as dificuldades para produção de alimentos. A seca que assolou a região/assentamento, apenas possibilitou a produção de uma pequena quantidade de alimentos suficiente para manter os animais vivos e fornecer alimentos aos assentados por um pequeno período após a colheita (não sendo possível a estocagem). Esta conformação da

²⁵⁴ O Assentamento Jurema “aparece” segundo classificação do INCRA, como assentamento consolidado. Entretanto, vemos que, esta consolidação de nenhuma maneira se da em razão dos aspectos produtivos (agrícola ou animal) e se considerarmos ainda o autoconsumo, estes três tipos de renda apenas foram responsáveis por 23,83% de a renda total. Tal resultado influenciará substancialmente na composição da menor renda entre os assentamentos.

pauta de produtos de autoconsumo se verifica com a dispersão em termos da quantidade de produtos produzidos, trazendo de uma maneira positiva uma maior diversificação alimentar. Tais evidências podem ser apuradas através da visualização do gráfico n° 10.



Verificou-se que a produção agrícola²⁵⁵ foi destinada ao consumo (nenhuma parte do que foi produzido foi destinado à venda), devido às dificuldades enfrentadas. Segundo, Gazolla & Schneider (2007, p.99):

(...) o autoconsumo deve ser o produto imediato da conjugação das forças produtivas na agricultura familiar devido às características intrínsecas e à lógica de reprodução social e alimentar do grupo doméstico, lógica que está assentada em propiciar, em primeiro lugar, a alimentação aos membros da família.

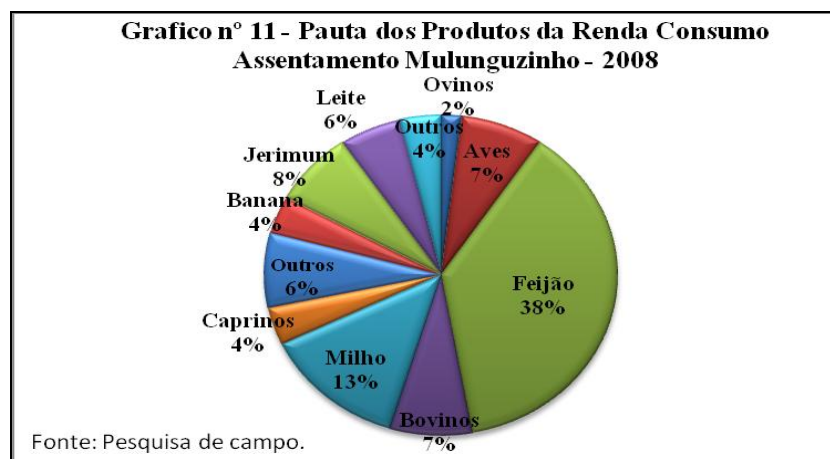
Mesmo não apresentando nenhuma atividade agrícola voltada para a venda (ou parte do excedente). Segundo as entrevistas do pouco que foi produzido, foi destinado ao consumo. Trata-se do único assentamento em que todos (100%) os assentados desenvolveram algum tipo de autoconsumo em função de uma produção agrícola ou animal. O que mais chama atenção é a caracterização da chamada *condição subjetiva*²⁵⁶, identificando-o pela forma de

²⁵⁵ A renda agrícola foi 0,00%.

²⁵⁶ Ver BOURDIEU. P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989. A reprodução deste contexto simbólico que Bourdieu aponta, contextualizaríamos na figura dos que enfrentam a vida dura em alguns assentamentos, utilizando as palavras de Euclides da Cunha quando escreveu “Os Sertões”: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte,..., sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o

viver, reproduzir e permanecer com o mínimo, sem que isto altere a sua capacidade de luta em permanecer em um assentamento. Este assentamento gerou a maior renda consumo e propiciou a convicção de que a terra ainda é o centro de sua subsistência.

Por fim, no Assentamento Mulunguzinho a renda consumo tem uma formação composta por criação de animais de 21,43%; atividades agrícolas de 71,43% e; atividades extrativas de 7,14%. Em quase sua totalidade (92%) os assentados promoveram algum tipo de autoconsumo baseado fundamentalmente na diversidade de produtos, conforme gráfico nº 11.



A renda consumo gerada no assentamento Mulunguzinho teve toda produção agrícola e animal (para consumo) gerada nos lotes individuais, enquanto que a atividade extrativa foi gerada na área coletiva (reserva florestal).

A produção de produtos agrícolas para o consumo, ocupou entre 2 e 4 hectares do lote produtivo, sempre por meio de culturas de sequeiro e que em geral, ofereceram uma produtividade razoável, inclusive incrementando o consumo familiar, ainda que não muito representativo na composição de renda total. Pela primeira vez em nossa pesquisa apontou-se o consumo de diversos tipos de frutas (outros 6%).

Segundo depoimentos dos agricultores, *com a “falência do sistema de irrigação”, em decorrência da administração da associação, da péssima assistência técnica prestada aos*

desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas”. Não precisamos de muito para perceber a completa similitude com as palavras do autor, basta ver as fotos apresentadas no anexo.

assentados ou até mesmo de falta de “trabalho coletivo”, o processo produtivo (agrícola), declinou substancialmente, inclusive interferindo na produção de alimentos para o consumo próprio, ficando eles, dependentes da “vontade de deus” em produzir algo.

Quando questionados sobre a produção animal, nos respondem dizendo, que o criatório que antes existia (de pequenos animais – ovinos e caprinos), se reduziu de forma rápida, em razão dos constantes furtos²⁵⁷, o que desestimula a atividade. Pela classificação do INCRA (fase de evolução), confere a necessidade de ajudas (principalmente técnica – intensiva e de qualidade) para que se possam criar unidades produtivas²⁵⁸ e que consigam reestruturar o processo produtivo (irrigação) do assentamento.

Compreendemos que a realização de uma reforma agrária efetiva, passe necessariamente pelo fortalecimento, incentivo, bem como pela dotação aos assentados de meios/ferramentas para a prática (em maior frequência/amplitude) do autoconsumo, além do mais óbvio, demonstrar ao assentado que isto geraria a ele uma melhor qualidade de vida²⁵⁹, conforme as palavras de Leite (2003, p.28)²⁶⁰

A importância da produção destinada ao autoconsumo (humano ou produtivo) no âmbito das estratégias de reprodução da unidade familiar da agricultura brasileira, especialmente em situações e/ou regiões menos favorecidas. Um balanço do orçamento doméstico, levantado mês a mês, demonstrou o efeito anticíclico da produção autoconsumida, acionada para fazer frente a uma estrutura de despesas relativamente constantes. Igualmente relevante foi a constatação que a produção autoconsumida possibilita às famílias rurais um padrão médio de alimentação superior ao conjunto de famílias, com níveis de renda similares, que habitam as grandes cidades.

²⁵⁷ Fomos informados que o principal motivo para os furtos é a dependência de jovens as drogas e que a única forma de manterem o vício é furtar pequenos animais para realizar a venda do mesmo em outros locais. A prática abusiva deste tipo de crime é dada em primeiro lugar, pela falta de policiamento (repressão) e fundamentalmente da impunidade. Deste modo, para evitar problemas, preferem deixar de criar.

²⁵⁸ Por uma questão de amostra, não consideramos nenhum assentado vinculado a um projeto. Entretanto, identificamos um componente deste projeto com resultados positivos dentro do assentamento e entrevistamos. Este projeto era formado por grupo de mulheres que produziam hortaliças sem agrotóxico para destinar ao mercado, além de trabalharem com apiários e da conseqüente produção de mel e derivados desta atividade. Segundo uma das entrevistadas, “o trabalho é dividido entre grupo de mulheres, e que dividimos as tarefas a serem realizadas, é muitos trabalho para no fim do mês, termos uma remuneração em torno de meio (0,5) salário mínimo. A dificuldade é extrema, seja para vender os produtos, seja para manter não sair do projeto. No fim, mesmo com a pouca remuneração, temos que trabalhar, pois sem isto, estaríamos passando por aperto”.

²⁵⁹ Infelizmente, não bastam apenas instrumentos, mas também vontade em produzir. Verificamos nos assentamentos, uma apatia generalizada dos assentados que possuíam um outro tipo de renda (em especial outros trabalhos e previdenciária), pois diziam-se cansados pela atividade que exercem/exerciam, sendo na maior estas rendas, como fontes principais de ingresso do assentado.

²⁶⁰ LEITE, S. *Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar: uma aproximação à experiência Brasileira*. CAMPINAS:UNICAMP, 2003.

Na realização da pesquisa, procuramos também identificar que produtos tinham uma maior carga no orçamento familiar, principalmente no perfil de compra de produtos pelos assentados. Não nos preocupamos em saber a quantidade ou o valor gasto, entretanto, buscamos com esta visualização fazer uma pequena análise da pauta dos produtos que o assentado comprava, e quais destes produtos teriam condições de produzir em seu estabelecimento agrícola. Utilizamos como parâmetro a seguinte classificação²⁶¹: 1) alimentos de origem vegetal; 2) alimentos de origem animal; 3) Alimentos de elaboração primária; 4) alimentos processados; 5) produtos de higiene; 6) produtos de limpeza e; 7) utilidades domésticas.

A visualização dos produtos comprados ou o perfil de compra dos assentados de produtos básicos destinados a sua segurança alimentar, é compreendido muitas vezes como uma falta de organização produtiva dos assentamentos, em razão de que muitos dos produtos que fazem parte de sua cesta são comprados com frequência. Esta compra se realiza no período do mês de recebimento da renda previdenciária, doações, benefícios sociais ou de outras fontes de trabalho. Dirige-se a sede do município para receber seus “vencimentos” e ao mesmo tempo, efetuar as referidas compras. Quando na falta do produto e da indisponibilidade de recursos monetários por parte do assentado, utiliza-se o crédito fiado em mercearias ou bodegas do próprio assentamento, a preços elevados, o que posteriormente significará uma maior parcela da minguada renda monetária disponível ao assentado.

É interessante observar por parte do comportamento do assentado que o mesmo não contém uma dinamicidade em saber como gerenciar os recursos (inclusive da economia doméstica), o que geraria uma melhor qualidade de vida (ou em termos mais simples, aportaria, um maior acesso a alimentos – tanto qualitativamente, quando quantitativamente).

Nossas visitas eram sempre em horários onde pudéssemos contemplar toda família unida e discorrer sobre o processo de formação de renda, discutindo evidentemente os elementos que norteavam todo este processo.

Nossa pesquisa constatou os principais produtos comprados pelos assentados dentre as diversas categorias de produtos, conforme tabela nº 29, na próxima página.

²⁶¹ Ver CUNHA, R. A. A.. *Perfil de compra de produtos básicos em assentamentos rurais: evidências empíricas*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

Tabela nº 29
Principais produtos comprados pelos assentados pesquisados em 2008.

Categorias	Produtos comprados e frequência			
	Produtos	Mês	Quinzena	Semana
Alimentos de origem vegetal	Feijão	X		
	Arroz	X		
	Cebola		x	
	Batata		x	
	Tomate		x	
	Coentro			X
	Cebolinha			X
	Banana		x	
	Mandioca		x	
	Jerimum		x	
Melancia				
Alimentos de origem animal	Carne Bovina	X		
	Carne Ovina		x	
	Carne Caprina		x	
	Carne Suína		x	
	Aves		x	
	Leite			x
	Manteiga		x	
Ovos		x		
Alimentos de elaboração primária	Café	X		
	Farinha de Mandioca	X		
	Fubá	X		
	Pão			x
	Rapadura		x	
	Biscoitos	X		
Alimentos processados	Óleo de soja	X		
	Sal	X		
	Açúcar		x	
Produtos Higiene	Macarrão		x	
	Pasta de dente	X		
	Sabonete	X		
Produtos Limpeza	Papel higiênico	X		
	Sabão em pó	X		
	Detergente	X		
	Água sanitária	X		
	Palha de aço	X		
	Sabão em barra	X		
Utilidades Domésticas	Querosene	X		
	Fósforo	X		
	Vela	X		

Fonte: Pesquisa de campo.

Um dos fatores que conduzem a esta desmobilização produtiva em torno de atividades agrícolas, animais ou mesmo extrativas deriva das transformações no campo que promovem um ajustamento dos grupos familiares e a consequente busca de rendas oriundas de atividades não agrícolas. Tal afastamento da capacidade produtivo-reprodutiva nas atividades do campo gera aparentemente uma controvérsia quando falamos que assentados compram praticamente tudo que comem (inclusive alimentos). Esta análise é bastante apropriada quando se verifica

que famílias assentadas têm que buscar atividades foras do assentamento, em razão das atividades agrícolas não fornecerem renda suficiente para a sobrevivência da família.

Ademais, compreendemos que a formação de renda deve involuntariamente ser dividida em diversas categorias, como forma de resguardar-se de alguma crise mediante a perda de rendas que sejam consideradas substanciais. Entretanto, entendemos que a produção de bens ou produtos agrícolas (voltados para o autoconsumo), não deve ser unicamente visualizada como uma divisão do trabalho (no processo de composição da renda total), pois, “ela tem a virtude especial de transformar imediatamente os aumentos de produtividade aí obtidos em redução dos custos de manutenção do trabalhador. Que o resultado desta redução seja uma elevação no padrão de vida das massas” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.221).

É evidente no nosso estudo de campo que os assentamentos que permitem maior capacidade de deslocamento a seus assentados levam a busca nos centros urbanos ou proximidades de um emprego, distanciando-se da produção agrícola/animal.

4.4.4. Formação da Renda Outros Trabalhos

Esta configuração de um *novo rural* que aborda Graziano & Grossi (2001) tem em sua contextualização uma interface entre o rural e o urbano e que em muitas vezes são praticamente de difícil identificação. Este processo de interação entre as atividades urbanas e rurais geram uma dicotomia entre os chamados “espaços edificados e/ou físicos” levando muitas vezes a uma absorção quase que natural da mão de obra oriunda do campo. Tais considerações dizem respeito ao nosso estudo onde observamos muitas vezes que boa parte da renda gerada no quesito outros trabalhos, eram executadas fora das áreas de assentamentos, evidenciado por tipos/categorias de trabalhos detectados.

O volume de renda gerada nos assentamentos carece de observações particulares, tanto de sua forma de integração, quanto de sua inserção ao mercado laboral, de cunho urbano como demonstram a tabela nº 30.

Tabela nº 30
Composição da renda outros trabalhos nos assentamentos no ano de 2008.

Assentamento	Renda Outros Trabalhos em Salários mínimos*	Média Mensal por Assentado estimada**		% da Renda Total
		R\$	S.M.	
Hipólito	216,00	R\$ 278,05	0,67	26,27%
Jurema	56,24	R\$ 116,20	0,28	17,17%
Lorena	20,67	R\$ 78,85	0,19	10,62%
Mulunguzinho	136,48	R\$ 186,75	0,45	22,49%

Fonte: Pesquisa de campo.

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = R\$ 415,00.

** Média Mensal por Assentados = (Renda Outros trabalhos total/Nº de assentados)/12 meses.

A formação da renda em outras atividades (ou também denominadas não-agrícolas) leva fundamentalmente a um distanciamento das atividades produtivas voltadas aos produtos agrícolas e animal, gerando muitas vezes uma situação em que o assentado passa mais tempo fora do assentamento²⁶² do que efetivamente nas áreas de produção, dada a necessidade de garantir seu sustento. Incluem-se aqui os salários obtidos como remuneração por empregos temporários ou permanentes dos membros da família.

Para compreendermos tais elementos e principalmente identificar o tipo atividade (trabalho) que exercem os assentados e o regime de trabalho na formação desta renda configuramos as categorias de trabalho em apenas três elementos, a) Diaristas e/ou autônomos; b) contrato temporário e; c) trabalho permanente.

Esta primeira categoria contempla os trabalhos executados fundamentalmente em áreas próximas aos assentamentos, de cunho agrícola e/ou que executam trabalhos com certa frequência em atividades voltadas para a prestação de serviços, além dos que exercem atividades no setor informal.

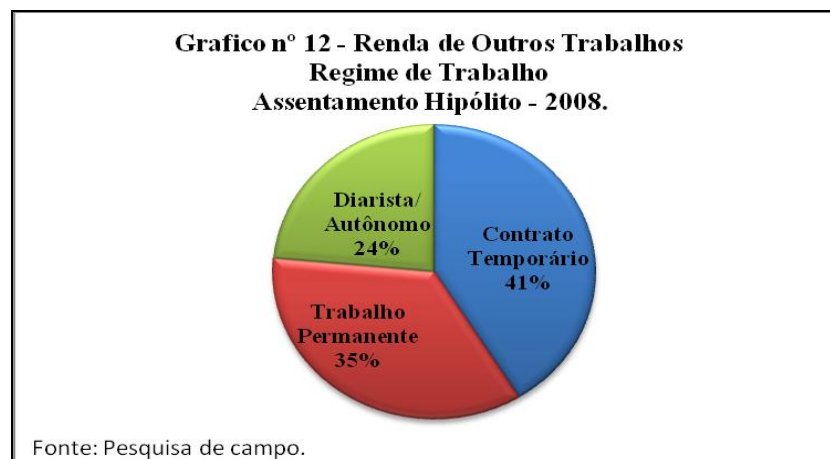
A segunda categoria contempla basicamente pessoas que trabalham para as chamadas empresas prestadoras de serviços²⁶³ e que se refere a um contingente significativo na região e interferem efetivamente na capacidade de reprodução das chamadas rendas agrícolas.

A terceira categoria agrega os funcionários públicos, comerciários, ou empregados de setores industriais.

A configuração da renda de outros trabalhos é apresentada no gráfico nº12 (próxima página), a seguinte conforme o regime de trabalho.

²⁶² En las zonas rurales de América Latina la pobreza se ha mantenido en niveles más o menos estables (en términos porcentuales) durante varios decenios. Puede sostenerse, por lo tanto, que el incremento del ERNA – Empleo Rural no Agrícola -no se debió a un aumento de la pobreza, pese a que hay evidencias de que buena parte de las microempresas rurales se crean para paliar la pobreza más extrema,(...)También es posible que haya varones jóvenes y de edad mediana que resuelven seguir viviendo en zonas rurales (por motivos relacionados con la vivienda, su gusto por la vida familiar, etc.) pero que no quieren dedicarse a la agricultura,(...), En consecuencia, postulan a empleos rurales no agrícolas, o "crean" empleos de esta índole, o bien, si la distancia lo permite, se trasladan diariamente a trabajar en una zona urbana. DIRVEN, M. El empleo rural no agrícola y la diversidad rural en América Latina. *Revista de la Cepal*, nº 83. Santiago do Chile. Agosto de 2004. p.52

²⁶³ Esta denominação foi criada para visualizar a “penetração” de empresas que prestam serviços ao ramo de petroleiro (prospecção, manutenção, abertura de áreas para exploração de petróleo, etc) nas áreas de assentamento. O Município de Mossoró e municípios vizinhos é em “terras continentais”, o maior produtor de petróleo do Brasil. Esta característica da região (de necessidade de mão de obra) dificulta a formação de agricultores “profissionais”, dados que a incerteza da produção e demais dificuldade na execução da atividades, o leva a buscar na atividade petroleira (prestação de serviços) uma colocação no mercado de trabalho.



Um dos aspectos a serem visualizados para analisar esta configuração é o fato de que o assentamento Hipólito encontra-se estrategicamente localizado na rota das grandes áreas de exploração de petróleo, o que faz do referido assentamento alvo das empreiteiras na busca de mão-de-obra. Tal busca diz respeito ao pequeno deslocamento (ao contrário do trabalhador urbano) necessário para chegar ao local de trabalho (menor custo para as empresas). Outro fator que determina também um elevado número de assentados com empregos urbanos, é a facilidade de acesso para as sedes dos municípios (Mossoró e Assu).

O detalhamento dos postos ocupados no assentamento Hipólito pode ser observado no gráfico n° 13.



Uma realidade latente no assentamento Hipólito é o perfil geral da formação de renda, se levar em conta três tipos de renda (Outros trabalhos, renda previdenciária e benefícios/doações) elas irão corresponder a 67,63% de toda renda gerada, isto significa dizer

que, mesmo tendo praticamente consolidado o assentamento²⁶⁴, o mesmo ainda não foi capaz de criar uma base produtiva, voltada especificamente para as chamadas rendas agrícolas, o que pressupõe uma série de interferências do meio urbano/programas de transferência de renda, no processo produtivo dos assentamentos que leva, em suma, a vulnerabilidade extrema quanto a papel da terra como fator de produção.

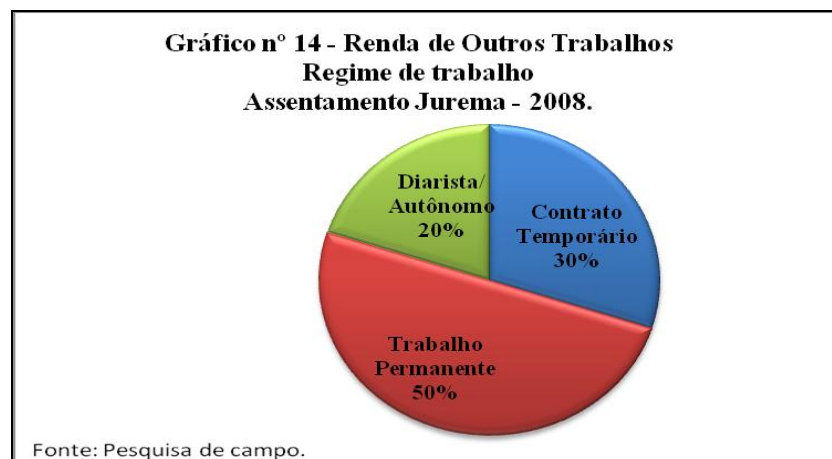
Se analisarmos mais detalhadamente os dados do gráfico nº 13, apenas 20% dos assentados executam alguma atividade voltada ao setor agrícola animal, o que exemplifica o perfil dos assentados dirigidos especificamente a atividades não-agrícolas.

O assentamento Jurema, no que consta às rendas não agrícolas, chega a um patamar extremamente elevado quanto à geração de renda oriunda de atividades não-agrícolas (outros trabalhos, renda previdenciária e benefícios/doações) atingindo 73,25% de sua renda total. A proximidade do assentamento a sede dos municípios de Mossoró e Tibau, converte boa parte do assentamento em um dormitório de trabalhadores urbanos.

A geração de renda oriunda de outros trabalhos no assentamento Jurema solidifica a contextualização do *novo rural* e da conseqüente simbiose entre o rural e urbano, ficando cada vez mais difícil quantificar, determinar ou mesmo abstrair o que é gerado ou produzido de atividades agropecuárias. Não apenas pelo processo, mas também quando visualizamos a questão física do território. O processo de expansão das cidades, em especial a cidade de Mossoró, tem levado a discussão sobre o verdadeiro papel dos assentamentos como unidades produtivas (animal e agrícola), incorporando também em nossa análise, como centros de reservas de mão de obra.

A verificação da presença e conseqüente incorporação desta massa trabalhadora nos assentamentos nos fazem observar uma tendência de caráter sazonal. Muitas vezes, parte destes empregados é contratada justo no período de estação chuvosa e que impede temporalmente ao assentado (e/ou seus familiares/agregados) trabalhar a terra. Tal evidência acarretará futuramente no declínio ou inexistência de rendas derivadas de atividades agrícolas. Conforme gráfico nº 14 (próxima página), 80% possui um trabalho de caráter efetivo e com uma remuneração mínima de 1 salário mínimo.

²⁶⁴ É inadmissível que um assentamento instalado desde 1987, ainda não esteja consolidado, seja pelo volume de projetos ali desenvolvidos, seja pelo simples fato de que até o presente instante o “volume e a diversidade” de políticas públicas não terem tido resultado. Cada vez que fazemos uma análise da compreensão da composição de renda de cada “item” fica explícito a discordância entre as práticas governamentais, os resultados obtidos e principalmente as demandas dos assentados.

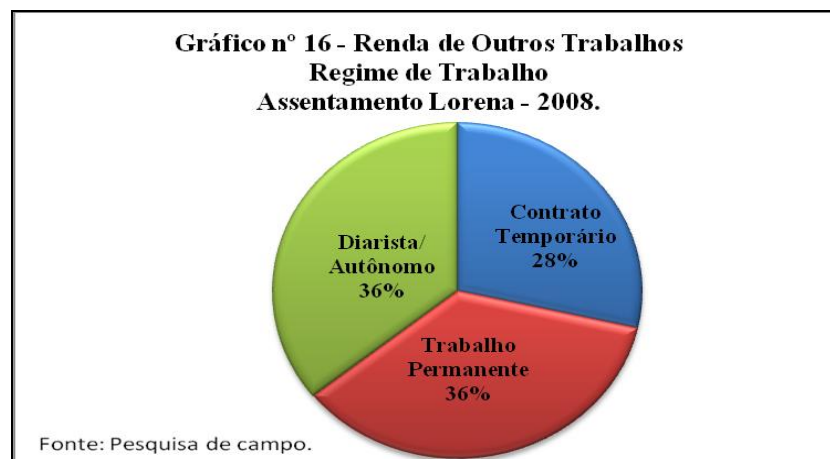


A distribuição do tipo de atividade dos empregados é, conforme o gráfico nº 15, distribuída quase uniformemente dentro dos diversos setores, predominando os trabalhos de realizados em espaço rural.



No tocante ao assentamento Lorena, a elevada média de idade dificulta a entrada no mercado laboral. Verificou-se que do total de assentados pesquisados, 55,56% dos assentados possuem entre 56 e 65 anos e 22,22% entre 46 e 55 anos. A renda gerada nesta atividade é originária de filhos de assentados (dos poucos jovens que existem no assentamento) e que trabalharam na agricultura em fazendas vizinhas ao assentamento e autônomos, que venderam sua força de trabalho na realização de bicos²⁶⁵, conforme detalhamento exposto no gráfico nº 16, apresentado na próxima página.

²⁶⁵ Trabalhos realizados sem especialização e de caráter eventuais.

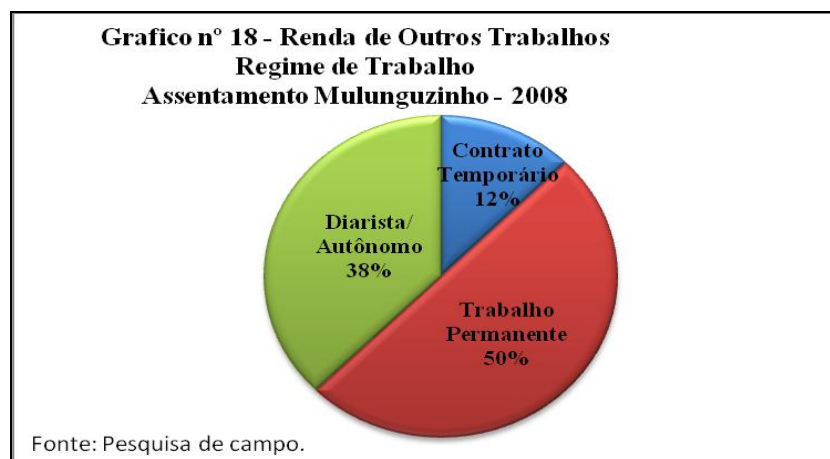


A realidade do assentamento Lorena é evidentemente aterradora, especialmente quando verificamos o volume de recursos que foram aplicados, sem surtirem efeitos. A desmobilização produtiva (agrícola e animal) é evidente, inclusive com a prerrogativa das condições de infraestrutura que desmotivam qualquer tipo de ação por parte dos assentados. No gráfico nº 17 os tipos de trabalho dos assentados que efetuaram algum tipo de trabalho no ano de 2008, em especial no setor informal.



No assentamento Mulunguzinho, a realidade é próxima dos assentamentos Jurema e Hipólito. Mesmo sem estar localizado efetivamente em uma estrada asfaltada, o mesmo está localizado em uma área de efetiva produção de petróleo e que demanda um número de empregados. Como abordamos anteriormente, é dentre os assentamentos pesquisados o que apresenta maiores dificuldades de deslocamento (principalmente no período das chuvas).

Assim como os demais assentamentos, o assentamento Mulunguzinho passa por um processo de descaracterização²⁶⁶ produtiva (agrícola e animal), o que leva a uma conseqüente dependência de outros tipos de renda para garantir a sobrevivência do assentado. Conforme apontam os dados no gráfico nº 18, os percentuais ajustam efetivamente uma massa de trabalhadores voltados para o emprego formal, em especial, em atividades não agrícolas.



No gráfico nº 19 (localizado na página seguinte), a distribuição das ocupações dos assentados centra-se especificamente em setores distintos da atividade agrícola. Tais resultados nos leva a expressar, na realidade, o descontentamento com as políticas públicas, em especial as agrícolas (desestruturação das áreas irrigadas no assentamento)²⁶⁷. Segundo depoimento dos assentados, a migração de boa parte da mão-de-obra foi direcionada a prestação de serviços para empresas vinculadas à atividade petroleira, e os demais incorporado-se em atividades que pudessem auferir algum tipo de rendimento.

²⁶⁶ Quando iniciamos o projeto para desenvolver este tema, não éramos tão pessimistas com o processo de sustentabilidade/vulnerabilidades dos assentamentos, entretanto, quando passamos a analisar os elementos pautados em nossos objetivos (da tese), observamos que o processo de reforma agrária é na realidade diante das políticas utilizadas (da concepção de organização, distribuição dos recursos, caracterização do sistema agrícola trabalhado e fundamentalmente das ações governamentais em todas as esferas) um caminho sem volta em direção ao fracasso.

²⁶⁷ Aconteceu um processo similar de “integração” produtiva entre grandes empresas e assentados do Mulunguzinho e sofrendo um revés todo o processo produtivo com a falência da empresa associada.



Ao fazer uma análise sobre os tipos de trabalho, ocupados pela PEA – População Economicamente Ativa (Rural Agropecuário), Oliveira e Aquino (2010, p.10) afirmam que:

(...) indicadores de que o meio rural potiguar, à semelhança de outras partes do Brasil, já se converteu também num “lugar de moradia” deixando de ser apenas um local de trabalho. De fato, percebe-se que as pessoas residentes no campo não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades ligadas a lavouras e a pecuária ²⁶⁸.

Tal situação irá conferir uma maior insurgência sobre os recursos naturais das áreas de preservação ambiental do assentamento e que iremos desenvolver no seguinte tópico.

4.4.5. Formação da Renda Outras Receitas

A formação de rendas outras receitas são derivadas das vendas ocasionais de produtos não-agrícolas, como por exemplo, madeira, carvão, extrativismo pequeno comércio, artesanato.

Conforme tabela nº 31 (na página seguinte), em quase todos os assentamentos realiza-se algum tipo de atividade que gera um tipo de renda, sendo em maior representatividade, no assentamento Lorena.

²⁶⁸ NASCIMENTO, C.A.& AQUINO, J. R. Ocupação e renda das famílias rurais do Rio Grande do Norte no início do século XXI (2002-2008). Campo Grande: *SOBER*, Julho de 2010.

Tabela nº 31
Composição da renda outras receitas nos assentamentos no ano de 2008.

Assentamento	Renda Outras Receitas em Salários mínimos*	Média Mensal por Assentado estimada**		% da Renda Total
		R\$	S.M.	
Hipólito	0,0	-	0,00	0,0%
Jurema	9,54	R\$ 20,75	0,05	2,91%
Lorena	23,61	R\$ 91,30	0,22	12,13%
Mulunguzinho	15,54	R\$ 20,75	0,05	2,56%

Fonte: Pesquisa de campo.

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = R\$ 415,00.

** Média Mensal por Assentados = (Renda Outras receitas total/Nº de assentados)/12 meses.

A formação da renda outras receitas, proveniente do assentamento Jurema, decorre de dois tipos de atividade: a) a extrativa e b) beneficiamento de produtos. Na atividade extrativa, 50% da colheita de mel e posterior venda na cidade e os demais 50% para extração de estacas. A retirada do mel compõe dois tipos de mel de abelha, o Jandaíra (mel mais apreciado e fino, e com valor em torno de R\$ 15,00 o litro) e do tipo Italiana (mel de boa qualidade, sem, entretanto, ter muito valor comercial, em torno de R\$ 6 reais). O tipo de mel (sua qualidade) depende do tipo de florada que se utilizou para produzir o mel. Entretanto está se escasseando em muito esta atividade extrativa, já que o corte de madeira (para lenha e estacas – em média são vendidas por R\$ 2,00 a unidade) produz uma diminuição de árvores nobres que possuem uma maior capacidade de florada (Pau Ferro, Angico, Baraúna, Sabiá, Mulungu, Cumaru).

Na atividade de beneficiamento de produtos, destacam-se a castanha de caju (62,5%), sendo seguida da fabricação de lambedor (25,%) e de doce de caju (12,5%). Todos estes produtos beneficiados foram direcionados à venda na Bodega do Bode.

No assentamento Lorena desenvolveu-se apenas a atividade extrativa de madeira (para estaca e carvão). Ao questionarmos este tipo de prática perante aos assentados os mesmos responderam: *“Este ano não foi possível vender nada da produção agrícola. Muitas vezes utilizamos a atividade de tirar estacas e o resto da árvore usamos para produzir carvão. É uma forma de garantir nosso sustento. Sabemos que não é certo este tipo de coisas que fazemos, mas prefiro fazer isto, a passar necessidade”*.

Este tipo de prática realizada no assentamento Lorena expõe a vulnerabilidade do assentamento no que diz respeito a utilização dos recursos naturais, principalmente se tomarmos em conta que, quase em sua totalidade, são retiradas da zona de reserva florestal do assentamento.

No caso do assentamento Mulunguzinho, foram desenvolvidos dois tipos de atividades: a) extrativas e b) beneficiamento de produtos. A atividade extrativa foi totalmente

voltada para a produção de carvão e estacas. A atividade de beneficiamento esteve vinculada a castanha de caju (40%) e fabricação de doces (60%). A produção beneficiada foi destinada a Bodega do Bode que esta localizada no assentamento Jurema. A necessidade de deslocar a produção (como complemento) de um assentamento para outro, demonstra a incapacidade produtiva dos assentamentos de suprir de produtos a Bodega do Bode.

4.4.6. Formação da Renda Previdenciária

O processo de formação da Renda Previdenciária é oriundo de aposentadorias/pensões e ou auxílios auferidos pelos membros da família e se constitui no mais importante tipo de renda para os assentamentos pesquisados²⁶⁹.

Tabela nº 32
Composição da renda previdenciária nos assentamentos no ano de 2008.

Assentamento	Renda Previdenciária total em Salários mínimos*	Média Mensal por Assentado estimada**		% da Renda Total
		R\$	S.M.	
Hipólito	305,35	R\$ 390,10	0,94	37,13%
Jurema	162,00	R\$ 327,85	0,79	49,45%
Lorena	77,78	R\$ 298,80	0,72	39,96%
Mulunguzinho	240,00	R\$ 332,00	0,80	39,55%

Fonte: Pesquisa de campo.

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = R\$ 415,00.

** Média Mensal por Assentados = (Renda Previdenciária total/Nº de assentados)/12 meses.

Um dos aspectos desta peculiar realidade é o processo de incorporação de famílias que estão sendo formadas pelos filhos e agregados dos assentados. Muitos deles com sua aposentadoria²⁷⁰ servem como sustentáculo familiar (inclusive de netos) e da diminuição da pobreza. Abordando sobre uma caracterização do rural potiguar no período de 2002 a 2008, Nascimento & Aquino (2010, p.14)

²⁶⁹ Segundo Nascimento & Aquino (2010, p.13): “A massa de renda gerada mensalmente pelas transferências governamentais reduz a vulnerabilidade das famílias rurais criando uma “economia resistente às secas” que assola periodicamente a região, e, além disso, fortalece a “economia popular” que se constitui em uma das principais fontes de dinamismo das atividades não-agrícolas no interior do estado” Ao mesmo tempo em que “diminui” a vulnerabilidade dos assentamentos, o deixa mais susceptível a dependência de renda não oriundas de atividades agropecuárias, o que descaracteriza em boa parte a reforma agrária.

²⁷⁰ As aposentadorias rurais passam a representar em grande medida uma “forma” de inclusão da população rural excluída. Após a constituição de 1988 e, posteriormente, as mudanças normativas em 1991/92, que regulavam o Sistema de Previdência Social. Alguns elementos possibilitaram a criação de regras generosas definição de um piso de um salário-mínimo para todos os benefícios; extensão da aposentadoria proporcional as mulheres; redução de cinco anos de idade para a concessão de aposentadorias rurais; etc, além de possibilitarem uma relativa cobertura previdenciária. in: GIAMBIAGI, Fabio & ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças públicas e Prática** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

(...) observa-se ao longo do período estudado que as famílias rurais do referido estado estão se tornando menos agrícolas e se convertendo a cada ano em famílias não agrícolas ou em famílias de não ocupados (onde se verifica a presença marcante de aposentados por idade e jovens de 10 a 29 anos). Essas constatações revelam que o espaço rural potiguar mantém fortes vínculos com dinâmicas de ocupação e renda ligadas a atividades não agrícolas e outras fontes.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 1995 a 1999, fica constatada a importância dos recursos provenientes da previdência para a formação dos rendimentos dos idosos brasileiros. Os resultados dessa pesquisa comprovam que a maior parte dos rendimentos da população idosa do Brasil provém dos recursos transferidos pela Previdência Social. No ano de 1999, enquanto 35,6% das rendas de um homem idoso provinham do trabalho, 54,1% era oriunda de aposentadoria. Entre as mulheres apenas 12,0% dos seus rendimentos provinham do trabalho, 33,3% provinham de pensões e 44,3% eram oriundos de aposentadorias (MPS, 2002).

A tabela abaixo demonstra a consequente concentração de renda nos grupos (faixa etária) de maior idade. Tais premissas remetem a necessidade de redirecionar as políticas públicas (agrícolas e não agrícolas), para que esta concentração não seja, efetivamente, um prelúdio de morte dos assentamentos rurais.

Tabela nº 33
Concentração de renda por faixa etária nos assentamentos em 2008.

Assentamentos	Chefes Fam%	Hipólito		Jurema		Lorena		Mulunguzinho		Total	
		Renda Total	Renda %	Renda Total	Renda %	Renda Total	Renda %	Renda Total	Renda %	Renda Total	Renda %
18-25	1,3%				0,0%		0,00%	30,24	5,0%	30,24	1,5%
26-35	12,8%	141,11	17,2%	34,51	10,5%		0,00%	63,67	10,5%	239,28	12,3%
36-45	20,5%	117,06	14,2%	27,13	8,3%	36,37	18,68%	149,19	24,6%	329,74	16,9%
46-55	24,4%	110,02	13,4%	77,46	23,6%	59,77	30,70%	166,97	27,5%	414,22	21,2%
56-65	29,5%	226,18	27,5%	111,49	34,0%	98,53	50,61%	169,91	28,0%	606,10	31,1%
Acima de 65	11,5%	227,92	27,7%	77,00	23,5%	0,00	0,00%	26,82	4,4%	331,73	17,0%
Total	100,0%	822,28	100,0%	327,59	100,0%	194,66	100,00%	606,79	100,0%	1.951,32	100,0%

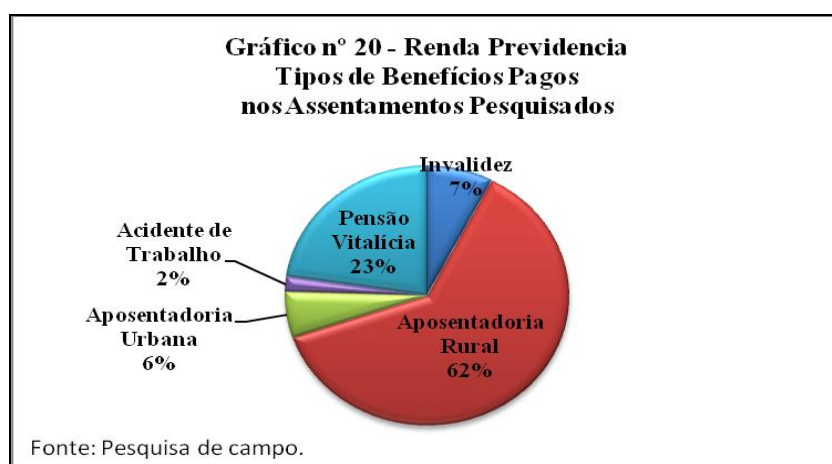
Fonte: Pesquisa de campo

Os dados da tabela acima demonstram o peso das duas últimas faixas etárias na formação da renda. A análise procedente de tais dados demonstra o envelhecimento dos assentamentos, sem que haja necessariamente uma reposição da força de trabalho a executar

atividades agropecuárias²⁷¹ (rendas agrícolas) e/outras atividades (rendas não-agrícolas derivadas de beneficiamento de produtos, artesanato ou pequenas atividades comerciais) dentro do assentamento. Do total dos assentados pesquisados 64,5% tinham mais de 46 anos de idade, além disto, muitos dos filhos de assentados buscam a vida na cidade ou migram²⁷² para outros lugares, não possibilitando ao assentado de utilizar a chamada mão-de-obra familiar, tão usualmente conhecida.

O Processo de formação das rendas previdenciárias aglutina quase toda a renda gerada dentro dos assentamentos é muitas vezes a única renda a qual dispõem os assentados, refletindo muitas vezes, na improdutividade das demais rendas. De um total de 78 entrevistados, 50 assentados (64,10%) receberam algum tipo de renda previdenciária. Deste montante que recebeu algum tipo de renda previdenciária, 74% receberam uma renda, 22% receberam duas rendas e 4% receberam três (03) rendas.

Conforme gráfico nº 20, a maioria das rendas geradas era de origem da aposentadoria rural (62%) e posteriormente seguida de pensões vitalícias (23%). Se verificarmos os dados da tabela acima, veremos que quase na totalidade percebe-se um valor próximo de um salário mínimo por família. Este resultado em si é desalentador, quando analisamos o peso de tal renda no cômputo geral da renda produzida na área de assentamento, pois efetivamente representam uma faixa de 37,13% (menor) até 49,45% (maior) no que consta o peso de tal renda na formação geral da renda nos assentamentos.



²⁷¹ Na pesquisa, foi verificado que aproximadamente 65% dos assentados, possuíam algum tipo de ligação com a terra (agricultor/camponês/trabalhador rural). Tal dado, muitas vezes influencia no processo de consolidação dos assentamentos.

²⁷² No tocante ao processo de migração dos assentados, quase todos são originários do Estado do Rio Grande do Norte e pertencem a região onde estão localizados os Assentamentos, configurando uma baixa “*mobilidade horizontal (geográfica)*”. Ver SCHIMIDT, B.V.; MARINHO, D.N & ROSA, S.L. Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 31-2.

No processo de formação da renda previdenciária no assentamento Hipólito²⁷³, percebe-se um número elevado de aposentados, pois dos 27 assentados entrevistados 19 tinham benefícios. Dentre estes 19 assentados 06 possuíam 2 benefícios, o que elevou em grande medida o valor total da renda auferida no assentamento.



O assentamento Hipólito, por esta caracterização apresenta uma dependência das transferências de renda (assim como os demais assentamentos), praticamente tornando um bairro da cidade de Mossoró. Dada a caracterização do processo de formação de renda geral, quase todo ele formado através de atividades não-agrícolas.

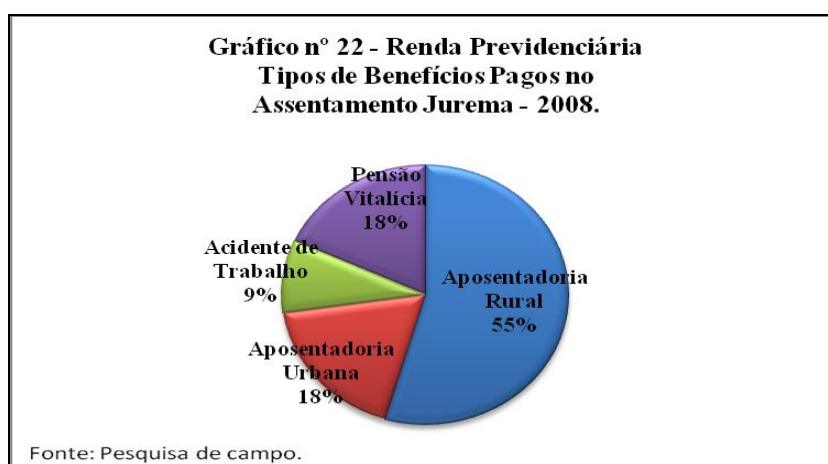
O surgimento da aposentaria rural no início da década 1990, possibilitou dentro dos assentamentos e em geral, no meio rural brasileiro, a amenização da pobreza ali instituída, ao passo que realçou as vulnerabilidades dos assentamentos no que tange as atividades

²⁷³ Em pesquisa realizada por PEREIRA (et al) em agosto de 2004, era observada a seguinte realidade: “A realidade que percebemos no assentamento Hipólito não é diferente daquela vivida pela maioria dos assentamentos de reforma agrária no sertão do Rio Grande do Norte e de estados nordestinos: a pobreza, o desemprego e a ausência de projetos que garantam emprego e renda, e que manteria o trabalhador rural no campo. As condições de vida das famílias são precárias. Muitos entrevistados (20%), têm uma renda inferior a um salário mínimo, sobrevivendo melhor aquelas famílias que recebem aposentadoria ou algum dinheiro proveniente de programas assistenciais do Governo Federal” In: PEREIRA (et alli). Desenvolvimento local e manejo da caatinga no assentamento Hipólito, em Mossoró/RN. *Holos*, Ano 21, maio/2005. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/60/66> Acessado em 10/08/2010. Acrescentamos que na nossa pesquisa foi verificado um percentual próximo a este estudo realizado em 2004. Dos 27 assentados entrevistados, 4 (15%) tinham renda inferior a 01 salário mínimo. Ver anexos.

produtivas. Em todas as visitas realizadas tínhamos a sensação de que os assentamentos estavam em processo de vegetação²⁷⁴ como se não houvesse uma razão para trabalhar a terra.

A influência da renda previdenciária no volume de renda gerada é impressionante. Se verificarmos a diferença de renda entre os 20% dos assentados que tiveram as maiores rendas e os 20% dos assentados que tiveram as menores rendas totais, verificamos que os assentados que obtiveram uma maior renda, todos (sem exceção), tinham pelo menos uma renda previdenciária²⁷⁵. A diferença de renda total gerada (entre os 20% com maior renda e os 20% como menor renda) foi de 646,42%. Enquanto a renda mensal média gerada pelos “mais ricos” ficaria em torno de 4,71 salários mínimos, a renda gerada pelos 20% “mais pobres” ficaria em torno de 0,73 salários mínimos. Em uma análise verificando a renda per capita/dia²⁷⁶, quase todos que obtiveram uma maior renda, obtiveram também uma maior renda per capita. Não obstante, as maiores rendas per captadas foram das unidades familiares tinham menos membros. Em geral, somente o assentado (e aposentado), ou uma pequena família com 2 rendas previdenciárias. O peso da renda previdenciária é crucial para a sustentabilidade dos assentamentos.

No Assentamento Jurema, tivemos uma surpresa quanto aos dados apresentados, pois aproximadamente 18% dos Assentados tinham aposentadoria urbana. Dos 17 entrevistados, 04 (23,52%), recebiam 2 aposentadorias.



²⁷⁴ Poderíamos dizer que sentíamos um estado letárgico quanto ao “desejo” de produzir, de realizar alguma atividade que o tirassem do risco de “subsistência”.

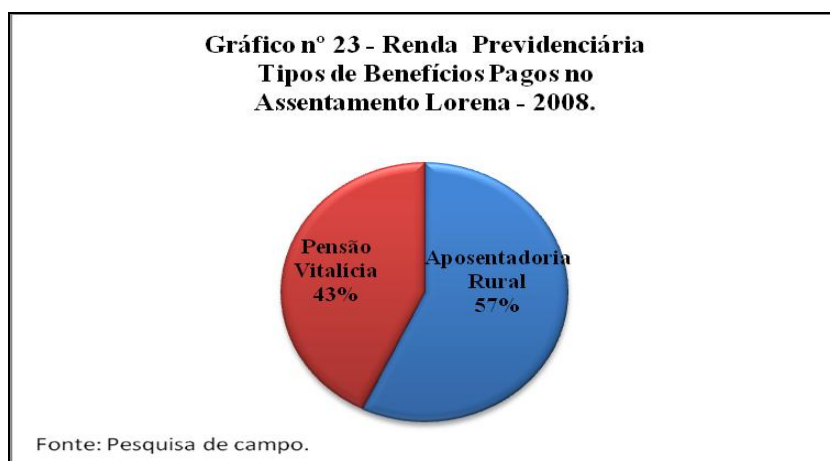
²⁷⁵ Se observarmos, a presença (influência) das chamadas rendas, não agrícolas (outros trabalhos), influenciam diretamente na “vulnerabilidade” do assentamento, sendo necessários procurar caminhos que possam minimizar esta dependência, deslocando-se tais volumes de rendas para outras “categorias”.

²⁷⁶ Renda Familiar per capita dia= [(Renda Média Mensal X Salário Mínimo)/nº membros da família]/30 dias.

Algumas considerações podem ser acrescidas a quantidade de aposentados urbanos na formação do assentamento Jurema. Segundo depoimentos, alguns vieram para o assentamento em função de terem ficado desempregados na antiga ocupação (urbana)²⁷⁷ e/ou estavam próximos de aposentar-se, e resolveram vir em busca de “*terra para plantar, ter uma nova casa e receber ajuda do governo*”. Este mesmo “aposentado/pensionista” considera que a ideia de vir morar no assentamento foi boa, principalmente pela tranquilidade e fácil acesso a cidade. Tal dado é revelador, quando damos conta que 53% já possuíam casa própria em um centro urbano, enquanto que apenas 23% não possuíam nenhum tipo de bem.

A renda previdenciária representa praticamente o único suporte (renda) dentro do assentamento. As maiores rendas do assentamento são formadas basicamente por pessoas que recebem aposentadorias e quando somados os benefícios/doações, estes percentuais beiram quase a sua totalidade.

No Assentamento Lorena comprova-se praticamente a mesma premissa dos assentamentos anteriores, a elevada dependência dos recursos da previdência social (aposentadorias/auxílios/pensões), com uma pequena exceção, a ausência de aposentadorias urbanas. Do total de assentados entrevistados, 66% recebem algum tipo de receita previdenciária.



²⁷⁷ “A presença de ocupações anteriores de natureza urbana é notável entre os assentados de áreas de fronteira social. Isto indica capacidade de atração, combinada com prováveis efeitos de fragilidades das estruturas de emprego urbano na atual conjuntura do país”. Ver SCHIMIDT, B.V.; MARINHO, D.N & ROSA, S. L. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p 31. A região de Mossoró passou por um processo de reestruturação produtiva na última década do sec. XX e início do século XXI, sendo sacudida por um processo de desemprego estrutural/tecnológico (indústria salinera) e falência de algumas empresas agroindustriais o que precipitou um maior interesse nos assentamentos.

O papel destas rendas no assentamento Lorena minimiza as vulnerabilidades econômicas para compensar a falta de formação de rendas agrícolas (voltadas ao mercado), já que a produção se vincula ao consumo (renda consumo). De todos os assentamentos pesquisados, o assentamento Jurema foi o único em que todos os assentados produziam para o autoconsumo (decisivo no processo de segurança alimentar). A renda previdenciária segundo palavras dos assentados significava um fator decisivo na permanência dos mesmos no assentamento. Afirmavam que se não houvesse este “*dinheirinho, já teriam abandonado o assentamento, seguindo o exemplo de muitos outros que foram morar na cidade dos filhos ou parentes*”. Tal afirmação é pertinente, em razão da quantidade de casas abandonadas ao tempo.

Quanto ao processo de formação previdenciária no assentamento Mulunguzinho, segue-se a mesma configuração dos outros assentamentos, dependendo exponencialmente destas rendas. A maioria dos assentados que geraram uma renda mais alta, teve em sua composição, origem em pensões/auxílios/aposentadorias.



Para se ilustrar a importância destes recursos para o assentamento, relatamos o ocorrido em uma de nossas viagens de estudos. Ao chegarmos para entrevistar alguns assentados (regressamos para tomar algumas informações) no início do mês (geralmente, período de pagamento dos benefícios e aposentadorias/auxílios/pensões), encontramos

presente no assentamento, apenas 1 dos 25 assentados que fazem parte do nosso estudo. Sendo necessário readequar nosso cronograma de visitas.

Enfim, percebe-se que o rural está cada vez mais urbano, de que a interferência das transferências de renda é significativa no deslocamento da formação de rendas total, para as chamadas rendas não-agrícolas, ampliando as vulnerabilidades²⁷⁸ produtivas do rural, e ao mesmo tempo, amenizando estas vulnerabilidades, com a capacidade de gerar uma renda para garantir sua sobrevivência.

4.4.7. Formação da Renda Programa Sociais e/ou Doações

O processo de formação da renda procedente da transferência monetária tem em sua concepção o objetivo de redistribuição efetiva, para permitir a redução das desigualdades sociais do país. Este processo de redistribuição (programas como Bolsa Família), não combate o problema da pobreza em seu âmago, apenas de forma pontual grupos de pobres, considerados excluídos, deveriam ter acesso ao mínimo que pudesse garantir em sua essência, uma segurança alimentar e o alçasse da pobreza extrema.

Compreendemos que esta visão reducionista governamental vivida atualmente no Brasil, de apenas focalizar a pobreza (ou a segurança alimentar como denominam alguns) como problemática, e tentar solucionar através transferências de renda (benefícios sociais), peca por omissão ao deixar de contemplar de forma cabal alguns aspectos como eficácia, eficiência e equidade. Historicamente os programas que têm um foco restrito e pontual não garantem aspectos que possam dar sustentabilidade a uma melhoria de vida por um período de tempo mais longo, criando-se uma dependência²⁷⁹ destas políticas de cunho reducionistas (por ser uma função complementar) e eleitoreira (porque se utiliza a expansão do programa como forma de ganhar o voto).

Um exemplo desta prática reducionista é apenas tirar famílias do índice de pobreza extrema/indigência e possibilitar uma série de discussões sobre a eficiência dos programas de

²⁷⁸ A sustentabilidade dos assentamentos pesquisados é praticamente nula.

²⁷⁹ *“Trabalhadores rurais do Nordeste estão optando por não ter registro em carteira para continuar recebendo benefícios sociais como o Bolsa Família e a aposentadoria especial antecipada, (...) Juceli Alves, 47, nove filhos, diz que teme perder os R\$ 134 mensais do Bolsa Família se for registrada: “É melhor contar com o certo”.* CANZIAN, F. Benefício social prejudica atividade rural do Nordeste. Jornal Folha de São Paulo do dia 16/05/2010. Na mesma reportagem, o Governo federal afirma que o referido “benefício” não causa dependência, entretanto, se olharmos para o processo de formação de renda, no tocante a “renda Benefícios/doações”, verificamos que não é verdade, pois existe um grande famílias em que esta renda, representa um percentual relativamente “alto” na composição da renda total auferida nas áreas de assentamentos.

transferência de renda, sem que necessariamente resolva os problemas estruturais que configuram a pobreza²⁸⁰.

Apesar de reconhecer o esforço do Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC e posteriormente do seu sucessor Luis Inácio Lula da Silva - Lula, em tirar alguns milhões de pessoas da miséria, os governos não foram capazes de criar condições para desenvolver um processo de apoio eficiente à agricultura campesina. Um dos aspectos que configuram a renda benefícios/doações é que mesmo sendo de caráter complementar e representando uma pequena parte da Renda Total, elas amenizaram a vulnerabilidade de algumas famílias no tocante a segurança alimentar.

Tabela nº 34
Composição da renda programas sociais e/ou doações nos assentamentos no ano de 2008.

Assentamento	Renda Benefícios total em Salários mínimos*	Média Mensal por Assentado estimada**		% da Renda Total
		R\$	S.M.	
Hipólito	34,75	R\$ 45,65	0,11	4,23%
Jurema	21,73	R\$ 45,65	0,11	6,63%
Lorena	18,07	R\$ 70,55	0,17	9,28%
Mulunguzinho	51,01	R\$ 70,55	0,17	8,41%

Fonte: Pesquisa de campo.

Obs:* Valor nominal do Salário Mínimo = R\$ 415,00.

** Média Mensal por Assentados = (Programas Sociais e/ou Doações total/Nº de assentados)/12 meses.

Baseando-se na tabela nº 34, verifica-se que a renda per capita em todos os assentamentos, mesmo acontecendo um volume grande de transferências (quando somadas as rendas previdenciárias e benefícios/doações), ainda está presente um grande número de pobres (24,36%) e indigentes (10,26%).

Os programas sociais e de benefícios sociais, são enquadrados em três grandes categorias, contendo uma série de Programas²⁸¹ em cada um deles:

²⁸⁰ Segundo Reportagem Publicada no Jornal Folha de São Paulo pelo repórter Fernando Canzian no dia 15/11/2010. *Levando-se em contas os dados do MDS, “pobres” são aqueles que recebem uma renda per capita inferior a R\$ 140,00 mensais (R\$ 4,66 por dia) e “indigente”, aquele que recebe R\$ 70,00 mensais (R\$ 2,33 por dia). Segundo dados do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, teria-se que acrescentar um valor correspondente a R\$ 21,3 bilhões ao ano (além dos mais de R\$13,4 bilhões utilizados no Bolsa Família), para atingir cerca de 80 milhões de pessoas que vivem em “situação de risco” e que corresponderia a aproximadamente a 1% do PIB. Toda esta transferência de renda (influenciou), efetivamente nas últimas eleições. A focalização “restritiva” é um problema? O tempo dirá, pois é necessário criar mecanismos (políticas) que visualizem não apenas as causas indiretas (efeitos primários/secundários), mas proporcionem instrumentos que possam combatê-la de forma direta (causas diretas/indiretas), aprimorando de forma efetiva/eficaz as condições básica de desenvolvimento humano, como saúde, educação, moradia e emprego. ver figura em anexo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandocanzian/830669-quanto-vale-um-pobre.shtml> Acessado em 16/11/2010.*

²⁸¹ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>

- 1) Transferência de renda:
 - a) Programa Bolsa Família (PBF)²⁸².
- 2) Sistema Único de Assistência Social (SUAS):
 - a) Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC)²⁸³; b) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); c) Centro de Referência Especializado de Assistência Social; (CREAS; d) Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); e) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – com renda para família e; f) ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo.
- 3) Segurança Alimentar:
 - a) Rede Integrada de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional – RedeSAN; b) Banco de Alimentos; c) Carteira Indígena; d) Cisternas (incorporada ao Programa Fome Zero); e) CONSAD - Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local²⁸⁴; f) Cozinhas Comunitárias; g) Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos²⁸⁵; h) Educação Alimentar e Nutricional; i) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA²⁸⁶; j) Restaurantes Populares e; k) Agricultura Urbana (MDS. 2010).

Todos estes programas reforçam o cunho social que o Governo Lula realizou, com alguns fracassos é verdade, porém propiciou o alargamento das políticas sociais e em especial de combate a fome. Para termos uma noção do alcance dos referidos programas, 11 milhões de pessoas foram contempladas no ano de 2008, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Em termos de recursos, foram pagos quase R\$ 11 bilhões, sendo deste total, R\$ 288.424.121,00 pagos em benefícios/auxílios no Estado do Rio Grande do Norte, alcançando 292.552²⁸⁷ pessoas. Do total das famílias entrevistadas

²⁸² É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza/extrema pobreza. Segundo regras do Programa no ano de 2008. “O Bolsa Família atende famílias com renda de até R\$ 120 por pessoa, divididas em dois grupos: 1) As famílias com renda de até R\$ 60 por pessoa terão, a partir de julho, o direito ao benefício básico, de R\$ 62, mais o benefício variável de R\$ 20 (de acordo com o número de crianças de até 15 anos) no limite de três benefícios, além do benefício de R\$ 30 para adolescentes de 16 e 17 anos (no limite de dois benefícios)”. Com isso, essas famílias passam a receber de R\$ 62 a R\$ 182; 2) No caso das famílias com renda por pessoa de R\$ 60 a R\$120, são pagos os benefícios variáveis: R\$ 20 (de acordo com o número de crianças de até 15 anos) no limite de três benefícios, além do benefício de R\$ 30 para adolescentes de 16 e 17 anos (no limite de dois benefícios). Com isso, essas famílias passam a receber de R\$ 20 a R\$ 120. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/noticias/bolsa-familia-e-reajustado-em-8/?searchterm=valor bolsa familia 2008](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/noticias/bolsa-familia-e-reajustado-em-8/?searchterm=valor%20bolsa%20familia%202008) Acessado em 09/10/2010.

²⁸³ É um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho.

²⁸⁴ Mossoró não estava vinculado a este programa.

²⁸⁵ A prioridade é dada a grupos remanescentes de quilombos, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, comunidades de terreiros, indígenas, atingidos por barragens e populações residentes em municípios vítimas de calamidades públicas, impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos.

²⁸⁶ Uma das ações do Programa Fome Zero, buscando dar uma sustentabilidade a agricultura familiar, adquirindo até o limite máximo de R 3.500,00 de agricultores que se enquadrem no PRONAF.

²⁸⁷ Existem famílias que são contempladas com mais de um benefício (até o momento da pesquisa, era verificado famílias recebendo o Vale Gás e Bolsa Família – que tinha seus condicionantes em relação ao número de filhos em idade escolar).

67,94% dos assentados foram incluídos no Programa Bolsa Família, de acordo com o gráfico nº 25.



A envergadura do programa chega a tal ponto em que no ano de 2010, alcança 12 milhões de pessoas. A grandeza do programa esconde na realidade, a vulnerabilidade a qual estão expostas milhões de pessoas e põe em perigo a capacidade de melhoria do capital humano, como forma de aprimorar para as gerações futuras, um melhor nível de desenvolvimento (com inclusão e sustentabilidade), comoforme ratifica Sojo (2007, p.119):

El análisis del manejo del riesgo social apunta certeramente a que todas las personas son vulnerables a múltiples riesgos de diverso origen, e interrelaciona el riesgo, la exposición al riesgo y la vulnerabilidad. Constituyen riesgos los eventos que pueden dañar el bienestar y que son inciertos en cuanto a su ocurrencia, su duración o la magnitud del daño que pueden causar. Se entiende por exposición la probabilidad de que un riesgo ocurra. La vulnerabilidad mide la capacidad de resistencia a una perturbación o choque y, por lo tanto, la probabilidad de que esta se traduzca en una declinación del bienestar, la que dependerá sobre todo de la dotación de activos de los hogares, de los mecanismos de aseguramiento y de la severidad y frecuencia de la perturbación. La protección social, acto seguido, es definida como el conjunto de intervenciones públicas que ayudan a los individuos, hogares y comunidades en el manejo del riesgo y que apoyan a los más pobres; tales intervenciones deben establecer relaciones de refuerzo mutuo con las áreas de educación y salud en torno al desarrollo de capital humano²⁸⁸.

²⁸⁸ SOJO, A. La trayectoria del vínculo entre políticas selectivas contra la pobreza y las políticas sectoriales. *Revista de la Cepal*, nº 91. Santiago do Chile. Abril de 2007.p.119.

Esta situação na qual vivem estas famílias no Brasil, em geral, também é reproduzida nas áreas de assentamentos, com maior intensidade, especificamente diante de tudo que abordamos quanto à geração de rendas.

No tocante as doações, todas foram de caráter particular (familiares), como forma de complementação da renda e garantia do mínimo em termos de segurança alimentar na família. No assentamento Jurema, no ano de 2008, foram identificadas 5 doações, sendo estas compostas por 60% em forma de alimentos e 40% em forma de dinheiro, que totalizaram em termos monetários, o montante de R\$ 1.250,00.

No tocante ao assentamento Hipólito as doações foram compostas por: 40% em alimentos, 40% em dinheiro e 20% em dinheiro e alimentos, totalizando monetariamente o valor de R\$ 1.700,00, enquanto que no assentamento Lorena foi identificada 1 doação no valor de R\$ 3.600,00 em dinheiro. No Assentamento Mulunguzinho não foi identificado o recebimento de nenhuma doação, seja em recursos ou alimentos. Todas estas doações foram correspondentes ao ano de 2008.

Por fim, as rendas apresentadas configuram uma exacerbação da vulnerabilidade a qual estão expostas as áreas de assentamento, visualizando-se a necessidade de aprimorar as políticas de reforma agrária que contemplem a segurança alimentar, e primordialmente o fortalecimento da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reforma agrária tem sofrido, nas últimas décadas no Brasil, duros golpes quanto a sua implantação. Governo após governo (seja militar ou civil) nunca cumpriram com as expectativas criadas em termos de quantidade e de qualidade na instalação das áreas assentadas.

Em todos os momentos que visualizamos os dados oferecidos pelo governo e por entidades representativas, não revelam um cálculo exato do custo dessa empreitada, por divergências de métodos de avaliação e, principalmente, pela falta de transparência do governo (inclusive com suspeição sobre o falseamento de dados). Segundo alguns dados apresentados, estima-se que aproximadamente 80,6 milhões de hectares (10% do território nacional) foram utilizados no processo de reforma agrária, sem que isto tivesse, até o presente momento, resultado significativo quanto à pressão social por terras e por uma efetiva melhora na qualidade de vida das pessoas no campo.

A dificuldade para avaliar a experiência brasileira de reforma agrária (RA) começa pela indefinição dos parâmetros básicos: Qual(is) o(s) objetivo(s) explícito(s) e implícito(s) da RA? Diminuir a pobreza no campo? Influir no processo de desconcentração de terras? Criar uma classe média rural de agricultores familiares integrados ao mercado? Incorporar o assentado a um processo de produtivo com viés da produção agropecuária? Ou de garantir a segurança alimentar?

Para determinar o processo de avaliação dentro das áreas de assentamentos, é ainda mais complicado devido à forte polarização de ideias, que muitas vezes contribuem para análises que substituem os fatos - lastreados em números, evidências comprovadas, compreensão da dinâmica econômica e social e de projeções consistentes – e que pressupõe uma série de pensamentos (ações) hermeticamente fechados, que não se postulam a abertura de contrapontos.

O processo que dá origem aos assentamentos rurais (e a forma de como ele é executado) é a gênese da problemática da reforma agrária. Inicialmente, o planejamento não é consistente com este objetivo, pois a criação de um assentamento rural pressupõe que as relações foram ditadas pelo conflito, com propósito mais importante e imediato de reduzir a tensão social e a pressão dos movimentos sociais e assentar o maior número possível de

famílias, independentemente de quem são, da localização do assentamento e das condições efetivas para que estas se instalem com mínima chance de produzir e crescer.

Posteriormente verifica-se que para o intuito de formar uma classe média rural, seria necessário selecionar famílias com perfil adequado, com experiência e cultura de produtor rural. Ser pobre ou sem-terra, militante de movimento social, ter vivido debaixo de lona e participado de ocupação de terra – critérios utilizados hoje para a seleção – podem até ser condições necessárias, mas certamente não são suficientes.

O assentado não deve ser um produto de política pública, mas de cultura, vivência, experiência, resistência e até tradição. É fundamental dimensionar o peso e a relevância dessas unidades de reprodução socioeconômica no contexto local, pois a definição de formatos e concepções envolvendo projetos de assentamentos e a caracterização do espaço local/ regional fortalece a capacidade democrática e concebe a discussão de um “vetor” de desenvolvimento que considere as oportunidades endógenas/exógenas de custo oportunidade de aferrar a capacidade produtiva dos assentamentos.

Entendemos que para a reforma agrária seja concretizada é necessário que sejam desenvolvidas políticas não apenas de aspecto produtivo, mas também sociais. É fundamental que sejam estabelecidas políticas que diminuam os índices de analfabetismo, que melhorem as condições de saúde, que contemple o meio ambiente e o entorno das áreas de assentamentos, bem como, de uma assistência técnica (real) que tenha como objetivo não apenas a melhora da capacidade produtiva, mas também a inclusão de novas tecnologias (a baixo custo) que possam gerar renda.

Que seja estabelecida uma política que leve em conta o no período da estiagem, sejam desenvolvidos programas que incorporem boa parte da mão-de-obra das áreas de assentamento, para garantir uma renda que possibilite aos mesmos um pouco de recursos para investimento em insumos e equipamentos a serem aplicados no período de chuvas, considerando as condições de desenvolvimento nas áreas de semiárido.

Todos os dados divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário são bem maiores do que os verificados através das Relações de Beneficiários divulgadas (RBs). No papel e na prática, apesar da classificação criada pelo INCRA para a determinação de um escalonamento que leva desde a instalação até o processo de emancipação dos assentamentos, não existem na prática nenhum assentamento devidamente emancipado. Verifica-se que dentro dos assentamentos existe uma política paternalista que se entranha dentro das

instituições e incorpora todos os assentados numa relação político-dependente em relação ao Estado.

A existência de um modelo de reforma agrária que supõe a venda de lotes por parte de assentados ou até mesmo o abandono, é a prova que o presente modelo de reforma agrária é ineficaz, caro e indutor de uma política social baseada no assistencialismo.

Verifica-se que o INCRA ou qualquer outro órgão não dispõe de uma análise criteriosa de concepções, dos instrumentos de execução ou mesmo de operacionalização da reforma agrária. É fundamental a definição de responsabilidades dos diversos órgãos públicos relacionados ao tema da reforma agrária (tanto ao nível federal, como estadual e municipal) e de possíveis organogramas institucionais que prevejam a participação dos principais atores diretamente envolvidos na questão. Tal prova é que durante toda nossa pesquisa, até mesmo o banco de dados no INCRA existe uma série de contradições quanto ao número de assentamentos criados e de famílias assentadas. Entendemos que a atual política desenvolvida e proposta pelo PNRA contem muitos e divergentes objetivos, pois ao final de tudo leva-se a uma incongruência dos esforços para alcança-los.

Apesar da distribuição de terras pelo processo de reforma agrária, não se conseguiu desconcentrar a terras, nem levar segurança alimentar ao meio rural, ou mesmo diminuir a pobreza rural (isto foi feito através de programas sociais distintos a reforma agrária). O mais contraditório é que tal política, ao invés de eliminar, em algumas situações, recria minifúndios nos assentamentos - a verdadeira fábrica de pobres no meio rural.

Ademais, cremos que a falta de conhecimento é o principal entrave do desenvolvimento das áreas de assentamento, não basta ser pobre ou sem-terra, é necessário ter também conhecimento, vontade e experiência. É contundente que a tomada de decisões sobre o que e como produzir ou vender (gestão), é o limitador ou condicionante para o assentado não integrar-se propriamente ao mercado consumidor. Dada a pouca capacidade de articulação com os intermediários ou consumidor de uma organização da distribuição dos seus produtos. O desenvolvimento de estratégias de organização produtiva/comercialização/gestão e efetivamente o êxito de uma possível emancipação nos assentamentos será uma consequência da incorporação de inovações, ou propriamente, de como se fomentará localmente as estratégias/ações.

A questão da fragilidade da organização decorre em parte de falhas dos agentes operativos na condução do processo de reforma agrária, que no início do assentamento além de não promoverem uma capacitação dos agricultores para a organização e gestão de todo o

processo econômico, social e político, não deram atenção para as diferentes trajetórias sociohistóricas e culturais, projetos e expectativas individuais das famílias assentadas.

Dessa forma, a imposição de regras e normas apontadas para o grupo como se ele fosse homogêneo, inviabilizou o processo de construção de identidade ao mesmo tempo em que aumentou a dependência com relação aos agentes. Essa situação acabou repercutindo na execução de projetos e ações coletivas nos assentamentos.

Esta falta de experiência e a pouca disponibilidade de recursos para produzir, o devolve a sua condição de origem, pobreza rural – agora em uma situação distinta, o mesmo é detentor de um fator de produção. Em nossa pesquisa de campo, constatou-se que pouquíssimos assentados resistem à instabilidade dos preços agrícolas, aos custos crescentes de produção e à falta de infraestrutura produtiva e de comercialização.

No caso dos assentamentos pesquisados encontramos uma série de dificuldades, além das anteriormente comentadas, quanto ao seu funcionamento e aos desdobramentos que são carregados por estas situações estruturais, que podemos efetivamente listar:

a) infraestrutura inadequada ao funcionamento do assentamento

Na pesquisa de campo, verificou-se que todos os assentamentos dispõem de infraestrutura inadequada ao seu funcionamento, principalmente quando abordamos a situação do estado de conservação das residências, da falta de água potável para o consumo humano, da falta de esgotamento sanitário e da falta de condições básicas de saúde. Mesmo tendo todos estes aspectos negativos apontados, ainda consideramos melhor do que a situação de muitos bairros na periferia das cidades (em consideração, o município de Mossoró). A criação dos assentamentos possibilitou para uma população de baixa escolaridade e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/ agrícola, a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar, ainda que de forma precária, puderam ter acesso à moradia, saúde, escola.

Entretanto, quando abordamos a questão da reforma agrária, passa a ser preocupante, pois estas pequenas falhas aprofundam as vulnerabilidades dos assentamentos, dificultando uma possível emancipação dos mesmos. A infraestrutura apesar de não ser totalmente determinante no processo de funcionamentos dos assentamentos é, entretanto, um elemento norteador das atividades ali desenvolvidas, pois denotam uma insuficiente intervenção do Estado no processo de transformação fundiária e, por outro, fortes continuidade em relação à precariedade material que marca o meio rural e em especial, no semiárido brasileiro.

A falta de infraestrutura, somando-se às dificuldades de estabelecimento na terra e àquelas mais gerais enfrentadas pela agricultura familiar, tem efeitos graves sobre a vida dos assentados e sobre a produção. Entretanto, isso não significa que não haja alterações: a criação dos assentamentos e as expectativas que os cercam, bem como a existência do assentamento enquanto espaço de referência para políticas públicas, entre outros fatores, fazem com que os assentamentos sejam a gênese de novas demandas e reivindicações, cujo atendimento pelos poderes públicos (municipal, estadual e federal) depende da capacidade organizativa dos assentados e das conjunturas políticas locais em que se inserem.

O desenvolvimento deste processo promove o surgimento de formas organizativas internas (e também mais amplas) e a busca pelos assentados de lugares onde se façam escutar. Neste sentido, os assentamentos incorporam mudanças na cena política local, com a presença dos assentados nos espaços públicos e mesmo nas disputas eleitorais. Os assentamentos provocam assim mudanças nas relações entre aqueles trabalhadores e as autoridades locais, seja impondo a estas novas formas de atuação, seja reforçando mecanismos tradicionais de clientela, atuando muitas vezes, como no caso dos assentamentos pesquisados, como intermediários de determinados grupos políticos locais.

b) baixa capacidade de organização produtiva

Durante nossa visita, percebemos uma forte divisão de grupos dentro dos assentamentos, que não conseguiam trabalhar conjuntamente e desenvolver qualquer atividade a promover um associativismo ou cooperativismo forte, seja organizando a produção, seja dispondo de meios práticos e efetivos para colocação da produção agrícola e animal no mercado. Esta desarticulação acentua ainda mais a vulnerabilidade de cada assentado, pois sua descapitalização o fragiliza e o coloca frente ao mercado sem possibilidade de negociar margens, seja em termos de valores ou em prazo para recebimento dos valores correspondentes.

A fragilidade na organização do trabalho (e conseqüente distribuição da produção) o coloca numa situação delicada quando abordamos a questão da incorporação dos custos de produção, uma vez que, quando realizada a compra dos insumos e a realização do trabalho apenas por sua unidade familiar, a venda dos produtos ao mercado consumidor (leia-se intermediário), praticamente o desmobiliza produtivamente para a próxima safra, uma vez que, o valor por ele recebido é geralmente inferior ao seu custo de produção. O único fator benéfico ao receber os valores da venda de sua produção é a liquidez momentânea que

permitirá a ele dispor de recursos para comprar algo a sua família. Esta liquidez aparente induz a um processo de endividamento do assentado, já que o mesmo não contabiliza todos os gastos efetivamente tomados para a produção do bem que vendeu.

No caso dos assentamentos pesquisados, verificou-se uma utilização pequena do crédito agrícola, onde apenas 7% dos assentados entrevistados tinham contraído empréstimos para efetuar sua produção agrícola. É verdade também, que muitos dos assentados, não recorreram à utilização deste crédito, em razão da inadimplência de empréstimos contraídos anteriormente. No caso específico do PRONAF, percebe-se uma efetiva oferta de recursos (entretanto em volume menores nos últimos anos), porém com uma menor demanda, especificamente nas áreas de assentamento.

A obtenção de recursos do PRONAF para investimentos ou custeio apresenta no caso de nossa pesquisa, algumas informações em que parte dos recursos não são devidamente aplicadas na atividade e que são destinada a compra de bens de consumo duráveis e semiduráveis (geladeira, motos, fogões, etc). A falta de uma consciência produtiva e de doação completa por parte dos assentados se faz presente quando verificamos o desvio de finalidade destes recursos, direcionando-os a outros fins que não atividade produtiva. A sustentabilidade dependeria das decisões de investimento comunitário e da articulação do programa com outras fontes de financiamento. Nesse sentido, a lógica associativa criaria uma relação coerente entre o processo de distribuição de riqueza, a formulação de projetos e o monitoramento comunitário, o que seria a base de sustentação do programa.

c) alta participação de rendas não agrícolas na composição geral da renda;

Durante nossa pesquisa, ficou evidenciada a dependência de um elevado número de famílias que obtinha recursos de rendas não-agrícolas, em geral, provenientes de transferências governamentais (rendas previdenciárias e benefícios sociais). Muitas destas rendas (principalmente a renda previdenciária) das famílias assentadas acabam servindo como amparo social a outros parentes, bem como mecanismo de recomposição de laços familiares antes desfeitos ou ameaçados pela necessidade de deslocamentos em busca de alternativas de sobrevivência. O acesso à terra permitiu às famílias entrevistadas uma melhoria das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas destas famílias antes do seu ingresso nos projetos de assentamento.

Na reforma agrária na região Nordeste, além de atenuar a baixa produtividade, as atividades não-agrícolas também se constituíram num fator de relevância e não podem ser

descartadas quando se implantam ações de desenvolvimento nos assentamentos. Nos assentamentos pesquisados, as atividades remuneradas realizadas externamente aos assentamentos e/ou as rendas previdenciárias permitiram a manutenção das famílias durante os períodos de frustração de safra; foram as responsáveis pela obtenção de condições sócio-econômicas mais favoráveis ao estabelecimento desses trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas. Portanto um programa de desenvolvimento rural deve considerar não apenas a agricultura, mas também outras atividades que possam gerar renda para as famílias, sejam elas ligadas à agricultura ou não. O grande problema é que visualizamos que as empresas contratantes vêm nos assentamentos uma possibilidade de mão-de-obra mais barata que a encontrada na zona urbana, principalmente quando da necessidade de deslocamento desta mão de obra (principalmente das empresas terceirizadas que presta serviços a Petrobras).

Temos preocupação quanto a origem das chamadas rendas previdenciárias, que embora sejam importantes e necessárias para a manutenção da família e da propriedade, elas não podem ser vistas como solução para os problemas de geração de renda no setor rural, nem como único meio de sobrevivência das famílias, pois se constitui num risco para as gerações futuras dependentes dos aposentados da família.

d) Insustentabilidade ambiental

Um dos aspectos observados dentro de nossa pesquisa foi o extrativismo, que desempenha um caráter secundário em relação à atividade produtiva principal, no que se refere à segurança alimentar e geração de renda, pois o aproveitamento da biodiversidade nativa insere-se como atividade complementar viável, tanto para o autoconsumo quanto para a geração de renda, desde que utilizado um manejo coerente com a capacidade de suporte ali estabelecida. Em alguns casos, no entanto, a atividade extrativa se torna a principal atividade desempenhada. O extrativismo em alguns momentos configurou-se numa forma de depredação do meio ambiente, especificamente quando da verificação de retirada de madeira para cercas e/ou a fabricação de carvão. Muitos dos assentados utilizam tais recursos como forma de garantir uma renda extra que possibilite a manutenção de sua família. A problemática ambiental não apenas é vista quanto à questão do desmatamento, mas também das práticas agrícolas quanto a utilização de queimadas e utilização de agrotóxicos.

Diante do exposto, podemos dizer que para que os assentamentos estudados produzam uma qualidade de vida satisfatória e superem seus problemas, é necessário que as diversas

instâncias do Estado e os agentes sociais (assentados, agentes executores e a sociedade local) articule-se em prol de medidas que conduzam a construção do desenvolvimento sustentável nessas comunidades.

Na pesquisa realizada, em todos os assentamentos observamos a desarticulação de medidas governamentais, praticadas pelas diversas esferas do Estado, corroborando por distorcer o processo de reforma agrária, levando a uma situação de vulnerabilidade social, política e econômica.

No que diz respeito a política de reforma agrária, enquanto não transformar as estratégias de legitimação e de execução da política agrária para áreas de assentamento no semiárido, substituindo o assistencialismo, reprodutor da miséria, por um conjunto de medidas que contemplem projetos comprometidos com a sustentabilidade dos sistemas produtivos, com mecanismos que possibilitem uma melhora na qualidade de vida dos assentados e com o processo educativo das famílias, estimulando-as à organização e à construção de uma identidade coletiva, nenhuma ação de desenvolvimento sustentável (de caráter local) obterá sucesso na região.

Ao analisamos que o presente modelo de reforma agrária e suas diretrizes geram alguns resultados contraditórios e que não correspondem a um modelo sustentável economicamente, quando abordamos a sua funcionalidade e organização produtiva. Entretanto, esta negativa (de sustentabilidade), também produz alguns resultados positivos e que poderíamos exemplificar, é instrumento de justiça social, ao dar acesso à terra e a moradia, bem como, por abrir oportunidades de incorporação aos setores produtivos/consumidores.

Por fim, compreendemos com a realização deste trabalho que o processo de reforma agrária (seu PNRA e seus PRRA) necessita ajustar-se às demandas não apenas de determinadas regiões, mas ajustar-se à realidade social de cada assentamento, sendo fundamentalmente necessário um aprimoramento do capital humano ali instalado (de caráter gerencial e de organização produtiva), bem como de prover estes assentamentos de infraestrutura, assistência técnica e fornecer instrumentos creditícios mais eficazes (e com controle institucional mais rígido quanto a sua utilização) que facilitem a utilização de tecnologia e possibilitem a produção em uma maior frequência e volume, incorporando também valor a esta produção (produto).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. & CARVALHO FILHO, J. J.. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – nº 3, vol. 24, p.36-53 – set-out/1994.

ABRAMOVAY, R. Comercialização e clientelismo. In: ROMEIRO, A.. (et. ali). *Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate* - Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE.1994.

ACSELRAD, H.. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CAVALCANTI, Clóvis. *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1994

ACSELRAD, H. e LEROY, J.P. Novas premissas da sustentabilidade democrática. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1, 1999.

ANDRADE, M. C.. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

ALBUQUERQUE, F. *Espacio, territorio y desarrollo económico local*. Santiago de Chile: ILPES. 1995.

ALTIERE, M.A. *A agroecologia: a dinâmica produtiva agrícola da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1998.

_____. *A agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ARMANI, D. et. al. (org.). *Agricultura e Pobreza: construindo os elos da sustentabilidade no Nordeste do Brasil*. Porto Alegre: Tomo Editorial; Holanda: ICCO. 1998.

BECKER, B.K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

BASTOS, F. *Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar*. Campinas: Editora Polis, 2006.

BOURDIEU. P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRUM, A.J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BUAINAIN, A. (Coord.) et al. *Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. INCRA/IICA. Brasília, 1998.

CARMO. M.S do; PINTO, M. S. V. & COMITRE, V. Estratégias agroecológicas em assentamentos humanos: extensão para um rural sustentável. In: FERRANTE, V.L.B &

HITAKER, D.C.A.(orgs.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: MDA ; São Paulo: Uniara, 2008.

CÁCERES MORA, A. Desarrollo económico local en Europa. In: DOMÍNGUEZ MÁRQUEZ, J.A. (Editor). *Aportaciones internacionales para el desarrollo local*. Huelva: Universidad de Huelva, 2009.

CAVALCANTI, C.. *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CEPAL. *Equidad, desarrollo y ciudadanía*, LC/G.2071/Rev. 1-P, Santiago de Chile. Publicación de las Naciones Unidas, 2000.

CHENERY, H. y otros (1976): *Redistribución con crecimiento*, Madrid: Tecnos. 1976.

COHN, A. y A.M. MEDEIROS. *O programa Bolsa família: a questão social no Brasil*, inédito. 2004.

COSTA NETO, C.; ANJOS, M. B. *Dimensões sociais da sustentabilidade em assentamentos rurais no Brasil: um enfoque teórico-metodológico*. s.d. 15p. Disponível em: <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/15.pdf> Acesso em 12 de Maio de 2007.

COUTO ROSA, S.L. *Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável*. 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural-SOBER, Foz do Iguaçu.1999.

CUNHA, A.R. A. Almeida. *Perfil de compra de produtos básicos em assentamentos rurais: evidências empíricas*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

DIRVEN, M.. El empleo rural no agrícola y la diversidad rural en América Latina. *Revista de la Cepal*, nº 83. Santiago do Chile. Agosto de 2004.

DRAIBE, S. Brasil: Bolsa Escola y Bolsa Familia. In: E. Cohén y R. Franco (coords.), *Transferencias con corresponsabilidad Una mirada latinoamericana*, México, DF: Secretaría de Desarrollo Social (SEDESOL), 2006.

DROSTE, B. y DOGSÉ, M.. El desarrollo sostenible: el papel de la inversión. In: DROSTE, B. y DOGSÉ, M. *Medio ambiente y desarrollo sostenible: mas allá del informe Brundtland*. Editorial Trotta:Madrid, 1997. p.89.

DOUROJEANNI, Axel. *La dinámica del desarrollo sostenible y sustentable*. Comisión Económica para América Latina y Caribe (CEPAL), LC/R 1925, Santigado do Chile, julio, 1999. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/0/4490/lcr1925s.pdf> acesso em 08 de abril de 2008.

DUVAL, H. Carmona. *Da terra ao Prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural*. São Carlos: UFSCar, 2010.

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E. de et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 207-238.

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000. 273 p.

_____. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, v. 35, n. 1, p. 1-38, oct. 1998.

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V.L.S.B. & WHITAKER, D.C.A. (orgs). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília : MDA ; São Paulo: Uniara, 2008.

FERNANDES, M. J. C. Dinâmica sócio-econômica da reforma agrária e dos assentamentos rurais no território potiguar. XIX *Encontro Nacional De Geografia Agrária*, São Paulo, 2009. In:
http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Fernandes_MJC.pdf Acessado em 10/11/2010.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. 1961.

_____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 23ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

_____. *O subdesenvolvimento revisitado. Economia e Sociedade*, Campinas, 1992. v.1, n.1, p. 5-20.

_____. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra. 1998.

GARCÍA DOCAMPO, M. El desarrollo local en el marco de los procesos de globalización. In: GARCÍA DOCAMPO, Manuel García (editor). *Perspectivas teóricas en desarrollo local*. Oleiros - La Coruña: Netlibros, 2007.

GARCIA JÚNIOR, A. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre um estudo da FAO. In: ROMEIRO, A. (et. ali). *Reforma agrária : produção, emprego e renda : o relatório da FAO em debate - Petrópolis, RJ: Vozes ; Rio de Janeiro;: IBASE. 1994, p.87-98.*

GARCIA, A.P. Agricultura y alimentación: resultados y desafíos. In: CORREA, E.; DÉNIZ, J. & PALAZUELOS. *América latina y desarrollo económico: estructura, inserción externa y sociedad*. Madrid: Akal, 2008.p 82-83.

GAZOLLA, M & SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papeis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p.89-122, 2007.

GEORGESCU-ROEGEN, N. Energy and economic myths. In: BURCH, W. & BORMAN, F. H. (orgs.) *Growth limits and the quality of life*. São Francisco: Freeman, 1974.

GIAMBIAGI, Fabio & ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. *Finanças públicas e Prática* 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIDDENS, A; BECK, U.; LASH S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GOMES DA SILVA, A.; CORREIA VERAS, E.. A heterogeneidade da dinâmica das ocupações no rural do Nordeste. In. XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2001. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano/>

GÓMEZ DE LA IGLESIA, R. & OIARZABAL, A.. *Economía Social, Nuevos Yacimientos de Empleo y Desarrollo Local*. Seminario Internacional. Vitoria-Gasteiz: Xabide, Gestión Cultural y Comunicación, 2002.

GOMES DA SILVA, A.. *Famílias, domicílios e pluratividade: as transformações no rural norte-rio-grandense*. s/d. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano/>

_____. Características e transformações no rural do Rio Grande do Norte. In: *Seminário Sobre o Novo Rural Brasileiro*, Campinas, 1999. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano/>

_____. O Nordeste rural e as novas dinâmicas de ocupações: a heterogeneidade regional. In: *Seminário Sobre o Novo Rural Brasileiro*, Campinas. 2001. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano/>

GRAZIANO DA SILVA. J. (Coord.). *A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste*. Campinas: UNICAMP. 1989.

GRAZIANO DA SILVA. J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J.. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: *Seminário Sobre o Novo Rural Brasileiro*, 2001. Campinas. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano/>

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. *Questão Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

_____. O novo rural brasileiro. In: *Seminário Sobre o Novo Rural Brasileiro*, 2001, Campinas. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano/>

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E.. *A evolução das rendas e atividades rurais não-agrícolas no Brasil*. s/d. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano/>

GRAZIANO DA SILVA, J; DEL GROSSI, M. E. *O novo rural brasileiro: a evolução das rendas e atividades rurais não-agrícolas no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia - Unicamp, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980.

GRISA, C. *A produção "pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul*. 200f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural-

Universidade Federal do Rio Grande do sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/61247/2/v46n2a08.pdf> Acessada em 16 novembro 2011.

GUANZIROLI, C. E., Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de reforma agrária. In: ROMEIRO, A. (et. ali). *Reforma agrária* : produção, emprego e renda : o relatório da FAO em debate - Petrópolis, RJ: Vozes ; Rio de Janeiro; IBASE. 1994, p.16.

GUIMARÃES, A. P.. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda e pobreza entre as famílias no Brasil, de 1980 a 1983. *Revista de Economia Política*. Vol 5, nº 3. Julho-Setembro 1985.

LEITE, S. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen. *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, v.XLX, p.3-38, 2007.

_____. *Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar: uma aproximação à experiência brasileira*. Campinas: Unicamp, 2003.

HOLANDA, S. B. . *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 26ª ed., 1995.

INCRA. *Plano regional de reforma agrária do Rio Grande do Norte – PRRA/RN (2003/06)*. Natal: INCRA, 2004.

INCRA. *Relatório de atividades INCRA 30 anos*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>.

KARL, T.L. *The Vicious Cycle of Inequality in Latin America*, Working Paper, N° 2002-177, Berkeley, Universidad de California, 2002.

LEITE, S.et. al. (Coords). *Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004.

LEITE, S. *Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza/CE. 1998.

_____. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen. *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, v.XLX, p.3-38, 2007.

LEITE, S.. *Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar: uma aproximação à experiência brasileira*, Unicamp, outubro de 2003.

LIMA, S.R. R. & MOREIRA, G. L.. *A estrutura fundiária brasileira e o papel dos Assentamentos rurais na (re) organização do território brasileiro*. Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de Economia Política na cidade de Campinas, de 24 a 27 de maio de 2005.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. Caderno ‘Segurança Alimentar’. 2004. Disponível em:

<<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/Alimentacao/TConferencias.html>> Acesso em: 06 mar. 2009.

MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 3ª ed., 1986.

MARTINS, José de Souza. O Bolsa-Família e o crediário de geladeiras e lavadoras. *Folha de São Paulo*, 09/03/2008, p. J3.

MARX, K.. *O capital*. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

MATTEI, L. Reforma agrária e desenvolvimento no Brasil: antigas e novas questões. In: *Congresso da Sep*, 2003, Florianópolis. Anais. SeP, 2003. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/24_MATTEI.pdf

MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ, J. A. Planificación estratégica y desarrollo local. In: MÁRQUEZ DOMÍNGUEZ, J.A.(Editor). *Aportaciones internacionales para el desarrollo local*. Huelva: Universidad de Huelva, 2009.

MATTEI, L. Impactos do PRONAF: análise de indicadores, Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA: Núcleo de estudo agrário e desenvolvimento rural, Brasília-DF, 2005.

MAYA FRADES, Antonio. (2004): El La Unión Europea como promotora del desarrollo rural. In: GONZÁLEZ, Román Rodríguez y CORREA, Edelmira Pérez. (coord.): *Espacios y desarrollo rurales una visión múltiple desde Europa y Latinoamérica*. Gijon: Ediciones Trea, 2004. pp 21-48.

MEDEIROS, H. J. V. *O novo paradoxo: a expansão do crédito do PRONAF e a estagnação da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte*, Natal-RN, UFRN, 2005.

MEDEIROS, L. S. de & LEITE, S.(orgs). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

MEDEIROS, L. S. de & LEITE, S.(orgs.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MENDES, A. D. Envolvimento e desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

MUELLER, C.C. Agricultura, desenvolvimento agrário e o Governo Lula. In: *Revista de política agrícola*. – Ano XIV, n. 2 (abr/maio/jun. 2005). Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 2005. p. 18-36.

NEY, M. G. & HOFFMANN, R.. A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. *Revista Economia Aplicada*. 2008, vol.12, n.3, pp. 365-393.

NOVAIS, F. A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense,1993.

NUNES, E.M.; QUEIROZ, K. S; GODEIRO, K.F. *A reforma agrária e o desenvolvimento rural no estado do rio grande do norte, Brasil: análise e impactos*. 2006. p.09 Disponível em: http://www.icarrd.org/po/proposals/Emanoel_2006.pdf Acessado em 10/11/2010.

OLIVEIRA, A. U.. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 2^a 1987.

_____. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labor Edições, 2007.

OLIVEIRA, L. K. B.. *Renda e Prosperidade: Uma análise comparativa entre os assentamentos Hipólito e Palheiros III*. Mossoró: UERN. Monografia de Graduação. (mimeo), 2007.

ORTEGA, A.C. *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas,SP:Editora Slínea;Uberlândia, MG:Edufu, 2008.

OZELAME, D.; TROIAN, A.; CAVALHEIRO, A. Valorizando o autoconsumo: alimentação e independência. II Congresso Nacional de Agroecologia. Revista Brasileira. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007 .

PEREIRA, E.D.G; LIMA, E.M.A; SOUZA, F.C.S.;PAULINO, M.S.M;SANTOS,J.B.;BEZERRA, G.S.;NÓBREGA, M.L.S.;SILVA, D.A.M; OLIVEIRA, M.A.; MARTINS, J.V.C.(et alli). Desenvolvimento local e manejo da caatinga no assentamento Hipólito, em Mossoró/RN. HOLOS, Ano 21, maio/2005. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/60/66> Acessado em 10/08/2010.

PÉREZ RAMÍREZ, B. & CARRILLO BENITO, E.. El modelo teórico del desarrollo local. In: PÉREZ RAMÍREZ, B. & CARRILLO BENITO, E. (coords). *Desarrollo local: manual de uso*. Madrid: MESIC Editorial - FAMP, 2000.

PÉREZ CORREA, E.. Lo rural y el desarrollo en América latina. In: GONZÁLEZ, RODRÍGUEZ, R. y PÉREZ CORREA, E.. (coord.): *Espacios y desarrollo rurales una visión múltiple desde Europa y Latinoamérica*. Gijon: Ediciones Trea, 2004. pp 49-66.

PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 41^a ed.,1994.

RACZYNSKY, D. & SERRANO, C. Derechos sociales básicos, superación de la pobreza y protección social ante la vulnerabilidad. *Asesorías para el desarrollo*, mayo, inédito. 2003.

RANGEL, I.M. *A Questão Agrária Brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

RAMOS, Pedro. *Índices de rendimento da agropecuária brasileira*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005.

RACZYNSKI, D. (1991): La ficha CAS y la focalización de los programas sociales, *Notas Técnicas CIEPLAN*, N° 141, Santiago de Chile, agosto. 1991.

RAWLINGS, L.B. *A New Approach to Social Assistance: Latin America 's Experience with Conditional Cash Transfer Programs*, Serie de documentos de discusión sobre la protección social, N° 0416, Washington, D.C., Banco Mundial, agosto. 2004. Disponível em <http://wbln0018.worldbank.Org/HDNet/HDdocs.nsf/0/4BB6997285F65EF585256EE5005E3A75?OpenDocument>. Acessado em 15/11/2010.

REZENDE, G. C. *Programa de crédito especial para reforma agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia*. Texto para discussão n° 648. IPEA:Rio de Janeiro, 1999.

RODHDE, G. M.. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, C.. *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R.. El desarrollo rural como paradigma teórico. In: RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. y PÉREZ CORREA, E.. (coord.): *Espacios y desarrollo rurales una visión múltiple desde Europa y Latinoamérica*. Gijon: Ediciones Trea, 2004. p 09-22

RODRÍGUES GUTIÉRREZ, Fermín. (editor). *Manual de Desarrollo Local*. Gijón: Ediciones Trea, S. L, 2001.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R.. El desarrollo rural como paradigma teórico. In: RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. y PÉREZ CORREA, E.. (coord.): *Espacios y desarrollo rurales una visión múltiple desde Europa y Latioamérica*. Gijon: Ediciones Trea, 2004. pp 09-22.

ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S.(Orgs). *Reforma Agrária: produção emprego e renda: o relatório da FAO em debate*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE: FAO, 1994.

RUSCHEINSKY, A.. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: Ruscheinsky, A.(org.). *Sustentabilidade uma paixão em movimento*. Porto Alegre:Sulina, 2004.

SACHS, I. *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986.

_____, *Estratégias de Transição para o Século XXI- Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo:Studio Nobel/Fundap, 1993.

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de janeiro: Garamond, 2000.

_____. *Desenvolvimento includente, sustentável sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond 2004.

_____. Ideias Sustentáveis. In: NASCIMENTO, E. P. & VIANNA, J. N. (org.). *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SCHNEIDER, S. *A pluratividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre:Editora da UFRS, 2006.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. In: *Revista de política agrícola*. – Ano XIV, n. 2 (abr/maio/jun. 2005). Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 2005. p.78-98

SERRANO, C. *La política social en la globalización. Programas de protección en América Latina*, serie Mujer y desarrollo, N° 70, LC/L.2364-P, Santiago de Chile, agosto. 2005.

SILVA, L.O.. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, R.M A. *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008. p. 70.

SMITH, R. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo*. São Paulo. Brasiliense, 1990.

SOTO-BAQUERO, F.; BEDUSCHI FILHO, L. C; FALCONI, C. (Ed.). *Desarrollo territorial rural. Análisis de experiencias en Brasil, Chile y México*. Santiago, Chile: RLC-FAO, 2007.

_____.; FAZZONE, M. R.; FALCONI, C. *Políticas para la agricultura familiar en América Latina y el Caribe*. Santiago, Chile: RLC-FAO, 2007.

_____.; ROCHA, J. S; ORTEGA, J. *Políticas públicas y desarrollo rural en America Latina y el Caribe: el papel del gasto público*. Santiago, Chile: Oficina Regional de la FAO para América Latina y Caribe, 2006.

SOJO, Ana. La trayectoria del vínculo entre políticas selectivas contra la pobreza y las políticas sectoriales. *Revista de la CEPAL*, n° 91. Santiago do Chile. Abril de 2007.

SOUZA, F. C. S. *A integração produtiva na cultura do melão e os desafios para a sustentabilidade da agricultura familiar: o caso do assentamento Hipólito, em Mossoró-RN*. 2002. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2002.

SOUZA, M. C.; KHAN, A. S.; PASSOS, A. T. B. & Lima, P. V. P. S. Sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 36, n° 1, jan-mar. 2005.

TAVARES, M.C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

VÁZQUEZ BARQUERO A., *Desarrollo Local*. Una estrategia de creación de empleo. Pirámide. Madrid, 1988.

_____. *Política Económica Local*. Madrid: Pirámide, 1993.

_____. La política de desarrollo económico local en Europa. p 42-60 In: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F. (editor). *Manual de desarrollo local*. Gijón: Ediciones Trea. 1999.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto. *Anais do 36º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. Poços de Caldas, 1998.

_____. *A face rural do desenvolvimento. Natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

_____. *Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. *Desenvolvimento sustentável. O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamound, 2005.

Sites acessados

http://www.fazenda.gov.br/portugues/salariominimo/salario_evolucao.asp Acessado em 06/11/2010.

<http://www.dieese.org.br/esp/notatec86SALARIOMINIMO2010.pdf> . Acessado em 06/11/2010.

http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=42&Itemid=72 . Acessado em 13/10/2010

<http://www.cifers.t5.com.br/pac.htm> .Acessado em 13/10/2010

<http://professoraltairdopsol.blogspot.com/2010/07/governo-lula-faz-anti-reforma-agraria.html>. Acessado dia 13/10/2010.

ANEXOS

**ANEXO 01 –
QUESTIONÁRIO APLICADO EM CAMPO**



Programa de Doctorado: **0421003** - Plan: **357**

EL MEDIO AMBIENTE NATURAL Y HUMANO EN LAS CIENCIAS SOCIALES

QUESTIONÁRIO

Entrevistador		Nº	
---------------	--	----	--

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Assentamento: _____ Lote nº _____
Nome do Assentado: _____

ENTREVISTA

A. DADOS GERAIS

1. Sexo

1) Masculino	2) Feminino
--------------	-------------

02. Tipo Moradia

1) Alvenaria	4) Lona
2) Alvenaria – sem reboco	5) Palha
3) Barro	6) Outros

03. Agua Encanada

1) Sim	2) Não
--------	--------

04. Energia Elétrica

1) Sim	2) Não
--------	--------

05. Saneamento Básico – Esgoto

1) Sim	2) Não
--------	--------

06. Idade Aproximada

1) Entre 18 e 25 anos	4) Entre 46 e 55 anos
2) Entre 26 e 35 anos	5) Entre 56 e 65 anos
3) Entre 36 e 45 anos	6) Acima de 65 anos

07. Nível de Instrução/Escolaridade

1) Analfabeto	5) 2º Grau Completo
2) 1º Grau Incompleto	6) Superior Incompleto
3) 1º Grau Completo	7) Superior Completo
4) 2º Grau Incompleto	8) Pós-graduado

08. Quantas pessoas vivem e/ou são agregadas ao lote de sua responsabilidade?

1) Somente o Assentado	5) 05 Pessoas
2) 02 Pessoas	6) 06 Pessoas
3) 03 Pessoas	7) 07 Pessoas
4) 04 Pessoas	8) Mais de 07 Pessoas

09. Você está desde o inicio/surgimento do Assentamento?

1) Sim	2) Não
--------	--------

10. Quanto tempo você está assentado?

1) Menos de 1 ano	4) Entre 09 e 12 anos
2) Entre 01 e 04 anos	5) Entre 13 e 16 anos
3) Entre 05 e 08 anos	6) Acima de 16 anos

11. Qual a área do seu lote individual no Assentamento ?

1) Entre 01 e 05 hectares	4) Entre 16 e 20 hectares
2) Entre 05 e 10 hectares	5) Entre 21 e 25 hectares
3) Entre 11 e 15 hectares	6) Acima de 26 hectares

12. Qual a área (ha) comunitária no Assentamento ?

1) Entre 01 e 50 hectares	4) Entre 151 e 200 hectares
2) Entre 51 e 100 hectares	5) Entre 201 e 250 hectares
3) Entre 101 e 150 hectares	6) Acima 251 hectares

B. RENDA AGRÍCOLA

13. Você realizou algum tipo de Atividade/Produção Agrícola/tipo de Cultura, seja **TEMPORÁRIA** e/ou **PERMANENTE** no seu **LOTE INDIVIDUAL** no ano passado, voltados para a venda?

1) Sim	2) Não
--------	--------

14. Atividade/Produção Agrícola/tipo de Cultura Irrigada ou de Sequeiro realizada no seu **LOTE INDIVIDUAL**? Se a resposta for **Irrigada**, preencher da 15 a 18; se a resposta for **Sequeiro**, responder da 19 a 22; se ambas..responder todas.

1) Irrigada	2) Sequeiro
-------------	-------------

15. Qual Atividade/Produção Agrícola e/ou tipo de **CULTURA IRRIGADA**, você desenvolveu no seu **LOTE INDIVIDUAL** no Assentamento, destinado a venda?

1) Milho	6) Macaxeira
2) Feijão	7) Jerimum
3) Batata	8) Melão
4) Manga	9) Mamão
5) Melancia	10) Outro. Qual?

16. Em quantos hectares você desenvolveu os mesmos, destinados a venda ?

1) De 0 até 02 hectares	4) Entre + de 06 e 08 ha.
2) Entre + de 02 e 04 ha	5) Entre + de 08 e 10 ha.
3) Entre + de 04 e 06 ha.	6) Acima de 10 hectares

17. Qual foi a produção gerada por esta Atividade/Produção Agrícola e/ou tipo de **CULTURA IRRIGADA** em seu **LOTE INDIVIDUAL** destinados a venda?

1) De Zero a 01 (ton.)	4) Entre + de 03 e 04 (ton.)
2) Entre + de 01 e 02 (ton.)	5) Entre + de 4 e 5 (ton.)
3) Entre + de 02 e 03 (ton.)	6) Acima de 5 Toneladas

18. Qual foi a renda monetária obtida com a venda deste tipo de Atividade/Produção Agrícola e/ou tipo de **CULTURA IRRIGADA** no seu **LOTE INDIVIDUAL** no último ano?

1) R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7) De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2) De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8) De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3) De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9) De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4) De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10) De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5) De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11) Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6) De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12) Valor aproximado Anual

19. Qual foi o tipo Atividade/Produção Agrícola e/ou tipo de CULTURA DE SEQUEIRO, você desenvolveu no seu LOTE INDIVIDUAL no Assentamento, destinada a venda ?

1)	Milho	6)	Macaxeira
2)	Feijão	7)	Jerimum
3)	Batata	8)	Melão
4)	Manga	9)	Mamão
5)	Melancia	10)	Outro. Qual? _____

20. Em quantos hectares você desenvolveu os mesmos, destinados a venda ?

1)	De 0 até 02 hectares	4)	Entre + de 06 e 08 ha.
2)	Entre + de 02 e 04 ha	5)	Entre + de 08 e 10 ha.
3)	Entre + de 04 e 06 ha.	6)	Acima de 10 hectares

21. Qual foi a produção gerada por este tipo de Atividade/Produção Agrícola e/ou tipo de CULTURA DE SEQUEIRO em seu LOTE INDIVIDUAL, destinados a venda?

1)	De Zero a 01 (ton.)	4)	Entre + de 03 e 04 (ton.)
2)	Entre + de 01 e 02 (ton.)	5)	Entre + de 4 e 5 (ton.)
3)	Entre + de 02 e 03 (ton.)	6)	Acima de 5 Toneladas

22. Qual foi a renda monetária obtida com a venda deste tipo de Atividade/Produção Agrícola e/ou tipo de CULTURA DE SEQUEIRO em seu LOTE INDIVIDUAL no último ano?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Mín)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

23. Você desenvolveu algum tipo de Atividade/Produção Agrícola/tipo de Cultura TEMPORÁRIA/PERMANENTE na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento no ano passado, destinados a venda?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

24. Qual tipo Atividade/Produção Agrícola/tipo de Cultura Irrigada ou de Sequeiro desenvolveu na ÁREA COMUNITÁRIA? Se a resposta for Irrigada, preencher da 25 a 28; se a resposta for Sequeiro, responder da 29 a 32; se ambas..responder todas.

1)	Irrigada	2)	Sequeiro
----	----------	----	----------

25. Qual Atividade/Produção Agrícola e/ou tipo de CULTURA IRRIGADA, você(s) desenvolveu na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento, destinada a venda ?

1)	Milho	6)	Macaxeira
2)	Feijão	7)	Jerimum
3)	Batata	8)	Melão
4)	Manga	9)	Mamão
5)	Melancia	10)	Outro. Qual? _____

26. Em quantos hectares você planta os mesmos ?

1)	Entre 01 e 02 hectares	4)	Entre 07 e 08 hectares
2)	Entre 03 e 04 hectares	5)	Entre 09 e 10 hectares
3)	Entre 05 e 06 hectares	6)	Acima de 10 hectares

27. Qual foi a produção gerada por este tipo Atividade/Produção Agrícola e/ou tipo de CULTURA IRRIGADA NA ÁREA COMUNITÁRIA, destinada a venda ?

1)	De Zero a 01 (ton.)	4)	Entre + de 03 e 04 (ton.)
2)	Entre + de 01 e 02 (ton.)	5)	Entre + de 4 e 5 (ton.)
3)	Entre + de 02 e 03 (ton.)	6)	Acima de 5 Toneladas

28. Qual foi a renda monetária obtida com a venda desta Atividade/Produção Agrícola e/ou tipo de CULTURA IRRIGADA na ÁREA COMUNITÁRIA no último ano?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Mín)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

29. Qual tipo Atividade/Produção Agrícola e/ou tipo de CULTURA SEQUEIRO, você desenvolveu na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento, destinada a venda ?

1)	Milho	6)	Macaxeira
2)	Feijão	7)	Jerimum
3)	Batata	8)	Melão
4)	Manga	9)	Mamão
5)	Melancia	10)	Outro. Qual? _____

30. Em quantos hectares você plantou os mesmos ?

1)	De 0 até 02 hectares	4)	Entre + de 06 e 08 ha.
2)	Entre + de 02 e 04 ha	5)	Entre + de 08 e 10 ha.
3)	Entre + de 04 e 06 ha.	6)	Acima de 10 hectares

31. Qual foi a produção gerada por este tipo Atividade/Produção Agrícola e/ou tipo de CULTURA DE SEQUEIRO na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento ?

1)	De Zero a 01 (ton.)	4)	Entre + de 03 e 04 (ton.)
2)	Entre + de 01 e 02 (ton.)	5)	Entre + de 4 e 5 (ton.)
3)	Entre + de 02 e 03 (ton.)	6)	Acima de 5 Toneladas

32. Qual a renda monetária obtida com a venda desta Atividade/Produção Agrícola e/ou tipo de cultura agrícola (Sequeiro) na ÁREA COMUNITÁRIA no último ano?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Mín)	7)	De R\$ 2.326,00 a R\$ 2.790,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 464,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.791,00 a R\$ 3.255,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 465,00 a R\$ 930,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 3.256,00 a R\$ 3.720,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 931 a R\$ 1.395,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.721,00 a R\$ 4.185,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.396,00 a R\$ 1.860,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	De R\$ 4.186,00 a R\$ 4.650,00 (+ de 9 a 10 s.m.)
6)	De R\$ 1.861,00 a R\$ 2.325,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

C. RENDA ANIMAL

33. Você desenvolveu algum tipo de criação Extensiva/intensiva no LOTE INDIVIDUAL no Assentamento no ano passado?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

34. Criação Intensiva ou Extensiva ? Se a resposta for Intensivo, preencher da 35 a 38; se a resposta for Extensivo, responder da 39 a 42; se ambas..responder todas.

1) Intensivo	2) Extensivo
--------------	--------------

35. Que tipo de animais em sistema Intensivo, você cria no seu LOTE INDIVIDUAL no Assentamento ?

1) Caprinos	5) Equinos
2) Ovinos	6) Muares
3) Suínos	7) Bovinos
4) Aves	8) Outros_____

36. Em quantos hectares você cria os mesmos ?

1) De 0 até 02 hectares	4) Entre + de 06 e 08 ha.
2) Entre + de 02 e 04 ha	5) Entre + de 08 e 10 ha.
3) Entre + de 04 e 06 ha.	6) Acima de 10 hectares

37. Qual é a produção gerada por tipo de criação INTENSIVA em seu LOTE INDIVIDUAL?

1) De Zero a 01 (ton.)	4) Entre + de 03 e 04 (ton.)
2) Entre + de 01 e 02 (ton.)	5) Entre + de 4 e 5 (ton.)
3) Entre + de 02 e 03 (ton.)	6) Acima de 5 Toneladas

38. Qual a renda monetária obtida com a venda da Criação Intensiva no seu LOTE INDIVIDUAL no último ano?

1) R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7) De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2) De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8) De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3) De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9) De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4) De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10) De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5) De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11) Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6) De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12) Valor aproximado Anual

39. Que tipo de animais em sistema EXTENSIVO, você cria no seu LOTE INDIVIDUAL no Assentamento ?

1) Caprinos	5) Equinos
2) Ovinos	6) Muares
3) Suínos	7) Bovinos
4) Aves	8) Outros_____

40. Em quantos hectares você cria os mesmos ?

1) De 0 até 02 hectares	4) Entre + de 06 e 08 ha.
2) Entre + de 02 e 04 ha	5) Entre + de 08 e 10 ha.
3) Entre + de 04 e 06 ha.	6) Acima de 10 hectares

41. Qual é a produção gerada por tipo de criação EXTENSIVA em seu LOTE INDIVIDUAL no Assentamento ?

1) De Zero a 01 (ton.)	4) Entre + de 03 e 04 (ton.)
2) Entre + de 01 e 02 (ton.)	5) Entre + de 4 e 5 (ton.)
3) Entre + de 02 e 03 (ton.)	6) Acima de 5 Toneladas

42. Qual a renda monetária obtida com a venda da Criação EXTENSIVA no seu LOTE INDIVIDUAL último ano?

1) R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7) De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2) De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8) De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3) De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9) De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4) De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10) De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5) De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11) Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6) De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12) Valor aproximado Anual

43. Você desenvolveu algum tipo de criação Extensiva/intensiva na ÁREA COMUNITÁRIA no Assentamento no ano passado?

1) Sim	2) Não
--------	--------

44. Criação Intensiva ou Extensiva ? Se a resposta for Intensivo, preencher da 45 a 48; se a resposta for Extensivo, responder da 49 a 52; se ambas..responder todas.

1) Intensivo	2) Extensivo
--------------	--------------

45. Que tipo de animais em sistema Intensivo, você cria na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento ?

1) Caprinos	5) Equinos
2) Ovinos	6) Muares
3) Suínos	7) Bovinos
4) Aves	8) Outros_____

46. Em quantos hectares você cria os mesmos ?

1) De 0 até 02 hectares	4) Entre + de 06 e 08 ha.
2) Entre + de 02 e 04 ha	5) Entre + de 08 e 10 ha.
3) Entre + de 04 e 06 ha.	6) Acima de 10 hectares

47. Qual é a produção gerada por tipo de criação INTENSIVA na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento?

1) De Zero a 01 (ton.)	4) Entre + de 03 e 04 (ton.)
2) Entre + de 01 e 02 (ton.)	5) Entre + de 4 e 5 (ton.)
3) Entre + de 02 e 03 (ton.)	6) Acima de 5 Toneladas

48. Qual a renda monetária obtida com a venda da Criação Intensiva na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento no último ano?

1) R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7) De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2) De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8) De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3) De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9) De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4) De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10) De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5) De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11) Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6) De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12) Valor aproximado Anual

49. Que tipo de animais em sistema EXTENSIVO, você cria na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento ?

1) Caprinos	5) Equinos
2) Ovinos	6) Muares
3) Suínos	7) Bovinos
4) Aves	8) Outros_____

50. Em quantos hectares você cria os mesmos ?

1) De 0 até 02 hectares	4) Entre + de 06 e 08 ha.
2) Entre + de 02 e 04 ha	5) Entre + de 08 e 10 ha.
3) Entre + de 04 e 06 ha.	6) Acima de 10 hectares

51. Qual é a produção gerada por tipo de criação EXTENSIVA na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento ?

1) De Zero a 01 (ton.)	4) Entre + de 03 e 04 (ton.)
2) Entre + de 01 e 02 (ton.)	5) Entre + de 4 e 5 (ton.)
3) Entre + de 02 e 03 (ton.)	6) Acima de 5 Toneladas

52. Qual a renda monetária obtida com a venda da Criação EXTENSIVA na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento no último ano?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

D. RENDA DE OUTRAS RECEITAS

53. Você desenvolveu dentro do assentamento (ÁREA COMUNITÁRIA) ou no seu LOTE INDIVIDUAL algum ATIVIDADE EXTRATIVA no ano passado

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

54. Que tipo atividade Extrativista voce desenvolve?

1)	Apicultura	4)	Pedra de Calcário
2)	Extração de madeira (carvão, lenha ou estaca)	5)	Areia
3)	Palha de Carnaúba	6)	Outro _____

55. Em quantos hectares você desenvolve as mesmas ?

1)	De 0 até 02 hectares	4)	Entre + de 06 e 08 ha.
2)	Entre + de 02 e 04 ha	5)	Entre + de 08 e 10 ha.
3)	Entre + de 04 e 06 ha.	6)	Acima de 10 hectares

56. Qual é a produção gerada por atividade extrativista em seu Lote Individual e/ou na Área Comunitária no Assentamento ?

1)	De Zero a 01 (ton.)	4)	Entre + de 03 e 04 (ton.)
2)	Entre + de 01 e 02 (ton.)	5)	Entre + de 4 e 5 (ton.)
3)	Entre + de 02 e 03 (ton.)	6)	Acima de 5 Toneladas

57. Qual a renda monetária obtida com a venda dos produtos obtidos com a atividade extrativista em seu Lote Individual e/ou na Área Comunitária no Assentamento no último ano?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

58. Você desenvolveu algum tipo de atividade voltada para o beneficiamento de produtos e/ou atividades não agrícolas?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

59. Qual ?

1)	Castanha Beneficiada	4)	Polpa
2)	Pó de Carnaúba	5)	Artesanato
3)	Fabricação de doce	6)	Outros _____

60. Qual a renda monetária obtida com a venda dos produtos obtidos com o beneficiamento dos produtos no último ano?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

E. RENDA DE AUTOCONSUMO

61. Você desenvolveu algum tipo de atividade voltada exclusivamente ou parcialmente para o autoconsumo de sua família?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

62. Qual?

1)	Criação de animais	3)	Atividades Extrativas
2)	Atividades agrícolas	4)	Outros

63. Que tipo de produtos são especificamente produzidos e voltados para o autoconsumo parcial ou integral de sua família ?

1)	Caprinos	6)	Banana
2)	Ovinos	7)	Mel
3)	Suínos	8)	Hortifrutigranjeiros
4)	Aves	9)	Bovinos
5)	Feijão	10)	Outros _____

64. No caso de produção agrícola voltados para o autoconsumo parcial ou integral, indicar o sistemas de plantio utilizado

1)	Irrigada	2)	Sequeiro
----	----------	----	----------

65. Em quantos hectares você plantou os mesmos no seu lote INDIVIDUAL voltados para o autoconsumo parcial ou integral de sua família?

1)	De 0 até 02 hectares	4)	Entre + de 06 e 08 ha.
2)	Entre + de 02 e 04 ha	5)	Entre + de 08 e 10 ha.
3)	Entre + de 04 e 06 ha.	6)	Acima de 10 hectares

66. Qual é a produção total gerada em seu lote INDIVIDUAL voltados para o autoconsumo parcial ou integral de sua família?

1)	De Zero a 01 (ton.)	4)	Entre + de 03 e 04 (ton.)
2)	Entre + de 01 e 02 (ton.)	5)	Entre + de 4 e 5 (ton.)
3)	Entre + de 02 e 03 (ton.)	6)	Acima de 5 Toneladas

67. Quanto você gastaria mensalmente, caso comprasse, com o que sua família consumiu decorrentes de atividade agrícola no último ano PRODUZIDOS NO SEU LOTE INDIVIDUAL?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

68. Em quantos hectares você plantou os mesmos na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento?

1)	De 0 até 02 hectares	4)	Entre + de 06 e 08 ha.
2)	Entre + de 02 e 04 ha	5)	Entre + de 08 e 10 ha.
3)	Entre + de 04 e 06 ha.	6)	Acima de 10 hectares

69. Qual é a PRODUÇÃO AGRÍCOLA total gerada na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento, voltados para o autoconsumo parcial ou integral de sua família?

1)	De Zero a 01 (ton.)	4)	Entre + de 03 e 04 (ton.)
2)	Entre + de 01 e 02 (ton.)	5)	Entre + de 4 e 5 (ton.)
3)	Entre + de 02 e 03 (ton.)	6)	Acima de 5 Toneladas

70. Quanto você gastaria mensalmente, caso comprasse, com o que sua família consumiu decorrentes de ATIVIDADE AGRÍCOLA no último ano PRODUZIDOS na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

71. No caso de PRODUÇÃO ANIMAL voltados para o autoconsumo parcial ou integral, indicar o sistemas de plantio utilizado na produção.

1)	Intensiva	2)	Extensiva
----	-----------	----	-----------

72. Em quantos hectares você criou os mesmos no seu lote INDIVIDUAL?

1)	De 0 até 02 hectares	4)	Entre + de 06 e 08 ha.
2)	Entre + de 02 e 04 ha	5)	Entre + de 08 e 10 ha.
3)	Entre + de 04 e 06 ha.	6)	Acima de 10 hectares

73. Qual é a produção total gerada em seu lote INDIVIDUAL?

1)	De Zero a 01 (ton.)	4)	Entre + de 03 e 04 (ton.)
2)	Entre + de 01 e 02 (ton.)	5)	Entre + de 4 e 5 (ton.)
3)	Entre + de 02 e 03 (ton.)	6)	Acima de 5 Toneladas

74. Quanto você gastaria mensalmente, caso comprasse, com o que sua família consumiu decorrentes de atividade animal no último ano PRODUZIDOS NO SEU LOTE INDIVIDUAL?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

75. No tocante ao desenvolvimento de ATIVIDADE ANIMAL, voltados para voltados para o autoconsumo parcial ou integral de sua família, Em quantos hectares você criou os mesmos na ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento?

1)	De 0 até 02 hectares	4)	Entre + de 06 e 08 ha.
2)	Entre + de 02 e 04 ha	5)	Entre + de 08 e 10 ha.
3)	Entre + de 04 e 06 ha.	6)	Acima de 10 hectares

76. Qual é a produção total da ATIVIDADE ANIMAL gerada na ÁREA COMUNITÁRIA, voltados para o autoconsumo parcial ou integral de sua família?

1)	De Zero a 01 (ton.)	4)	Entre + de 03 e 04 (ton.)
2)	Entre + de 01 e 02 (ton.)	5)	Entre + de 4 e 5 (ton.)
3)	Entre + de 02 e 03 (ton.)	6)	Acima de 5 Toneladas

77. Quanto você gastaria mensalmente, caso comprasse, com o que sua família consumiu decorrentes de ATIVIDADE ANIMAL no último ano, PRODUZIDOS NA ÁREA COMUNITÁRIA do Assentamento?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

78. Foi desenvolvida alguma ATIVIDADE EXTRATIVISTA voltada para o autoconsumo parcial ou integral de sua família?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

79. Em quantos hectares você desenvolveu a atividade extrativista voltada para o autoconsumo parcial ou integral de sua família, no seu lote INDIVIDUAL?

1)	De 0 até 02 hectares	4)	Entre + de 06 e 08 ha.
2)	Entre + de 02 e 04 ha	5)	Entre + de 08 e 10 ha.
3)	Entre + de 04 e 06 ha.	6)	Acima de 10 hectares

80. Qual é a produção total gerada em seu lote INDIVIDUAL voltados para o autoconsumo parcial ou integral de sua família?

1)	De Zero a 01 (ton.)	4)	Entre + de 03 e 04 (ton.)
2)	Entre + de 01 e 02 (ton.)	5)	Entre + de 4 e 5 (ton.)
3)	Entre + de 02 e 03 (ton.)	6)	Acima de 5 Toneladas

81. Quanto você gastaria mensalmente, caso comprasse, com o que sua família consumiu decorrentes de atividade extrativista no último ano PRODUZIDOS NO SEU LOTE INDIVIDUAL?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

82. Em quantos hectares você desenvolveu a atividade extrativista na ÁREA COMUNITÁRIA, voltados para o autoconsumo parcial ou integral de sua família?

1)	De 0 até 02 hectares	4)	Entre + de 06 e 08 ha.
2)	Entre + de 02 e 04 ha	5)	Entre + de 08 e 10 ha.
3)	Entre + de 04 e 06 ha.	6)	Acima de 10 hectares

83. Qual é a produção Extrativista total gerada na ÁREA COMUNITÁRIA, voltados para o autoconsumo parcial ou integral de sua família?

1)	De Zero a 01 (ton.)	4)	Entre + de 03 e 04 (ton.)
2)	Entre + de 01 e 02 (ton.)	5)	Entre + de 4 e 5 (ton.)
3)	Entre + de 02 e 03 (ton.)	6)	Acima de 5 Toneladas

84. Quanto você gastaria mensalmente, caso comprasse, com o que sua família consumiu decorrentes de atividade extrativista no último ano PRODUZIDOS NA ÁREA COMUNITÁRIA?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

F. RENDA DE OUTROS TRABALHOS

85. Você ou algum agregado de sua família, que reside em seu lote, desenvolve algum trabalho fora do lote/assentamento?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

86. O trabalho desenvolvido por estes membros da família é?

1)	Temporário	3)	Contrato
2)	Carteira Assinada	4)	Diarista

87. Quantas pessoas de sua família trabalham ?

1)	Uma	4)	Quatro
2)	Duas	5)	Cinco
3)	Três	6)	+ de cinco pessoas

88. Quanto de renda monetária mensalmente foi gerada para sua família/lote, com a prática do trabalho, dentro do assentamento no último ano?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

89. Que tipo de trabalho foram realizados pelos membros de sua unidade familiar fora do assentamento ?

1)	Servidor Público	4)	Atividade Setor Informal
2)	Comércio	5)	Indústria
3)	Atividade Agrícola/Animal	6)	Outros

G. RENDA PREVIDENCIÁRIA

90. Você ou algum agregado de sua família, que reside em seu lote, recebe ou receberam no último ano algum benefício/aposentadoria no último ano?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

91. Quantas pessoas de sua família de sua família, que reside em seu lote, recebe ou receberam no último ano algum benefício/aposentadoria no último ano ?

1)	Uma	4)	Quatro
2)	Duas	5)	Cinco
3)	Três	6)	+ de cinco pessoas

92. Que tipo de benefício/aposentadoria foram recebidos pelos membros de sua unidade familiar?

1)	Invalidez	4)	Acidente de Trabalho
2)	Aposentadoria Rural	5)	Pensão Vitalícia
3)	Aposentadoria Urbana	6)	Outros

93. Qual a renda monetária mensal gerada para sua família/agregados, com a benefício/aposentadoria, dentro do assentamento no último ano?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

H. RENDA BENEFÍCIOS SOCIAIS/DOAÇÕES

94. O Sr. ou algum membro de sua família/agregado, receberam algum tipo de ajuda do governo por meio de programas sociais de auxílio a pessoas de baixa renda?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

95. Quantos e quais?

1)	Vale Gás	5)	Distribuição de alimentos
2)	Bolsa Família	6)	Cisternas
3)	Prog. De Errad. Trab.Infantil (PETI)	7)	Prog.atenc.Int.Familia (PAIF)
4)	Banco de Sementes	8)	Outros

96. Qual valor Monetário é recebido por sua família mensalmente?.

97. Você ou algum agregado de sua família, que reside em seu lote, recebeu algum ajuda de financeira para o desenvolvimento de atividades no seu lote ou recebeu algum donativo pra ajudar no sustento da família no assentamento no último ano?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

98. O que vc recebeu? _____

99. Qual valor monetário aproximado tem os bens recebido por você e sua família? _____

100. Você ou algum agregado de sua família, que reside em seu lote, fez algum DOAÇÃO DE RECURSOS ou realizou alguma DOAÇÃO DE ALIMENTOS ou donativos pra ajudar no sustento da família no assentamento no último ano?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

101. O que FOI DOADO? _____

102. Qual valor monetário aproximado tem os bens recebido por você e sua família? _____

DADOS COMPLEMENTARES

103. Você ou algum agregado de sua família, que reside em seu lote, recebeu algum financiamento/investimento para o desenvolvimento de atividades/ajuda do lote/assentamento no último ano?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

104. Qual ?

1)	PRONAF A	4)	PRONAF D
2)	PRONAF B	5)	Custeio/investimento
3)	PRONAF C	6)	Outros

105. Qual o valor monetário recebido por sua família, provenientes de FINANCIAMENTO/INVESTIMENTOS no último ano?

1)	R\$ 0,00 (0 Sal. Min)	7)	De R\$ 2.076,00 a R\$ 2.490,00 (+ de 5 a 6 s.m.)
2)	De R\$ 001,00 a R\$ 414,00 (menos de 1 Sal. Mínimo)	8)	De R\$ 2.491,00 a R\$ 2.905,00 (+ de 6 a 7 s.m.)
3)	De R\$ 415,00 a R\$ 830,00 (entre 1 e 2 s.m.)	9)	De R\$ 2.906,00 a R\$ 3.320,00 (+ de 7 a 8 s.m.)
4)	De R\$ 831 a R\$ 1.245,00 (+ de 2 a 3 s.m.)	10)	De R\$ 3.321,00 a R\$ 3.735,00 (+ de 8 a 9 s.m.)
5)	De R\$ 1.246,00 a R\$ 1.660,00 (+ de 3 a 4 s.m.)	11)	Acima de R\$ 3.736,00 (+ de 9 s.m.)
6)	De R\$ 1.661,00 a R\$ 2.075,00 (+ de 4 a 5 s.m.)	12)	Valor aproximado Anual

106. No lote do senhor é praticado algum tipo de atividade “agroecológica”?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

107. Qual?

108. Recebe algum tipo de ajuda ou assistência técnica?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

109. Qual?

110. Que tipos de práticas o Sr. Utiliza na conservação do Solo?

1)	Curva de Nivel	4)	Repôs. De mata Ciliar
2)	Plantio Direto	5)	Conserv. de Mata Ciliar
3)	Rotação de Cultura	6)	Outros_____

111. Que tipo de práticas, você realiza ao preparar a terra para plantar?

1)	Queimadas	4)	Raleamento/rebaixamento
2)	Desmatamento	5)	Destocar
3)	Arrar	6)	Outros_____

112. O Sr. utiliza agrotóxico na sua plantação?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

113. Quantas pulverizações o senhor utiliza por safra?

1)	Nenhuma	4)	Três
2)	Uma	5)	Quatro
3)	Duas	6)	+ de Quatro

114. O Sr. utiliza UPI – Proteção Individual quando utiliza agrotóxico na sua plantação?

1)	Sim	2)	Não
----	-----	----	-----

PERGUNTAS ABERTAS

Quanto a disposição das condições de funcionamento do assentamento.

- 1) Como o Sr. Avalia as condições dadas ao instalação e funcionamento do assentamento pelo INCRA?
- 2) Em que mudou sua vida, com a sua vinda para o Assentamento?
- 3) Qual a principal vantagem em ser assentado?
- 4) Qual a principal desvantagem em ser assentado?
- 5) Quais as dificuldades encontradas no assentamento (infraestrutura.....)?

- 6) O Que poderia ser feito pelo INCRA para melhorar as condições de funcionamento do assentamento?
- 7) Que Políticas Públicas foram postos em práticas visando garantir o processo de sustentabilidade do assentamento desde sua implantação (Gov. Federal, Estadual e Municipal)?
- 8) Quando o Senhor (a) Chegou ao Assentamentos, o que o senhor possuía de bens (animais, equipamentos, implementos agrícolas, capital)?

ANEXO 02

TABELAS

Tabela nº 35- Renda média familiar por atividade/ano no assentamento Hipólito – em salário mínimo no ano de 2008.

Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios/Doações		Renda Familiar Média Mensal	Nº de Membros	Renda Familiar Per capita Dia (RS)	Renda Familiar Total Anual	
Lote H – 01	0,000	0,00%	1,93	16,70%	3,61	31,32%	2,46	21,29%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3,54	30,69%	0,96	6	2,22	11,54	100,00%
Lote H – 02	0,000	0,00%	0,00	0,00%	1,94	7,06%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	87,41%	1,52	5,53%	2,29	5	6,33	27,46	100,00%
Lote H – 03	9,639	22,72%	2,89	6,82%	5,78	13,63%	12,00	28,29%	0,00	0,00%	12,00	28,29%	0,11	0,26%	3,54	11	4,45	42,42	100,00%
Lote H – 04	0,000	0,00%	3,86	6,87%	14,46	25,76%	12,00	21,38%	0,00	0,00%	24,00	42,77%	1,81	3,22%	4,68	6	10,78	56,12	100,00%
Lote H – 05	12,048	21,36%	19,28	34,17%	8,67	15,38%	2,89	5,13%	0,00	0,00%	12,00	21,27%	1,52	2,69%	4,70	5	13,01	56,41	100,00%
Lote H – 06	0,964	3,02%	3,61	11,34%	3,18	9,98%	12,00	37,66%	0,00	0,00%	12,00	37,66%	0,11	0,34%	2,66	4	9,18	31,87	100,00%
Lote H – 07	0,000	0,00%	0,72	3,62%	3,61	18,12%	15,61	78,26%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,66	3	7,67	19,95	100,00%
Lote H – 08	10,120	20,86%	0,00	0,00%	1,73	3,58%	12,00	24,74%	0,00	0,00%	24,00	49,48%	0,65	1,34%	4,04	3	18,64	48,51	100,00%
Lote H – 09	6,265	26,05%	0,00	0,00%	5,78	24,05%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	49,90%	0,00	0,00%	2,00	1	27,72	24,05	100,00%
Lote H – 10	0,964	3,39%	0,48	1,70%	0,00	0,00%	12,00	42,24%	0,00	0,00%	12,00	42,24%	2,96	10,43%	2,37	5	6,55	28,41	100,00%
Lote H – 11	1,687	3,11%	4,82	8,89%	14,46	26,67%	15,90	29,33%	0,00	0,00%	17,35	32,00%	0,00	0,00%	4,52	4	15,63	54,22	100,00%
Lote H – 12	0,000	0,00%	0,00	0,00%	5,78	27,97%	2,89	13,99%	0,00	0,00%	12,00	58,04%	0,00	0,00%	1,72	3	7,94	20,67	100,00%
Lote H – 13	1,928	33,20%	0,00	0,00%	0,29	4,98%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3,59	61,83%	0,48	2	3,35	5,81	100,00%
Lote H – 14	0,000	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	31,80%	0,00	0,00%	24,00	63,60%	1,73	4,60%	3,14	3	14,50	37,73	100,00%

Tabela nº 35- Renda média familiar por atividade/ano no assentamento Hipólito – em salário mínimo no ano de 2008.
(CONTINUAÇÃO)

Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita benefícios/ Doações		Renda familiar Média mensal	Nº Membros	Renda Familiar Per Capta Dia (R\$)	Renda Familiar Total Anual	
Lote H – 15	0,000	0,00%	1,45	19,42%	5,78	77,67%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,22	2,91%	0,62	2	4,29	7,45	100,00%
Lote H – 16	0,964	16,74%	0,96	16,74%	0,87	15,06%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2,96	51,46%	0,48	4	1,66	5,76	100,00%
Lote H – 17	0,419	1,51%	0,00	0,00%	0,36	1,30%	12,00	43,25%	0,00	0,00%	12,00	43,25%	2,96	10,68%	2,31	5	6,40	27,74	100,00%
Lote H – 18	0,000	0,00%	0,84	3,13%	2,10	7,78%	12,00	44,54%	0,00	0,00%	12,00	44,54%	0,00	0,00%	2,24	2	15,53	26,94	100,00%
Lote H – 19	0,000	0,00%	2,17	7,32%	3,47	11,71%	12,00	40,49%	0,00	0,00%	12,00	40,49%	0,00	0,00%	2,47	5	6,83	29,64	100,00%
Lote H – 20	0,000	0,00%	0,00	0,00%	0,43	1,78%	12,00	49,11%	0,00	0,00%	12,00	49,11%	0,00	0,00%	2,04	9	3,13	24,43	100,00%
Lote H – 21	7,229	29,33%	1,45	5,87%	1,45	5,87%	8,67	35,19%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	5,86	23,75%	2,05	5	5,68	24,65	100,00%
Lote H – 22	6,506	14,43%	4,82	10,69%	7,95	17,64%	12,00	26,62%	0,00	0,00%	12,00	26,62%	1,81	4,01%	3,76	8	6,50	45,08	100,00%
Lote H – 23	6,506	49,45%	3,61	27,47%	0,29	2,20%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2,75	20,88%	1,10	4	3,79	13,16	100,00%
Lote H – 24	25,301	37,59%	0,00	0,00%	5,78	8,59%	24,00	35,66%	0,00	0,00%	12,00	17,83%	0,22	0,32%	5,61	7	11,08	67,30	100,00%
Lote H – 25	0,000	0,00%	0,00	0,00%	11,57	49,54%	11,57	49,54%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,22	0,93%	1,95	6	4,49	23,35	100,00%
Lote H – 26	1,446	4,46%	3,86	11,90%	2,89	8,92%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	74,05%	0,22	0,67%	2,70	6	6,23	32,41	100,00%
Lote H – 27	4,337	14,85%	0,00	0,00%	0,87	2,97%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	82,18%	0,00	0,00%	2,43	4	8,42	29,20	100,00%
Média	0,297	11,71%	0,18	6,90%	0,35	13,76%	0,67	26,27%	0,00	0,00%	0,94	37,13%	0,11	4,23%	2,54	4,7	7,41	30,45	100,00%
Total	96,32	11,71%	56,75	6,90%	113,12	13,76%	216,00	26,27%	0,00	0,00%	305,35	37,13%	34,75	4,23%	30,45	128	341.248,00	822,28	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de fevereiro e abril de 2009.

Tabela nº 36
Distribuição de Renda por familiar por atividade/ano
no assentamento Hipólito (20% maiores Rendas totais e 20% menores Rendas totais) em salário mínimo no ano de 2008

Nº do Lote Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios/Doações		Renda Familiar Média Mensal	Renda Familiar Total Anual	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	Valor	%
Lote H – 04	0,000	0,00%	3,86	6,87%	14,46	25,76%	12,00	21,38%	0,00	0,00%	24,00	42,77%	1,81	3,22%	4,68	56,12	100,00%
Lote H – 05	12,048	21,36%	19,28	34,17%	8,67	15,38%	2,89	5,13%	0,00	0,00%	12,00	21,27%	1,52	2,69%	4,70	56,41	100,00%
Lote H – 08	10,120	20,86%	0,00	0,00%	1,73	3,58%	12,00	24,74%	0,00	0,00%	24,00	49,48%	0,65	1,34%	4,04	48,51	100,00%
Lote H – 11	1,687	3,11%	4,82	8,89%	14,46	26,67%	15,90	29,33%	0,00	0,00%	17,35	32,00%	0,00	0,00%	4,52	54,22	100,00%
Lote H – 24	25,301	37,59%	0,00	0,00%	5,78	8,59%	24,00	35,66%	0,00	0,00%	12,00	17,83%	0,22	0,32%	5,61	67,30	100,00%
Media	0,819	17,40%	0,47	9,89%	0,75	15,96%	1,11	23,64%	0,00	0,00%	1,49	31,62%	0,07	1,48%	4,71	4,71	100,00%
Total	49,16	17,40%	27,95	9,89%	45,11	15,96%	66,80	23,64%	0,00	0,00%	89,35	31,62%	4,19	1,48%	56,51	282,55	100,00%
Lote H - 01	0,000	0,00%	1,93	16,70%	3,61	31,32%	2,46	21,29%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3,54	30,69%	0,96	11,54	100,00%
Lote H – 13	1,928	33,20%	0,00	0,00%	0,29	4,98%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3,59	61,83%	0,48	5,81	100,00%
Lote H – 15	0,000	0,00%	1,45	19,42%	5,78	77,67%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,22	2,91%	0,62	7,45	100,00%
Lote H – 16	0,964	16,74%	0,96	16,74%	0,87	15,06%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2,96	51,46%	0,48	5,76	100,00%
Lote H – 23	6,506	49,45%	3,61	27,47%	0,29	2,20%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2,75	20,88%	1,10	13,16	100,00%
Media	0,157	21,50%	0,13	18,19%	0,18	24,81%	0,04	5,62%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,22	29,88%	0,73	0,73	100,00%
Total	9,40	21,50%	7,95	18,19%	10,84	24,81%	2,46	5,62%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	13,06	29,88%	8,74	43,71	100,00%
Diferença	523,08%		351,52%		416,00%		2717,65%				0,00%		-32,10%		646,42%		

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de fevereiro e abril de 2009.

Tabela nº 37
Distribuição de Renda por familiar por atividade/ano
no assentamento Hipólito (20% maiores rendas per capita e 20% menores rendas per capita) em salário mínimo no ano de 2008

Nº do Lote Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios/Doações		Renda Familiar Média Mensal	Renda Familiar Total Anual	
Lote H – 08	10,120	20,86%	0,000	0,00%	1,735	3,58%	12,000	24,74%	0,000	0,00%	24,000	49,48%	0,651	1,34%	4,04	48,51	100,00%
Lote H – 09	6,265	26,05%	0,000	0,00%	5,783	24,05%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	12,000	49,90%	0,000	0,00%	2,00	24,05	100,00%
Lote H – 11	1,687	3,11%	4,819	8,89%	14,458	26,67%	15,904	29,33%	0,000	0,00%	17,349	32,00%	0,000	0,00%	4,52	54,22	100,00%
Lote H – 14	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	12,000	31,80%	0,000	0,00%	24,000	63,60%	1,735	4,60%	3,14	37,73	100,00%
Lote H – 18	0,000	0,00%	0,843	3,13%	2,096	7,78%	12,000	44,54%	0,000	0,00%	12,000	44,54%	0,000	0,00%	2,24	26,94	100,00%
Media	0,301	9,44%	0,09	2,96%	0,40	12,57%	0,87	27,11%	0,00	0,00%	1,49	46,67%	0,04	1,25%	3,19	3,19	100,00%
Total	18,07	9,44%	5,66	2,96%	24,07	12,57%	51,90	27,11%	0,00	0,00%	89,35	46,67%	2,39	1,25%	38,29	191,45	100,00%
Lote H – 01	0,000	0,00%	1,93	16,70%	3,61	31,32%	2,46	21,29%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3,54	30,69%	0,96	11,54	100,00%
Lote H – 13	1,928	33,20%	0,00	0,00%	0,29	4,98%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3,59	61,83%	0,48	5,81	100,00%
Lote H – 16	0,964	16,74%	0,96	16,74%	0,87	15,06%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2,96	51,46%	0,48	5,76	100,00%
Lote H - 20	0,000	0,00%	0,00	0,00%	0,43	1,78%	12,00	49,11%	0,00	0,00%	12,00	49,11%	0,00	0,00%	2,04	24,43	100,00%
Lote H - 23	6,506	49,45%	3,61	27,47%	0,29	2,20%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2,75	20,88%	1,10	13,16	100,00%
Media	0,157	15,48%	0,11	10,72%	0,09	9,05%	0,24	23,82%	0,00	0,00%	0,20	19,77%	0,21	21,16%	1,01	1,01	100,00%
Total	9,40	15,48%	6,51	10,72%	5,49	9,05%	14,46	23,82%	0,00	0,00%	12,00	19,77%	12,84	21,16%	12,14	60,70	100,00%
Diferença	192,31%		87,04%		438,16%		359,00%		0		744,58%		-18,57%		315,40%		

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de fevereiro e abril de 2009.

Tabela nº 38

Renda média por faixa etária familiar por atividade/ano no assentamento Hipólito – em salário mínimo no ano de 2008.

Nº do Lote Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios e Doações		Renda Familiar Mensal	Renda Familiar Total Anual	
18-25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26-35	16,39	11,61%	10,36	7,34%	21,98	15,57%	39,47	27,97%	0,00	0,00%	41,35	29,30%	11,57	8,20%	2,35	141,11	100,00%
36-45	13,98	11,94%	21,93	18,73%	27,76	23,71%	32,53	27,79%	0,00	0,00%	12,00	10,25%	8,87	7,58%	1,95	117,06	100,00%
46-55	11,50	10,46%	8,19	7,45%	14,82	13,47%	24,00	21,81%	0,00	0,00%	48,00	43,63%	3,51	3,19%	2,29	110,02	100,00%
56-65	37,11	16,41%	6,63	2,93%	19,94	8,81%	60,00	26,53%	0,00	0,00%	96,00	42,44%	6,51	2,88%	2,69	226,18	100,00%
Acima de 65	17,35	7,61%	9,64	4,23%	28,63	12,56%	60,00	26,33%	0,00	0,00%	108,00	47,39%	4,30	1,89%	3,17	227,92	100,00%
Media	0,30	11,71%	0,18	6,90%	0,35	13,76%	0,67	26,27%	0,00	0,00%	0,94	37,13%	0,11	4,23%	2,54	30,45	100,00%
Total	96,32	11,71%	56,75	6,90%	113,12	13,76%	216,00	26,27%	0,00	0,00%	305,35	37,13%	34,75	4,23%	30,45	822,28	100,00%

Tabela nº 39

Renda média familiar por atividade/ano no assentamento Jurema – em salário mínimo no ano de 2008.

Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios/Doações		Renda Familiar Média Mensal	Nº de Membros	Renda Familiar Per capita Dia (RS)	Renda Familiar Total Anual	
Lote J - 01	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,30	5,14%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	94,86%	0,00	0,00%	2,11	2	14,58	25,30	100,00%
Lote J - 02	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,45	9,09%	0,00	0,00%	0,72	4,55%	12,00	75,45%	1,73	10,91%	1,33	4	4,58	15,90	100,00%
Lote J - 03	8,31	17,06%	0,96	1,98%	0,51	1,04%	12,00	24,62%	0,00	0,00%	24,00	49,25%	2,95	6,05%	4,06	7	8,03	48,73	100,00%
Lote J - 04	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4,34	74,26%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,50	25,74%	0,49	3	2,24	5,84	100,00%
Lote J - 05	0,96	5,62%	0,00	0,00%	1,73	10,11%	14,46	84,27%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,43	3	6,59	17,16	100,00%
Lote J - 06	1,45	5,12%	0,00	0,00%	2,60	9,21%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	84,91%	0,22	0,77%	2,36	4	8,15	28,27	100,00%
Lote J - 07	2,89	16,67%	0,00	0,00%	2,46	14,17%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	69,17%	0,00	0,00%	1,45	2	10,00	17,35	100,00%
Lote J - 08	2,41	7,09%	0,00	0,00%	5,78	17,02%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	70,62%	1,79	5,28%	2,83	3	13,06	33,99	100,00%
Lote J - 09	0,96	3,49%	0,00	0,00%	0,29	1,05%	12,00	43,44%	0,00	0,00%	12,00	43,44%	2,37	8,58%	2,30	7	4,55	27,62	100,00%
Lote J - 10	3,37	24,50%	0,00	0,00%	1,45	10,50%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	6,00	43,58%	2,95	21,42%	1,15	7	2,27	13,77	100,00%
Lote J - 11	1,73	10,34%	0,00	0,00%	3,04	18,10%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	71,55%	0,00	0,00%	1,40	3	6,44	16,77	100,00%
Lote J - 12	4,82	53,71%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,20	13,43%	0,00	0,00%	2,95	32,87%	0,75	5	2,07	8,97	100,00%
Lote J - 13	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4,63	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,39	2	2,67	4,63	100,00%
Lote J - 14	2,31	10,88%	0,67	3,17%	2,89	13,60%	12,00	56,44%	1,59	7,48%	0,00	0,00%	1,79	8,43%	1,77	4	6,13	21,26	100,00%
Lote J - 15	2,89	20,41%	0,48	3,40%	1,30	9,18%	0,00	0,00%	6,02	42,52%	0,00	0,00%	3,47	24,49%	1,18	5	3,27	14,17	100,00%
Lote J - 16	2,89	17,39%	0,00	0,00%	1,73	10,43%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	72,17%	0,00	0,00%	1,39	2	9,58	16,63	100,00%
Lote J - 17	1,73	15,45%	3,13	27,90%	0,58	5,15%	5,78	51,50%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,94	4	3,24	11,23	100,00%
Média	0,18	11,22%	0,03	1,60%	0,18	11,01%	0,28	17,17%	0,05	2,91%	0,79	49,45%	0,11	6,63%	1,61	3,94	5,64	19,27	100,00%
Total	36,75	11,22%	5,25	1,60%	36,07	11,01%	56,24	17,17%	9,54	2,91%	162,00	49,45%	21,73	6,63%	19,27	67	135.948,00	327,59	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de fevereiro e abril de 2009.

Tabela nº40
Distribuição de Renda por familiar por atividade/ano
no assentamento Jurema (20% maiores Rendas totais e 20% menores Rendas totais) em salário mínimo no ano de 2008

Nº do Lote Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios/Doações		Renda Familiar Mensal	Renda Familiar Total Anual	
Lote J – 03	8,313	17,06%	0,96	1,98%	0,51	1,04%	12,00	24,62%	0,00	0,00%	24,00	49,25%	2,95	6,05%	4,06	48,73	100,00%
Lote J - 06	1,446	5,12%	0,00	0,00%	2,60	9,21%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	84,91%	0,22	0,77%	2,36	28,27	100,00%
Lote J - 08	2,410	7,09%	0,00	0,00%	5,78	17,02%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	70,62%	1,79	5,28%	2,83	33,99	100,00%
Media	4,056	10,96%	0,32	0,87%	2,96	8,01%	4,00	10,81%	0,00	0,00%	24,00	64,87%	1,65	4,47%	3,08	36,99	100,00%
Total	12,17	10,96%	0,96	0,87%	8,89	8,01%	12,00	10,81%	0,00	0,00%	72,00	64,87%	4,96	4,47%	9,25	110,98	100,00%
Lote J – 04	0,000	0,00%	0,00	0,00%	4,34	74,26%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,50	25,74%	0,49	5,84	100,00%
Lote J - 12	4,819	53,71%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,20	13,43%	0,00	0,00%	2,95	32,87%	0,75	8,97	100,00%
Lote J - 13	0,000	0,00%	0,00	0,00%	4,63	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,39	4,63	100,00%
Média	1,606	24,79%	0,00	0,00%	2,99	46,11%	0,00	0,00%	0,40	6,20%	0,00	0,00%	1,48	22,91%	0,54	6,48	100,00%
Total	4,82	24,79%	0,00	0,00%	8,96	46,11%	0,00	0,00%	1,20	6,20%	0,00	0,00%	4,45	22,91%	1,62	19,44	100,00%
Diferença	252,50%		100,00%		99,19%		100,00%				100,00%		-111,36%		570,87%		

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de fevereiro e abril de 2009.

Tabela nº 41
Distribuição de Renda por familiar por atividade/ano
no assentamento Jurema (20% maiores rendas per capita e 20% menores rendas per capita) em salário mínimo no ano de 2008

Nº do Lote Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios/Doações		Renda Familiar Média Mensal	Renda Familiar Total Anual	
Lote J - 01	0,000	0,00%	0,000	0,00%	1,301	5,14%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	24,000	94,86%	0,000	0,00%	2,11	25,30	100,00%
Lote J - 07	2,892	16,67%	0,000	0,00%	2,458	14,17%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	12,000	69,17%	0,000	0,00%	1,45	17,35	100,00%
Lote J - 08	2,410	7,09%	0,000	0,00%	5,783	17,02%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	24,000	70,62%	1,793	5,28%	2,83	33,99	100,00%
Media	1,767	6,92%	0,00	0,00%	3,18	12,45%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	20,00	78,29%	0,60	2,34%	2,13	25,55	100,00%
Total	5,30	6,92%	0,00	0,00%	9,54	12,45%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	60,00	78,29%	1,79	2,34%	6,39	76,64	100,00%
Lote J - 04	0,000	0,00%	0,00	0,00%	4,34	74,26%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,50	25,74%	0,49	5,84	100,00%
Lote J - 10	3,373	24,50%	0,00	0,00%	1,45	10,50%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	6,00	43,58%	2,95	21,42%	1,15	13,77	100,00%
Lote J - 12	4,819	53,71%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,20	13,43%	0,00	0,00%	2,95	32,87%	0,75	8,97	100,00%
Media	2,731	28,66%	0,00	0,00%	1,93	20,23%	0,00	0,00%	0,40	4,22%	2,00	20,99%	2,47	25,90%	0,79	9,53	100,00%
Total	8,19	28,66%	0,00	0,00%	5,78	20,23%	0,00	0,00%	1,20	4,22%	6,00	20,99%	7,40	25,90%	2,38	28,58	100,00%
Diferença	64,71%		0,00%		165,00%		0,00%		-100,00%		-1000,00%		-24,22%		268,12%		

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de fevereiro e abril de 2009.

Tabela nº 42

Renda média por faixa etária familiar por atividade/ano no assentamento Jurema – em salário mínimo no ano de 2008.

Nº do Lote Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios e Doações		Renda Familiar Mensal	Renda Familiar Total Anual	
18-25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26-35	3,86	11,17%	0,00		4,19	12,15%	14,46	41,90%	0,00	0,00%	12,00	34,78%	0,00	0,00%	1,44	34,51	100,00%
36-45	1,73	6,39%	3,13	11,55%	2,02	7,46%	5,78	21,31%	0,72	2,66%	12,00	44,23%	1,73	6,39%	1,13	27,13	100,00%
46-55	12,05	15,55%	0,00	0,00%	12,43	16,05%	12,00	15,49%	1,20	1,56%	30,00	38,73%	9,77	12,62%	1,08	77,46	100,00%
56-65	9,35	8,39%	1,16	1,04%	14,31	12,84%	12,00	10,76%	7,61	6,83%	60,00	53,82%	7,06	6,33%	1,86	111,49	100,00%
Acima de 65	9,76	12,67%	0,96	1,25%	3,11	4,04%	12,00	15,58%	0,00	0,00%	48,00	62,34%	3,17	4,11%	3,21	77,00	100,00%
Media	0,18	11,22%	0,03	1,60%	0,18	11,01%	0,28	17,17%	0,05	2,91%	0,79	49,45%	0,11	6,63%	1,61	19,27	100,00%
Total	36,75	11,22%	5,25	1,60%	36,07	11,01%	56,24	17,17%	9,54	2,91%	162,00	49,45%	21,73	6,63%	19,27	327,59	100,00%

Tabela nº 43

Renda média familiar por atividade/ano no assentamento Lorena – em salário mínimo no ano de 2008.

Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios/Doações		Renda Familiar Média Mensal	Nº de Membros	Renda Familiar Per capita Dia (RS)	Renda Familiar Total Anual	
Lote L – 01	0,000	0,00%	0,00	0,00%	8,67	41,10%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	56,85%	0,43	2,05%	1,76	4	6,08	21,11	100,00%
Lote L – 02	0,000	0,00%	1,20	6,52%	3,90	21,14%	0,00	0,00%	11,57	62,63%	0,00	0,00%	1,79	9,71%	1,54	5	4,26	18,47	100,00%
Lote L – 03	0,000	0,00%	0,00	0,00%	8,67	39,37%	5,78	26,25%	0,00	0,00%	5,78	26,25%	1,79	8,14%	1,84	5	5,08	22,03	100,00%
Lote L – 04	0,000	0,00%	0,00	0,00%	4,34	10,75%	12,00	29,75%	0,00	0,00%	24,00	59,50%	0,00	0,00%	3,36	6	7,75	40,34	100,00%
Lote L – 05	0,000	0,00%	0,00	0,00%	1,73	10,43%	2,89	17,39%	0,00	0,00%	12,00	72,17%	0,00	0,00%	1,39	1	19,17	16,63	100,00%
Lote L – 06	0,000	0,00%	0,00	0,00%	7,23	37,59%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	62,41%	0,00	0,00%	1,60	1	22,17	19,23	100,00%
Lote L – 07	0,000	0,00%	3,08	15,95%	5,78	29,91%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	10,47	54,14%	1,61	4	5,57	19,33	100,00%
Lote L – 08	0,000	0,00%	0,00	0,00%	5,78	29,47%	0,00	0,00%	12,05	61,39%	0,00	0,00%	1,79	9,14%	1,64	6	3,77	19,62	100,00%
Lote L – 09	0,000	0,00%	0,72	4,04%	3,38	18,90%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	67,04%	1,79	10,02%	1,49	9	2,29	17,90	100,00%
Média	0,00	0,00%	0,05	2,57%	0,46	25,43%	0,19	10,62%	0,22	12,13%	0,72	39,96%	0,17	9,28%	1,80	4,56	5,47	21,63	100,00%
Total	0,00	0,00%	5,01	2,57%	49,50	25,43%	20,67	10,62%	23,61	12,13%	77,78	39,96%	18,07	9,28%	21,63	41	80.784,00	194,66	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de fevereiro e abril de 2009.

Tabela nº 44
Distribuição de Renda por familiar por atividade/ano
no assentamento Lorena 20% maiores Rendas totais e 20% menores Rendas totais) em salário mínimo no ano de 2008

Nº do Lote Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios/Doações		Renda Familiar Média Mensal	Renda Familiar Total Anual	
Lote L – 03	0,000	0,00%	0,00	0,00%	8,67	39,37%	5,78	26,25%	0,00	0,00%	5,78	26,25%	1,79	8,14%	1,84	22,03	100,00%
Lote L – 04	0,000	0,00%	0,00	0,00%	4,34	10,75%	12,00	29,75%	0,00	0,00%	24,00	59,50%	0,00	0,00%	3,36	40,34	100,00%
Media	0,00	0,00%	0,00	0,00%	6,51	20,86%	8,89	28,51%	0,00	0,00%	14,89	47,75%	0,90	2,87%	2,60	31,19	100,00%
Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%	13,01	20,86%	17,78	28,51%	0,00	0,00%	29,78	47,75%	1,79	2,87%	5,20	62,37	100,00%
Lote L - 05	0,000	0,00%	0,00	0,00%	1,73	10,43%	2,89	17,39%	0,00	0,00%	12,00	72,17%	0,00	0,00%	1,39	16,63	100,00%
Lote L - 09	0,000	0,00%	0,72	4,04%	3,38	18,90%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	67,04%	1,79	10,02%	1,49	17,90	100,00%
Média	0,00	0,00%	0,36	2,09%	2,56	14,82%	1,45	8,38%	0,00	0,00%	12,00	69,51%	0,90	5,19%	1,44	17,26	100,00%
Total	0,00	0,00%	0,72	2,09%	5,12	14,82%	2,89	8,38%	0,00	0,00%	24,00	69,51%	1,79	5,19%	2,88	34,53	100,00%
Diferença	0,00%		-100,00%		254,24%		615,00%		0		124,10%		0,00%		180,65%		

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de fevereiro e abril de 2009.

Tabela nº 45
Distribuição de Renda por familiar por atividade/ano
no assentamento Lorena (20% maiores rendas per capita e 20% menores rendas per capita) em salário mínimo no ano de 2008

Nº do Lote Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios/Doações		Renda Familiar Média Mensal	Renda Familiar Total Anual	
Lote L – 05	0,000	0,00%	0,000	0,00%	1,735	10,43%	2,892	17,39%	0,000	0,00%	12,000	72,17%	0,000	0,00%	1,39	16,63	100,00%
Lote L – 06	0,000	0,00%	0,000	0,00%	7,229	37,59%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	12,000	62,41%	0,000	0,00%	1,60	19,23	100,00%
Media	0,000	0,00%	0,00	0,00%	4,48	25,00%	1,45	8,06%	0,00	0,00%	12,00	66,94%	0,00	0,00%	1,49	17,93	100,00%
Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8,96	25,00%	2,89	8,06%	0,00	0,00%	24,00	66,94%	0,00	0,00%	2,99	35,86	100,00%
Lote L – 08	0,000	0,00%	0,00	0,00%	5,78	29,47%	0,00	0,00%	12,05	61,39%	0,00	0,00%	1,79	9,14%	1,64	19,62	100,00%
Lote L – 09	0,000	0,00%	0,72	4,04%	3,38	18,90%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	67,04%	1,79	10,02%	1,49	17,90	100,00%
Media	0,000	0,00%	0,36	1,93%	4,58	24,43%	0,00	0,00%	6,02	32,11%	6,00	31,98%	1,79	9,56%	1,56	18,76	100,00%
Total	0,00	0,00%	0,72	1,93%	9,17	24,43%	0,00	0,00%	12,05	32,11%	12,00	31,98%	3,59	9,56%	3,13	37,52	100,00%
Diferença	0,00%		-100,00%		97,79%		100,00%		-100,00%		200,00%		-100,00%		95,56%		

Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de fevereiro e abril de 2009.

Tabela nº 46

Renda média por faixa etária familiar por atividade/ano no assentamento Lorena – em salário mínimo no ano de 2008.

Nº do Lote Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios e Doações		Renda Familiar Mensal	Renda Familiar Total Anual		
18-25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26-35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
36-45	0,00	0,00%	1,93	5,30%	7,29	20,04%	0,00	0,00%	11,57	31,80%	12,00	33,00%	3,59	9,86%	1,52	36,37	100,00%	
46-55	0,00	0,00%	0,00	0,00%	19,08	31,93%	8,67	14,51%	0,00	0,00%	29,78	49,83%	2,23	3,73%	1,66	59,77	100,00%	
56-65	0,000	0,00%	3,084	3,13%	23,133	23,48%	12,000	12,18%	12,048	12,23%	36,000	36,54%	12,260	12,44%	2,05	98,525	100,00%	
Acima de 65																		
Media	0,00	0,00%	0,05	2,57%	0,46	25,43%	0,19	10,62%	0,22	12,13%	0,72	39,96%	0,17	9,28%	1,80	21,63	100,00%	
Total	0,00	0,00%	5,01	2,57%	49,50	25,43%	20,67	10,62%	23,61	12,13%	77,78	39,96%	18,07	9,28%	21,63	194,66	100,00%	

Tabela nº 47 Renda média familiar por atividade/ano no assentamento Mulunguzinho – em salário mínimo no ano de 2008.

Assentado	Renda Agrícola		Renda Animal		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios/Doações		Renda Familiar Média Mensal	Nº de Membros	Renda Familiar Per capita Dia (RS)	Renda Familiar Total Anual	
		Líquida		Líquida															
Lote M - 01	3,13	18,83%	0,00	0,00%	1,88	11,30%	8,67	52,14%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2,95	17,73%	1,39	4	4,79	16,64	100,00%
Lote M - 02	0,00	0,00%	0,12	0,78%	3,33	21,53%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	77,69%	0,00	0,00%	1,29	5	3,56	15,45	100,00%
Lote M - 03	1,45	5,39%	0,00	0,00%	1,16	4,31%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	89,49%	0,22	0,81%	2,23	3	10,31	26,82	100,00%
Lote M - 04	1,59	12,09%	2,89	21,98%	2,89	21,98%	0,00	0,00%	5,78	43,96%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,10	1	15,17	13,16	100,00%
Lote M - 05	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2,89	8,95%	14,46	44,76%	0,00	0,00%	12,00	37,15%	2,95	9,13%	2,69	9	4,14	32,30	100,00%
Lote M - 06	0,00	0,00%	1,45	7,55%	2,46	12,84%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	62,69%	3,24	16,92%	1,60	6	3,68	19,14	100,00%
Lote M - 07	0,00	0,00%	1,20	3,91%	2,17	7,03%	12,00	38,91%	0,00	0,00%	12,00	38,91%	3,47	11,25%	2,57	7	5,08	30,84	100,00%
Lote M - 08	0,00	0,00%	0,96	3,41%	1,88	6,64%	12,00	42,42%	0,00	0,00%	12,00	42,42%	1,45	5,11%	2,36	3	10,87	28,29	100,00%
Lote M - 09	0,96	2,87%	3,61	10,74%	3,61	10,74%	12,00	35,67%	0,00	0,00%	12,00	35,67%	1,45	4,30%	2,80	5	7,76	33,64	100,00%
Lote M - 10	0,84	2,55%	0,48	1,45%	6,36	19,20%	12,00	36,22%	0,00	0,00%	12,00	36,22%	1,45	4,36%	2,76	3	12,73	33,13	100,00%
Lote M - 11	0,00	0,00%	1,93	9,34%	4,92	23,82%	12,00	58,15%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,79	8,69%	1,72	3	7,93	20,64	100,00%
Lote M - 12	0,00	0,00%	0,00	0,00%	14,46	80,39%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3,53	19,61%	1,50	5	4,15	17,99	100,00%
Lote M - 13	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8,67	25,17%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	69,63%	1,79	5,20%	2,87	3	13,24	34,47	100,00%
Lote M - 14	0,00	0,00%	0,00	0,00%	10,12	74,15%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3,53	25,85%	1,14	7	2,25	13,65	100,00%
Lote M - 15	1,08	4,04%	0,72	2,70%	11,57	43,13%	12,00	44,74%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,45	5,39%	2,23	3	10,31	26,82	100,00%
Lote M - 16	0,96	3,80%	2,89	11,39%	5,78	22,77%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	47,25%	3,76	14,80%	2,12	8	3,66	25,40	100,00%
Lote M - 17	0,00	0,00%	6,02	19,92%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	79,36%	0,22	0,72%	2,52	4	8,72	30,24	100,00%
Lote M - 18	0,00	0,00%	0,48	1,58%	3,33	10,92%	0,00	0,00%	0,84	2,77%	24,00	78,83%	1,79	5,89%	2,54	3	11,70	30,44	100,00%
Lote M - 19	0,48	4,90%	1,93	19,59%	3,18	32,32%	0,00	0,00%	0,72	7,35%	0,00	0,00%	3,53	35,85%	0,82	6	1,89	9,84	100,00%
Lote M - 20	0,00	0,00%	0,48	2,44%	0,00	0,00%	12,00	60,88%	7,23	36,67%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,64	8	2,84	19,71	100,00%
Lote M - 21	3,13	10,01%	0,60	1,92%	2,89	9,24%	8,67	27,71%	0,96	3,08%	12,00	38,34%	3,04	9,70%	2,61	7	5,15	31,30	100,00%
Lote M - 22	0,00	0,00%	3,61	21,66%	1,16	6,93%	8,67	51,99%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3,24	19,41%	1,39	2	9,62	16,68	100,00%
Lote M - 23	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8,67	23,96%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	66,29%	3,53	9,74%	3,02	7	5,96	36,20	100,00%
Lote M - 24	0,00	0,00%	0,00	0,00%	5,78	29,54%	12,00	61,30%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,79	9,16%	1,63	4	5,64	19,58	100,00%
Lote M - 25	0,00	0,00%	0,00	0,00%	11,57	47,34%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	49,11%	0,87	3,55%	2,04	7	4,02	24,43	100,00%
Média	0,05	2,25%	0,10	4,84%	0,40	19,90%	0,45	22,49%	0,05	2,56%	0,80	39,55%	0,17	8,41%	2,02	4,92	5,69	24,27	100,00%
Total	13,64	2,25%	29,40	4,84%	120,72	19,90%	136,48	22,49%	15,54	2,56%	240,00	39,55%	51,01	8,41%	24,27	123	251.818,00	606,79	100,00%

Tabela nº 48
Distribuição de Renda por familiar por atividade/ano
no assentamento Mulunguzinho (20% maiores Rendas totais e 20% menores Rendas totais) em salário mínimo no ano de 2008

Nº do Lote Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios/Doações		Renda Familiar Mensal	Renda Familiar Total Anual	
Lote M - 05	0,000	0,00%	0,00	0,00%	2,89	8,95%	14,46	44,76%	0,00	0,00%	12,00	37,15%	2,95	9,13%	2,69	32,30	100,00%
Lote M - 09	0,964	2,87%	3,61	10,74%	3,61	10,74%	12,00	35,67%	0,00	0,00%	12,00	35,67%	1,45	4,30%	2,80	33,64	100,00%
Lote M - 10	0,843	2,55%	0,48	1,45%	6,36	19,20%	12,00	36,22%	0,00	0,00%	12,00	36,22%	1,45	4,36%	2,76	33,13	100,00%
Lote M - 13	0,000	0,00%	0,00	0,00%	8,67	25,17%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	69,63%	1,79	5,20%	2,87	34,47	100,00%
Lote M - 23	0,000	0,00%	0,00	0,00%	8,67	23,96%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	66,29%	3,53	9,74%	3,02	36,20	100,00%
Media	0,030	1,06%	0,07	2,41%	0,50	17,80%	0,64	22,66%	0,00	0,00%	1,40	49,49%	0,19	6,58%	2,83	2,83	100,00%
Total	1,81	1,06%	4,10	2,41%	30,22	17,80%	38,46	22,66%	0,00	0,00%	84,00	49,49%	11,16	6,58%	33,95	169,74	100,00%
Lote M - 01	3,133	18,83%	0,00	0,00%	1,88	11,30%	8,67	52,14%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2,95	17,73%	1,39	16,64	100,00%
Lote M - 02	0,000	0,00%	0,12	0,78%	3,33	21,53%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	77,69%	0,00	0,00%	1,29	15,45	100,00%
Lote M - 04	1,590	12,09%	2,89	21,98%	2,89	21,98%	0,00	0,00%	5,78	43,96%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,10	13,16	100,00%
Lote M - 14	0,000	0,00%	0,00	0,00%	10,12	74,15%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3,53	25,85%	1,14	13,65	100,00%
Lote M - 19	0,482	4,90%	1,93	19,59%	3,18	32,32%	0,00	0,00%	0,72	7,35%	0,00	0,00%	3,53	35,85%	0,82	9,84	100,00%
Media	0,087	7,57%	0,08	7,19%	0,36	31,13%	0,14	12,62%	0,11	9,47%	0,20	17,46%	0,17	14,56%	1,15	1,15	100,00%
Total	5,20	7,57%	4,94	7,19%	21,40	31,13%	8,67	12,62%	6,51	9,47%	12,00	17,46%	10,00	14,56%	13,75	68,73	100,00%
Diferença	34,72%		82,93%		141,22%		443,33%				700,00%		-111,56%		246,97%		

Tabela nº 49

Distribuição de Renda por familiar por atividade/ano

no assentamento Mulunguzinho (20% maiores rendas per capita e 20% menores rendas per capita) em salário mínimo no ano de 2008

Nº do Lote Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios/Doações		Renda Família Mensal	Renda Familiar Total Anual	
Lote M - 04	1,590	12,09%	2,892	21,98%	2,892	21,98%	0,000	0,00%	5,783	43,96%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	1,10	13,16	100,00%
Lote M - 08	0,000	0,00%	0,964	3,41%	1,880	6,64%	12,000	42,42%	0,000	0,00%	12,000	42,42%	1,446	5,11%	2,36	28,29	100,00%
Lote M - 10	0,843	2,55%	0,482	1,45%	6,361	19,20%	12,000	36,22%	0,000	0,00%	12,000	36,22%	1,446	4,36%	2,76	33,13	100,00%
Lote M - 13	0,000	0,00%	0,000	0,00%	8,675	25,17%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	24,000	69,63%	1,793	5,20%	2,87	34,47	100,00%
Lote M - 18	0,000	0,00%	0,482	1,58%	3,325	10,92%	0,000	0,00%	0,843	2,77%	24,000	78,83%	1,793	5,89%	2,54	30,44	100,00%
Media	0,041	1,74%	0,08	3,45%	0,39	16,58%	0,40	17,21%	0,11	4,75%	1,20	51,62%	0,11	4,64%	2,32	2,32	100,00%
Total	2,43	1,74%	4,82	3,45%	23,13	16,58%	24,00	17,21%	6,63	4,75%	72,00	51,62%	6,48	4,64%	27,90	139,49	100,00%
Lote M - 02	0,000	0,00%	0,12	0,78%	3,33	21,53%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	77,69%	0,00	0,00%	1,29	15,45	100,00%
Lote M - 14	0,000	0,00%	0,00	0,00%	10,12	74,15%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3,53	25,85%	1,14	13,65	100,00%
Lote M - 16	0,964	3,80%	2,89	11,39%	5,78	22,77%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12,00	47,25%	3,76	14,80%	2,12	25,40	100,00%
Lote M - 19	0,482	4,90%	1,93	19,59%	3,18	32,32%	0,00	0,00%	0,72	7,35%	0,00	0,00%	3,53	35,85%	0,82	9,84	100,00%
Lote M - 20	0,000	0,00%	0,48	2,44%	0,00	0,00%	12,00	60,88%	7,23	36,67%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1,64	19,71	100,00%
Media	0,024	1,72%	0,09	6,45%	0,37	26,66%	0,20	14,28%	0,13	9,46%	0,40	28,56%	0,18	12,87%	1,40	1,40	100,00%
Total	1,45	1,72%	5,42	6,45%	22,41	26,66%	12,00	14,28%	7,95	9,46%	24,00	28,56%	10,81	12,87%	16,81	84,04	100,00%
Diferença	168,33%		88,89%		103,23%		200,00%		83,33%		300,00%		-59,89%		165,97%		

Tabela nº 50

Renda média por faixa etária familiar por atividade/ano no assentamento Mulunguzinho – em salário mínimo no ano de 2008.

Nº do Lote Assentado	Renda Agrícola Líquida		Renda Animal Líquida		Renda Consumo		Outros Trabalhos		Outras Receitas		Receita Previdenciária		Receita Benefícios e Doações		Renda Familiar Mensal	Renda Familiar Total Anual	
18-25	0,000		6,024		0,000		0,000		0,000		24,000		0,217		2,52	30,241	0,00%
26-35	0,00	0,00%	0,48		19,23	30,20%	12,00	18,85%	0,84	1,32%	24,00	37,70%	7,11	11,17%	1,77	63,67	99,24%
36-45	3,61	2,42%	9,40	6,30%	29,20	19,58%	41,35	27,72%	1,69	1,13%	48,00	32,17%	15,93	10,68%	1,78	149,19	100,00%
46-55	5,06	3,03%	1,69	1,01%	37,16	22,25%	44,67	26,76%	7,23	4,33%	60,00	35,93%	11,16	6,68%	2,32	166,97	100,00%
56-65	3,52	2,07%	11,81	6,95%	33,98	20,00%	38,46	22,63%	5,78	3,40%	60,00	35,31%	16,37	9,63%	2,02	169,91	100,00%
Acima de 65	1,45	5,39%	0,00	0,00%	1,16	4,31%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24,00	89,49%	0,22	0,81%	2,23	26,82	100,00%
Media	0,05	2,25%	0,10	4,84%	0,40	19,90%	0,45	22,49%	0,05	2,56%	0,80	39,55%	0,17	8,41%	2,02	24,27	100,00%
Total	13,64	2,25%	29,40	4,84%	120,72	19,90%	136,48	22,49%	15,54	2,56%	240,00	39,55%	51,01	8,41%	24,27	606,79	100,00%

ANEXO 03

FOTOS

ASSENTAMENTO LORENA

Foto nº 01. Assentamento Lorena. Situação das residências. Abril/2009.



Foto nº 02. Assentamento Lorena. Situação das residências. Abril/2009.



Foto nº 03. Assentamento Lorena. Situação das residências. Abril/2009.



Foto nº 04. Assentamento Lorena. Situação das residências. Abril/2009.



Foto nº05. Assentamento Lorena. Representante do Assentamento e sua esposa. Abril/2009.



Foto nº06 . Assentamento Lorena. Casa do Representante do Assentamento. Abril/2009.



nº07. Assentamento Lorena. Rebanho Bovino no Assentamento. Abril/2009



Foto nº08. Assentamento Lorena. Rebanho Bovino no Assentamento. Abril/2009



Foto nº 09. Assentamento Lorena. Rebanho do Muales e Equinos. Abril/2009



Foto nº12. Assentamento Lorena. Presença do Governo Municipal. Escola Municipal Fransico Bezerra de Maria. Abril/2009.



Foto nº10. Assentamento Lorena. Configuração familiar registrada no assentamento Lorena. Abril/2009.



Foto nº13. Assentamento Lorena. Posto telefônico Abandonado. Abril/2009.



Foto nº14. Assentamento Lorena. Principal problema do Assentamento. Falta de água. Abril/2009



Foto nº11. Assentamento Lorena. Projeto do Governo Estadual “Arcas das Letras” (Biblioteca Rural). Abril/2009.



ASSENTAMENTO JUREMA

Foto nº 15. Assentamento Jurema. Situação das residências. Abril/2009.



Foto nº 16. Assentamento Jurema. Situação das residências. Abril/2009.



Foto nº 17. Assentamento Jurema. Situação das residências. Abril/2009.



Foto nº 18. Assentamento Jurema. Situação das residências. Abril/2009.



Foto nº19. Assentamento Jurema. Escola Municipal Neci Campos. Abril/2009.



Foto nº20. Assentamento Jurema. Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura. PROCAP. Mercado de Vendas “Bodega do Bode”. Abril/2009.



Foto nº21. Assentamento Jurema. PROCAP. Produtos colocado para venda direta ao consumidor no Bodega do bode. Abril/2009

BODEGA DO BODE			
PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR			
SAPOROSA LITRO DE CACHAÇA R\$ 2,00	ESPETINHO TIGRE DE BODE R\$ 2,00	SACHETE DE MEL R\$ 2,00	MOQUECA DE LITRO DE CACHAÇA R\$ 2,50
SAPOROSA DE CACHAÇA R\$ 3,00	SAPOROSA DE CASTANHA R\$ 3,00	DOCE LITRO DE CACHAÇA R\$ 4,00	FUNGO DE CACHAÇA R\$ 5,00
FUNGO DE CASTANHA R\$ 5,00	VINHO DE CACHAÇA R\$ 5,00	MOCHI DE CACHAÇA R\$ 8,00	MEL DE ABELHA R\$ 8,00
CABRINHO DE CACHAÇA R\$ 8,00	CORDÃO R\$ 8,00	MEL DE CACHAÇA R\$ 10,00	QUEIJO CAIPIRA R\$ 10,00
CASTANHA DE CACHAÇA R\$ 14,00	POLEN DESTILADO R\$ 15,00	CARNE DE SOL DE BODE R\$ 15,00	QUEIJO DE CACHAÇA R\$ 18,00
MEL DE JANGALIA R\$ 50,00	FRUTAS FRESCAS	SABONETE DE LITRO DE CACHAÇA	OVOS CAIPIRA R\$ 0,30

COMPRE DIRETO AO PRODUTOR

RUA D. S. MOSSORO, 1144 - ASSENTAMENTO JUREMA, MUNICÍPIO DE JUREMA

ossoro da gente PROCAP SEMEAR

Foto nº22. Assentamento Jurema. Diferença entre folheto e disponibilidade de produtos ofertadas para a venda direta ao consumidor na “Bodega do Bode”.Abril/2009.



Foto nº 23. Assentamento Jurema. Presença do Governo Municipal. Programa SEMEAR. Fornecimento de equipamentos/implementos agrícolas para preparar a terra. Abril/2009.



Foto nº24. Assentamento Jurema. Transporte Escolar Municipal para deslocamentos de alunos para a sede do município.



Foto nº25. Assentamento Jurema. Foto quase “irreal” em áreas de Assentamentos. Utilização do terreno na vila para produção de alimentos. Abril/09



Foto nº26. Assentamento Jurema. Alguns Assentados, teminam dedicando-se de outras atividades. Pequenos comércio e Bares. Abril/2009



ASSENTAMENTO MULUNGUZINHO

Foto nº27. Assentamento Mulunguzinho. Situação das residências. Abril/2009.



Foto nº28. Assentamento Mulunguzinho. Situação das residências. Abril/2009.



Foto nº29. Assentamento Mulunguzinho. Utilização de Frutíferas para “sombra” Abril/2009.



Foto nº30. Assentamento Mulunguzinho. Situação das residências. Abril/2009.



Foto nº31. Assentamento Mulunguzinho. Posto telefônico Abandonado. Abril/2009.



Foto nº 32. Assentamento Mulunguzinho. Escola Municipal. Abril/2009.



Foto nº 33. Assentamento Mulunguzinho. Unidade Móvel Médico-Odontológico de Saúde. Abril/2009.



Foto nº 34 – Animais dos Assentados no “pasto”.



Foto nº 35. Assentamento Mulunguzinho. Configuração familiar comum em áreas de assentamentos. Abril/2009.



Foto nº 36. Assentamento Mulunguzinho. Forma de “integração” familiar. Abril/2009.



Foto nº 37. Assentamento Mulunguzinho. Uma das estradas que levam ao assentamento em período de chuvas. Abril/2009.



Foto nº 38. Assentamento Mulunguzinho. Uma das estradas que levam ao assentamento em período de chuvas. Abril/2009.



Foto nº 39. Assentamento Mulunguzinho. Outros trabalhos.



Foto nº 40 – Assentamento Mulunguzinho. Forma de integração familiar ao Lote na Villa por parte de familiares.



ASSENTAMENTO HIPÓLITO

Foto nº 41 – Assentamento Hipólito. Situação das residências. Abril/2009.



Foto nº 42 – Assentamento Hipólito. Extração madeira para cercas. Abril de 2009.



Foto nº 43 – Assentamento Hipólito. Situação das residências. Abril de 2009.



Foto nº 44 – Assentamento Hipólito. Configuração familiar.



Foto nº 45. Assentamento Hipólito. Utilização de Lenha para cozinhar



Foto nº 46 – Assentamento Hipólito. Falta de conhecimento e falta de práticas na higiene..



Foto nº 47 – Assentamento Hipólito. Configuração familiar.



Foto nº 48– Assentamento Hipólito. Problema na distribuição de água.



Foto nº 52 - Utilização de animais silvestres, para compor alimentar



Foto nº 49– Assentamento Hipólito. Capril.



Foto nº 50 – Assentamento Hipólito. Assentados



Foto nº 51 – Assentamento Hipólito Rebanho Bovino

